REVISTA HISTORIADOR

N. 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116

HISTÓRIA E ENTRETENIMENTO:

DIVERSÃO, ESPORTES, ALIMENTAÇÃO E SUAS INTERFACES

Orgs. Cleber Eduardo Karls, Thaina Schwan Karls
e Carlos Augusto Rohr Trojaner

ESPECIAL 15 ANOS

Revista Historiador – ISSN 2176-1116

Número 16 – Dezembro de 2023

DOSSIÊ HISTÓRIA E ENTRETENIMENTO:
Diversão, esportes, alimentação e suas interfaces

Organização e revisão do Dossiê *História e Entretenimento*:
Cleber Eduardo Karls, Thaina Schwan Karls e Carlos Augusto Rohr Trojaner

Revisão: Ismael Wolf e Ana Beatriz Siqueira Bittencourt

Edição de capa, layout e diagramação: Ana Beatriz Siqueira Bittencourt

Créditos da imagem da capa: Le Déjeuner sur l'herbe, de Édouard Manet (1863) - Domínio Público
Disponível em: *https://commons.wikimedia.org/wiki/File:%C3%89douard_Manet_-_Le_D%C3%A9jeuner_sur_l%27herbe.jpg#/media/Ficheiro:Édouard_Manet_-_Le_Déjeuner_sur_l'herbe.jpg.* Acesso em: 26. dez. 2022.

Página da revista para maiores informações: http://www.revistahistoriador.com.br

E-mail: editor@revistahistoriador.com.br

Porto Alegre – RS

2023

SUMÁRIO

Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

APRESENTAÇÃO

A bela obra de arte que ilustra a capa dessa edição comemorativa aos 15 anos da *Revista Historiador* é, também, uma amostra da amplitude do dossiê que aqui apresentamos. *O Almoço na Grama*, de Édouard Manet (1862-1863), ao retratar um fato do cotidiano parisiense oitocentista, também se constrói como um retalho do passado, trazendo à tona da História aspectos que são registros de uma época, embebidos de arte e representações que extravasam o visível. A arte de Manet agrega alimentação, lazer, diversão, relações econômicas, de gênero, de poder. No dossiê "História e entretenimento: diversão, esportes, alimentação e suas interfaces" buscamos, justamente, reunir artigos que tratassem dessa complexidade.

O trabalho inicial, assinado por Cleber Eduardo Karls e Thaina Schwan Karls, intitulado **Comer, beber e divertir: alimentação, esportes e entretenimento no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX,** aborda a relação entre o desenvolvimento esportivo, dos divertimentos e espaços de alimentação com o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro na última metade do século XIX. Através dos periódicos em circulação na cidade, os autores associam e demonstram a vinculação entre alimentação, práticas esportivas e diversão em distintos locais como restaurantes, confeitarias e hipódromos com as ideias de modernidade latentes no maior e mais importante centro do Brasil à época.

O segundo texto, conta com a autoria de Daniel Venâncio de Oliveira Amaral. O manuscrito tem como destaque duas tentativas de introdução das corridas de cavalos em uma cidade de Minas Gerais, uma em 1898 e a outra entre o final de 1915 e início de 1916. **O comércio das corridas de cavalo em uma cidade do interior de Minas Gerais, 1898-1916,** tem como principal diferencial a análise de um caso de desenvolvimento do esporte em uma pequena cidade mineira, Oliveira, fora da rota principal comumente analisada, que são os grandes centros nacionais. Com isso, Amaral investiga e expõe as peculiaridades locais, especialmente as ligações entre o esporte e as atividades econômicas regionais.

Ainda no contexto da análise das práticas de entretenimento e diversão e da sua relação com as variáveis econômicas e sociais locais, Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes apresenta o terceiro artigo: **Os banhos: recreação popular em Feira de Santana.** Ao tratar sobre a temática dos banhos públicos na primeira metade do século XX, Gomes, através de farta documentação, discute as disputas pelas águas assim como a legitimação dos banhos pelos trabalhadores da cidade baiana.

Manoel Pereira da Silva Neto, autor do artigo de número quatro vai muito além da análise do comércio de bebidas. **Venda de garapas e lojas de molhados: cotidiano, sujeitos e conflitos no comércio de bebida do Recife (1820-1830),** ao utilizar como fontes processos judiciais e periódicos, percebe a relação da bebida extravasando a sua relevância econômica e permeando o lazer, o trabalho e as relações sociais. Disputas, negócios, sentimentos e festividades fazem das garapas importantes personagens da História de Recife no início do século XIX.

Em **Carcará da fome: a relação entre a organização social e cultural com a estrutura fundiária do sertão cearense na década de 1970**, a autora Tamires de Araujo Sousa nos apresenta um trabalho de História da Alimentação que relaciona a estrutura social e fundiária do sertão nordestino na década de 1970 com os hábitos alimentares da população local. A pesquisadora oferece, com propriedade, uma visão abrangente da interconexão entre desigualdade social, propriedade de terras e a alimentação sertaneja.

Como sexto e último artigo temático, ofertamos mais um trabalho que olha para o nordeste brasileiro, mas desta vez, sob as lentes da literatura. **Festa de São José: análise da obra "O Cabeleira" (1876) e a relação da seca em Pernambuco (1775-1793)**, de Joana Cristina Souza do Nascimento Rosa, utiliza o romance *O Cabeleira,* escrito por Franklin Távora e publicado em 1876 como fonte principal da sua investigação. Através da ficção, a autora busca a relação com o "real" e analisa como a festa religiosa foi fundamental para a população local no enfrentamento dos flagelos que assolavam a região no final do século XVIII.

A Revista ainda traz mais quatro artigos de temáticas livres. O primeiro, é um belíssimo trabalho que aborda a metodologia de pesquisa histórica, mais especificamente, a leitura de músicas como fontes. **O ouvido do historiador: como o *blues* pode nos ensinar sobre o método da leitura musicalizada**, de Kenny Kendy Kawaguchi, se propõe a investigar as músicas muito além das composições escritas. Kawaguchi demonstra, com muita propriedade e de maneira inovadora, como a leitura musicalizada pode ajudar o historiador no seu ofício, abrangendo variáveis analíticas, até então, pouco utilizadas pelos pesquisadores.

Como segundo artigo de temática livre, apresentamos o texto escrito por Francisco de Assis de Sousa Nascimento e João Vitor dos Santos, intitulado **Da invenção do Renascimento: as querelas do nascer da Idade Moderna europeia**. O manuscrito sugere um debate historiográfico que procura fugir da dicotomia entre medievo e modernidade, "trevas" e "luz", mas complexifica esse debate no sentido de

perceber o Renascimento e, consequentemente, a Idade Moderna, como um hibridismo, conjunto de inovações e permanências.

O próximo trabalho publicado, trata de uma temática característica do Brasil Colonial. **Moenda velha, engenho novo: corrupção, contrabando e reforma pombalina em Pernambuco (c. 1758-1778)** tem como autor Daniel Costa, e discute, através de fontes primárias e historiográficas, os impactos das reformas pombalinas e do combate às práticas ilícitas na capitania de Pernambuco no século XVIII.

Finalizando essa edição comemorativa, um artigo de Lucas William Barbosa Laroca. **A voz que se cala, os olhares que condenam: produções narrativas sobre um crime sexual em Irati-PR (1963)** analisa historicamente um processo-crime que trata de um ato de sedução, que teria ocorrido em uma noite de baile em uma comunidade rural de Irati (PR), no ano de 1963. Com uma leitura aprofundada da documentação, o autor pretendeu perceber relações de poder, intencionalidades e características da abordagem judicial em um crime que envolveu questões econômicas e de gênero.

Com isso, esperamos que a edição de 15 anos de *Revista Historiador* continue contribuindo com o conhecimento daqueles que são apaixonados por História, pelo saber e defendem a ciência.

Vida longa à *Revista Historiador*!
Boa leitura!

Cleber Eduardo Karls e Thaina Schwan Karls

31 de Dezembro de 2023.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

COMER, BEBER E DIVERTIR: ALIMENTAÇÃO, ESPORTES E ENTRETENIMENTO NO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

EATING, DRINKING AND HAVING FUN: FOOD, SPORTS AND ENTERTAINMENT IN RIO DE JANEIRO IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

Cleber Eduardo Karls[1]
Thaina Schwan Karls[2]

RESUMO

O século XIX, especialmente a sua segunda metade, é o palco de uma série de modificações de diversas ordens na cidade do Rio de Janeiro. As ideias de modernidade em voga à época, associadas a um novo contexto social e econômico, contribuíram para a ampliação do mercado de entretenimento, onde as práticas esportivas, restaurantes e confeitarias estavam inseridos e se relacionando. Esse artigo busca discutir como o desenvolvimento esportivo, dos divertimentos e dos espaços de alimentação estão relacionados entre si e com o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro na última metade do período oitocentista. Para essa análise, utilizamos como fontes os periódicos publicados na cidade no período em tela. É possível perceber que, mesmo possuindo atributos distintos, esportes e locais públicos de alimentação são peças integrantes de uma mesma conjuntura de modernização e divertimento e se relacionam, tanto no que se refere a associação a um crescente mercado de entretenimento, quanto nas suas atividades principais que acabam se diluindo e se sobrepondo.

Palavras-chave: alimentação; esporte; diversão.

ABSTRACT

The 19th century, especially its second half, is the stage for a series of changes of different types in the city of Rio de Janeiro. The ideas of modernity in vogue at the time, associated with a new social and economic context, contributed to the expansion of the entertainment market, where sports, restaurants and confectioneries are inserted and interacting. This article seeks to discuss how the development of sports, entertainment and food spaces are related to each other and to the modernization process of the city of Rio de Janeiro in the last half of the 19th century. For this analysis, we used as sources the periodicals published in the city during the period in question. It is possible to see that, even though they have different aspects, sports and public eating places are integral parts of the same modernization situation and are related, both in terms of association with a growing entertainment market, and in their main activities that end up diluting and overlapping.

Keywords: food; sport; fun.

[1] Doutor em História Comparada - UFRJ. Professor e coordenador dos cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia modalidade EAD da Universidade Veiga de Almeida – UVA (RJ). E-mail: cleber.karls@uva.br .
[2] Doutora em História Comparada - UFRJ. Professora Adjunta do Curso de Gastronomia e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada – PPGHC da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos Históricos da Alimentação e Gastronomia no Brasil e do Projeto de Extensão Saberes, Sabores e Práticas Gastronômicas da Culinária Brasileira. E-mail: thainaschwan.ufrj@gmail.com .

Diversão, esportes e alimentação: como essas três variáveis se relacionam e são pilares para a compreensão da História do Rio de Janeiro oitocentista e do seu processo de modernização? Modernidade, que pode ser entendida de maneira ampla como um conjunto de experiências inéditas, de modificações, promessas, mas, como aponta enfaticamente Marshall Berman (1986), é um conjunto de ideias que se demonstram contraditórias, concomitantemente progressistas e conservadoras. Ao mesmo tempo, dão sentido e perdem a capacidade de organizar a vida das pessoas. Estão a todo o momento se reinventando, buscando novos objetivos.

É esse contexto embebido em ideias "importadas" que marcaram época no Brasil, associado a outras características de origem econômica e social, que destacamos como palco para o nosso estudo. Não há dúvida que é ponto intensamente debatido e marcante na historiografia, temáticas relativas à cidade do Rio de Janeiro no século XIX. A urbe, no decorrer do período oitocentista, foi influenciada fortemente por pensamentos eurocêntricos tidos como avançados, evoluídos, representantes de um ideal de modernidade. Era o principal ponto de contato entre o Velho Continente e o Brasil. Essa inspiração e relação com a Europa era tão marcante que Sandra Jatahy Pesavento registrou que o que se buscava no Rio de Janeiro era a criação de uma "*Paris-sur-mer* na sua vertente tropical" (PESAVENTO, 2002, p. 161)[3].

Nossa intenção, todavia, não é revisitar as produções historiográficas acerca do processo de modernização da cidade no século XIX. Buscamos discutir, a partir de um recorte muito particular, a relação dos espaços de alimentação, especificamente, confeitarias e restaurantes, com as atividades esportivas e de diversão e o processo de modernização do Rio de Janeiro no período oitocentista. Temos consciência que o desenvolvimento das ideias de modernidade não pode ser vinculado apenas e essas variáveis. Com efeito, conforme apresentaremos no decorrer desse trabalho, temos convicção que a ampliação, diversificação e consolidação, tanto de ambientes de alimentação pública quanto locais para a prática esportiva e de diversão, estão vinculados e foram fatores fundamentais para o processo de modernização da cidade.

Para esta abordagem, utilizamos como fonte os periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro no período em tela. Os jornais são marcas do passado, que contém informações e sensibilidades excepcionais sobre o cotidiano. Nesse sentido, concordamos com Luca (2011), quando ressalta que a imprensa se valorizou enquanto fonte quando a própria História percebeu a sua incapacidade de dar respostas globais e construir verdades. A pesquisa histórica passou a apreciar e considerar novos documentos que não eram mais

[3] Para mais informações sobre o desenvolvimento dos esportes, diversões e entretenimento na cidade do Rio de Janeiro no século XIX ver Melo (2001; 2022) e Karls (2017a).

os detentores das respostas a todas as perguntas, mas, sim, representantes de valiosas interpretações e representações de um tempo. Nesse conjunto, a imprensa se encaixa exatamente, com suas opiniões, posições, impressões, destaques e tudo o que faz dela uma riquíssima fonte de informações.

Quando nos referimos ao processo de desenvolvimento do campo esportivo, da indústria do entretenimento e, consequentemente, da ampliação de espaços públicos de alimentação como confeitarias e restaurantes, temos o século XIX como período privilegiado (KARLS, 2017a; 2017b). Essas variáveis são aspectos destacados de um amplo processo que, *a priori*, parecem não ter uma conexão profunda, mas, através de um olhar mais atento, é possível perceber os vínculos, relações, convergências entre eles no período em que se desenvolvem *pari passu*.

Alimentação, esportes, diversão e modernidade, se adaptavam ao discurso e às práticas nacionais, onde ideias progressistas se miscigenavam a costumes conservadores, em uma tradução inédita de pensamentos que, no Brasil, assumiam um novo significado: “se, por um lado, os engenheiros converteram-se em símbolos máximos de modernidade, de outro, práticas rituais legadas dos tempos da escravidão insistiam em dividir os mesmos espaços dessa urbanidade recém inaugurada” (SCHWARCZ, 2012, p. 22). Conjugado a inúmeras variáveis regionais, o campo esportivo e a ampliação de ambientes públicos de alimentação se configuraram no Brasil, se adaptando a perfis de formação e desenvolvimento singulares em que está inserido o Rio de Janeiro.

Associado a essas “novas” ideias, o esporte formava o seu campo e, aos poucos, era introduzido como referência nesse conjunto de pensamentos. O que aconteceu foi uma tentativa de reprodução da “evolução” europeia, um espelhamento no exemplo a ser seguido que já era discutido entre uma elite intelectual e econômica da época. Esses princípios se cruzavam com as ascendentes práticas modernas em voga. Cafés, confeitarias, restaurantes e, evidentemente os esportes, também eram sinônimo de progresso e evolução:

> Os espaços “culturais” da vida elegante, nos quais se cruzavam as conversas da vida mundana carioca com ditos e espírito e comentários sobre obras, autores e “modos” e “modas” de pensar; eram, principalmente, as livrarias, os cafés e as confeitarias. E, sobretudo, havia ainda a Rua do Ouvidor, preexistente à reforma urbana do Rio, tradicional ponto de encontro onde a elite se reunia para discutir, observar o movimento e, fundamentalmente, para ser vista. A socialização mais ampla seria dada pela frequência à Ópera, ao **Joquey Club** e aos clubes sociais e “salões”, cópia nacional dos salões literários franceses, assim como a assistência a conferências, outra mania importada e que se tornara “coqueluche” no Rio da *Belle Époque*. (PESAVENTO, 2002, p. 179 – grifos nossos)

Esse desenvolvimento cultural, intelectual e, por consequência, das ideias que faziam com que as diversões, nas quais se enquadravam as visitas às confeitarias e aos jockeys club, por exemplo, ganhassem cada vez mais espaço estava ligado a um grande contexto de ampliação de instituições, como as faculdades de direito e medicina, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Estas entidades estavam encarregadas, entre outros propósitos, de pensar o Brasil. A produção científica europeia aportava no país e ganhava cada vez mais apreciadores, conquistando, dentro desse cenário, ampliadas instâncias de discussões. (SCHWARCZ, 1993)

É nesse mesmo bojo que os espaços destinados a alimentação alargaram seu destaque, consequência de uma cidade cada vez maior, desenvolvida e moderna. O “velho” Rio evoluía entre tropeços e dificuldades, como destacou Renault (1978). Novas características de um centro urbano que se desenvolvia se adaptavam a essa inédita condição. Os horários das repartições públicas que alteraram a rotina fluminense, tiveram grande influência na instalação de novos restaurantes e casas de comestíveis, que buscavam atender a população trabalhadora. O periódico *Correio Mercantil*, em 20 de julho de 1861, ilustrou bem essas novas relações sociais quando sublinhou que era necessário lembrar “a todas as pessoas que pelos seus afazeres não tenham tempo de almoçar em suas casas, que hoje encontrarão belíssimos almoços [...] lá na praça da Constituição” (p. 3). A alimentação, em locais públicos, era uma realidade gradualmente mais prestigiada e necessária.

Houve diferenças na apreensão dessas novidades por parte dos diversos estratos sociais. Se existiam charmosos e caros restaurantes para os endinheirados, as camadas de baixa renda tiveram o hábito de comer fora de casa imposto pelo horário de trabalho das casas comerciais, que encerravam o expediente em torno das 22 horas. Essas instalações, na sua maioria dirigida por portugueses, eram tavernas[4], botequins e casas de pastos[5] que ofereciam opções populares e geralmente eram frequentados por funcionários públicos, operários, caixeiros e pequenos comerciantes (BELLUZZO, 2010a). Belluzzo (2010b) ainda afirma que as camadas populares eram o público principal dos botequins que, com suas mesas de bilhar, eram considerados locais infectos. Nesse mesmo sentido, Denise

[4] Belluzzo (2010a) define que “as tavernas ou adegas eram uma espécie de armazém onde vendiam vinhos, cachaça outros tipos de bebidas alcoólicas, além de petiscos e comidas caseiras a bom preço” (p. 67).

[5] De acordo com Belluzzo (2010a), as casas de pastos “atendiam uma camada média. As refeições servidas eram de dois tipos: ‘prato de colher’ ou ‘prato de garfo’. O ‘prato de colher’ conhecido também como ‘prato único’, dispunha das seguintes opções: sarrabulho (ensopado preparado com carne, miúdos e sangue de porco), ‘iscas com elas’ (prato composto de bacalhau com batatas) ou ‘sem elas’ (prato composto de bacalhau sem batatas), tripas à moda do Porto, guisado de mocotó, canja de galinha e angu de quitandeira. A segunda alternativa, o ‘prato de garfo’, tinha *menu* fixo a preço único. O cardápio, mais leve e refinado, era acompanhado por meia garrafa de vinho” (p. 67).

Sant'Anna (2011, p. 306) assegura que, "diante do estabelecimento de novos cafés e restaurantes, os antigos quiosques e tabernas pareceram mais do que nunca sujos, pobres e desconfortáveis".

Entre tantas mudanças, o Segundo Reinado pode ser considerado a época de maior popularização das confeitarias. Elas faziam cada vez mais sucesso no Rio de Janeiro. Foi neste período que o número de estabelecimentos mais refinados e dirigidos por *pâtissiers* franceses e italianos prosperou (BELLUZZO, 2010a; RENAULT, 1982).

As confeitarias eram frequentadas por pessoas de diversas camadas sociais, famílias e, cada vez mais, por mulheres que conquistavam gradativamente o cenário público. Além da presença marcante de cavalheiros, esses locais eram também visitados por senhoras acompanhadas pela família, todos dispostos a degustar sorvetes[6] nevados, doces, pastéis e vinhos (Belluzzo, 2010a). A autora afirma que, "com o passar do tempo, as mulheres acompanharam a urbanização da cidade e conquistaram o espaço público. Passaram da casa às ruas frequentando teatros, confeitarias e restaurantes" (p. 112).

A tendência à presença feminina nos ambientes públicos de alimentação pode ser considerada, também, uma consequência da modernização da cidade, que se demonstrava física e culturalmente. Os ambientes coletivos passaram a ser locais de novos hábitos onde a alimentação, que fazia parte de um novo *metier* urbano e moderno, ganhava diversos ares. Em relação à ocupação desses espaços pela população feminina, Alberto da Costa e Silva (2011) afirma que o contato cada vez maior com profissionais estrangeiros, especialmente franceses, acelerou o processo. As ruas do centro passaram a ser pontos que além de comerciais, eram sociais. Era o palco predileto daqueles e daquelas que queriam ver e serem vistos, a exemplo da metrópole mais famosa à época, Paris.

Principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, os restaurantes e confeitarias se tornaram serviços conhecidos pela população fluminense, também pela ascensão de uma nova camada social endinheirada que valorizava essas novidades. Belluzzo (2010b) destaca que o Segundo Reinado foi o palco da elevação à posição de relevância da burguesia que, representada principalmente por comerciantes bem sucedidos e burocratas, exaltava e praticava hábitos europeus. Frequentar restaurantes e confeitarias

[6] "Uma novidade para os brasileiros foi o sorvete. Em 1834, aportou no Rio de Janeiro o navio americano Madagascar, com 160 toneladas de blocos de gelo, trazidos de Boston e acondicionados em serragem. Os blocos eram enterrados e conservados em covas profundas por quatro ou cinco meses" (BELLUZZO, 2010a, p. 75). Cruls sinaliza que, "a princípio, o carioca recebeu-o meio ressabiado. Parecia que lhe queimava a boca" (1949, p. 304). Mas, enfim, os sorvetes caíram no gosto das famílias cariocas (BELLUZZO, 2010b, p. 75). Segundo Freixa e Chaves, "vale destacar que D. Pedro II apoiou a importação de uma paixão da época, o sorvete. Depois que ele degustou e aprovou essa delícia gelada, preparada então de forma rudimentar com gelos que vinham dos lagos congelados do norte dos Estados Unidos, o doce caiu no gosto da população" (2009, p. 200).

poderia ser interpretado como a representação de hábitos modernos, evoluídos e requintados, adequados a um país e a uma cidade que buscavam progredir.

Os restaurantes da segunda metade dos oitocentos, além de ofertar comida e bebida, também disponibilizavam diversão, especialmente com mesas de bilhar e música. Nesse sentido, os periódicos que circulavam na cidade à época testemunharam e registraram esse processo em suas páginas. É o que podemos perceber, por exemplo no *Correio Mercantil* (04/08/1859, p. 3) que anunciou a abertura de um salão com dois bilhares no *Restaurant Recreio Comercial,* assim como o estabelecimento *Real Hotel de Veneza,* que dispunha de *restaurant* e bilhares (CORREIO MERCANTIL, 20/09/1860, p. 3).

Esse era um processo que progressivamente se consolidava como característica de relações sociais que valorizavam o ambiente público e que viam na diversão uma importante característica. Esse transcurso pode ser reconhecido no *Restaurant de Santa Lusia.* Conforme o comunicado no *Correio Mercantil* de 31 de julho de 1859 (p. 3), proporcionava entretenimento através de boa música aos domingos, das quatro horas da tarde até às dez horas da noite em grandes e bastante iluminadas acomodações.

De distintas maneiras, mais ou menos incisivas ou refinadas, a relação entre alimentação e diversão se consolidava. Segundo o *Diário do Rio de Janeiro (*24/09/1864, p. 4), o *Jardeim Brasserie* com café *restaurant,* dispunha de iluminação todas as noites e concerto musical por professores escolhidos. Renault (1978) declara que os modernos lampiões a gás favoreceram as práticas de lazer noturnas, atraindo cada vez mais interessados. Essa novidade pode ser percebida pelos entusiasmados anúncios que a declaravam, destacando a sua relevância. Já em 1878, o *Ao Chalet Restaurant Campestre* divulgava a presença de luz elétrica em seu espaço (O CRUZEIRO, 23/06/1878, p. 4), cuja novidade era anunciada efusivamente e buscava atrair clientes no período noturno.

Também era comum alguns comunicados de restaurantes fazerem uso da palavra divertimento com o objetivo de atrair clientes e vincular os seus estabelecimentos a essa prática. O *Restaurant do Oriente* constantemente divulgava a realização de bailes e solicitava "aos senhores frequentadores por especial obsequio, se lhes pede para apresentarem decentemente vestidos, para melhor abrilhantar o divertimento" (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/03/1861, p. 4). Outro anúncio dele destacava que o empresário estava disposto a cumprir ao público o que prometeu "dando-lhes bailes para seus divertimentos" (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/05/1861, p. 4). O *restaurant* em frente ao Jardim Botânico, nos dias de festa santa, encontrava-se habilitado a servir bem as pessoas que "quisessem se divertir", apontou o *Correio Mercantil* (09/06/1861, p. 3).

RESTAURANT
DO JARDIM BOTANICO.

Este estabelecimento em frente ao Jardim nos dias de festa de Santo Antonio, S. João e S. Pedro, está habilitado para servir bem as pessôas que se quizerem divertir, podendo fazer qualquer encommenda de janta ou cêa no escriptorio da agencia geral, rua dos Ourives n. 47.

Fonte: Correio Mercantil, 09/06/1861, p. 3.

Assim como nos restaurantes, as confeitarias também estavam inseridas em um mercado que valorizava o entretenimento. Em ambos, era comum a oferta de bilhares. Como exemplo, temos o anúncio da confeitaria da Rua do Ouvidor nº 61, que declarou que, a partir de 15 de dezembro de 1853, passariam a existir dois bilhares novamente reformados (CORREIO MERCANTIL, 15/12/1853, p. 4).

Desse modo, nos parece que as instalações exploravam a criatividade como forma de atrair o público. Em outra confeitaria da Rua do Ouvidor, um exótico divertimento foi veiculado pelo *Opinião Liberal* (08/06/1869, p. 4): tinham exposto uma cobra que devorava passarinhos - “[...] com o maior desgosto dos homens de coração, e debaixo das gargalhadas dos moleques de todas as cores e idades, que param para contemplar e gozar tão repugnante cena”.

Ficou claro, até o momento, que nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, já era possível visualizar práticas de divertimento nos dois espaços. Porém, é a partir de 1871 que esses atrativos se tornaram mais constantes e diversificados. No último quartel do oitocentos é que percebemos que os restaurantes e confeitarias da capital do Império/República ofertaram diversão de uma forma mais ampla. Esse fato talvez possa ser explicado pela necessidade que esses locais tinham de manter e atrair mais público, ao mesmo tempo em que o mercado do entretenimento era cada vez maior e estruturado, concomitantemente a ampliação dos domínios da cidade.

As novidades que buscavam entreter e atrair o público não cessavam, com diversão e alimentação cada vez mais coligados. O *restaurant do Hotel dos Príncipes,* por ocasião do solene aniversário do dia 07 de setembro, alterou o horário do jantar das dezessete para às vinte horas e anunciou uma brilhante iluminação à luz oxídrica de cores, “Coisa nunca vista até hoje”. Entre a luz elétrica aparecia a sombra do príncipe do Grão Pará, referência a D. Pedro II (O GLOBO, 07/09/1876, p. 4).

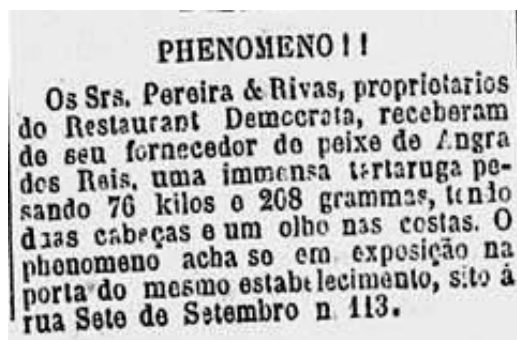
As músicas e instrumentos em restaurantes se tornaram alvo de comunicados e buscaram atrair a população. O *Chalet Restaurant Campestre* destacava que oferecia um piano às “excelentíssimas famílias” que desejassem fazer uso deste instrumento

(O GLOBO, 20/01/1876, p. 2). Nesse mesmo espaço, foi noticiada uma grande festa artística, com uma excelente banda de música e concerto de piano aos domingos, quintas-feiras e sábados, e noites recreativas com divertimento gratuito (O CRUZEIRO, 20/01/1878, p. 8). O *Restaurant Cascata* destacou, no periódico, um grande concerto com música alemã (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/07/1880, p. 6).

O *Café Concerto Eldorado* foi inaugurado em 14 de abril de 1888, sendo considerado o novo centro de diversões. Oferecia boa música, bom *restaurant*, *buffet* recomendável e local apropriado (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/04/1888, p. 1). De acordo com o anúncio, tratava-se de uma imitação dos cafés cantantes de Paris. Todas as noites, havia concerto vocal e instrumental dirigido por André Gravenstein. Del Priore (2010) destaca que Paris era a grande inspiração para a capital da Corte, que buscava se modernizar. Para a historiadora, "Paris dominava o mundo. O Rio de Janeiro se contagiava por imitações" (p. 43). Essa era uma prática que identificamos como sendo exclusiva dos restaurantes. Não temos informação quanto a apresentações musicais em confeitarias.

Exposições também eram eventos que tinham local fecundo no ambiente da alimentação. Conforme o jornal *A República* (13/10/1871, p. 4), em uma grande exposição de figuras de ceras representando os principais personagens da guerra franco prussiana, realizada na Rua dos Inválidos, haveria um elegante *restaurant* para maior comodidade do público presente. Já na entrada do *Restaurant Democrata* tinha, em exposição, uma tartaruga pesando 76 quilos e 208 gramas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/04/1887, p. 1).

PHENOMENO ! !

Os Srs. Pereira & Rivas, proprietarios do Restaurant Democrata, receberam de seu fornecedor de peixe de Angra dos Reis, uma immensa tartaruga pesando 76 kilos e 208 grammas, tendo duas cabeças e um olho nas costas. O phenomeno acha se em exposição na porta do mesmo estabelecimento, sito á rua Sete de Setembro n. 113.

Fonte: Diário de Notícias, 01/04/1887, p. 1.

Apesar de ocorrer tanto em restaurantes como em confeitarias, era mais comum a exposição de objetos e animais nos locais ligados aos doces. Na *Confeitaria do Leão* foi exposto um retrato do Rei de Portugal, o Sr. D. Luiz I (CORREIO DO BRASIL, 14/04/1872, p. 3). Na *Confeitaria Castellões* ocorreu a exposição de dois ouriços com castanhas cultivadas na província de São Paulo (CORREIO DO BRASIL, 18/04/1872, p. 2), e exposição de licores fabricados em Santa Catarina, que, pelo aspecto, rivalizavam, e pelo sabor, sobressaiam

aos que eram importados da Europa (GAZETA DA TARDE, 10/05/1882, p. 1). Na *Confeitaria do Amorim*, foi exposta uma coroa de louros, oferecida à jovem artista Carolina de Almeida pelos seus admiradores (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/08/1884, p. 3). A *Confeitaria Braço de Ouro* expôs uma planta de Linho, medindo de 6 a 7 palmos de altura (GAZETA DA TARDE, 28/10/1884, p. 2). E na *Confeitaria Ouvidor,* foi exibida uma cobra sucuri que media quatro metros de comprimento (O PAÍS, 20/05/1886, p. 1). Desta forma, concordamos e ratificamos o que destacou Rios Filho (2000, p. 365): "Sempre surgiam, para divertimento público, animais curiosos ou desconhecidos, gentes esquisitas e coisas exóticas".

Na união entre uma indústria do entretenimento em franco crescimento e urbanização cada vez maior, sob a chancela das ideias modernas, os jogos também foram presença marcante em ambos os espaços. Um dos destaques em todo o período foi o jogo de bilhar. Um dos casos é o estabelecimento comercial denominado de *All' Isola di Caprera*, que se apresentava como *restaurant* e dispunha de seis bilhares disponíveis para quem quisesse se divertir através do jogo apontou *O Fígaro* (1876, p. 143). Esse movimento é percebido em outros locais, sendo uma prática muito difundida. O periódico *O Repórter* (26/07/1879, p. 3) destacou a inauguração da *Confeitaria de Sant'Anna* de Santos e Costa, e divulgou que ela dispunha de confortáveis salões para as famílias e bilhares. Eram seis no total (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/10/1879, p. 2). O local *Ao High Life Santa Thereza* tinha, além de uma confeitaria, charutaria e bilhares (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/10/1890, p. 1).

A conexão entre esportes, alimentação e diversão se tornou tão difundida que em alguns caso se tornou difícil identificar qual era, de fato, a atividade principal de alguns empreendimentos. É o caso apontado n´O *Diário do Rio de Janeiro* (23/10/1878, p. 3) que sinalizou a abertura do mais cômodo, esplêndido e suntuoso espaço de recreio para as famílias, o *Brazilian Garden*. Tratava-se de um elegante empório das mais modernas diversões de salão, composto de vastíssimo espaço com jogos para todas as classes, ginástica, além de comodidade para corrida de velocípedes. Ainda, apresentava magníficos restaurantes com incomparáveis confortos para a família e teatro. Já a *Gazeta de Notícias* (20/01/1879, p. 6) confirmou a tendência e noticiou a imponente reabertura do mais antigo estabelecimento central desta capital, dispondo de música com orquestra a partir das seis horas da tarde, velocípedes, jogos diversos, botequins bem montados, *restaurant* de primeira ordem aberto toda a noite e estreia da companhia lírica francesa. Caracterizava-se um verdadeiro ambiente que mesclava várias atividades ligadas ao entretenimento, desde jogos e atividades físicas à música, esporte e alimentação.

A diversão também era garantida no *Skating Rink*, que dispunha de patinação com orquestra e patinação fantasiada (brilhante quadrilha sobre os patins), e ainda divulgava, no

mesmo espaço, a inauguração do *Club* Niniches com baile de máscaras, iluminação brilhante no jardim, fogos de artifícios e ceias no afamado *Restaurant do Rink* (O REPÓRTER, 16/02/1879, p. 4).

Em contrapartida, os ambientes esportivos também viam na conjunção entre diversão e alimentação uma necessidade. No *Jockey Club* também existia um *restaurant* à disposição do público apreciador das corridas de cavalo. Esse espaço era geralmente alugado e comandado por proprietários de confeitarias da cidade, como o senhor Castellões, da famosa confeitaria que levava seu nome (REVISTA DA SOCIEDADE JOCKEY CLUB, 1871. p. 34). Além do restaurante, também existia uma confeitaria no local (O PAÍS, 10/05/1885, p. 4).

Os espaços de entretenimento, como os hipódromos e o Jardim Zoológico, eram áreas de concentração da população de diversas camadas sociais, com um potencial muito grande para a instalação de restaurantes e confeitarias. Conforme Melo (2010), as corridas de cavalo se tornaram uma grande diversão que podia atender a diferentes camadas, "[...] onde os cavalheiros e as damas das elites iam desfilar seus trajes novos e sua pompa, e os populares encontravam um pouco de divertimento, iludidos pela possibilidade de melhorar de vida" (p. 57).

O antigo Jardim Zoológico[7] é uma prova dessa relação. Também dispunha de um *restaurant* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/07/1888, p. 3). O periódico *O País* (12/08/1888, p. 6) destacava que, aos domingos, havia banda de música no jardim. Para facilitar o acesso, existiam bondes da linha Vila Isabel de dez em dez minutos. Esse estabelecimento também era muito utilizado pelos amantes do turfe. Em dias de grande calor, em que havia corridas no Prado de Vila Isabel, ele era requisitado. Além disso, o restaurante gozava de uma bela vista e ar agradável. Dali mesmo, os aficionados pelas corridas de cavalo podiam realizar suas apostas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/01/1890, p. 2).

Identificamos uma prática de diversão pouco convencional e, de certa forma, peculiar se relacionarmos ao período contemporâneo. Era comum a disputa de tiro ao alvo nas confeitarias. Os periódicos nos informam fartamente sobre essas ações. É o que ocorria no recreio da *Confeitaria Estrada de Ferro D. Pedro II* onde havia tiro ao alvo todos os dias, das sete horas da manhã às nove horas da noite, segundo a *Gazeta de Notícias* (05/04/1885, p. 5). No dia 10 de agosto de 1886, foi inaugurado um tiro ao alvo com espingardas no salão da *Confeitaria Ouvidor*, que destacou que "para os atiradores tal lugar será o *utile dulci*[8]" (O PAÍS, 11/08/1886, p. 1), fazendo referência à "útil e prazerosa" prática. A entrada era gratuita

[7] Localizado no bairro de Vila Isabel, antigo Jardim Zoológico do Rio de Janeiro (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/01/1890, p. 2).
[8] Para saber mais sobre o emprego do termo *utile dulci* no Rio de Janeiro do século XIX, ver MELO (2014).

(A SEMANA, 14/08/1886, p. 267). Passou a ser comum, nessa confeitaria, a ocorrência de concursos de tiro ao alvo, além da ampliação das opções de divertimento: “aumentando o número de diversões que oferecem aos seus fregueses, os proprietários da *Confeitaria Ouvidor* inauguraram um salão com bilhares, xadrez, bagatelas[9] e outros jogos” (O PAÍS, 30/11/1886, p.1).

Também, a estrutura física era valorizada e atraía o público nos estabelecimentos de alimentação. A partir da chegada da família real, uma nova sensibilidade foi despertada em relação à paisagem e a natureza passou, também, a ser um objeto que deveria ser domesticado no espaço urbano. De acordo com Terra, “[...] no século XIX, várias foram as áreas verdes no Brasil que serviram de lugar de lazer e diversão” (2010, p. 87), como podemos perceber.

Assim como no *Brazilian Garden,* o *Restaurant Maison Moderne* possuía jardim, salões particulares, caramanchões e balcão com 15 metros de comprimento, além de geladeira sistema Peters, demonstrando toda uma inovação e pioneirismo tecnológico, a fim de garantir o bom estado de suas iguarias e um serviço incomparável a outro estabelecimento (GAZETA DA TARDE, 26/02/1883, p. 4). No ano de 1884, esse mesmo espaço passou por uma reforma e foi reinaugurado, sendo composto de oito salões reservados, um *restaurant* a preços fixos, bilhares, bagatelas e jardins (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14/12/1884, p. 6). Como nos outros dois espaços, a *Confeitaria Estrada de Ferro D. Pedro II* também dispunha de jardim de recreio (O CRUZEIRO, 02/09/1878, p. 4).

É notável que os restaurantes também estavam fortemente incorporados e essa tendência e vinculavam a alimentação ao entretenimento. O comer por necessidade física deixou de ser a única motivação para frequentar esses espaços, e a busca pelo divertimento, pelo diferente, pelo refinado, e pela necessidade de se relacionar com outras pessoas passou a ser empregado e motivador para as incursões daqueles que queriam ver e serem vistos.

Assim como os restaurantes, as confeitarias também ofereciam atividades de diversão para seus clientes. Enquanto os primeiros ofertavam, na sua maioria, bilhares, bagatelas, música e jardins, as confeitarias proporcionavam exposições de retratos, plantas, animais e bebidas, campeonatos de tiro ao alvo, xadrez e, também como os restaurantes, jardins, bilhares e bagatelas.

Nesse processo, é possível concordar com Guerrero (2007), quando enfatiza que a vida noturna no Rio de Janeiro já se encontrava muito desenvolvida quando a República foi

[9] A bagatela é uma peça originária da Alemanha, que consiste em uma mesa de madeira com vários pregos e pequenos buracos na tábua que possibilitam que uma pequena bolinha arremessada por um propulsor caia dentro deles e, assim, o jogador some pontos. Muito parecido com o *pinball* (JORNAL DE SANTA CATARIANA, 2013).

proclamada, no final de 1889. O autor ainda complementou que "essa atividade noturna, em público, girava em torno de uma refeição, o teatro e o após teatro" (p. 207), ou seja, em espaços de alimentação como restaurantes e confeitarias.

Tanto os restaurantes quanto as confeitarias e os locais de práticas esportivas estavam inseridos, se moldando e se adaptando a uma realidade cada vez mais perceptível, que era o desenvolvimento eminente de uma indústria do entretenimento. A alimentação era parte integrante e essencial de um ambiente moderno e "divertido". O Rio de Janeiro, mesmo com suas características peculiares, a exemplo das grandes cidades e de vasta parte do mundo ocidental, estava introduzido nesse cenário.

Esses fatores expostos podem nos levar a entender de maneira sólida o comportamento adotado por restaurantes e confeitarias em busca dos seus públicos, ainda mais se levarmos em conta que se situavam em pontos fixos da cidade. Era um perfil diferente dos circos e apresentações teatrais, por exemplo, outro tipo de diversão que frequentava o Rio de Janeiro, que eram itinerantes e podiam rodar o Brasil em busca de novos clientes. Sendo assim, eles procuravam conservar e atrair seus frequentadores através dos serviços prestados, cardápio, produtos comercializados, espaço físico, ambientes reservados, música, jogos e exposições, que tinham que se manter atualizados e capazes de cativar a população. Era uma demanda da época vastamente explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que alimentação, esportes e diversão são práticas distintas, cada uma com suas características. Ao mesmo tempo, seria plausível analisar essas questões de forma isolada? É possível pensar a alimentação servida em ambientes públicos sem vinculá-la à diversão? Seria razoável investigar historicamente locais de prática esportiva sem relacionar a alimentação a esses espaços? Ou, ainda, é aceitável reconhecer algum esporte sem tomá-lo, também, pelo menos parcialmente, como uma diversão? Na nossa opinião, de acordo com todos os argumentos e documentos apresentados nesse artigo, há uma única resposta: não. Alimentação, esportes e diversão são aspectos distintos que compõe a sociedade carioca do século XIX. Todavia, se ligam em muitas questões e, também, são o resultado de um processo de modernização e ampliação de um importante centro, certamente o mais importante no Brasil do século XIX.

Ao crescer, enriquecer, atrair gente de toda a sorte e cultura, a cidade se torna diversa ao seu modo. É o caso do Rio de Janeiro no período oitocentista que teve uma importância destacada nesse momento, tanto no cenário regional, nacional e internacional. Se era capital política, também era ponto de encontro de pessoas, de ideias, debates e diversões. É provável que esse não tenha sido um fenômeno isolado, mas é correto afirmar

que as características econômicas, culturais e sociais do Rio de Janeiro tornaram essa integração e relação, iminente. Alimentação, esportes e diversão são variáveis que estão inseridas na formação histórica da cidade como fragmentos fundamentais que se encaixam perfeitamente para a compreensão do seu desenvolvimento e funcionamento, de forma isolada ou conjugada, mas sempre esteios para a sua interpretação.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Rosa. **Machado de Assis: relíquias culinárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2010a.

______. **Nem garfo nem faca: à mesa com os cronistas e viajantes**. São Paulo: Editora Senac, 2010b.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. V. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. **Gastronomia no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

GUERRERO, Enrique Raúl Rentería. **O sabor moderno: da Europa ao Rio de Janeiro na República Velha.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Conheça a bagatela, nova brincadeira oferecida pelos clubes de caça e tiro na Oktoberfest em Blumenau.** Santa Catarina, 06 de out. de 2013. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/10/conheca-a-bagatela-novabrincadeira-oferecida-pelos-clubes-de-caca-e-tiro-na-oktoberfest-em-blumenau4292223.html>. Acesso em 23/07/2015.

KARLS, Cleber Eduardo. **Modernidades sortidas: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017a.

KARLS, Thaina Schwan. **Comida, bebida e diversão: uma análise comparada do perfil de restaurantes e confeitarias no Rio de Janeiro do século XIX (1854-1890).** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017b.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade divertida: entretenimentos no Rio de Janeiro do Século XIX.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.

_______. **Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

______. O esporte como forma de lazer no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do XX. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930).** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. **A gymnastica no tempo do Império.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PRIORE, Mary Lucy Murray Del. Em casa, fazendo graça: domesticidade, família e lazer entre a Colônia e o Império. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930).** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978.
______. **O dia-a-dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais (1870-1889).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial.** Rio de Janeiro: Univer Cidade, 2000.

SANT'ANNA, Denise. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (orgs). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 283-314.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
______. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise Colonial e Independência (1808-1830).** Vol. 1 - História do Brasil Nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TERRA, Carlos Gonçalves. O prazer no jardim. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930).** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

FONTES

A REPÚBLICA. Rio de Janeiro. 1871, 13 de out., p. 4.

A SEMANA. Rio de Janeiro. 1886, 14 de ago., p. 267.

CORREIO DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1872, 14 de abr., p. 3.

CORREIO DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1872, 18 de abr., p. 2.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 1853, 15 de dez., p. 4.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 1856, 04 de ago., p. 3.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 1859, 31 de jul., p. 3.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 1860, 20 de set., p. 3.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 1861, 09 de jun., p. 3.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 1861, 20 de jul., p. 3.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. 1864, 24 de set., p. 4.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. 1878, 23 de out., p. 3.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1887, 01 de abr., p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1888, 14 de abr., p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1888, 04 de jul., p. 3.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1890, 01 de jan., p. 2.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1890, 12 de out., p. 1.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro. 1882, 10 de mai., p. 1.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro. 1883, 26 de fev., p. 4.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro. 1884, 28 de out., p. 2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1879, 20 de jan., p. 6.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1879, 25 de out., p. 2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1880, 21 de jul., p. 6.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1884, 30 de ago., p. 3.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1884, 14 de dez., p. 6.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1885, 05 de abr., p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1861, 23 de mar., p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1861, 08 de mai., p. 4.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro. 1878, 20 de jan., p. 8.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro. 1878, 23 de jun., p. 4.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro. 1878, 02 de set., p. 4.

O FÍGARO. Rio de Janeiro. 1876, p. 143.

O GLOBO. Rio de Janeiro. 1876, 20 de jan., p. 2.

O GLOBO. Rio de Janeiro. 1876, 07 de set., p. 4.

O PAÍS. Rio de Janeiro. 1885, 10 de mai., p. 4.

O PAÍS. Rio de Janeiro. 1886, 20 de mai., p. 1.

O PAÍS. Rio de Janeiro. 1886, 11 de ago., p. 1.

O PAÍS. Rio de Janeiro. 1888, 12 de ago., p. 6.

O PAÍS. Rio de Janeiro. 1886, 30 de nov., p. 1.

O REPÓRTER. Rio de Janeiro. 1879, 16 de fev., p. 4.

O REPÓRTER. Rio de Janeiro. 1879, 26 de jul., p. 3.

OPINIÃO LIBERAL. Rio de Janeiro, 1869, 08 de jun., p.4.

REVISTA DA SOCIEDADE JOCKEY CLUB. Rio de Janeiro. 1871. p. 34.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

O COMÉRCIO DAS CORRIDAS DE CAVALO EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS, 1898-1916

HORSE RACING TRADE IN A COUNTRY TOWN OF MINAS GERAIS, 1898-1916

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral[1]

RESUMO

Este artigo, tomando como objeto de estudo a cidade de Oliveira, situada no Oeste mineiro, descreve e interpreta duas tentativas de introdução das corridas de cavalos no meio local, quais sejam, os páreos promovidos pelo *Jockey Club Oliverense* entre os meses de maio e junho de 1898, e os páreos promovidos por um grupo de fazendeiros e investidores nos dois meses finais de 1915 e primeira metade de 1916. Mais precisamente, a pesquisa buscou investigar, entre outras coisas, as circunstâncias econômicas que favoreceram ou dificultaram a oferta comercial das corridas, a participação do turfe nos processos de fomento ao agronegócio, e os usos deste esporte para alinhavar redes de contatos e de negócios entre pecuaristas e agricultores da região.

Palavras-chave: história; lazer; turfe.

ABSTRACT

Having as study object the city of Oliveira, located in Western Minas Gerais state, this paper describes and interprets two attempts to introduce horse racing locally, i.e., the races promoted by *Jockey Club Oliverense* between May and June 1898, and the races promoted by a group of farmers and investors between the two last months of 1915 and the first half of 1916. More precisely, the research intended to investigate, among other things, the economic circumstances that favored or hampered the trade offer of races, the participation of turf in agribusiness promotion processes and the uses made of this sport to outline the contact and business networks among cattle breeders and farmers of the region.

Keywords: history; leisure; horse racing.

INTRODUÇÃO

O turfe foi uma das principais atividades esportivas desenvolvidas no Brasil no final do século 19 e início do 20, tendo se espraiado por diversas regiões do território nacional (MELO, 2000; GAMBETA, 2015; SILVA, 2015; CORRÊA, 2017; SOUZA, 2017). Em Minas Gerais, a despeito da modalidade ter sido praticada e assistida na capital Belo Horizonte e em outras localidades do interior, a exemplo de Barbacena, Juiz de Fora, Ouro Fino, Ouro Preto, Patos de Minas, Queluz de Minas, Sabará e Uberaba (O CONTEMPORÂNEO, 24 de agosto de 1890, p. 3; O PHAROL, 17 de julho de 1892, p. 1; GAZETA DE OURO FINO, 9 de

[1] Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. Professor contratado do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros, campus Januária. É membro do Grupo de Pesquisa em História do Lazer da UFMG. E-mail: dvoamaral@gmail.com

setembro de 1894, p. 2; ESTADO DE MINAS, 5 de dezembro de 1894, p. 4; O TRABALHO, 12 de maio de 1907, p. 3; GAZETA DE QUELUZ, 22 de agosto de 1909, p. 1), são poucas as produções acadêmicas que, com maior ou menor aprofundamento, tratam da organização e da oferta comercial das corridas de cavalo (RODRIGUES, 2006; NETO, 2017; SILVA, 2018; DIAS, *et. al*., 2020). Esse baixo interesse da historiografia mineira em investigar o turfe talvez seja resultado de duas situações em especial. A primeira é a existência efêmera dos páreos turfísticos na maioria das cidades com algum tipo de investigação sobre clubes, corridas e hipódromos. Já a segunda diz respeito a rápida popularidade de outros esportes, como é o caso do futebol que, já na década de 1910, havia avassalado todas as atenções.

Segundo dados oficiais, dos 318 clubes esportivos recenseados pelos agentes da estatística estadual em 1921, aproximadamente 74% traziam em sua nomenclatura o termo "foot-ball", porcentagem que talvez seja ainda maior, visto que outros 24% dos clubes traziam as nomenclaturas "sport", "sportivo", "sportiva", "desportivo", "desportiva", "atlhetico", "athletica", "athletic" ou apenas "club" que também foram adotadas por clubes de futebol. Neste mesmo ano, apenas um clube foi recenseado trazendo na sua nomenclatura o termo "jockey", mais precisamente, a *Sociedade Jockey Club* da cidade de Uberaba (MINAS GERAIS, 1926, v. 5, p. 431-442). Assim, diante de um quadro de efemeridade dos páreos turfísticos, bem como de rápida popularização do futebol, as pesquisas históricas sobre os esportes em Minas Gerais visivelmente privilegiam o jogo bretão (RIBEIRO, 2007; MORORÓ, 2012; SILVA, 2013; DIAS, *et. al*., 2014; LIMA, 2014; KANITZ, 2017; AMARAL, 2017; AMARAL; COUTO, 2019), ao passo que o turfe tem sido marginalmente estudado ou às vezes até mesmo totalmente negligenciado.

Nessa direção, buscando contribuir para o preenchimento das lacunas que envolvem aspectos históricos da organização clubística e empresarial do turfe em Minas Gerais, este artigo, tomando como objeto de estudo a cidade de Oliveira, situada no Oeste mineiro, descreve e interpreta duas tentativas de introdução das corridas de cavalos no meio local, quais sejam, os páreos promovidos pelo *Jockey Club Oliverense* entre os meses de maio e junho de 1898, e os páreos promovidos por um grupos de fazendeiros e investidores nos dois meses finais de 1915 e primeira metade de 1916. Mais precisamente, a pesquisa buscou investigar, entre outras coisas, as circunstâncias econômicas que favoreceram ou dificultaram a oferta comercial das corridas, a participação do turfe nos processos de fomento ao agronegócio, e os usos deste esporte para alinhavar redes de contatos e de negócios entre pecuaristas e agricultores da região.

A principal fonte desta pesquisa foi o jornal *Gazeta de Minas*, publicado em Oliveira e disponível no acervo digital do próprio editorial.[2] O jornal foi fundado inicialmente com nome *Gazeta de Oliveira*, em setembro de 1887, pelo português Antônio Fernal. Em 1899, já com periodicidade semanal, circulando sempre aos domingos, foi renomeado para *Gazeta de Minas*. A mudança expressava claramente o novo horizonte de expectativas do periódico que passou a se declarar como "o jornal de maior formato e circulação de Minas Gerais" (GAZETA DE MINAS, 1 de janeiro de 1899, p. 1). Tanto pelas suas características quanto pela sua abundância, essas fontes constituem ricos registros de diversos aspectos da vida cotidiana de Oliveira e dos seus distritos e municípios circunvizinhos naquele período. Adicionalmente, com vistas a ampliar o arcabouço documental da pesquisa, foram consultados também documentos oficiais, tais como censos demográficos, econômicos e sociais ou ainda questionários agrícolas produzidos por agentes da estatística estadual e disponíveis no acervo digital da Biblioteca do Ministério da Fazenda.[3]

"A COISA DEU NO GOSTO DO POVINHO"

No dia 15 de maio de 1898, a imprensa de Oliveira anunciou a corrida inaugural do *Jockey Club Oliveirense*, cujo programa de estreia contaria com a disputa de nove cavalos, divididos em três páreos (GAZETA DE OLIVEIRA, 15 de maio de 1898, p. 1). A organização do clube foi empreendida pelo capitalista carioca José Barbosa de Miranda, que se estabeleceu na sede da cidade no início da década de 1890, para gerir uma pequena fábrica de destilação de bebidas alcóolicas (GAZETA DE OLIVEIRA, 8 de outubro de 1893, p. 1).

A chegada do Mirandão, como era chamado na imprensa, ocorreu no momento em que Oliveira recebia os ramais da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que ligava algumas localidades mineiras ao Rio de Janeiro, maior e principal centro consumidor do país no período. A nova ferrovia chegava com promessa de transformar à acanhada cidade de apenas 4 mil moradores, em um "importante centro de negócios".[4] Essa "ideologia do progresso" que apontava para a inauguração de ferrovias como agentes inequívocos de desenvolvimento (BATISTAS; BARBOSA; GODOY, 2012), parece ter aflorado as expectativas dos investidores locais.

No setor pecuário, em razão das facilidades proporcionadas pelos trens adaptados para o transporte de animais, ocorreu, inicialmente, conforme disseram os registros de

[2] Link para acesso: Acervo Digital Histórico | Gazeta de Minas
[3] Link para acesso: Memória Estatística do Brasil (memoria.org.br)
[4] A primeira locomotiva da Estrada de Ferro Oeste de Minas chegou na cidade de Oliveira no dia 18 de junho de 1888 (GAZETA DE OLIVEIRA, 24 de junho de 1888, p. 1).

jornais, um crescimento das exportações de gado para as feiras cariocas.[5] No comércio urbano, alguns novos serviços e estabelecimentos foram inaugurados, com destaque para o Hotel Central (1889), o Sanatório Oliveirense (1890), o Empório Oliveirense (1893), a Manufatura Nacional de Móveis 1894), e as fábricas de cerveja Oliveirense (1890) e D'Oeste (1893) (GAZETA DE OLIVEIRA, 6 de janeiro de 1889, p. 2; GAZETA DE OLIVEIRA, 19 de outubro de 1890, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 22 de julho de 1893, p. 4; GAZETA DE OLIVEIRA, 5 de agosto de 1894, p. 3; GAZETA DE OLIVEIRA, 2 de novembro de 1890, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 16 de abril de 1893, p. 4). É neste contexto que Mirandão, diante do novo leque de oportunidades, passou a atuar não apenas na fábrica de destilação, como também intermediando a exportação de *gado vacum* para o Rio de Janeiro, além de ter implementado o armazém Miranda & Miranda (1893), a Panificadora Miranda & Miranda (1895) e o *Jockey Club Oliveirense* (1898) (GAZETA DE OLIVEIRA, 20 de janeiro de 1895, p. 3; GAZETA DE OLIVEIRA, 28 de outubro de 1894, p. 4; GAZETA DE OLIVEIRA, 5 de maio de 1895, p. 3; GAZETA DE OLIVEIRA, 15 de maio de 1898, p. 1).

Na primeira corrida de cavalos, segundo os jornais da cidade, apinhou-se um "enorme concurso de povo avido de ver e admirar um divertimento novo" (GAZETA DE OLIVEIRA, 22 de maio de 1898, p. 1). Não parece ter havido cobrança de ingressos, pois não existia na cidade um hipódromo cercado que limitasse o acesso apenas as pessoas que tivessem comprado entradas. Ao invés disso, as corridas foram improvisadas no Largo do Cruzeiro, maior e principal praça do centro de Oliveira. Na falta de um espaço fechado, é possível especular que o principal interesse comercial do organizador estivesse na venda de bilhetes de apostas, visto que uma casa de poules foi edificada (GAZETA DE OLIVEIRA, 15 de maio de 1898, p. 4). Em várias partes do Brasil onde o turfe se desenvolveu no final do século 19, a venda de bilhetes de apostas foi uma importante característica da modalidade (cf. MELO, 2000; GAMBETA, 2015; SOUZA, 2017).

Após o evento inaugural, três novas corridas foram organizadas no final daquele mesmo mês de maio. O número de páreos aumentou de três para quatro, o que também ampliava as oportunidades de apostas e das respectivas vendas de bilhetes (GAZETA DE OLIVEIRA, 29 de maio de 1898, p. 1). Cronistas diziam que o clube de corridas estava "na ponta, na culminância". Conforme relatou um deles, "a coisa deu no gosto do povinho e isso o que se vê todo domingo" (GAZETA DE OLIVEIRA, 12 de junho de 1898, p. 1). A escolha do domingo ou dos dias santos para a realização dos páreos turfísticos se deve ao fato de ser, nestes dias, que as populações dos diversos povoados rurais que compunham o

[5] A primeira boiada partiu da estação de Oliveira no dia 6 de fevereiro de 1889. Entre 1892 e 1897, a imprensa de Oliveira registrou um volume médio anual de 30 mil cabeças de gado (GAZETA DE OLIVEIRA, 10 de fevereiro de 1889, p. 2; GAZETA DE OLIVEIRA, 8 de maio de 1892, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 24 de abril de 1898, p. 1).

território de Oliveira, a exemplo de Areão dos Faleiros, Barreiros, Fradique, Martins, Matinha, Picaria e Silveiras (MINAS GERAIS, 1926, v. III, p. 636), se dirigiam para a sede citadina por ocasião das celebrações católicas. Tal como foi observado pelo historiador Alexandre Cunha (2009, p. 11), tomando por base os registros de viajantes que percorrem Minas Gerais no século 19, vida urbana, efetivamente, seria algo próprio do fim de semana, sendo que ao longo da semana esses espaços eram, via de regra, "extremamente vazios".

A primeira série de quatro corridas do *Jockey Club Oliveirense*, recebeu, em todos os páreos, "muita animação e concorrência". Segundo um cronista anônimo, o clube de corridas havia chegado para cortar a "monotonia das tardes dos domingos e dias santos" (GAZETA DE OLIVEIRA, 15 de maio de 1898, p. 1). Esse tipo de queixa que se referia a sede de Oliveira como um lugar "monótono" era recorrentemente veiculado na imprensa. Em outubro de 1900, um cronista com o pseudônimo de Itagacheles chegou a dizer que "é tal a falta de diversões que há por aqui, que vivemos em uma tristeza quase igual a de um candidato derrotado" (GAZETA DE MINAS, 14 de outubro de 1900, p. 1).

Tal quadro de monotonia parecia ser, na verdade, uma frustração dos grupos letrados com a falta de oportunidades de lazer entendidas como mais sofisticadas e em conformidade com os principais centros do Brasil e da Europa.[6] Diferente das afirmações da historiadora Regina Horta (2018, p. 143) de que, no século 19, as cidades mineiras não tinham muitas opções de diversão, um rico calendário festivo, segundo foi narrado no compendio de citações de viajantes estrangeiros, coordenado por Léa Freitas Perez (2018), proporcionava um horizonte buliçoso de momentos de lazer. Em Oliveira, festas religiosas, cívicas e domiciliares, jogo da malha, tabernas ou ainda caçadas, eram algumas das diversões mais tradicionais negligenciadas por cronistas da imprensa que, claramente, desejavam um novo e moderno repertório lúdico.

No bojo dessa expectativa imaginária de progresso comportamental, Mirandão trazia do centro fluminense as experiências de uma atmosfera urbana que capitalizava, de forma privilegiada, um comércio lúdico inovador e em sintonia com o mundo europeu.[7] Sua atuação no setor do entretenimento não se resumiu na introdução do turfe. Nos festejos do carnaval de 1894, o capitalista carioca organizou, em Oliveira, os primeiros desfiles de carnaval, trazendo inclusive artistas do Rio de Janeiro para a confecção de carros alegóricos (GAZETA DE OLIVEIRA, 11 de fevereiro de 1894, p. 1). O novo carnaval, alinhado aos modernos festejos com alegorias e bailes de mascarados que se solidificavam no Rio e em outras cidades do Brasil naquele momento visava, entre outras coisas, substituir o que era

[6] Para uma discussão acerca desses desejos de grupos das elites do interior do Brasil por práticas de lazer entendidas como modernas, ver AMARAL; DIAS, 2017; CORRÊA, 2017.
[7] Sobre o comércio lúdico no Rio de Janeiro, ver MARTINS, 2014; DIAS, 2018.

chamado na imprensa de "incivilizado festejo do entrudo", uma brincadeira tradicional que consistia em molhar os adversários atirando limões de cheiro, água, ovos ou farinha.[8]

Em virtude dessa participação ativa no fomento de práticas de lazer inteiramente de acordo com os preceitos sociais que presidiam ações mentalidades de vários grupos de elite da época, Mirandão recebeu, em abril de 1898, uma manifestação de "gratidão" feita por jornalistas, por conseguir tirar a população oliveirense, segundo foi noticiado, "da monotonia própria das cidades pouco movimentadas, oferecendo divertimentos do labutar constante de todos os dias" (GAZETA DE OLIVEIRA, 17 de abril de 1898, p. 1). Nesses termos, as iniciativas culturais do Mirandão passavam a servir, em um só tempo, como recurso econômico e de sofisticação comportamental, explorando comercialmente atividades lúdicas inovadoras, ao mesmo tempo em que integrava a cidade nas redes de fruições de hábitos cotidianos suspostamente modernos, civilizados e de bom gosto.

Os eventos de turfe do *Jockey Club Oliveirense* pareciam promissores. Porém, na abertura da segunda temporada, que teve início no primeiro final de semana de junho, as corridas ocorrem "sem a animação de costume" e os páreos foram reduzidos de quatro para dois. No final da semana seguinte a redução dos páreos se repetiu, o que acabou sendo as últimas corridas (GAZETA DE OLIVEIRA, 12 de junho de 1898, p. 1). Segundo um cronista local, a justificativa principal para a dissolução dos páreos de turfe era: "as corridas não tinham adversários, ou se tinham eram em número muito reduzido" (GAZETA DE OLIVEIRA, 7 de agosto de 1898, p. 1).

As circunstâncias econômicas que cercavam Mirandão ajudam a explicar o insucesso do seu empreendimento. A partir do ano de 1897, o movimento de exportação de gado que recebeu um impulso com a inauguração dos ramais da ferrovia, sofreu uma retração ocasionada, principalmente, pela diminuição do consumo de carne no Rio de Janeiro. Essa retração se prolongou até o ano de 1900, sendo contabilizados, nesse intervalo de tempo, um recuo de 32% do comércio de gado de Oliveira com as feiras cariocas (GAZETA DE MINAS, 13 de janeiro de 1901, p. 1). Nas propriedades agrícolas,[9] em sentido parecido, o fim da escravidão e as consequentes dificuldades iniciais dos agricultores para se adaptarem ao sistema de trabalho livre parecem ter desarticulado as plantações e a cidade, antes autossuficiente, passou a importar gêneros básicos de alimentação (GAZETA DE OLIVEIRA, 22 de novembro de 1896, p. 2). Em 1899, cronistas

[8] Para uma síntese sobre o movimento de substituição do entrudo pelo carnaval moderno no Brasil, e mais detalhadamente em Minas Gerais, ver ARAÚJO, 2008.

[9] Além do comércio de gado com o Rio de Janeiro, o município de Oliveira produzia também toucinho, queijos, doces, açúcar e tecidos para abastecer nucleações vizinhas, e alguns gêneros para o abastecimento local, tais como aguardente, fumo, licores, café, arroz, milho, mandioca e batata (GAZETA DE OLIVEIRA, 5 de fevereiro de 1888, p. 1; GAZETA DE OLIVEIRA, 11 de março de 1888, p. 1).

da imprensa lamentando o estado de “decadência da lavoura” e a “desvalorização do gado”, diziam que os moradores de Oliveira corriam das casas de comércio como o “diabo da cruz” (GAZETA DE MINAS, 29 de janeiro de 1899, p. 2).

É no escopo dessas conjunções adversas que uma onda de falências afetou vários dos novos empreendimentos urbanos da cidade. Artigos de jornais passaram a falar de uma diminuição do movimento de pessoas na sede urbana, onde, conforme denúncias, nos finais de semana, após as obrigações religiosas (com exceção dos dias de festas de santos católicos), a cidade ficava “mais deserta que os carros da Oeste” (GAZETA DE MINAS, 14 de outubro de 1900, p. 1). Diante de um cenário em que, segundo um cronista anônimo, “não há dinheiro, pois não há onde se faça” (GAZETA DE MINAS, 29 de janeiro de 1899, p. 2), Mirandão parece ter sido desestimulado de realizar investimentos financeiros para uma melhor estruturação e diversificação dos páreos. Na medida em que as corridas deixavam de ser uma novidade e os páreos foram se repetindo ou mesmo diminuindo, o público gradativamente foi arrefecendo. O *Jockey Club Oliveirense*, acompanhando o destino de várias outras iniciativas comerciais, com menos de dois meses de funcionamento, findou suas atividades.

Em setembro de 1915, o turfe reapareceu com uma nova iniciativa comercial levada adianta pelo médico Alexandre Justiniano Chagas, formado em medicina na capital carioca em março de 1907, tendo montado seu consultório médico na sede de Oliveira nessa mesma época (GAZETA DE MINAS, 21 de maio de 1916, p. 1). Os trabalhos de organização dos páreos e a construção de um hipódromo para sediar as corridas contou com o apoio de um grupo de agricultores e pecuaristas do município, dentre os quais, Olinto Dinis e Afonso Lobato, do distrito de Carmo de Mata, Acácio Ribeiro, do distrito de São Francisco de Paula, e Orosimbo Ribeiro, da cidade de Oliveira (GAZETA DE MINAS, 3 de outubro de 1915, p. 1; GAZETA DE MINAS, 7 de novembro de 1915, p. 1).

Diferente do cenário de retração econômica dos anos finais do século 19, que dificultou a manutenção do *Jockey Club Oliveirense*, a realidade produtiva vivida por Oliveira naquele momento era mais favorável para empreendimentos dessa natureza. No setor pecuário, com um novo aquecimento das feiras de gado do Rio de Janeiro, a exportação de animais vivos apresentou, na década de 1900, um crescimento de mais de 140%. No setor agrícola, as propriedades foram, gradativamente, se recuperando da depressão causada pela adaptação ao trabalho livre, registrando-se, nessa mesma época, uma ligeira recuperação das lavouras e uma expansão industrial, com a inauguração de fábricas de manteiga e beneficiadores de café, arroz e milho (MINAS GERAIS, 1913, p. 265-268).

Na década de 1910, acompanhando essa tendência de recuperação produtiva das áreas rurais, o município de Oliveira sofreu uma espécie de surto agropecuário. Dois

processos parecem ter tido uma participação determinante nesse ensejo. O primeiro foi a crescente demanda por gêneros de alimentos e insumos para as indústrias dos dois maiores centros urbanos da região Sudeste, nomeadamente, São Paulo e Rio de Janeiro, cujas populações e atividades industriais se dinamizavam enormemente. Já o segundo tem a ver com os impactos da primeira Guerra Mundial (1914-1918) que provocaram forte retração das importações brasileiras de bens de consumo, alimentos, manufaturas e insumos industriais além de gerar novas demandas de abastecimento para os países aliados envolvidos com o conflito bélico.[10]

Sintomaticamente, no ano de 1920, segundo dados da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, a exportação de Oliveira alcançou a marca de 4.149 toneladas de charque, 1.800 toneladas de café, 750 toneladas de milho, 200 toneladas de cascas para curtumes, 175 toneladas de polvilho, 120 toneladas de arroz, 40 toneladas de manteiga, 20 toneladas de fumo, 15 toneladas de toucinho, três toneladas de feijão, além de 1.500 quilômetros de tecidos e 4.000 dúzias de ferraduras. Soma-se a essa exportação um rebanho de mais de 100 mil cabeças de gado e aves (MINAS GERAIS, 1926, v. III, p. 767).

Essa dinamização agropecuária proporcionou novas e mais ocupações para a mão de obra local. Uma vez que as áreas rurais demandavam trabalhadores para gerir plantações, rebanhos e processos de beneficiamento da produção, a remuneração do trabalho em dinheiro oportunizava, ao menos em tese, um mercado consumidor maior. Documentos censitários da época citam médias de salários pagos em diversas atividades rurais de Oliveira, o que reforça a tese de que uma parte do trabalho oportunizava ganhos financeiros (MINAS GERAIS, 1926, v. III, p. 24). Por volta de 1920, o contingente demográfico da cidade saltou para 11.876 (um crescimento de quase 200% quando comparado com o final do século 19), dos quais 60% residiam nos povoados rurais e cerca de 71% da mão de obra municipal que declarava suas profissões estava empregada na “exploração do solo” (MINAS GERAIS, 1926, v. II, p. 444).

No escopo dos processos de crescimento populacional e intensificação do trabalho remunerado, serviços urbanos precisaram aprimorar suas estruturas para atender às novas demandas. No ano final da década de 1910, já haviam 79 casas comerciais e depósitos, além de 22 negociantes ambulantes oferecendo seus serviços no município, a maioria concentrada na cidade de Oliveira, posto que ali a arrecadação do Imposto de Indústria e Profissão foi quase o dobro do segundo principal distrito contribuinte, Carmo da Mata (MINAS GERAIS, 1926, v. III, p. 810). Como resultado da expansão demográfica e

[10] Para uma discussão sobre os impactos na cadeia produtiva rural de algumas nucleações do Oeste mineiro, provocados pelo crescimento populacional da região Sudeste e pelos conflitos da Primeira Guerra Mundial, ver AMARAL, 2020.

comercial dos setores rural e urbano, as receitas do município, mesmo com o desmembramento dos distritos de Cláudio e Passa tempo, em 1911, tiveram um salto de, aproximadamente, 70% entre os anos de 1914 e 1920 (GAZETA DE MINAS, 5 de outubro de 1913, p. 2; GAZETA DE MINAS, 19 de outubro de 1919, p. 3). A título de comparação, entre 1900 e 1911, o aumento da arrecadação foi de apenas 7%.

Inteiramente em conformidade com o ideário de progresso da época, autoridades políticas, valendo-se da relativa prosperidade financeira, deflagraram várias ações para modernizar a sede municipal. Em 1920, um cronista do jornal *Gazeta de Minas* enumerou uma série de “melhoramentos de maior importância” que, segundo ele, comprovava que Oliveira havia “progredido muito”. Entre esses melhoramentos estavam: o prédio da Santa Casa com um laboratório anexado; o “belo e majestoso” edifício do Fórum; o jardim público com coreto e rinque de patinação; a empresa telefônica; as reformas da Igreja da Matriz e do Cemitério; a ampliação do serviço de eletricidade inaugurados em 1907; o pavilhão para sediar a exposição agropecuária; além da reforma ou abertura de ruas e a construção de “belos e modernos” prédios (GAZETA DE MINAS, 25 de julho de 1920, p. 1).

Não demorou para que empreendimentos para a cultura e o lazer fossem alvo, na sede de Oliveira, de iniciativas diversas por parte de empresários locais. Em 1909 tivemos, por exemplo, a inauguração do Cinema Oliveirense, cujo proprietário, o Sr. José Augusto Trindade, arrendou o prédio do Teatro Municipal, construído pelo poder público, dois anos antes. Entre 1913 e 1915, Trindade inaugurou ainda dois novos estabelecimentos, quais sejam, a casa de bilhares Salão do Ponto e o Café da Oeste. Já entre 1915 e 1919, um bar, um café, uma confeitaria, duas charutarias e até mesmo um salão para exercícios físicos seriam também inaugurados.

Diferente das recorrentes queixas de uma cidade “triste”, “monótona” e “sorumbática” veiculadas na imprensa de Oliveira no final do século 19, os novos estabelecimentos de comércio lúdico, por estarem sintonizados com uma nova e moderna escala de valores e sentimentos, passaram a receber um irrestrito apoio e comemoração da imprensa. Não é por outra razão que em 1917, um cronista anônimo da *Gazeta de Minas*, em alusão a esse aquecimento do mercado de diversões na cidade, publicou uma nota na qual dizia: “Diversões? Não tem faltado ultimamente em Oliveira; dinheiro haja, como dizia o outro” (GAZETA DE MINAS, 16 de janeiro de 1917, p. 1).

O reaparecimento do turfe em Oliveira se insere nesse contexto de modernização da estrutura física e dos lazeres urbanos, o que era financiado, em larga medida, pelos estabelecimentos de produção rural. Na primeira semana de setembro de 1915, um cronista anônimo anunciou a corrida inaugural do Hipódromo Coronel Xavier, nome que fazia referências ao capitalista, fazendeiro e presidente da Câmara Municipal de Oliveira, Manoel

Antônio Xavier. Segundo descrições da imprensa, o primeiro estádio hípico do município contava com arquibancadas "reservadas as senhoras e senhoritas belas e vistosas *toilettes*", coreto, casa de apostas e uma filial do Bar Saxônia, representante de uma fábrica de cerveja de Barbacena, cidade há cerca de 150 quilômetros da sede municipal. A corrida de estreia foi disputada por 20 cavalos, divididos em cinco páreos, tendo o hipódromo recebido jóqueis de "renome", tais como o argentino Rogério Primorgel, "já habituado no prado de corridas de Palermo", e Gonçalves, "grande tirocínio no prado de Belo Horizonte" (GAZETA DE MINAS, 12 de setembro de 1915, p. 1).

No dia 26 de setembro, outra grande corrida foi organizada, sendo convidados para participarem da festa turfística os jóqueis Cristiano, de Passa Tempo, Dente de Ouro, de Carmo da Mata, e Antônio, "já celebre domador conhecido em toda Zona Oeste" (GAZETA DE MINAS, 26 de setembro de 1915, p. 1). Na imprensa, o anúncio desta corrida teve como destaque as premiações que seriam oferecidas aos páreos vencedores: primeiro prêmio, um arado, e segundo prêmio, um debulhador de milho (GAZETA DE MINAS, 19 de setembro de 1915, p. 1). A oferta destes maquinários, mais do que estimular a inscrição de fazendeiros e criadores de Oliveira e nucleações circunvizinhas, parecia ser uma tentativa dos promotores do turfe de fazer do Hipódromo Coronel Xavier um espaço voltado para congregar as principais lideranças ligadas ao setor agropecuário, no contexto de uma dinamização produtiva das áreas rurais.

Os páreos eram dedicados aos proprietários rurais de diferentes pontos do Oeste mineiro, e após as corridas, tornou-se comum o oferecimento de uma taça de champanhe para os "abastados fazendeiros" presentes nas disputas (GAZETA DE MINAS, 12 de setembro de 1915, p. 1; GAZETA DE MINAS, 3 de outubro de 1915, p. 1; GAZETA DE MINAS, 7 de novembro de 1915, p. 1). Essas menções fomentavam uma participação mais ativa dos empresários do ramo agropastoril, proporcionando, por consequência, boas possibilidades para fechar parcerias comerciais. Não sem razão, alguns agentes que compunham a diretoria do clube de corridas eram membros ou fundadores da Cooperativa Agrícola Oeste de Minas e da Cooperativa Pastoril Oeste de Minas, que intermediavam a venda de gêneros agropecuários para grandes centros do Brasil e da Europa.[11] Nesses termos, com a oferta de maquinários agrícolas nas premiações dos páreos, e com a

[11] A Cooperativa Agrícola Oeste de Minas foi fundada em 1911, tendo sua agência edificada no centro cidade de Oliveira. Nessa época já podia contar com mais de 70 produtores associados, beneficiadores de café e arroz nas imediações das estações ferroviárias de Oliveira, Carmo da Mata e Bom Sucesso, além de um grande galpão, na sede municipal, de estocagem da produção dos fazendeiros. Já a Cooperativa Pastoril Oeste de Minas foi fundada em março de 1914, possuindo 37 associados, uma agência no Rio de Janeiro e um escritório instalado na Rua Direita, cidade de Oliveira. Para uma síntese sobre as cooperativas fundadas no município de Oliveira no início da década de 1910, ver AMARAL, 2020, p. 84-86.

oportunidade de alinhavar redes de interesses comerciais entre os produtores rurais, o Hipódromo Coronel Xavier assumiu uma posição relativamente importante de fomento do agronegócio na Zona Oeste do estado.

No final do mês de outubro, após a organização de três corridas que foram descritas na imprensa como "muito concorridas", um forte temporal que atingiu a cidade de Oliveira destruiu as arquibancadas do hipódromo, além de ter provocado fortes estragos na casa de apostas e no Bar Saxônia (GAZETA DE MINAS, 24 de outubro de 1915, p. 1). Os prejuízos parecem ter arrefecido a capacidade financeira dos investidores de promoverem a reconstrução do estádio turfístico. No mês de novembro, apenas duas novas corridas com os páreos reduzidos foram realizadas, em meio, segundo foi noticiado, às "ruínas" do hipódromo (GAZETA DE MINAS, 7 de novembro de 1915, p. 1; GAZETA DE MINAS, 21 de novembro de 1915, p. 1).

Nos três meses que seguiram a última corrida, isto é, entre dezembro de 1915 e fevereiro de 1916, a imprensa de Oliveira não publicou nenhuma notícia envolvendo corridas no hipódromo, o que sugere que a diretoria do clube de corridas interrompeu suas atividades. Apenas no início de março, a imprensa de Oliveira anunciaria uma nova corrida no Hipódromo Coronel Xavier, que permanecia sem qualquer tipo de reparo, razão pela qual um cronista atribuiu a queda do número de apostadores (GAZETA DE MINAS, 12 de março de 1916, p. 1). Na soma dos meses de maio, junho e julho, com o Hipódromo Coronel Xavier ainda sem receber reparos, apenas dois registros de corridas foram publicados na imprensa local, sendo o último datado de 9 de julho (GAZETA DE MINAS, 25 de junho de 1916, p. 2; GAZETA DE MINAS, 9 de julho de 1916, p. 1).

A dissolução do turfe ocorreu no momento em que os sócios do *Oliveira Sport Club*, agremiação futebolística fundada em abril de 1916, iniciaram os trabalhos de "nivelamento, terraplanagem e recuperação das arquibancadas do Prado Coronel Xavier" (GAZETA DE MINAS, 7 de maio de 1916, p. 1). É possível conjecturar para uma relação explicita entre a paralização dos páreos e a transformação do hipódromo em um estádio de futebol. Conjuntamente com os primeiros ensaios do *Oliveira Sport Club*, a imprensa oliveirense, no contexto do processo modernizador que ganhava contornos mais nítidos no centro urbano, iniciou uma verdadeira campanha publicitária em favor dos "esportes ginásticos", cujas bases discursivas eram ancoradas nos supostos benefícios "físicos, higiênicos, estéticos, morais e intelectuais" que advinham da sua fruição (GAZETA DE MINAS, 2 de abril de 1916, p. 1; GAZETA DE MINAS, 18 de fevereiro de 1917, p. 1). Conforme foi observado pelo historiador Edivaldo Júnior (2013), no projeto de modernidade que se difundia pelo território brasileiro na transição dos séculos 19 e 20, as cidades deveriam ser higienizadas com

bulevares, praças, áreas verdes, prédio amplos e arejados, bem como seus habitantes com corpos limpos e saudáveis.

É no contexto de gradual alinhamento do campo esportivo oliveirense com os preceitos da saúde, da regeneração e do vigor físico, e dos prejuízos financeiros causados pelos estragos sofridos pelo Hipódromo Coronel Xavier, que os páreos turfísticos, onde as principais referências eram os cavalos e seus proprietários, cederam lugar para diversas outras modalidades esportivas em que o corpo era protagonista, a exemplo do futebol, da patinação, do tênis, do basquete, da peteca, da luta romana e do *raid* pedestre (GAZETA DE MINAS, 17 de setembro de 1916, p. 1; GAZETA DE MINAS, 22 de outubro de 1916, p. 1; GAZETA DE MINAS,15 de abril de 1917, p. 1; GAZETA DE MINAS, 21 de outubro de 1917, p 1; GAZETA DE MINAS, 22 de setembro de 1918, p. 1; GAZETA DE MINAS, 6 de junho de 1920, p. 2). Alimentado por um processo de crescimento econômico das áreas rurais e dinamização da vida urbana, os esportes ginásticos, após a dissolução do turfe, aparecem em propagandas de jornais, como uma porta aberta para a constituição de um novo homem, corporificando uma "necessidade inadiável" de abraçar, nas palavras de um cronista anônimo, "as indicações dos higienistas" (GAZETA DE MINAS, 29 de abril de 1917, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes primárias arroladas neste artigo, nos permite constatar que o turfe foi introduzido na cidade de Oliveira, em maio de 1898, por iniciativa do capitalista carioca José Barbosa de Miranda, que fundou, neste ano, o *Jockey Club Oliveirense*. Os primeiros eventos turfísticos ocorreram de forma improvisada, no Largo do Cruzeiro, aparentemente com o interesse maior na venda de bilhetes de apostas. Neste momento, em que pese a euforia inicial dos primeiros páreos, diante de uma estrutura citadina tímida, uma economia pouco monetizada e uma retração produtiva dos setores rurais, em razão do fim da escravidão e da diminuição das importações de gado pelo Rio de Janeiro, uma onda de falências acometeu diversos estabelecimentos de comércio da sede oliveirense. O *Jockey Club Oliveirense* parece ter sido acometido por este cenário econômico adverso, findando suas atividades com menos de dois meses de funcionamento, período em que foram promovidas pelo menos seis corridas.

Em setembro de 1915, tivemos uma nova iniciativa empresarial voltada para a estruturação de um comércio de corridas de cavalo em Oliveira. Dessa vez, o cenário econômico era bem mais favorável, visto que o município sofria uma espécie de surto produtivo do setor agropecuário, favorecidos por demandas nacionais e internacionais provocadas, entre outras coisas, pelos conflitos da Primeira Guerra Mundial. Tal surto se

desdobrou no crescimento populacional e da mão de obra assalariada, maior estruturação da sede urbana e aquecimento de um mercado das diversões. É neste contexto que o médico Alexandre Justiniano Chagas, auxiliado por investidores ligados aos setores rurais da cidade de Oliveira e dos distritos de Carmo da Mata e São Francisco de Paula, edificaram o Hipódromo Coronel Xavier, com arquibancadas, casa de apostas e um bar. As primeiras contaram com a participação de jóqueis de "renome", por exemplo, o argentino Rogério Primorgel.

Mais do que os interesses de lucro que giravam ao redor do comércio turfístico, o espaço do hipódromo passou a servir também como rede de sociabilidades para alinhavar contatos, e fomentar os mecanismos de produção rural de Oliveira e lugares adjacentes, seja oferecendo maquinários agrícolas nas premiações, ou, ainda, reunindo e estimulando a participação de fazendeiros e sócios de cooperativas agrícolas e pastoris.

Após três meses de corridas, um forte temporal provocou graves estragos no hipódromo, desarticulando as movimentações em prol de uma melhor estruturação deste ramo de comércio na cidade. Em meados de 1916, mais detalhadamente, no dia 9 de julho, a imprensa de Oliveira registrou o último evento turfístico nas "ruínas" do Hipódromo Coronel Xavier.

O desaparecimento do turfe ocorreu simultaneamente à consolidação de um processo de novas concepções do uso do corpo, cujas matérias de jornais passaram a valorizar, cada vez de forma mais explícita, a prática de esportes e exercícios corporais. É no contexto da relativa importância simbólica atribuída aos esportes corporais, o que era reforçado por campanhas publicitárias que propagavam o discurso higienista que via, nas diferentes modalidades atléticas, um caminho certeiro para ajustar os corpos aos novos requisitos do físico, higiene e modelagem dos corpos, que o turfe encerrou suas atividades. O Hipódromo Coronel Xavier foi transformado em um campo de futebol e passou a receber treinos e jogos locais e intermunicipais do *Oliveira Sport Club*, movimento que reforça o novo espectro de interesses esportivos dos oliveirenses.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. História do futebol em Divinópolis – MG: cavalheirismo e integração regional (1916-1930). **Revista Fulia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 90-111, maio/ago. 2017.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. **Lazer, mercado do entretenimento e circuitos futebolísticos nos sertões de Minas Gerais, 1888-1925**. Tese (Doutorado em Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; COUTO, Euclides de Freitas. O futebol no Oeste de Minas: os encontros intermunicipais e os sentidos das práticas esportivas em Oliveira (1916-1925). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 105-124, maio/ago. 2019.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Nos trilhos do lazer: entretenimento urbano e mercado de diversões em Divinópolis, Minas Gerais, 1890-1920. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 237-261, jul./dez. 2017.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças populares**: festejos de entrudo em Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Annablume, 2008.

BATISTA, Felipe Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. Transportes, modernização e formação regional – subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 162-203, 2012.

CORRÊA, Joyce Nanci da Silva. Sports na terra dos rincões: Acre 1909-1922. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 24-45, set./dez. 2017.

CUNHA, Alexandre. Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo. Horizonte, v.11, n. 16, p. 57-70, jan./jun. 2009.

DIAS, Cleber, *et al*. Esportes nos sertões das Gerais. In: DIAS, Cleber; ROSA, Maria Cristina (Org.). **Histórias do lazer nas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2020.

DIAS, Cleber, *et. al.* História do futebol em Minas Gerais. **Tempos Gerais**, São João del-Rei, v. 3, n. 2, p. 67-86, jul./dez. 2014.

DIAS, Cleber. Mercantilização do lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 364-403, 2018.

GAMBETA, Wilson. **A bola rolou**: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol, 1895-1916. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

HORTA, Regina Duarte. **Noites circenses**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2018.

JÚNIOR, Edivaldo Gois. O esporte a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19. n. 4, p. 95-117, out./dez. 2013.

KANITZ, Roberto Camargos Malcher. **Vila Nova Athetic Club**: história do futebol operário em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LIMA, Alex Witney. Trilhas históricas do foot-ball em São João del-Rei: os clubes, as ligas e os campeonatros (1909-1921). **Tempos Gerais**, São João del-Rei, v.3, n. 2, p. 105-122, jul./dez. 2014.

MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Segreto**: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883-1920). Rio de Janeiro: Autografia, 2014.

MELO, Victor de Andrade. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

MORORÓ, Anderson de Carvalho. **O futebol em Juiz de Fora**: uma perspectiva através da imprensa (1904-1914). Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

NETO, Georgino Jorge de Souza. **Do Prado ao Mineirão**: a história dos estádios na capital inventada. Tese (Doutorado em Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PERES, Léa Freitas (Coor.); BELONE, Ana Paula Lessa; MARTINS, Marcos da Costa; GOMES, Rafael Barros (Org.). **Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX**: compêndio de citações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal***:* Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **A constituição e o enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Igor Maciel da. **Elas se divertem (Barbacena – MG, 1914 a 1931)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Luciano Pereira da. O foot-ball e o início da diversão esportivizada em Montes Claros – MG. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-30, mar. 2013.

SILVA, Marcelo M. “Comportamentos urbanos e esportes: contribuições para a esportivização do turfe e da pelota basca em Curitiba (1889-1905)”. **Licere**. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 86-115, set. 2015.

SOUZA, Elisa Salgado. **Esportes em Manaus, 1880-1910**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FONTES

ESTADO DE MINAS, Ouro Preto, 5 de dezembro de 1894, p. 4.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 1 de janeiro de 1899, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 12 de março de 1916, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 12 de setembro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 13 de janeiro de 1901, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 14 de outubro de 1900, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 15 de abril de 1917, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 16 de janeiro de 1917, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 17 de setembro de 1916, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 18 de fevereiro de 1917, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 19 de outubro de 1919, p. 3.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 19 de setembro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 2 de abril de 1916, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 21 de maio de 1916, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 21 de novembro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 21 de outubro de 1917, p 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 22 de outubro de 1916, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 22 de setembro de 1918, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 24 de outubro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 25 de julho de 1920, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 25 de junho de 1916, p. 2.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 26 de setembro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 29 de janeiro de 1899, p. 2.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 3 de outubro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 5 de outubro de 1913, p. 2.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 6 de junho de 1920, p. 2.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 7 de maio de 1916, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 7 de novembro de 1915, p. 1.

GAZETA DE MINAS, Oliveira, 9 de julho de 1916, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 10 de fevereiro de 1889, p. 2.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 11 de fevereiro de 1894, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 11 de março de 1888, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 12 de junho de 1898, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 15 de maio de 1898, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 15 de maio de 1898, p. 4.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 16 de abril de 1893, p. 4.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 17 de abril de 1898, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 19 de outubro de 1890, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 2 de novembro de 1890, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 20 de janeiro de 1895, p. 3.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 22 de julho de 1893, p. 4.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 22 de novembro de 1896, p. 2.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 24 de abril de 1898, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 24 de junho de 1888, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 28 de outubro de 1894, p. 4.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 29 de maio de 1898, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 5 de agosto de 1894, p. 3.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 5 de fevereiro de 1888, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 5 de maio de 1895, p. 3.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 6 de janeiro de 1889, p. 2.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 7 de agosto de 1898, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 8 de maio de 1892, p. 1.

GAZETA DE OLIVEIRA, Oliveira, 8 de outubro de 1893, p. 1.

GAZETA DE OURO FINO, Ouro Fino, 9 de setembro de 1894, p. 2.

GAZETA DE QUELUZ, Queluz de Minas, 22 de agosto de 1909, p. 1.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Anuário estatístico**: ano 1 (1921), v. II, III, V, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

MINAS GERAIS. **Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola do Estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de estatística, 1913.

O CONTEMPORÂNEO, Sabará, 24 de agosto de 1890, p. 3.

O PHAROL, Juiz de Fora, 17 de julho de 1892, p. 1.

O TRABALHO, Patos de Minas, 12 de maio de 1907, p. 3.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

OS BANHOS: RECREAÇÃO POPULAR EM FEIRA DE SANTANA

THE BATHS: POPULAR RECREATION IN FEIRA DE SANTANA

Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes[1]

RESUMO

Esse artigo investiga os banhos como parte dos usos recreativos dos mananciais de Feira de Santana-BA, na primeira metade do século XX. O texto apresenta e problematiza como os diferentes grupos sociais se utilizaram das águas para fins de lazer. Atentamos para as lógicas de uso e interdição das águas, conforme as estruturas de poder em curso. As disputas dessa forma de lazer evidenciam como elementos culturais, como os banhos, eram fundamentais na vida de trabalhadores e trabalhadoras de Feira de Santana. As fontes utilizadas nesta pesquisa foram jornais, processos-crimes e livros de memória.

Palavras-chave: Feira de Santana; banhos; lazer; conflitos.

ABSTRACT

This article investigates “the baths” as part of the recreational uses of the springs of Feira de Santana-BA, in the first half of the 20th century. The text presents and problematizes how different social groups used the waters for leisure purposes. We look at the logic of water use and prohibition, according to current power structures. The disputes over this form of leisure show how cultural elements, such as baths, were fundamental in the lives of workers in Feira de Santana. The sources used in this research were newspapers, criminal proceedings and memory books.

Keywords: Feira de Santana; baths; leisure; conflicts.

Feira de Santana está localizada a cerca de 116 km de Salvador, na região do agreste baiano e do polígono das secas nordestino. Parte dos mananciais da região secam durante os períodos de estiagem (FREITAS, 2014, p. 87). As estiagens são fenômenos climáticos que marcaram a história do município em diversos momentos. Por isso, quando se trata de água e sua disponibilidade, as secas estão no horizonte cultural no que diz respeito aos usos e proveitos que se faz das águas.

Conhecida como Sant’ana dos Olhos D’água, Feira de Santana-BA tem a presença de aguadas como característica marcante de sua paisagem. Parte da identidade da população feirense com o território está relacionada à forma como as águas eram usadas para atividades de trabalho, sociabilidade e lazer (GOMES, 2023).

---

[1] Graduado e mestre em história pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: pedroalberto.gomes@gmail.com. Este artigo é uma adaptação de parte da investigação desenvolvida no mestrado junto ao PGH/UEFS, mais especificamente no cap. 3 (GOMES, 2023).

Os banhos foram muito comuns em mananciais nos ambientes rural e urbano. Diferentes camadas sociais utilizaram as águas como forma de recreação e asseio, embora de forma diferente. As atividades de lazer nos tanques do campo podem ser visualizadas como parte da cultura local. O debate histórico sobre os banhos é escasso, sobretudo como parte da cultura dos trabalhadores pobres, embora haja trabalhos relevantes sobre as experiências de trabalhadores na cidade e no campo (ALVES, 2013; SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2016). Em relação às produções investigaram as recreações das elites, também predomina o silêncio em relação aos banhos nas aguadas (SANTOS, 2012).

Destaquei dois estudos que tocam na questão dos banhos em Feira de Santana, o primeiro é a produção desenvolvida por Andréa Santos Teixeira da Silva, que estudou os impactos da implantação da BR 324 no modo de vida dos moradores de Humildes, percebendo a tensão pelo uso dos mananciais privados e como o banho nas aguadas esteve atrelado à cultura dos camponeses do distrito (SILVA, 2008).

Natane Brito Araújo analisou as alterações na relação da população com as águas da Lagoa Subaé. Dialogando com aporte teórico e metodológico ligados à história ambiental, a autora percebeu que o banho era atividade muito praticada até a década de 1980, enquanto exercício coletivo e desenvolvido por diferentes sujeitos. Desde então, os processos de poluição e a redução da área da lagoa, contribuíram para o escasseamento das antigas práticas (ARAUJO, 2019).

Para ambas as autoras, os banhos foram importantes elementos da cultura de trabalhadores pobres, no campo e nos arredores do centro urbano. Os trabalhos também concordam que esta prática cultural foi modificada diante de processos de alteração dos modos de vida das populações de Feira de Santana em diferentes lugares.

Embora os textos ajudem a entender as formas de uso recreativo das águas, diversas questões permanecem abertas: os diferentes grupos sociais utilizavam as águas de forma diversa quanto o tema é lazer? Havia costumes locais que disciplinassem a prática de banho? Os banhistas sofreram perseguição policial ou campanhas repressivas? Houve tenções em relação aos banhos em mananciais privados?

OS BANHOS NO AMBIENTE RURAL: COSTUME E TENSIONAMENTOS

Pedro Cerqueira da Silva faleceu por afogamento em uma fonte na comunidade de Guaribas, distrito de Almas, em 1902. Ele estava com várias pessoas que presenciaram o acontecimento.

O clima era de brincadeira, todavia a diversão se tornou tragédia quando perceberam que o colega não sairia vivo da água. Um dos presente era Manoel Ventura Pereira, natural e residente em Almas, com vinte e seis anos, solteiro e lavrador. Ele relatou que estava com: “mais companheiros dentro d’água e o Pedro Silva estava na beira d’água também tomando banho. Eu disse: Pedro vamos nadar. Ele levantou-se e agarrou-se comigo” (CEDOC/UEFS, E: 02 Cx: 45 Doc: 753, 1902).

Existia entre eles o clima de descontração e desafio. Pedro não sabia nadar e aceitou o convite para subir sobre Manoel, que iria carregá-lo água adentro. A brincadeira explicita a busca de interação entre os banhistas, que antes ocupavam lugares diferentes na fonte, quando Pedro tomava banho na beira do manancial.

Conforme os presentes, quando notaram que Pedro demorou de sair da água, passaram a procurar pelo companheiro e depois pediram a ajuda de um mergulhador (alguém com maior habilidade na imersão nas águas). Segundo Manoel, o corpo foi encontrado “já morto no fundo d’água agarrado em um pau de cerca que tem dentro da dita fonte” (CEDOC/UEFS, E: 02 Cx: 45 Doc: 753, 1902).

A partir do caso narrado, se pode pensar aspectos da recreação coletiva no ambiente rural de Feira de Santana. O banho, enquanto prática social, é composto pelo caráter lúdico e existência de brincadeiras. O que evidencia experiências pouco investigadas em âmbito local, mas muito corrente nas comunidades rurais. Tudo indica que a Fonte Grande fosse muito utilizada pelos moradores do entorno, ao menos para apanhar água para o banho e gasto residencial.

Em muitos casos, os banhos eram atividades não recomendadas em propriedades privadas, o que era tanto tolerado como burlado conforme os interesses dos usuários e a capacidade de repressão dos mandatários. O impedimento do banho foi palco de desentendimento entre dois trabalhadores rurais que prestavam serviços na fazenda Papagaio, em 1939. A unidade produtiva fazia parte do projeto do governo do Estado da Bahia para incrementar o setor agropecuário no interior do estado. Em depoimento, Sabino disse que a questão se tornou conflituosa porque ele:

> Tendo recebido ordens do administrador da Fazenda para não consentir que os trabalhadores tomassem banho no tanque, encontrou diversas vezes Antônio de Mattos, também trabalhador da fazenda, tomando banho no tanque; que mais de uma vez, fez ver a

> Antônio que tinha ordem para proibir o banho ali e este continuava desobedecendo; que assim ele respondente fez chegar ao conhecimento do administrador da fazenda as desobediências de Antônio e por isto Antônio ficou aborrecido com ele respondente (CEDOC/UEFS, E: 05 Cx: 125 Doc: 2472, 1939-40).

O banho não era algo de menor importância no ambiente rural de Feira de Santana, a proibição colocou em oposição dois trabalhadores, mobilizados por interesses diferentes. Como atividade de recreação, o banho poderia ser tolerado por proprietários a depender de diversos fatores, mas era proibido em certas propriedades. Em geral, dependia da vontade do proprietário e do uso que se fazia das águas. O consentimento e a proibição poderiam ter lugar numa mesma propriedade, quando o estipulado era não haver banho num manancial específico, ou quando a prática era autorizada em determinada aguada. Embora os proprietários proibissem, nem sempre as recomendações eram cumpridas. O jogo de interdição e burla faz parte do cenário de tensão pelos usos recreativos das águas no ambiente rural.

No caso em questão, a leitura da voz de comando é precisa: os trabalhadores não deveriam tomar banho. Talvez existisse uma regra anterior, e de conhecimento geral, que proibia os banhos de pessoas de fora da fazenda, restando disciplinar os trabalhadores. Sabino se comportou como homem de confiança do administrador, desaconselhando os reiterados banhos de Antônio. É possível que o banhista tivesse lançado mão de artimanhas que abrandasse o efetivo cumprimento da ordem, pois, ele não contava com tamanha determinação por parte do companheiro de trabalho. Em seguida a delação, Antônio arrumou uma forma de se vingar do colega. Conforme os depoimentos de Sabino e de algumas testemunhas, a atitude do companheiro teria desagradado Antônio, que o agrediu a cacetadas quando estava na estrada de volta do trabalho.

É possível ler as reprimendas de Sabino e a intervenção do administrador da fazenda como uma tentativa de disciplinar as práticas do trabalhador por não estarem de acordo com o modelo de gestão racional, com o objetivo de otimizar o uso dos recursos naturais de maneira a gerar lucro. A fazenda funcionava como propriedade modelo na época, proporcionando alternativas viáveis de uso dos elementos naturais e incorporação de técnicas eficazes nas "propriedades agrícolas", conforme analisou Sônia Regina de Mendonça (MENDONÇA, 1997). O objetivo da iniciativa era demonstrar que era possível produzir diferentes gêneros de maneira lucrativa.

A referida fazenda foi descrita no relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, em 1939, como produtora de hortaliças e contava algumas olarias. Ambas as

produções utilizam água, talvez esse fosse um dos motivos da proibição. Na economia dos usos das águas propostos pela administração da fazenda, os banhos não eram aceitos por não estarem em conformidade com o "melhor" aproveitamento do líquido.

Os gestores da fazenda não negligenciavam os serviços de manutenção da propriedade. Em 1942, por exemplo, um pedreiro se acidentou ao reparar o telhado da fazenda (FOLHA DO NORTE, 1942). Em 1948, circulou no jornal *Folha do Norte* um anúncio de contratação, com oferta de moradia e água para empregado que desempenharia a função de "auxiliar de campo". Os requisitos esperados dos interessados eram ser "alfabetizado" e ter "prática de trabalhos rurais", de preferência "casado com o máximo de 2 filhos". O ordenado a ser pago era diária de Cr.$12,00 (doze cruzeiros) (FOLHA DO NORTE, 1948). Exceto a falta de alfabetização do empregado agredido, a descrição se assemelha às características com as quais Sabino se identificou no auto de acusação. Havia a expectativa de que uma pessoa com tais características cumprisse com a disciplina preconizada.

O aparato técnico mobilizado nas produções da fazenda Papagaio destoava da forma como o funcionário interpretava a questão. O banho realizado pelo trabalhador demonstra que, do ponto de vista de Antônio, não havia uma separação rígida entre trabalho e lazer, uma vez que os depoimentos sugerem que ele se banhava repetidas vezes no tanque da fazenda (THOMPSON, 1998).

Andréa Silva atentou para o caráter lúdico do banho de fonte entre os produtores rurais da região de Humildes. Segundo a autora, havia o costume dos lavradores estabelecerem tarefas laborais diárias para os filhos. Ao terminarem as atividades, as crianças e adolescentes se dirigiam para a fonte para tomar banho, o que a articulista visualizou como forma "catártica" de descontração, posta em cena para redimi-los das árduas horas de trabalho (SILVA, 2008, p. 61-62).

A questão da imbricação entre trabalho e lazer é cara para a historiografia social (THOMPSON, 1998). No Brasil, há diversas contribuições nesse sentido, uma vez que demonstra a tentativa de patrões em disciplinar as ações dos trabalhadores e aponta para resistências à imposição da racionalidade produtivista sobre os costumes (CHALHOUB, 2012; FRAGA, 2014; REIS, 1988). O caso narrado acima, expressa apenas algumas páginas de um processo maior de tentativa de apropriação dos recursos naturais para fins mercantis.

O BANHO FEMININO: AS PRÁTICAS E OS SILENCIAMENTOS

A prática de banho por parte das mulheres parece ter sido bastante desaconselhada, sobretudo no campo, encontramos poucos casos de banhos femininos e alguns deles sob uma ótica depreciativa. A escassez de fontes não necessariamente quer dizer que as mulheres não se banhavam nos mananciais, mas se relaciona com o silenciamento dessa prática bastante reprimida pela moral que as elites tentavam impor.

Uma notícia circulada no jornal *Folha do Norte,* em 1945, é sugestiva sobre o que se pensava das mulheres que se aventuravam aos banhos. A nota foi publicada na seção de “ocorrências policiais” e informou sobre a morte, por afogamento, de uma mulher que tomava banho num poço, do lugar chamado Pedreira de Leocádio. O fato teria ocorrido no dia 23 de setembro, às 14h30min. A falecida se chamava Angelina Moreira, segundo o texto, ela “fora com outras companheiras tomar banho num poço naquele local”. O articulista se referiu a Angelina como “mundana”, acrescentando que ela era “de cor parda, com 18 anos” e que “se encontrava em estado de embriaguez” no momento da fatalidade (FOLHA DO NORTE, 1945).

Toda a construção discursiva é explícita em desaprovar a prática e culpar Angelina por ser mulher e se permitir a reproduzir um comportamento tipicamente masculino. O que podemos extrair das palavras sobre o fato, é que Angélica tomava banho num poço com outras companheiras e usando álcool. A prática descrita é uma atividade recreativa muito exercitada na região, que nos ajuda a quebrar o silêncio.

Maria Odila Leite da Silva Dias evidenciou a dificuldade de visualizar a complexidade das ações de mulheres pobres nos documentos elaborados por mãos masculinas, referentes à São Paulo do século XIX. A historiadora apontou o conjunto de estereótipos que encobrem o que deveria ser a descrição da atuação mulheres em sociedade. Nas narrativas elas “raramente apresentam a individualidade de personagens históricas. São forças outras, misteriosas, desconhecidas, às vezes perigosas” (DIAS, 1995, p. 40).

A leitura dos processos-crimes permite a imersão na complexidade da experiência de vida das mulheres, embora seja necessária a leitura cuidadosa e crítica das passagens de texto a fim de entender melhor as experiências femininas. Em um caso ocorrido no distrito de Anguera, no ano de 1952, o adjetivo “mundana” recaiu sobre a falecida Maria Ester de Brito (CEDOC/UEFS, E: 04; Cx: 110; Doc: 2284, 1952).

A ausência de informações iniciais e testemunhas, pesou para que a tese de homicídio ganhasse força. Três pessoas foram suspeitas. Apenas Luiz Bezerra da Silva foi indiciado, julgado e absolvido em júri popular. Ele se identificou como paraibano, 30 anos, solteiro, cor parda, pobre, ajudante de pedreiro e religião católica. Diferente de Luiz, Firmo Almeida da Silva e Maria Angelina da Silva estavam distante da vítima quando ela foi a óbito. Firmo se identificou como natural de Tinguatiba (atual Antônio Cardoso), com 43 anos, solteiro, lavrador, cor preta e religião católica; Maria Angelina se declarou natural de Riachão de Jacuípe, com 39 anos, dois filhos menores, solteira, doméstica, preta e católica.

A declarante Maria Gonçalves de Almeida disse que no dia do ocorrido "passavam umas mulheres vindo trazendo água e falavam então que tinham visto um corpo". O manancial era um tanque público, utilizado para atividades diversas e ficava perto de uma das extremidades do arruado. A localização favoreceu a ida dos banhistas ao tanque. Eles saíram de uma "festa na casa de Senhora", situada numa ponta de rua. As quatro pessoas, movidas pelo calor da dança, decidiram se banhar nas águas do manancial ao fim do festejo.

Segundo os presentes, Luiz Bezerra da Silva atendeu aos desejos de Maria Ester de Brito e foi numa quitanda comprar uma garrafa de cachaça. O depoimento de Angelina Maria da Silva apresenta detalhes:

> Após chegarem, Luiz e Firmo trazendo a bebida, Maria perguntou se trouxe a bebida e Luiz respondeu que sim. Ela saindo ao encontro dele, ingeriu a quantidade que lhe foi suficiente e mais uma vez continuou a tomar banho, quando Luiz também entrou no tanque para tomar banho e lá ficaram juntos, ficando ela respondente sentada junto com Firmo. à espera que o seu corpo esfriasse. Continuando, Maria e Luiz brincando dentro da água, momento depois saiu Luiz dizendo que Maria estava morta (CEDOC/UEFS, E: 04; Cx: 110; Doc: 2284, 1952).

A descrição do banho a dois oculta nas entrelinhas a relação sexo-afetiva que se insinua nos recortes "lá ficaram juntos" e "brincando dentro da água". Segundo o depoimento de algumas testemunhas, o casal mantinha relações sexo-afetivas. O irmão da falecida revelou que pessoas teriam ouvido "gemidos na lagoa", durante a madrugada. As águas foram palco de práticas sexuais em outros lugares e ocasiões. O romance *Setembro na Feira*, de Juarez Bahia, traz uma cena em que os protagonistas Adélia e Florêncio, ambos de famílias pobres e residentes no bairro Queimadinha, se enlaçam fogosamente as margens do Rio Jacuípe, próximo à Ponte

do Rio Branco, em Feira de Santana (BAHIA, 1986, p. 83). Janes Jorge também destacou a alusão sexual feita em um jornal, no ano de 1935. Divulgadas como “cenas inconvenientes” ocorridas à noite, no local de nome sugestivo: “Ponte dos Amores”, sobre o rio Tietê, em São Paulo (JORGE, 2017, 124).

Conforme o auto processual, “foi encontrado o cadáver de uma mulher [...] de cor parda, despida, sem apresentar ferimento algum, tendo encontrado as vestes penduradas em uma cerca existente próximo ao dito tanque” (CEDOC/UEFS, E: 04; Cx: 110; Doc: 2284, 1952). Segundo Maria Angelina da Silva, “chegando Maria Ester de Brito foi logo se despindo e entrando na aguada”. Não há, por parte dos depoentes, o estranhamento da atitude da mulher que retira a roupa antes de entrar na água, o que pode indicar que, apesar das tentativas de controle sobre o corpo feminino, essa era uma prática comum entre os grupos subalternos.

A testemunha Hildebrando Borges da Silva utilizou todo o seu poder imaginativo para afirmar, antes que qualquer pessoa citada no processo, que “presume ter sido essa morte influenciada por outras pessoas, pois, conhecia bem a Maria Ester e acha que só não iria à aguada fora de horas tomar banho”.

A análise das entrelinhas do depoimento permite entender que a finada se banhava no manancial em horários considerados não-excepcionais, o que reforça que a prática do banho era exercitada por outras mulheres no local. A testemunha parece compartilhar da ideia de que houve, de fato, a prática de banho na aguada, embora acredite ser uma atividade coletiva articulada por pessoa(s) que pudesse(m) influenciar a Maria Ester de Brito. Talvez a leitura cuidadosa dos indícios, como a existência de roupas na cerca e de o corpo ter sido encontrado despido à beira da água, com apenas os pés submersos, tenham mobilizado a astúcia da testemunha.

Quebrar o silêncio sobre os banhos femininos envolve não apenas demonstrar que as mulheres se banhavam nas aguadas, mas entender a complexidade das relações de classe, raça e gênero nas quais eles se moviam. Se havia padrões de conduta preconizados pelas elites, também existia uma cultura subalterna movimentada pela ação de mulheres e homens comuns. A produção de espaços recreativos, no diz respeito às águas, foi marcada pelo estabelecimento de diferentes “lugares” de pertencimento, não apenas do ponto de vista territorial, mas também simbólico.

E OS BANHOS DAS ELITES? "EXERCÍCIOS E BRINCOS"

Era prática corriqueira, na primeira metade do século XX, que integrantes das renomadas famílias feirenses saíssem a passeio para desfrutar as belezas naturais dos locais próximos da cidade e alhures. Olhares opostos dos direcionados às falecidas Angelina e Maria Ester seriam vistos em caso em que membros das elites feirenses sofresse um lamentável e fatal acidente. Foi algo próximo disso que aconteceu numa manhã de outubro de 1940, quando o jovem Rubens Ramos pereceu ao tentar socorrer um colega de nome Grymaldo. A notícia laudatória do jornal *Folha do Norte* foi intitulada: "Lamentável ocorrência num dos poços do Jacuípe". Na matéria, foram citados diversos elementos da vida do falecido, ele era estudante do colégio Santanópolis e sua família era residente em Serrinha. Rubens Ramos morava na praça de Sant'ana, era um bom nadador e participava do Brasil Esporte Clube, de Feira de Santana.

Para além dos elementos da sua vida, a reportagem desnudou outros detalhes, como a queda de um "aguaceiro" que "os induziu a tomar novo banho, agora, no rio, enquanto as roupas que vestiam ficavam a secar" (FOLHA DO NORTE, 1940). O texto revelou que houve um almoço antes da chuva e o novo banho suscitado pelo temporal.

Os detalhes são muitos e permitem perceber a recreação praticada no poço e o cenário em questão: "os jovens passeantes arraiaram para o almoço próximo ao referido curso d'água, entregando-se pouco depois a vários exercícios e brincos". Após a forte chuva, os rapazes teriam novamente caído na água, ao que segue: "todos atiraram-se ao poço denominado da Areia, cuja profundidade atual [...] não excede os dois metros e entraram a nadar" (FOLHA DO NORTE, 1940).

Segundo a notícia, o local onde o acidente aconteceu distava cerca de seis quilômetros de Feira e ficava próximo do encontro entre os rios Jacuípe e Paraguassú. Rubens Ramos estava acompanhado de Grymaldo Andrade, Aroldo Araújo, Clóvis Mascarenhas e Edgard Falcão. O encontro já havia sido combinado e adiado anteriormente.

A narrativa permite entender o nível de organização com que as elites e grupos remediados produziam os seus rituais de socialização. Tais passeios parecem ter sido comuns e, muitas vezes, tinham um caráter familiar. Talvez a distância que se tomava da cidade pode ser reveladora da tentativa de quebra da rotina, ou mesmo pela busca de aproximação com um meio ambiente idealizado em face do corrente processo de

destruição, já que parte da população local tinha contato com a natureza de diferentes formas nos arredores da cidade.

O memorialista Antônio do Lajedinho fez menção aos passeios realizados por pessoas de famílias abastadas e remediadas de Feira de Santana. O autor citou as matinês dançantes no rio Jacuípe. Conforme o texto, a ponte era espaço de encontro para realização de “grandes piqueniques”. A maneira de chegar ao local se modificou com o passar do tempo, “a princípio caminhando e depois em pequenos caminhões e, posteriormente, em marinetes” (FERREIRA, 2006, p. 53).

Segundo Lajedinho, não poderia faltar uma boa feijoada e música para embalar os presentes. Sobre os banhos, a lembrança é taxativa em dizer que “tinha os lugares definidos de homens e mulheres”. O banho das mulheres se adequa a uma ordem moral que não perturba o patriarcado. A camadas abastadas da cidade desenvolveram um ritual de separação por gênero e estreita vigilância do comportamento feminino que possibilitaram os banhos femininos.

Em outros documentos encontrei menção a banhos que incluíram homens e mulheres. A leitura da documentação aponta tanto para um processo de imposição de uma conduta moral restritiva, quanto para fazeres nos quais homens e mulheres se lançavam nas águas sem locais de separação, embora consideremos que mesmo nesses casos os papeis de gênero pode ter levantado outros elementos de diferenciação.

Não apenas a população pobre da cidade buscava o lazer das águas. As camadas médias e altas também tinham nos poços e rios lugares de recreação. Entretanto, é preciso entender a busca de lugares mais afastados da cidade como rios e poços da área rural como uma tentativa de afastamento da recreação exercida pela população pobre urbana e muitas vezes criminalizada nas páginas jornalísticas. Os piqueniques funcionam como rituais de socialização das camadas médias e altas, em que fortaleciam as identidades grupais e, ao mesmo tempo, buscavam se distinguir dos pobres habitantes dos subúrbios.

OS BANHOS NO ESPAÇO URBANO

Parte dos tanques, fontes e lagoas públicas estavam situadas nos subúrbios da cidade. As práticas de lazer e recreação exercitadas nos tanques foram alvo de discursos criminalizadores, por parte do jornal *Folha do Norte*. A pretensão de dotar o centro urbano de ares mais civilizados fez com que os subúrbios fossem vistos pelos jornais e autoridades locais de maneira discriminatória (OLIVEIRA, 2016, p. 281-282).

O Tanque Novo, situado no bairro Baraúnas, foi mencionado em alguns textos condenatórios presentes no semanário. O principal motivo das reclamações era a nudez com que os banhistas se expunham. A mensagem veiculada no ano de 1937, foi inequívoca: "Pessoas residentes nas imediações do Tanque Novo vieram se queixar de que indivíduos desrespeitadores da moral pública costumam ir banhar-se inteiramente despidos naquele manancial, o que está a merecer da salutar repressão" (FOLHA DO NORTE, 1937).

Um texto escrito pelo jornalista e romancista Juarez Bahia, explicitou a falta de assistência por parte do poder público ao bairro. Para o autor, tanto a ausência como a presença da gestão municipal da época contribuíam para dificultar a vida dos moradores da localidade: "além do desleixo dos responsáveis pela miséria do povo, outra grande falta conhecemos em Baraúnas: os perpétuos buracos feitos por ordem "superior". E que profundos buracos!" (BAHIA, 1947).

Ao descrever os habitantes do bairro, Juarez Bahia afirma: "moram nesse subúrbio dezenas de pessoas pobres. Habitam-no, já se ver, todas as crucidades da vida". O esquecimento e falta de amparo expostos foram uma tentativa de denunciar a situação de calamidade do bairro.

Encontramos nos escritos de Juarez Bahia elementos que ajudam a entender conexão produzida, nas páginas de jornais, entre o ambiente de pobreza e a criminalidade. Uma vez que boa parte das matérias que se referiam ao bairro não tematizaram os problemas sociais enfrentados pelos habitantes do subúrbio, mas produziram esforços para demonstrar o quão carente de repressão e presença policial eram os moradores da Baraúnas.

O Folha do Norte publicou, em 1924, uma notícia garantindo que o então delegado de polícia, e futuro prefeito, Heráclito Dias de Carvalho, agiria "energeticamente contra indivíduo que, às vezes, em plena luz meridiana, se banham no Tanque Novo" (FOLHA DO NORTE, 1924). A campanha do jornal contra os banhistas do tanque, não cessou de imediato, no ano seguinte uma chamada alarmante afirmava que o Tanque Novo havia sido transformado em "banheiro público" (FOLHA DO NORTE, 1925).

A expressão é parte de um jargão que se pretendia impor. O banho à luz do dia estava em desacordo com a moral vigente desde a época do Código de Posturas de 1893. Entretanto, a expressão "banheiro" revisita o imaginário de um espaço ideal e privado, onde deveriam ser feitas as necessidades vistas como íntimas, o que incluía o banho. A ordem que o jornal pretendia impor só seria possível com a ação ostensiva

da polícia contra os faltosos, por isso a polícia é evocada em todas as matérias do tipo.

Tanto a prática do banho, como a repressão da população negra, que frequentemente se lançava nas aguadas urbanas, foram notadas por João José Reis na cidade de Salvador, em meados do século XIX. Para o autor, ao proibir o banho sem vestes, o código de postura vigente apontava para a população negra, que mais se valia das águas públicas para o banho despido, sobretudo considerando as dificuldades materiais para a reposição de roupas e a cultura de muitos dos africanos que tinha a nudez como algo comum (REIS, 2019, p. 33).

O Código de Posturas do município de Feira de Santana (publicado em 1893), e as chamadas jornalísticas pretendiam modificar atividades de lazer culturalmente praticadas, sobretudo pela população pobre e negra. Seria muito difícil combater um costume tão arraigado no modo de vida dos trabalhadores. Mas a eleição desta prática como potencial alvo de investidas policiais, também diz sobre como os editores do jornal, com certo apoio de gestões anteriores e da época, tentaram controlar os corpos da população pobre no solo da cidade.

Nas proximidades do Tanque Novo, ficava a Lagoa do Prato Raso, também encravada num subúrbio da cidade, a Queimadinha. Numa longa matéria com o título de “Repressão à vadiagem”, o periódico chamou atenção para os “garotos, de parceria com vagabundos adultos” que afluíam para a lagoa:

> E agora que a Lagoa do Prato Raso está a sangrar, por motivo das contínuas chuvas, eles se transformam em aquáticos e para ali afluem, banhando-se em completa nudez, o que impede que as mulheres que residem nas vizinhanças vão ali lavar ou se prover d’água (FOLHA DO NORTE, 1926)

O trecho em destaque permite perceber a diversidade de usos propostos para o ambiente da lagoa, que abrigava tanto o trabalho das mulheres como a diversão de crianças e adultos.

O discurso moral usado para combater os banhos nos mananciais estava em completa consonância com os embates travados à época. A proteção da honra feminina contra os ultrajes praticados pelos vadios, era a justificativa perfeita para a tão pautada repressão aos banhistas.

A grande circulação de pessoas é um fator que marca tanto a Lagoa do Prato Raso como o Tanque Novo, não apenas pelo elevado volume de pessoas residentes nos bairros antigos e cada vez mais povoados, mas por ficarem próximos de umas das principais vias de acesso à cidade, a estrada que leva a São José das Itapororocas,

atual distrito de Maria Quitéria.

A tentativa de repressão dos banhos tinha muito a ver como os movimento de imposição de ordens social, racial e de gênero nas quais o controle dos corpos pobres e negros era uma premissa básica. Embora perseguidos, os banhos continuaram a ser praticados em diversos lugares da cidade. Em 1963, o afogamento do jovem Antônio de Almeida Braga trouxe à tona elementos da cultura dos trabalhadores pobres.

O caso acontece na Lagoa do Subaé e envolveu seis rapazes, todos menores de idade. Eles se preocuparam com a preparação de uma fatada, aquisição de meio litro de jurubeba e uma carteira de cigarros, numa venda próxima à lagoa. A testemunha João de Oliveira, vulgo Manguá, disse ter consumido no local "uma suquita e um pão com manteiga". Antes de entrar na água, diversos dos rapazes presentes tomaram um ou mais goles da bebida e quem se sentiu à vontade, se lançou à água (CEDOC/UEFS, E: 03; Cx: 83; Doc: 1607, 1963).

Entre os presentes, havia trabalhadores de diferentes categorias como barbeiro, pedreiro, ajudante de pedreiro, comerciário e ajudante de marceneiro. Os locais de residência são variados, sendo eles: Brasília, Olhos D'água, Ponto Central e Estrada das Boiadas, todos subúrbios da cidade. A menção à cor também foi diversa, a mãe da vítima foi identificada como branca e a vítima como parda, as outras testemunhas foram descritas como branca, parda, morena e preta, sendo os não-brancos maioria entre os presentes na lagoa.

As entradas e saídas da água foram descritas pela testemunha Edson Ferreira da Silva, apelidado de seu Dinho, como parte da atividade de descontração: "Antônio após se molhar, saiu da lagoa, retornando à margem, onde ficou uns dez minutos tomando banho de sol, que, após este espaço de tempo, Antônio tornou a se atirar na lagoa". Numa dessas entradas aconteceu a fatalidade do afogamento.

Os elementos do processo, apontam para a existência de relações de conhecimento e cumplicidade entre a maioria dos presentes, como também para relações de trabalho, lazer e sociabilidades de jovens pobres. As águas foram parte importante desse cenário de possibilidade de recreação, tanto que inspirou a organização de elementos preparatórios e complementares a atividades que dizem muito sobre a rotina alimentar, de trabalho e de lazer dos trabalhadores da época. Portanto, houve reiteradas formas de resistência da população pobre em manter vivo o costume dos banhos em mananciais públicos na primeira metade do século XX. Uma das poucas e mais tradicionais formas de lazer popular, teve sobrevida no campo e na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas e intencionalidades dos banhos nos mananciais de Feira de Santana variaram muito. Enquanto elementos da cultura local, os banhos foram lugar de disputas sociais no que diz respeito à afirmação de identidades de classe, raça e gênero. A maneira e o lugar onde eram praticados dizia muito sobre os sujeitos em questão e estava longe de ser um elemento estático no cotidiano do município. Nos subúrbios da cidade, os tanques estavam estreitamente relacionados com a cultura dos trabalhadores pobres, sendo também espaço para diversas atividades de lazer. Mas parte das elites locais pretendia modificar essa forma de relação da população com o espaço.

Houve, na primeira metade do século XX, um processo de tencionamento de antigos costumes dos usos das águas. Tanto na cidade, como no campo, tentava-se impor uma nova racionalidade produtiva que pretendia a civilização das práticas urbanas e a racionalização dos usos das águas para a atividade produtiva no meio rural. A alternativa a esse processo a resistência da população pobre em abandonar os hábitos do banho nos mananciais. O que demonstra que, enquanto prática de lazer, os banhos não eram algo de menor importância na vida dos trabalhadores pobres.

REFERÊNCIAS

A POLÍCIA não permite banhos no tanque novo. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 26 de abril de 1924. nº 733. MCS/ CENEF.

ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra**: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900- 1920. – Feira de Santana. UEFS Editora, 2019.

ARAUJO, Natane Brito. **Memórias (Quase) Póstuma da Lagoa Subaé**, Feira de Santana-Bahia (1970-1917). Dissertação (mestrado em Modelagem) - Programa de Pós-Graduação em Modelagem, Universidade de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

BAHIA, Juarez. Baraúnas, subúrbio esquecido. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 22 de março de 1947. BSMG/MCS/UEFS.

BANHAM-SE no tanque novo em completa nudez. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 10 de abril 1937. BSMG/MCS/UEFS.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. – 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012;

DESABAMENTO, ferimento e morte. Folha do Norte. Feira de Santana, 22 de agosto de 1942. nº 1728. MCS/CENEF.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. - 2 Ed. - São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FAZENDA papagaio. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 8 de janeiro de 1948. nº 2061. MCS/CENEF.

FERREIRA, Antônio Moreira. **A Feira do século XX**. – Feira de Santana: Editora Talentos, 2006.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**.** 2ª ed. **–** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O Descoroamento da princesa do sertão**: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

GOMES, Pedro Alberto Cruz de Souza. **Da partilha ao comércio**: sociabilidades, usos e conflitos nos mananciais de Feira de Santana (1900-1957). Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2023.

INQUÉRITO. Vítima, Antônio Almeida Braga. Réu, Valdemar de Souza. **Processo-Crime de Afogamento/Homicídio**. Feira de Santana. 1963. E: 03; Cx: 83; Doc: 1607. CEDOC/UEFS.

JORGE, Janes. Tietê - **O rio que a cidade perdeu 1890-1940**. – São Paulo: Secretaria do Verde e Meio Ambiente, 2017.

LAMENTÁVEL ocorrência num dos poços do Jacuípe. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 26 de outubro de 1940. nº. 1633. MCS/CENEF.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1988-1931)**. – São Paulo: Hucitec, 1997.

OCORRÊNCIAS policiais. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 10 de março de 1945. nº 1862. MSC/CENEF.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira. **Canções da cidade amanhecente:** Urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: Edufba, 2016.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 33.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. – São Paulo: Companhia das letras, 1988.

REPRESSÃO à vadiagem. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 27 de fevereiro de 1926. nº 866. MCS/ CENEF.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira. **Diversões e civilidade na Princesa do Sertão (1919 -1946)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

SILVA, Andréa dos Santos Teixeira. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira**: experiências camponesas de conflito e sociabilidades na garantia da

sobrevivência, Feira de Santana (1948-1960). Dissertação de mestrado em história/ PPGH/UFBA. Salvador, 2008.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930).** Dissertação (mestrado em História), – PPGH, Universidade Estadual de Feira Santana, Feira de Santana, 2012.

SUMÁRIO. Réu, Luiz Bezerra da Silva e outros. Vítima, Maria Ester de Brito. 1952. **Processo Crime de Homicídio Qualificado.** E: 04; Cx: 110; Doc: 2284. CEDOC/UEFS.

SUMÁRIO. Réu, Antônio de Mattos. Vítima, Sabino Gonçalves de Jesus. 1939-1940. **Processo Crime de Lesão corporal**. E: 05 Cx: 125 Doc: 2472. CEDOC/UEFS.

SUMÁRIO. Vítima, Pedro Cerqueira da Silva. 1902. **Processo Crime de Afogamento**. E: 02 Cx: 45 Doc: 753. CEDOC/UEFS.

TANQUE novo transformado em banheiro público. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 28 de março de 1925. nº 781. MCS/CENEF.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

VENDA DE GARAPAS E LOJAS DE MOLHADOS: COTIDIANO, SUJEITOS E CONFLITOS NO COMÉRCIO DE BEBIDA DO RECIFE (1820-1830)

SALE OF *GARAPAS* AND *MOLHADOS* STORES: EVERYDAY LIFE, SUBJECTS AND CONFLICTS IN THE BEVERAGE TRADE IN RECIFE (1820-1830)

Manoel Pereira da Silva Neto[1]

RESUMO

O mercado interno era um importante setor da economia nacional na primeira metade do Século XIX, pois detinha uma significativa produção e comercialização pelo Brasil. Nesse quadro, Pernambuco se estabeleceu como eixo importante, sendo um elo crucial dessa rede comercial interna. Todavia, esta região não estava restrita às trocas de grosso trato, como movimentações envolvendo o algodão e açúcar, mas também tinha um forte comércio a retalho, como as vendas de garapas e lojas de molhados do Recife da primeira metade dos oitocentos, que além de comercializem bebidas, também se constituíam como ambientes de sociabilidades e um meio de vida para algumas pessoas. Diante disso, o presente artigo pretende analisar o comércio de bebidas alcoólicas por meio do cotidiano de trabalho, meios de negociação e formas de lazer utilizando processos judiciais e jornais oitocentistas.

Palavras-chave: comércio; bebida; comerciantes; trabalhadores.

ABSTRACT

The internal market was an important sector of the national economy in the first half of the 19th century, as it had significant production and distribution throughout Brazil. In this context, Pernambuco established itself as an important hub, being a crucial link in this internal commercial network. However, this region was not restricted to large-scale economic movements, such as cotton and sugar exports, but also had a strong retail trade, such as the sales of *garapas* and *molhados* stores in Recife in the first half of the 1800s, which, in addition to selling beverages, also constituted environments of sociability and a means of livelihood for some people. Therefore, this article aims to analyze the alcoholic beverage trade through the daily work, negotiation methods, and leisure forms using court cases and nineteenth-century newspapers.

Keywords: trade; beverage; merchants; workers.

INTRODUÇÃO

O comércio de bebida alcoólica no Brasil imperial ocorria nas diversas localidades, sejam urbanas ou rurais, dispondo tanto de vendas e lojas, quanto vendedores que saíam pelas ruas das cidades e vilas. Esse setor comercial era formado por comerciantes que muitas vezes não ocupava os altos extratos no meio mercantil, que podiam ser portugueses no caso do Recife, pois este grupo dominado o comércio retalho da cidade (CÂMARA,

[1] Graduando em licenciatura em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Tema de pesquisa atual: Revoltas liberais, festas e divertimentos nos manuscritos e publicações oitocentistas. Bolsista de Iniciação Científica pela SECTI - PE, sob a orientação da Profª. Drª. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos. Email: manoelps361@gmail.com

2012). Além disso, quem ocupava os estabelecimentos em várias funções eram os trabalhadores, que podiam ser livres, nesse caso, sendo intitulados de caixeiros, que era um termo destinado a designar qualquer pessoa que trabalhasse no comércio. Esses sujeitos exerciam diversas funções, que poderiam incluir desde o atendimento nos balcões, organizando as contas, chamando a clientela em frentes aos estabelecimentos e até mesmo na gerência e administração. Esse grupo, como aponta a historiografia, era formado em sua maioria por jovens imigrantes portugueses, que muitas das vezes eram menores de idade, que poderiam ocupar desde a função de aprendizes ou até mesmo o ofício de caixeiro, mesmo com a pouca idade. O cotidiano laborioso desses trabalhadores era constituído de diversas relações, seja com os seus patrões, quanto também com outros trabalhadores, que poderiam ser outros caixeiros que compartilhavam experiências em comum ou como também com trabalhadores escravizados que estavam num regime de exploração diferente. Todavia, numa economia escravista como brasileira da primeira metade do século XIX, os cativos não trabalhavam somente nas grandes lavouras e engenhos de açúcar, mas também nas vendas e ruas das grandes cidades, como, por exemplo, trabalhando na loja do seu senhor ou até mesmo a ganho em muitas atividades pelas praças e feiras.

Para adentrarmos no cotidiano de trabalho, formas de sobrevivência, modos de negociar e relações desses sujeitos, primeiramente nos debruçarmos em dois processos judiciais da década de 1820 que chegaram ao Tribunal da Relação de Pernambuco, documentos estes que estão acondicionados no Memorial da Justiça TJPE. Para utilizar qualquer documentação é necessário compreender sua lógica e constituição particular, nesse caso, os autos judiciais são fontes produzidas pela práxis judiciária, resultado "de uma série de movimentos que sucedem ao delito e o momento em que se cruzam os fatores que incidem no mesmo." (SOTO, 2001, p. 19). Em nossa análise, tivemos como ponto de partida as leituras que fizemos nas várias querelas judiciais, procurando as ocupações no espaço mercantil recife dos apelantes e apelados, no qual foi possível encontrar caixeiros e comerciantes varejistas. Ainda mais, esses sujeitos estavam metidos em confusões que envolviam o seu cotidiano de trabalho, como, por exemplo, disputas pela clientela e salários não pagos. Em seguida, partiremos de conflitos para compreendemos as relações entre os sujeitos no comércio de bebidas do Recife, pois como aponta Arlette Farge "(...) o antagonismo e a discórdia são também meios de explicitação do social" (FARGE, 2009, p. 47). Sendo possível por meio dele entender as dinâmicas microrelacionais e o contexto histórico em que estavam inseridos os indivíduos. Por fim, buscamos alguns significados e símbolos que estão presentes nas versões sobre os delitos, para essa tarefa nos atentamos "como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais

envolvidos apresentam para cada caso" (CHALHOUB, 2012, p. 40). Dessa forma, tentando compreender as raízes sociais de cada discurso, mesmo diante das múltiplas versões e contradições presentes na documentação.

Outrossim, utilizamos os periódicos presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nos quais cruzamos com as informações dos processos usando os nomes das pessoas como fio condutor nas buscas. Além disso, os impressos nos trazem a possibilidade de "encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas" (CAPELATO, 1988, p. 20). Por meio disso, foi possível encontrar tanto os comerciantes presentes nos processos anunciando seus produtos nos jornais, quanto também nos deparamos com outros sujeitos que estavam inseridos na comercialização das bebidas pela cidade do Recife. Sendo assim, possível localizar as vendas e lojas pelo espaço urbano (LEITE, 2015), práticas de comércio e os vários usos que eram feitos das bebidas.

BRIGANDO NAS RUAS E NA JUSTIÇA

As relações tecidas entre os caixeiros e comerciantes[2] no comércio a retalho do Recife seguia uma lógica paternalista, assemelhando-se em alguns aspectos a relação entre pais e filhos. Diante disso, segundo Sidney Chalhoub, o patrão desempenharia o papel de um "juiz doméstico que procurava guiar e aconselhar o trabalhador" (CHALHOUB, 2012, p. 114). Em seguida, o empregado teria que realizar suas atividades com muito esmero e devia obediência ao seu chefe. Esse tipo de dinâmica tinha o objetivo de controle social com o intuito de minimizar qualquer reivindicação ou choque entre caixeiros e negociantes (RIBEIRO, 1990). No entanto, mesmo diante disso, houve alguns conflitos entre esses sujeitos, que se iniciaram tanto por confusões financeiras na administração de bens e estabelecimentos, quanto na exploração na força de trabalho que foram reclamadas em ações requerendo salários não pagos. Algumas rivalidades podiam escalar e acabar em agressões físicas no meio das ruas do Recife. Brigas essas que não tiveram resolução por meio do diálogo entre as partes, mas que foram judicializadas e chegaram nas ouvidorias e acabam vindo por meio de recurso ao segundo grau do poder judiciário, que na época era o Tribunal da Relação de Pernambuco.

Primeiramente, a conjuntura política nacional e regional da primeira metade do século XIX trouxe impactos drásticos na vida das pessoas, como fica visível a partir do libelo cível que o comerciante de garapa Francisco José Pinto Vianna moveu contra José Marques Vianna, seu parente e antigo caixeiro, pela dívida de 557$270 réis mil réis. No libelo, logo de

[2] Os caixeiros eram trabalhadores do comércio e os comerciantes eram proprietários de estabelecimentos comerciais e patrões dos caixeiros.

início o autor afirmar sua posição social enquanto comerciante que tinha vendas de garapa espalhadas pela cidade, mas que teria ausentado do Recife por motivos de convulsões políticas, motivação que é confirmada por outros comerciantes que testemunhas no processo, que também relatam que os constantes conflitos políticos traziam desordens para a praça comercial da cidade. Além disso, segue dizendo que também é arrematante do contrato da garapa do bairro de Santo Antônio, que dividindo-o em várias partes e vendeu a diversas pessoas, entre as quais, estava Antônio Cardozo de Carvalho, que pagou o valor de 400 mil réis por triênio o contrato, mas que também foi embora do Recife por causa do momento político. Segundo o autor, o réu aproveita o ensejo e toma posse do ramo de Antônio até fevereiro de 1826, sendo essa atitude fora do conhecimento do proprietário. Diante disso, o réu teria contraído 471$493 réis de dívida por isso, segundo as contas do autor. Em seguida, por estar à frente da administração das casas de comércio do autor José Marques recebia dinheiro dos seus devedores, como, por exemplo, quando Manoel José Vieira Júnior lhe pagou a quantia de 75$000 réis que Manoel José Vieira Júnior referente a uma dívida que tinha com o autor. Também recebeu 540$ réis pelo valor de um aluguel de uma propriedade do autor, que José Bento Nunes Munis alugou. Por fim, Francisco Vianna estava movendo esta ação estava porque o réu o tinha prometido pagar 557$270 réis e fazia dois anos que ainda não tinha quitado esse valor, mesmo diante das possíveis cobranças e tentativas de negociação, dessa forma fazendo-lhe entrar na justiça e exigir a quantia de 1:172$870 réis, que somavam os respectivos juros e custas do processo.[3]

Todavia, José Marques Vianna não fica passivo diante dessa movimentação e move uma ação de reconvenção requerendo dívidas que o seu antigo patrão tinha com ele. Em princípio, a relação de trabalho entre os dois teria tido início antes de 1822, pois José já tinha servido de caixeiro a Francisco entre 1818 e 1821, período que recebeu 100 mil réis por ano. Nesse primeiro momento, o caixeiro afirma que fez um bom serviço que levou a sua recontratação em 1822, mas com a diferença de atribuições e salário, pois com a ausência do seu patrão da cidade estaria encarregado da administração e arrecadação de todos os bens dele, recebendo por isso 400 mil réis anuais. Além de ter desempenhado com zelo e honra os negócios do autor, como afirmou com ênfase na sua petição, também cuidou e supriu as necessidades da família de Francisco, comprando roupas para a mulher e filhos dele. Além disso, também obteve escravizados, os quais alimentou e vestiu com roupas e calçados. Um mês depois do retorno de Francisco contou ao seu patrão de todos os lucros e despesas que fez a frente de seus negócios, como também lhe entregou 2:944$00 que o

[3] O seguinte relato dos acontecimentos foi baseado na seguinte documentação, MJTJPE, Libelo Cível. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1828, Caixa 2. Autor: Francisco José Pinto Vianna. Réu: José Marques Vianna.

comerciante tinha enterrado num caixão por segurança. Por fim, José pede os ordenados que não recebeu do seu chefe, como também um barril de manteiga comprado a João dos Santos Azevedo para as vendas que ficou responsável, diante disso, com a soma dos valores, José Marques requeria 503$482 réis de Francisco José.

Pelas versões das partes e testemunhas, vermos que os conflitos políticos que abalaram a cidade e deixaram sua praça comercial insegura levando a alguns comerciantes saírem da cidade e perderam ganhos significativos, que neste caso foi de 557$270 réis para Francisco José Pinto Vianna. Além disso, abriram caminhos que também possibilitaram aos caixeiros ficarem na administração de bens e estabelecimentos aproveitando a situação para obterem ganhos seja de forma legal ou fraudulenta, com isso, podendo ascender socialmente obtendo escravizados e podendo ter vendas para a comercialização de bebidas.

Os conflitos entre patrões e empregados não estavam restritos somente nas falcatruas e salários não pagos, mas também ocorriam tensões entre caixeiros e comerciantes rivais de seus chefes, como, por exemplo, nas agressões que o jovem caixeiro João Marques da Trindade sofreu por parte do comerciante de molhados Antônio Martins do Couto Vianna. Diante disso, com o auxílio do seu patrão, João Marques entra com uma apelação-crime contra seu agressor. Por meio dos autos, João relata que fazia parte do seu cotidiano e de outros caixeiros chamarem a clientela em frente aos estabelecimentos, o que poderia acarretar disputas acirradas com os concorrentes, como começara a ocorrer com Antônio. Ao passar do tempo os ânimos foram aumentando, João diz que o que motivou o réu foi sua raiva ao ver a sua diligência ao vender os gêneros da venda do seu patrão chamando os clientes, esse sentimento foi aumentando e na tarde do dia 16 de fevereiro de 1827 quando João chamava os compradores para a venda do seu patrão na rua Madre de Deus, começou a xingá-lo e o pegou à força pelo pescoço e depois jogou-lhe no chão, além disso deu-lhe bofetadas e coices.[4]

Diante dessas afirmações, Antônio se defende dizendo sua versão do ocorrido daquela tarde, colocando que o patrão de João era seu rival e dava ousadia para lhe ofender com palavras ofensivas continuamente, mas que vinha o ignorando por ele ser menor de idade, no entanto, no dia 16 o caixeiro se colocou na frente da loja dele e começou a desfazer dele e de seus produtos, e desencorajou seus clientes de realizar compras, dizendo que os gêneros dele não eram baratos e tampouco bons, e que os seus eram melhores. Diante de tal afronta, Antônio lhe empurrou da porta e deu-lhe dois murros

[4] O seguinte relato dos acontecimentos foi baseado na seguinte documentação, MJTJPE; Apelação Crime. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano 1828, Caixa 1. Autor: João Marques da Trindade. Réu seguro: Antônio Martins do Couto Vianna.

que resultaram em duas nódoas simples que desapareceram rápido, e seguiu alegando que era manso e pacífico, e incapaz de ofender a alguém injustamente, e que agressão deferidas a João foram involuntárias e filhas do acaso.

Esse embaraço entre os dois não foi apenas uma confusão rotineira, mas revela alguns aspectos das relações entre comerciantes e caixeiros. Primeiramente, fazia parte da rotina de trabalho de João chama a clientela em frente aos estabelecimentos, que segundo João é um “costume de todos os caixeiros dessa cidade” terem essa prática, que poderia trazer a insatisfação de algumas pessoas. Por conseguinte, pelos relatos inflamados das partes do processo, podemos verificar que as disputas pela clientela acirram os ânimos a tal ponto que levaram a brigas como esta entre João e Antônio. Por fim, João era caixeiro de Francisco Menezes de Lemos que segundo o réu era seu rival no comércio e teria incentivado as constantes afrontas feitas contra ele por parte do caixeiro, podendo dessa forma o patrão ter manipulado seu funcionário com o intuito de desafiar um concorrente.

CONVULSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

No começo no século XIX eclodiram rupturas profundas que colocaram o mundo numa nova dinâmica e trouxeram mudanças de ordem política, socioeconômica e culturais. Período esse que ficou conhecido como “Era das revoluções”, sendo marcada pela dupla-revolução e seus desdobramentos, como aponta Eric Hobsbawm (2015). Nessa conjuntura, o antigo regime não estava crise somente na Europa, mas também em solo americano onde havia projetos que questionavam o poder absoluto dos monarcas, arbitrariedades das metrópoles e até um rompimento mais significativo, como os processos de luta anticolonial que culminaram na independência dos EUA, Haiti e países que pertenceram ao Império espanhol. Diante desse quadro, o Brasil não estava alheio a essa movimentação, pois havia questionado a dominação lusa desde as conjurações do século XVIII, passando pela Revolução Pernambucana de 1817 e calhando na vitória do projeto de independência liderado por Pedro I.

Além de liderar o movimento de enfrentamento ao centralismo e autoritarismo dos Bragança, Pernambuco também passou por uma acirrada disputa interna para adesão ao projeto de independência (CARVALHO, 1998). Nesse cenário estavam postos dois grupos, os centralistas que defendiam adesão à liderança do então Príncipe regente; e a federalista que tinha como argumento central a defesa da autonomia provincial. No desenrolar dos acontecimentos, a província fora chefiada primeiramente pelo seu último governador régio, Luís do Rego Barreto, que ficou responsável por conter qualquer ânimo revolucionário e autonomista, mas diante da forte oposição que sofria, sofrerá uma contra invertida da elite

pernambucana que não aceitou a Junta governativa que ele havia nomeado e formou uma paralela na cidade de Goiana. Diante disso, houve repreensões por parte do General e movimentações de tropas dos ambos os lados, no entanto, não chegaram às vias de fato e firmaram um acordo no qual a cidade do Recife ficaria com o Governador e o resto da província sob a tutela da junta de Goiana, sendo assim até a eleição de uma nova junta. Por conseguinte, Luís do Rego fora embora para Portugal e Gervásio Pires, ex revolucionário de 1817 e comerciante, que representava a facção federalista e tinha uma perspectiva liberal moderada defendendo a manutenção da autonomia local conquistada pela Revolução liberal do Porto, independentemente de onde fosse a sede do poder central. No entanto, os centralistas ajudados por emissários de José Bonifácio e utilizando-se de tropas realizam um golpe no qual Pernambuco acaba por aderir ao partido do Rio de Janeiro e jurar lealdade a Pedro I em setembro de 1822.

Em diante, uma junta provisória formada por cinco membros é eleita pela Câmara do Recife, tendo na sua presidência Francisco de Paula Gomes do Santos e Pedro da Silva Pedroso como governador de armas, ambos já tinham destaque político, como, por exemplo, Pedroso que liderou as tropas na deposição da junta presidida por Gervásio Pires. Em seguida, seguido a proposta que foi colocada, que essa junta ficaria no poder até a reunião do Colégio Eleitoral de Olinda, que acabou acontecendo em 23 de setembro e elegeu uma junta definitiva, sendo conhecida como Junta dos Matutos, que foi presidida pelo Morgado do Cabo Francisco Paes Barreto. Pedroso continuou no comando das armas, mas não se alinhou a essa nova junta, chegando até mesmo a afrontar sua legitimidade levando tropas armadas às ruas levando a Francisco Paes Barreto e seus partidários evadirem-se para o Cabo. Todavia, o Senado da Câmara agiu mediando a situação que acabou com a junta de volta a Recife e Pedroso detido. Por conseguinte, a polarização continua crescente entre a adesão ao Estado Nacional nascente, de um lado ficando os partidários ao projeto monarquista sediado no Rio de Janeiro, integrado pelo próprio presidente da junta e figuras como Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, senhor de engenho importante. No outro lado da trincheira, perfilavam “os do partido contra a monarquia”, assim denominado pelos seus adversários e tinha a liderança de Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Essas oposições seguem aflorando, sendo os próximos meses “repletos de convulsões políticas e sociais” (LEITE, 1989, p. 90).

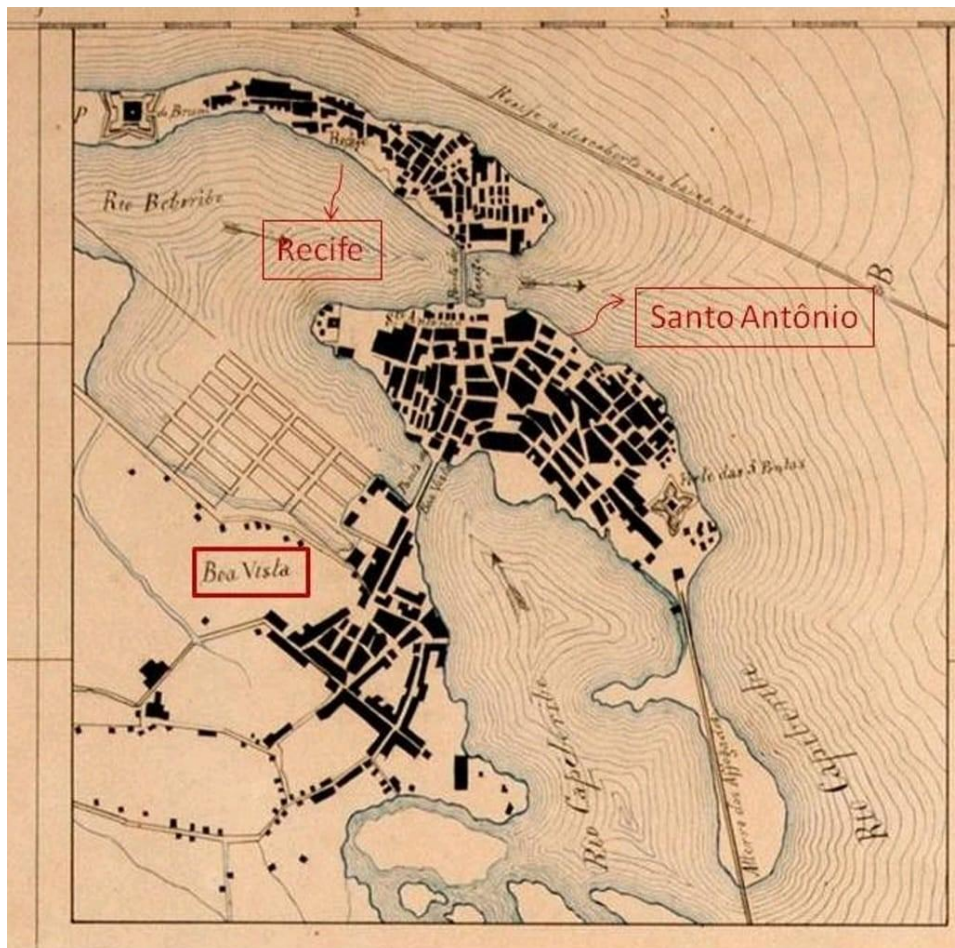
Paralelamente, o despotismo de D. Pedro manifesta-se cada vez mais em medidas arbitrárias, como a dissolução da Constituinte e a outorgada de uma constituição que desagradou muitos setores da sociedade. Diante disso, para piorar a situação, D. Pedro I nomear um presidente indesejado para governar a província, atitude que serviu como pretexto para 2 de julho de 1824 Manuel de Carvalho Paes de Andrade proclamou a

Confederação do Equador, movimento que pretendia tornar Pernambuco e outros províncias do Norte independentes sob a égide de um governo confederado e republicano. Entretanto, houve uma pressão violenta por parte das tropas imperiais e em 29 de novembro os confederados foram derrotados. Juntamente com o reconhecimento internacional, essa vitória do império decretava finalmente vitorioso o projeto de independência liderado por D. Pedro I.

A CIDADE DO RECIFE E SUA PRAÇA COMERCIAL

A cidade do Recife estava envolta nesse emaranhado de tensões e disputas, mesmo antes de ser oficialmente capital da província, pois aglutinava em torno de seu porto uma forte circulação de mercadorias e pessoas desde o século XVIII. Num mundo em que a circulação de mercadorias, pessoas e informação se davam em grande parte pelos mares e rios, estar numa cidade como Recife era importante, pois ela constituía-se como um ponto aglutinador e de fluxo de trocas comerciais, culturais e políticas por via do seu porto, dessa forma, morar e transitar por uma cidade dessa era “estar perto do mundo” (HOBSBAWM, 2015, p. 31). Além dessas semelhanças com outras cidades portuárias, o Recife era uma cidade escravista, o negócio de gente cativa dominava sua economia, e por isso compartilhava características com outras capitais escravistas, como Rio de Janeiro e Salvador, que poderiam ser vistas nas suas ruas, como, por exemplo:

> Vendedores ambulantes, negros de ganho e de aluguel enchiam as feiras e as ruas. Nas lojas e oficinas trabalhavam cativos nos mais diversos ofícios. A escravidão suntuária era a regra nas casas mais abastadas, com suas mucamas, cozinheiras, caseiros, amas de leite, moleques de recado, cocheiros e, por vezes, até guarda-costas (CARVALHO, 2010, p. 28).

No entanto, tinha também suas singularidades, a começar pelo seu traçado urbano formado por três bairros sendo respectivamente a península do Recife e as ilhas de Santo Antônio e Boa Vista que eram interligados como no mapa abaixo. Esse conjunto de bairros centrais tinham uma população de cerca de 25 mil pessoas em 1827, sendo 31% escravizadas e 69% livres (CARVALHO, 2010). Outra marca recifense seria sua relação com as águas, pois além de ser banhada pelo oceano atlântico, era cortada pelos rios Capibaribe e Beberibe, que se constituíam como vitais vias fluviais pelas quais eram realizado o transporte de pessoas e mercadorias, que passavam desde cargas de açúcar vindas dos engenhos a viajantes estrangeiros, como Henry Koster e Maria Graham.

Mapa 1. Bairros centrais da cidade do Recife
Fonte: Extrato da Planta da Capital Organizado no Archivo Militar pelo Cap Capitolino P. Severino da Cunha a partir de documentos existentes na Repartição Tavares em 1868.

Em 1823 o Recife deixou de ser legalmente uma vila e ganhou o status de cidade e capital da província, resultado de um grau de importância que já tinha, pois já não era mais um mero porto de descarga, mas sim um centro urbano em constante desenvolvimento. Sua dinâmica cotidiana era ditada “pelo movimento do porto e pelos interesses mercantis que ali existiam” (DOURADO, 2012, p. 19). Por esse mesmo porto, passavam as cargas de açúcar e algodão, principais produtos de exportação do Brasil a época e tinham sua produção através do trabalho escravo para venda em grande volume para o mercado externo, que constituía a principal fonte de renda nacional. As importações também passavam por Recife, produtos têxteis vindos da Inglaterra e vinho português passavam por aqui e eram comercializados pelo resto da província e região. No entanto, não podemos reduzir a economia brasileira da primeira metade dos oitocentos como meramente agroexportadora, pois ela não estava restrita somente ao comércio internacional e tinha um mercado interno

amplo e interligado, que envolvia variadas transações entre as províncias (CALDEIRA, 2010). Recife era tanto um elo que ligava o circuito de produção da regional através, quanto também quem abastecia de mão de obra escravizada outras províncias.

Além das trocas mercantis tanto de grosso trato, o Recife também tinha um forte comércio a retalho, que consistia basicamente numa “atividade comercial situada no elo final da cadeia que liga o produtor e o consumidor” (SANDRONI, 1999, p. 628). Que diferentemente das atividades de grosso, os comerciantes vendiam as mercadorias em pequenas quantidades aos consumidores. Além disso, era no varejo que as pessoas adquiriam as mercadorias de que mais “necessitam para reproduzir sua vida individual e social” (SANDRONI, 1999, p. 628). Segundo o historiador Marcus Carvalho, depois da abertura dos portos o comércio a retalho teve uma grande expansão, constituindo a segunda maior fonte de empregos urbanos (CARVALHO, 2010). Ele era expresso em práticas comerciais diversas e nos produtos que eram vendidos pelas ruas e estabelecimentos cidade afora. Vemos um exemplo disso no relato da viajante inglesa Maria Graham que vai a mercado e se depara com a venda de carne de vaca, porcos, aves, pão com farinha de trigo americana e bolo de mandioca cozidos com leite de coco que não estão em preços acessíveis para a população mais pobre (GRAHAM, 1998).

Outrossim, as diversas lojas e vendas presentes nas ruas do Recife também faziam parte desse comércio varejista, que estava em expansão franca expansão nos tempos da independência. Dentro desse variado ramo estavam alguns estabelecimentos, como, por exemplo, as padarias que vendia pães, leite e bolachas que chegavam à custa 1,760 réis (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1829). Para a tarefa diária de fabricação desses alimentos era preciso ter padeiros a disposição, diante disso os donos desses estabelecimentos anunciavam as vagas nos jornais, que tinha algumas exigências para o preenchimento, como, por exemplo, ter probidade e não possuir nenhum vício (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1829). Além disso, se a padaria fosse grande necessitaria de outros funcionários, como pode ter sido a do francês Gordeau que anunciou no Diário de Pernambuco que precisava de um caixeiro para seu estabelecimento na Rua dos Burgos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1829). Dessa forma, dependendo de outros profissionais que ajudariam o padeiro e poderiam ficar no atendimento.

TRABALHANDO E NEGOCIANDO COM BEBIDA

Entre as várias lojas e vendas da cidade do Recife estavam as que comercializavam bebidas, segundo Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, existiam 370 tabernas e lojas de

molhados no Recife, em 1828 (MELLO, 1979). Ambientes de variadas possibilidades, na qual alguns tinham como forma de lazer e outros como trabalho e negócio. Dentre elas estava a venda de garapas, locais que comercializavam uma sorte grande de produtos, inclusive a garapa, que segundo Pereira da Costa era o nome comum dado a diversas bebidas feitas de água, açúcar ou mel, e suco de frutas ácidas, como a tamarindo, maracujá, laranja e outros. Ainda mais, poderia passar por processo de fermentação, como, por exemplo, a garapa picada, que era feita com mel do furo com grão de milho (COSTA, 1976). Além disso, esses lugares poderiam vender outras bebidas, como vinho e uma gama de licores, como na venda de garapa do pátio do hospital Paraizo, que tinha no sabor 7 flores e hortelã pimenta a duzentos réis a garrafa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1832). Ademais, outros produtos também eram comercializados como alimentos, tanto os que faziam parte da dieta rotineira do século XIX, como farinha e carne seca, quanto outros que não eram rotineiros, como queijos e figos vendidos na garapa defronte a Rua da Cruz (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1833). Além do mais, também apareceu nos anúncios dos jornais, a venda de dicionários e uma espingarda (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1829), nada muito peculiar no estabelecimento do tipo, pois neles era possível encontrar produtos diversos.

Vende-se.

Na rua do Rangel venda de garapa D. 27 tem os seguintes generos.

Vinho PRR	960	g.	120
Dito de fonceca	800	g.	100
Dito do Porto engarrafado			220
Dito em canada	1000	g.	140
Dito branco	960	g.	140
Azeite do Porto	2500	g.	320
Bolaxinha engleza		libra	140
Manteiga Ingleza			480
Dita dita			440
Dita			400
E sendo maior porçaõ			360
Espramacete 6 em libra			440
Cha Isson		libra	1000
Cafe		,,	100
Paios novos	2100	1	220
Toucinho superior		libra	100
Dito			80
Dito com carne			60

Farinha da terra a fetivo (por (preço comodo, e todos o mais generos que procurarem.

Figura 1. Anúncio de produtos de uma venda de garapa
Fonte: Anúncio de itens de uma venda de garapa na edição de 7 de agosto de 1830 no jornal *O Cruzeiro: Jornal político, literário e mercantil.*

Era nesse tipo de estabelecimento que comerciante José Francisco Pinto Vianna tirava seus rendimentos, tanto negociando com as lojas possuía, como a do Mundo Novo e do Cais do Machado, quanto também dividindo o contrato das vendas dos bairros de Santo Antônio e Recife em ramos e alugando a outras pessoas por quatrocentos mil réis o triênio. Dessa forma, angariando tanto com o que era comercializado nas vendas quanto com os aluguéis delas. Entretanto, ele também negociava em outras frentes como no aluguel de propriedades e venda de canoas, como está anunciado no Diário de Pernambuco na edição de 1º de dezembro de 1830. Esses negócios lhe possibilitaram juntar 2: 944$000 réis, que se constituía um valor significativo para um comerciante varejista, tanto que foi enterrado pelo caixeiro José Marques por segurança diante da insegurança geradas conflitos políticos e militares sendo somente desenterrado em 1825.

Desde a produção das bebidas a venda delas nas ruas e vendas no Recife havia uma extensa gama de trabalhadores, que poderia ser livre como o caixeiro José Marques Vianna que gradativamente foi ascendendo social, deixando de ser apenas um caixeiro e tendo duas vendas, uma na rua dos quartéis e outra no Mundo Novo, dessa forma subindo de patamar no comércio a retalho da cidade. Para isso, ele usou algumas estratégias que eram possíveis naquele contexto socioeconômico, como, por exemplo, a constante aproximação da família do seu patrão, inicialmente estreitando laços com o sogro que lhe serviu como fiador nas negociações e apresentou sua filha com João se casou. Além disso, também comprou roupas e calçados para os filhos e esposa do seu chefe. Dessa forma, fazendo-se tanto de um meio comum para ascender profissional, que era desenvolver uma relação com o seu chefe e seus familiares (CÂMARA, 2012). Quanto também utilizando do matrimônio, que naquela sociedade poderia servir para reforçar as relações existentes ou estabelecer novos vínculos com os novos parentes (BEUNZA; KORTA, 2010). Diante disso, João Marques poderia ter utilizado esses meios como estratégia para ascender e consolidou-se na rede desses comerciantes de bebidas do Recife. Podendo assim, ser proprietário de lojas e compra escravizados e canoas, com isso diversificando os seus negócios e adentrando num importante ramo econômico do Recife à época que era o transporte de pessoas e objetos pelos rios Capibaribe e Beberibe.

Ademais de trabalharem nas canoas pelos rios da cidade, houve homens escravizados que trabalhavam em tavernas, como é o caso de Antônio Pinto de nação Congo que tinha fugido do domínio senhorial no dia primeiro de julho de 1831 vestido de calça de estopinha, colete preto e camisa branca e que trabalhava a ganho carregando pipas em vendas de garapa, costuma circular pela região de Afogados e tinha o costume de estar numa venda no beco do quiabo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1831). Outros

trabalhavam no comércio ambulante nas ruas, como é o caso de Jo-é de Nação Cabinda de 33 anos, era muito antigo na venda de pão e garapa de maracujá nos bairros do Recife e Santo Antônio(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1836). Na tarde de 31 de janeiro de 1836 quando tinha saído para vender sete garrafas com calda de maracujá que estava dentro de um caixão, aproveitou a oportunidade para fugir.

Além de servirem como subsistência dos trabalhadores e lucros dos patrões, as vendas e lojas de bebidas foram espaços muito frequentados pelos habitantes do Recife, principalmente, pelos despossuídos, como os homens livres pobres e escravizados que durante os momentos de lazer teciam sociabilidades nesses locais (SANTOS, 2011), como, por exemplo, podiam conversar sobre as disputas políticas e conflitos que abalaram a cidade, como aponta Moura “A arte da conversação unia e opunha as pessoas e as vendas e botequins foram lugares sociais da livre manifestação desta arte dos múltiplos segmentos.” (MOURA, 1998, p. 248). Esses indivíduos nas poucas horas que tinham livres aproveitavam nesses estabelecimentos conversando e “afogavam as magoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano" (CHALHOUB, 2012, p. 257). Alguns até mesmo quando estava fugindo, como João Cabinda, que segundo o senhor seu havia fugido a 15 dias e transitava de noite pelas tavernas de garapa da boa vista (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1833). Mesmo sendo um espaço majoritariamente masculino, mulheres como a escravizada Jacinta que fugiu no dia 10 de dezembro de 1836 foi avistada frequentando a grande venda de garapa no porto das canoas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1836). Essas fugas eram uma das muitas formas de resistência dos escravizados, que mesmo diante do perigo da iminente captura tinham momentos de lazer durante esses momentos.

Nesses lugares as pessoas não ingeriam somente pequenas quantidades de bebida, mas também passavam noites regadas a muito álcool, como nas bebedeiras que ocorriam nas tavernas e vendas da cidade, que poderiam causar perturbações e trazer reclamações como a que foi publicada no Diário de Pernambuco em 10 de novembro de 1836:

> Roga-se ao Snr. Sub Prefeito desta Freguesia do Sacramento do Recife, que por amor da humanidade, e do sossego público haja de observar o estrago, que está fazendo a bebida de garapa da Taverna da esquina do pátio da Penha, em cuja casa mora o Snr. Coronel Joaquim Bernardo de Figueredo, Juiz de Paz desta mesma Freguesia, aos pretos escravos, tantos grandes, como pequenos, e outras pessoas de cor, que ali constantemente vão beber; pois além de beberem dita garapa, que dizem ser, da chamada madura, ou picada, e com aguardente, costumam demorarem-se, principalmente de noite, muitas horas dentro da taverna, e calçada da mesma casa, aonde dizem muitos ditos, e palavras obscenas, e até

> atropelão o transito das pessoas, que ali passam. Isto pede. Um vizinho da dita Taverna (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1836, p. 4)

Por essa súplica feita às autoridades podemos ver que as bebedeiras podem nos revelar sobre características e hábitos culturais dos sujeitos, bem como os distúrbios que ocorriam nesse processo. Sendo assim, pessoas negras livres e escravizadas de faixa etária variada bebiam frequentemente nesses espaços onde passavam horas noite adentro. Nestes momentos se divertiam e firmavam laços de solidariedade mesmo diante da opressão que sofriam por viver numa sociedade escravista. Além disso, o consumo de bebida feito por essas pessoas poderia acabar em confusões, pois segundo o relato do vizinho da taverna a bebedeira excedeu o espaço da venda e acabou com os bêbados no meio da rua atrapalhando a circulação das pessoas.

Diante desse quadro de ser um ambiente frequentado por brancos pobres, pessoas negras livres e escravizadas, as autoridades preocupavam-se em exercer um forte controle social sobre esses ambientes. Para isso, utilizaram as posturas municipais, que eram leis que versavam sobre o cotidiano da cidade e eram elaboradas pela câmara municipal. No seu título 13 que foi publicado em dezembro de 1831 no Diário de Pernambuco intitulado "Sobre polícia dos mercados, casas de negócios, portos de Embarque, pescarias e padarias" versava em dois artigos tanto sobre o controle sobre a bebida, quanto aos ambientes de sua comercialização. Primeiramente, logo em seu artigo 2, afirma:

> Todas as casas públicas de bebidas, tavernas, ou barracas que venderem molhados, serão fechadas ao toque de recolher e no tempo em que estiverem abertas de dia ou de noite, não admitirão ajuntamentos de pretos e vadios dentro delas, logo que estiverem providos da mercadoria, fazendo-os imediatamente sair sob pena de pagar o dono da taverna, ou barracas 2$rs de multa e de sofrer 24 horas de cadeia por qualquer das infrações (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1831, p. 1).

Inicialmente, essa resolução expressa o controle do tempo em que esses estabelecimentos estavam submetidos sendo fechados ao toque de recolher. Em seguida, fica expresso que a permanência de pessoas negras e vadias são proibidos de frequentarem esses espaços, pois acreditavam acreditava-se que o ajuntamento dessas pessoas era perigoso para a ordem social vigente e que também elas não deveriam estar na ociosidade.

Por conseguinte, no artigo 21 versava sobre a proibição de um tipo específico de garapa, que consistia na seguinte proibição "É proibido o uso de garapas azedas, e o dono de taverna, ou casa em que elas acharem, serão multados 8$ rs. Perdimento da garapa, e 24 horas de Cadeia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1831, p. 2)" Esse tipo de garapa seria o

mesmo que aguardente, como afirma Câmara Cascudo em seu livro Prelúdio da cachaça (CASCUDO, 1962).

Essa medida sobre as garapas azedas pode ter sido resultado de um ofício apresentado primeiramente na sessão ordinária do dia 6 de outubro de 1831 pelo Senhor Oliveira que queria acabar com o contrato da garapa especialmente a garapa madura pelo mal que ela causava a saúde dos escravizados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1831), medida que poderia representar uma preocupação dos proprietários frente a perder mão de obra ou até mesmo um “modo de controlar os cativos e os desfavorecidos (SCARANO, 1990, p. 478).” Esse projeto foi depois apresentado ao conselho de governo com muita veemência pedindo a total proibição da garapa, mas acabou sendo levado ao Governo Supremo, pois não estava nas atribuições do conselho promulgá-lo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1831).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, numa cidade de trocas mercantis intensas tanto pelo seu dinâmico porto quanto pelo seu comércio a retalho em expansão durante o começo do século XIX, o Recife tinha um significativo comércio de bebidas como expresso no presente artigo, pois pela documentação constatamos que essa atividade comercial era feita por uma variedade de sujeitos através de várias práticas comerciais, tanto nas ruas pela comercialização realizada por vendedores ambulantes como também nos estabelecimentos que vendiam bebidas espalhados pela cidade. Ainda mais, também conseguimos adentrar nas relações entre os comerciantes e trabalhadores em seus momentos de trabalho e lazer, que eram tanto de reciprocidade quanto de intriga.

Nesse quadro, primeiramente, esses indivíduos estavam imersos num ambiente político e social em ebulição, no qual ocorriam conflitos políticos em maior escala como a Confederação do Equador ou as constantes disputas cotidianas nas ruas dos bairros centrais do Recife, momentos esses que impactaram drasticamente na vida de algumas pessoas, como a do comerciante de bebidas José Francisco Pinto Vianna que como outras pessoas foi embora do Recife. No entanto, a conjectura também abriu oportunidades, como, por exemplo, a ascensão no comércio empreendida por José Marques Vianna, que deixou de ser apenas um caixeiro e se tornou proprietário de vendas e escravizados.

Por conseguinte, os autos judiciais além de mostrar as movimentações de patrões e trabalhadores requerendo ações na justiça também nos revelaram uma parte do cotidiano de trabalho dos caixeiros, como na prática comum que eles tinham de chamarem a clientela e anunciarem os produtos em frentes aos estabelecimentos, costume esse que poderia causar confusões e desentendimentos. Outrossim, o comércio de bebida também era

constituído de trabalhadores escravizados, que trabalhavam a ganho no transporte de pipas pelas tavernas ou como ambulantes vendendo garapa pelas ruas da cidade, dessa forma, podemos notar que o trabalho escravo era empregado na grande maioria das atividades econômicas. Por fim, esses espaços eram frequentados por grupos subalternos, como brancos pobres, negros livros e escravizados que através desses momentos especiais de lazer terciam sociabilidades e conversavam sobre seus amores, medos, convulsões políticas e estratégias de resistências. Diante desse público frequentador as vendas de garapas e lojas de molhados eram alvo de forte controle social por parte das autoridades, por meio da legislação municipal que empregava medidas tanto para eliminar a presença dessas pessoas desses ambientes como também para controlar o tempo de funcionamento desses lugares e o consumo de algumas bebidas, como a aguardente, pois encaravam ela e os seus consumidores com inferioridade e fonte de desordens.

FONTES

Carta Corográfica da Província de Pernambuco e o Plano da Ilha de Fernando de Noronha. Arquivo do Exército (AHex) CARTA COROGRÁFICA DA PROGRÁFICA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, COMPREENDENDO A PLANTA DA CAPITAL E O PLANO DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA - Organizado no Archivo Militar Capitolino P. Severino da Cunha, copiado pelo Cap Antonio Vilela de Castro Tavares em 1874, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, escola em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 55cm x 71 cm. AHEx, Seção de acervo cartográfico 0009 01.01.0009.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Avisos particulares. [Recife], n.044, p. 4, 25 fev. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=padaria&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=727. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Avisos particulares. [Recife], n.0178, p. 2, 21 ago. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=padaria&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=1262. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Avisos particulares. [Recife], n.0244, p. 4, 10 nov. 1836. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=9867. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Artigos de ofício. Diário de Pernambuco, [Recife], n.0231, p. 1, 29 out. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=9981. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Câmara Municipal. [Recife], n.0272, p. 2, 13 out. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=3846. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Continuação das posturas da câmara. [Recife], n.0270, p. 1, 20 dez. 1836. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=4062. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Continuação do título 13 das posturas da câmara. [Recife], n.0372, p. 2, 23 dez. 1833. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=6063. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Escravos fugidos. [Recife], n.123, p. 4, 9 jun. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=garapa&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=3407. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Escravos fugidos. [Recife], n.30, p. 4, 08 fev. 1836. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=8932. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Escravos fugidos. [Recife], n.0215, p. 4, 03 out. 1833. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=6063. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Escravos fugidos. [Recife], n.0272, p. 4, 15 dez. 1836. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pesq=garapa&pagfis=9981. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Vende-se. [Recife], n.0218, p. 4, 12 out. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=garapa&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=1424 Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Vende-se. [Recife], n.0110, p. 4, 21 mar. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=padaria&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=989. Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Vendas. [Recife], n.0360, p. 2, 13 abr. 1832. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=garapa&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=4444 Acesso em: 30 nov. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Vendas. [Recife], n.0253, p. 4, 19 nov. 1833. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=garapa&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=6250 Acesso em: 30 nov. 2023.

MJTJPE; Apelação Crime. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano 1828, Caixa 1. Autor: João Marques da Trindade. Réu seguro: Antônio Martins do Couto Vianna.

MJTJPE, Libelo Cível. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1828, Caixa 2. Autor: Francisco José Pinto Vianna. Réu: José Marques Vianna.

O CRUZEIRO: JORNAL POLÍTICO, LITERÁRIO E MERCANTIL - Vende-se. [Recife], n.076, p. 4, 7 ago. 1830. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=778440&pesq=garapa&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=1415. Acesso em: 30 nov. 2023.

REFERÊNCIAS

BEUNZA, José María Imízcoz; KORTA, Oihane Oliveri. Economía doméstica y redes sociales. Una propuesta metodológica. in BEUNZA, José María Imízcoz; KORTA, Oihane Oliveri (Eds.). **Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen.** Madrid: Sílex, 2010. P. 15-51.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. in SILVA, Alberto da Costa e (Org). **Crise Colonial e independência:** 1808-1830. Rio de Janeiro: Fundación Mapfre, 2011. p. 116-204.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O 'retalho' do comércio:** a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Recife, 2012. 390 folhas Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, p. 331-366, 1998.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Editora universitária da UFPE, 2010.

CASCUDO, Câmara. **Prelúdio da cachaça:** etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil. Natal: Coleção Canavieira, 1962.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, F. A. Pereira. **Vocabulário Pernambucano.** 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

DOURADO, Bruna Iglezias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c.1840 - c.1870):** a trajetória de João Pinto de Lemos.. UFF - Programa de Pós-graduação em História. Niterói, 2015.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo.** São Paulo: EDUSP, 2009.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1956.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções:** 1789 - 1848. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LEITE, C. H. F. (2015). **TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES:** OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA. *Revista Escritas*, *7*(1), 03–17. https://doi.org/10.20873/vol7n1pp03-17.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824:** A Confederação do Equador. Recife: Editora Massagana da Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco.** Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco.** Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

MOURA, Denise A. Soares de. **Saindo das sombras:** Homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Fapesp,1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galego:** os portugueses e os conflitos de trabalho na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)**. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SCARANO, Julita - Bebida Alcoólica e Sociedade Colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. **Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa.** Vol. II. São Paulo: Editora Hucitec/ EdUSP/ FAPESP/ Imprensa Oficial, 2001, p. 467-483.

SOTO, María Cristina Martínez. **Pobreza e conflito:** Taubaté 1860-1935. São Paulo: Annablume editora, 2001.

CARCARÁ DA FOME: A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL COM A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO SERTÃO CEARENSE NA DÉCADA DE 1970

CARCARÁ OF HUNGER: THE RELATION BETWEEN SOCIAL AND CULTURAL ORGANIZATION WITH THE LAND STRUCTURE OF THE _SERTÃO CEARENSE_ IN THE 1970s

Tamires de Araujo Sousa[1]

RESUMO

O sertão cearense, marcado por desigualdades e desafios devido à escassez crônica, enfrentou transformações na década de 1970, com cerca de 70% das terras concentradas nas mãos de grandes proprietários. Isso marginalizou pequenos agricultores, gerando dificuldades na produção de alimentos. A falta de acesso à terra impulsionou a migração para a indústria urbana, resultando em alimentação voltada à sobrevivência, ligada a políticas como SUDENE e DNOCS. O estudo busca identificar características sociais e fundiárias na década de 1970, reconhecendo desigualdades correlacionadas à posse de terra e investigando hábitos alimentares. Oferece uma visão abrangente da interconexão entre desigualdade social, propriedade de terras e alimentação na região.

Palavras-chave: sertão cearense; desigualdades sociais, estrutura fundiária, história da alimentação.

ABSTRACT

The *sertão cearense*, marked by inequalities and challenges due to chronic scarcity, underwent transfortamions in the 1970s, with approximately 70% of the land concetrated in the hands of large landowners. This marginalized small farmers, leading to difficulties in food production. Lack of access to land boosted migration to urban industry, resulting in survival-oriented food, linked to policies such as SUDENE and DNOCS. The study aims to identify social and land characteristics in the 1970s, acknowledging inequalities related to land ownership and investigationg dietary habits. It provides a comprehensive view of the interconnection between social inequality, land ownership, and food in the region.

Keywords: sertão cearense; social inequalities; land structure; history of food.

INTRODUÇÃO

O sertão cearense, ao longo de sua história, tem sido uma região marcada por profundas desigualdades sociais e desafios inerentes à escassez crônica de água e alimentos, impulsionados pelo seu clima semiárido, tornando-o o Estado mais característico do Polígono das Secas, delimitado pela SUDENE e oficializado por lei federal (BRASIL, 1968). Ao adentrar a década de 1970, uma série de transformações significativas nas estruturas sociais e fundiárias começou a se desenhar, em grande parte devido ao caráter

---

[1] Graduanda em História – Licenciatura pela Universidade Veiga de Almeida. Fruto da adaptação do trabalho de conclusão de curso. Email: tamiresarsousa@gmail.com

desenvolvimentista que caracterizava o regime da ditadura militar. Tais mudanças já haviam sido delineadas na década anterior, mas ganharam uma intensidade notável a partir do final dos anos 60 (FERNANDES, 2012). Naquela época, a região cearense já exibia um quadro de notável desigualdade fundiária. Com o avanço da industrialização nas capitais e a persistência do desenvolvimentismo no Brasil, o secular modelo de concentração de terras permanecia inalterado. Assim, no coração do Ceará, as condições precárias de sobrevivência para os pequenos agricultores persistiam, impactando diretamente os hábitos alimentares dos sertanejos, que, tradicionalmente, haviam se baseado na subsistência.

Naquele período, o sertão cearense encontrava-se sob o domínio de grandes proprietários de terras, que detinham a posse da esmagadora maioria das terras agricultáveis, chegando a cerca de 70% na década de 1970 (LIMA; SILVA, 1982). Essa estrutura fundiária altamente concentrada engendrava a marginalização dos pequenos agricultores, os quais enfrentavam enormes dificuldades na produção de alimentos e no sustento de suas famílias. Muitas vezes, viam-se obrigados a trabalhar em terras alheias, frequentemente remunerados com pequenas parcelas de terra ou parte de sua colheita, enquanto outras alternativas incluíam a dolorosa migração do sertão, muitas vezes em direção às grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a recorrência das secas e a ausência de um ciclo regular de chuvas na região tornavam ainda mais difícil a preservação dos recursos hídricos naturais e a produção de alimentos.

Em face da falta de acesso à terra e à água, muitos sertanejos se viram compelidos a migrar para outras regiões em busca de trabalho, tornando-se mão de obra indispensável para a indústria urbana e abandonando o campo (STEDILE, 2012). Aqueles que permaneceram na região tiveram de contentar-se com uma alimentação voltada para a mera sobrevivência, na qual a prioridade era obter energia suficiente para enfrentar mais um dia de árduo trabalho. Isso gerava uma dependência dos sertanejos em relação a alimentos de baixo valor nutricional, ao sistema de trabalho para os grandes proprietários de terras e a programas de assistência governamental, como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)

Neste contexto, os objetivos do presente estudo são de identificar e analisar as características da estrutura social e fundiária do sertão cearense, delimitando a década de 1970; Reconhecer as desigualdades sociais e estabelecer suas relações diretas com a posse da terra na região do sertão cearense e investigar e analisar os hábitos alimentares dos sertanejos durante esse período, estabelecendo correlações significativas com a questão da terra e da concentração fundiária.

A fim de alcançar esses objetivos, a metodologia adotada neste estudo será principalmente de natureza bibliográfica e documental. Isso implicará na pesquisa extensiva de fontes de referência, como livros, artigos acadêmicos, documentos governamentais e fontes primárias relacionadas à história e à estrutura social e fundiária do sertão cearense. Essa abordagem permitirá obter subsídios teóricos e dados empíricos relevantes para a análise do tema em questão, garantindo uma fundamentação sólida e abrangente para as conclusões do estudo.

Este estudo será dividido em três partes distintas, que juntas fornecerão uma visão abrangente do cenário, das desigualdades sociais e da relação entre estrutura fundiária e hábitos alimentares no sertão cearense durante a década de 1970. Na primeira parte, a formação sociopolítica cultural do sertão cearense será analisada a partir da compreensão das raízes históricas, das tradições culturais e dos contextos políticos, delimitando seu caminho até a década de 1970. Na segunda parte do estudo, será apresentada uma análise quantitativa e qualitativa das desigualdades sociais na região do sertão cearense, com um foco especial na concentração de terras. Dados concretos serão apresentados para ilustrar a magnitude dessas desigualdades e como elas afetaram a vida dos sertanejos. E na terceira e última parte, as informações previamente apresentadas serão integradas, relacionando todos os aspectos com as desigualdades observadas e a vulnerabilidade no acesso à alimentação. Serão discutidos os impactos da estrutura fundiária e das políticas governamentais na dieta e nos hábitos alimentares dos sertanejos.

Durante a trajetória deste estudo, o objetivo é esclarecer as intrincadas dinâmicas que marcaram o sertão cearense nas décadas de 1970, visando proporcionar uma compreensão abrangente e aprofundada da interconexão entre desigualdade social, propriedade de terras e a questão alimentar na região.

RAÍZES DO PASSADO, TRADIÇÕES CULTURAIS VIVAS E CENÁRIOS POLÍTICOS

O estado do Ceará, situado no nordeste do Brasil, possui uma história de origens profundamente ligadas à colonização portuguesa. Seu nome é derivado do termo tupi "*siará*," que significa "canto da jandaia", uma espécie de ave nativa da região (ALENCAR, 1865). Os registros históricos apontam que os primeiros europeus a explorar o território cearense foram navegadores portugueses no início do século XVI, mesmo que o litoral cearense já fosse avistado e até documentado por outros exploradores. Inicialmente, a região era um ponto de passagem e refúgio para os colonizadores que seguiam em direção a outras áreas do Brasil. A colonização efetiva do Ceará começou no final do século XVII, quando os portugueses estabeleceram fortalezas costeiras para proteger o litoral contra invasões estrangeiras e piratas.

A ocupação do interior do Ceará enfrentou desafios consideráveis devido ao clima árido e à presença de populações indígenas que resistiam à presença dos colonizadores. Durante o período colonial, a região do Ceará foi palco de intensos conflitos e disputas territoriais que moldaram profundamente o seu desenvolvimento. A busca por expansão territorial e recursos naturais estava no cerne desses desacordos, com os interesses coloniais frequentemente entrando em choque com as populações indígenas que habitavam a região.

As primeiras atividades econômicas significativas no local foram a exploração da cana-de-açúcar e a criação de gado. Com a carta régia de 1701 proibindo a criação de gado num intervalo de 10 léguas do litoral, as atividades pastoreiras adentraram o interior, expandindo o território cearense a oeste e deixando as terras litorâneas para as feitorias canavieiras. Segundo o autor Raimundo Girão:

> O vasto sertão que se seguia à orla litorânea imprópria à criação dos gados oferecia-se para estes favoravelmente: 'o caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum.' (Capistrano). Sem tardança, criou-se nos sertões do Ceará, qual já fôra noutras paragens do Nordeste a civilização específica do pastoreiro, a única adequada e, sem dúvida, possível (GIRÃO, 1971, p.99).

Essas atividades contribuíram para a concentração de terras nas mãos dos colonizadores, que visavam lucrar com esses recursos naturais. A criação de gado, em particular, desempenhou um papel crucial na economia local, fornecendo carne e couro para as necessidades da colônia. No entanto, a exploração da mão de obra indígena e africana escravizada era uma característica marcante desse período. Essa exploração não apenas prejudicou as populações nativas, mas também teve consequências profundas na demografia e na composição étnica da região.

O sistema latifundiário que se desenvolveu durante o período colonial deixou um impacto duradouro na estrutura fundiária do sertão cearense. Grandes propriedades de terras nas mãos dos colonizadores resultaram em uma distribuição desigual de propriedades de terras que persistiu ao longo dos séculos.

Ainda que a pecuária tenha mantido sua predominância como o principal sustentáculo econômico daquela região, outras atividades comerciais também desempenharam papéis significativos em seu desenvolvimento ao longo do tempo. Isso inclui a presença de feitorias e engenhos de cana-de-açúcar, bem como, posteriormente, o surgimento da mineração e a expansão da agricultura. Embora essas atividades tenham crescido em importância ao longo dos anos, a criação de gado permaneceu como a pedra angular da economia local.

No coração da atividade de criação de animais no interior cearense, é possível observar a divisão da terra em fazendas, cada uma com seus métodos de trabalho distintos. Nessas fazendas, o sistema de pagamento não envolvia dinheiro, mas sim a oferta da "oportunidade" de ter moradia, alimentação e vestuário em troca de uma porcentagem da produção do trabalhador. Em situações mais específicas, o trabalhador também contribui com um dia de trabalho nas terras cultivadas pelo fazendeiro. Essa forma de trabalho seria classificada como arrendatário (GUIMARÃES, 1964).

Dessa forma, tendo como pano de fundo esse longo histórico de exploração e adversidades, a identidade do povo sertanejo começa a se forjar e se consolidar ao longo das gerações. A experiência de lutar contra os desafios impostos pelo clima árido, a dureza da vida no campo e as demandas de uma economia baseada na agropecuária desempenhou um papel fundamental na moldagem desse grupo de pessoas resilientes. A força do sertanejo não apenas se manifestou em sua capacidade de sobreviver em um ambiente muitas vezes hostil, mas também na criação de uma cultura única, com suas próprias tradições, valores e formas de expressão.

Para além das influências econômicas que moldaram o Ceará, é notável sua herança cultural rica e diversificada, resultante de uma fusão de culturas que teve origem nos povos originários, europeus e africanos. A formação cultural miscigenada é um traço distintivo que enriqueceu a identidade cearense ao longo dos séculos. A convivência e a interação entre esses diferentes grupos étnicos deram origem a uma cultura única, repleta de tradições, expressões artísticas e manifestações culturais que são verdadeiros tesouros do patrimônio cearense.

Os costumes e a cultura sertaneja estão profundamente enraizados na experiência do sertanejo, entre esses se destacam a música nordestina, que desempenha um papel primordial na expressão cultural do sertanejo, sendo um elo inquebrantável com suas raízes; a literatura de cordel, uma forma de poesia popular que utiliza versos rimados e é impressa em pequenos folhetos, geralmente enfeitados com ilustrações coloridas contendo histórias que abordam uma ampla gama de temas, desde lendas e histórias regionais até questões sociais e políticas; e a culinária, que é um elemento vital na cultura sertaneja, adaptando-se de forma engenhosa às condições desafiadoras do sertão. Pratos como o bode guisado, a carne de sol, a farinha de mandioca e a cajuína são exemplos de alimentos tradicionais que sustentaram as comunidades sertanejas ao longo dos anos. Essas iguarias não apenas fornecem a nutrição necessária para a vida no sertão, mas também celebram os sabores únicos da região. Por exemplo, a carne de sol é uma técnica de conservação de carne que se revelou fundamental para a sobrevivência nas condições áridas, enquanto a cajuína é uma bebida típica feita a partir do caju, uma fruta abundante na região (ROCHA, 2003).

A cultura sertaneja do Ceará é um reflexo intrincado da realidade política da região, estabelecendo uma relação de influência mútua que desempenha um papel crucial na definição da identidade do estado. Um dos principais e contínuos focos de conflitos políticos está relacionado à questão da terra e à notável concentração de propriedades rurais com extensas áreas nas mãos de um seleto grupo de proprietários. Essa dinâmica social, marcada por desigualdades econômicas substanciais, moldou profundamente o tecido da cultura sertaneja.

A cultura sertaneja, que se desenvolveu a partir da vivência e das experiências do povo, está, de uma forma ou de outra, intrinsecamente ligada à terra. As canções e os cordéis frequentemente retratam a árdua vida no sertão, enfatizando os desafios que enfrentam diante da seca, da falta de recursos e das dificuldades inerentes à vida no campo. A música nordestina, com gêneros como o forró e o baião, frequentemente conta histórias de lutas e superações, proporcionando uma forma de expressão que captura a alma do sertanejo e a relação profunda com a terra. Além disso, a adaptação alimentar é outra faceta importante da cultura sertaneja, influenciada pela escassez de recursos e pelas condições climáticas adversas. A população sertaneja não apenas ajusta sua alimentação de acordo com a disponibilidade de alimentos, mas também enfrenta a insegurança alimentar devido à falta de acesso à terra para cultivo. A questão da terra não é apenas um conflito político, mas também uma preocupação que afeta diretamente a subsistência e a identidade do povo sertanejo.

Assim, a interconexão entre a cultura e a política no Ceará se desdobra em inúmeras dimensões, onde a questão da terra desempenha um papel proeminente. A luta pelo acesso à terra e a influência do latifúndio na cultura sertaneja são elementos centrais que continuam a moldar a identidade e a realidade política da região.

A história política do sertão cearense é uma narrativa marcada por décadas de lutas e conflitos em busca de justiça social, especialmente em um contexto de extrema aridez e adversidades climáticas. No período imperial, as elites latifundiárias detinham considerável influência política na região, controlando não apenas vastas extensões de terra, mas também as instituições políticas locais. As demandas por reformas agrárias e a redistribuição de terras eram frequentes entre as camadas mais desfavorecidas da população, contudo, essas iniciativas muitas vezes se confrontavam com a resistência das elites locais.

A virada do século XX trouxe consigo transformações significativas. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, impulsionou uma série de mudanças no sertão cearense, principalmente pelo fato dos ‘flagelados da seca’, sertanejos que não tinham mais como

continuar no sertão, estarem indo em grande número para a cidade, afetando, pela primeira vez, a população metropolitana. Um cenário como este é visto do livro "O Quinze", de Rachel de Queiroz, onde ela retrata a seca de 1915, vista por muitos como a mais ríspida do século XX. Um marco importante foi a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, uma instituição voltada para mitigar os impactos das secas frequentes na região. Apesar desses avanços, as reformas agrárias ainda esbarravam na considerável resistência das elites e empecilhos burocráticos.

> O resultado mais evidente da política de açudagem, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), foi a construção de 1.102 açudes (255 públicos e 847 particulares), até 1977[...] (FILHO; VIANA, p.1, 1982).

A década de 1960 testemunhou uma agitação política intensa em todo o Brasil, culminando no golpe militar de 1964. O sertão cearense não ficou imune às turbulências desse período. O regime militar introduziu uma abordagem desenvolvimentista na região, com o objetivo de modernizar a agricultura e expandir a infraestrutura. Entretanto, esse processo frequentemente resultou na remoção de pequenos agricultores de suas terras, desencadeando tensões sociais significativas.

A interseção entre os contextos políticos e a luta contra as secas no Ceará destaca a complexidade das dinâmicas sociais e políticas da região, enquanto o DNOCS e outras instituições desempenharam papéis cruciais na busca por soluções para os desafios climáticos e na redistribuição de terras. Esses eventos históricos moldaram profundamente a relação entre o poder político, a economia e a população do sertão cearense até 1970.

POPULAÇÃO, TRABALHO E TERRA

Uma análise abrangente das desigualdades sociais na região do sertão cearense, com ênfase na concentração de terras, é essencial para entender a dinâmica social da época. Os dados disponíveis sobre a década de 1970 pintam um quadro marcante das disparidades existentes e de como elas afetaram a vida das pessoas nessa região do Ceará.

Em 1970, cerca de 2.582.510 pessoas residiam no estado do Ceará, sendo a maior parte moradora de áreas rurais. Essa característica reflete a predominância do setor primário na economia da região, com a agricultura e a pecuária desempenhando um papel central na subsistência da população. As pessoas que habitavam o sertão semiárido enfrentavam desafios em várias áreas, sendo a educação formal um dos principais. Ao analisar o Censo Demográfico do Ceará de 1970, observamos que 77% dos homens na

população rural não possuíam habilidades de leitura e escrita, enquanto esse número era de 73% para as mulheres na mesma situação. É notório o fato de que a maioria das pessoas não prosseguem com sua educação formal além do nível elementar. Os dados do censo evidenciaram que 27.418 indivíduos que residiam na área rural haviam concluído a educação elementar, enquanto apenas 3.617 tinham conseguido concluir o primeiro ciclo da educação média. Essas estatísticas revelam uma tendência decrescente à medida que avançamos em níveis educacionais mais elevados. Segundo as autoras de *Sertão-Norte* (1982):

> O elevado percentual de analfabetismo e o baixo nível de instrução, que constituem uma das características da população da Área, prendem-se, provavelmente entre outras causas, à necessidade das crianças, nos estratos de baixa renda, a abandonarem desde cedo os bancos escolares - quando os frequentam - para se integrarem às fileiras da força de trabalho familiar (LIMA; SILVA, p. 132, 1982).

A permanência da ditadura militar também desempenhou um papel significativo na área da educação. A Emenda Constitucional de 1969 tornou o ensino primário (destinado a crianças de 7 a 14 anos) obrigatório, o que era uma medida importante para expandir o acesso à educação em faixas etárias mais jovens. No entanto, paralelamente, as políticas de ensino médio passaram por transformações substanciais. O acesso gratuito ao ensino médio estava sendo substituído pelo sistema de concessão de bolsas. Essa mudança na política educacional afetou diretamente a acessibilidade ao ensino médio, pois a gratuidade dava lugar a um sistema em que bolsas de estudo eram concedidas a estudantes, muitas vezes com base em critérios específicos. Isso criava barreiras adicionais para os alunos que desejavam continuar sua educação após o ensino primário.

A relação entre a questão educacional e a questão do trabalho era estreitamente entrelaçada, como evidenciado pela citação de Lima e Silva. Além disso, os dados disponíveis no Censo de 1970 revelam que a maioria das pessoas que residiam em áreas rurais estava diretamente envolvida em atividades relacionadas à terra, o que incluía agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.

Do total de 1.683.422 pessoas que viviam em áreas rurais, impressionantes 643.641 estavam ligadas diretamente às atividades de agricultura, pecuária e silvicultura, o que correspondia a cerca de 38% da população rural. Dentre esses números, 540.230 pessoas trabalhavam exclusivamente com a terra, o que demonstra a centralidade das práticas agrícolas e agropecuárias nas atividades econômicas dessas comunidades rurais. Esse dado reforça a ligação intrínseca entre o povo do sertão e a terra que cultivavam, que era

não apenas sua principal fonte de subsistência, mas também uma parte essencial de sua identidade e modo de vida.

A obra *Sertão-Norte*, já citada, oferece uma visão mais detalhada das complexas relações de trabalho que caracterizavam a vida no sertão cearense. Um aspecto fundamental dessas relações era a relação de sujeição, que era considerada a mais antiga e comum na região. Nesse arranjo, os trabalhadores rurais e suas famílias residiam nas terras do proprietário, em casas muitas vezes precárias, e tinham um pequeno pedaço de terra cedido pelo proprietário para cultivo. Em troca, eles eram obrigados a compartilhar uma parte significativa de sua produção com o proprietário e a trabalhar na plantação deste por cerca de dois dias por semana, recebendo uma remuneração significativamente menor do que os trabalhadores assalariados. Nessa relação, o chefe de família geralmente liderava o trabalho, e os filhos também contribuíam, recebendo uma fração ainda menor da remuneração. A exploração desse sistema era agravada pela disparidade salarial entre os membros da família, onde os filhos recebiam apenas cerca de 75% da remuneração do chefe da família.

No entanto, essa relação de trabalho passou por mudanças significativas com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, também conhecido como Estatuto da Terra. Os proprietários, percebendo as brechas existentes no estatuto, frequentemente forçavam os antigos moradores a deixar suas terras, a fim de substituí-los por novos trabalhadores, geralmente em condições mais desfavoráveis. As autoras Lima e Silva destacam algumas das motivações por trás desse comportamento, fazendo uma análise mais detalhada das áreas que estavam envolvidas na produção de algodão, milho e feijão.

> 1) no fato de, por esse meio, ter acesso a uma parcela maior da produção do morador, visto que o algodão, à medida que é colhido, vai-lhe sendo entregue para guardar em seus depósitos. Vinda a colheita, o produto é vendido pelo proprietário, que desconta da parte do morador o correspondente ao fornecimento que lhe foi feito. Por outro lado, com o milho e o feijão recebidos, o proprietário poderá fazer novos fornecimentos e, assim, assegurar-se a apropriação de parcelas crescentes da produção de trabalhadores que lhe são subordinados (LIMA; SILVA, p.151, 1982).

Outra forma de relação de trabalho comum na região é a parceria, na qual o trabalhador realiza o pagamento da renda da terra entregando uma parte predefinida dos produtos especificados pelo proprietário. Essa parceria pode variar em diferentes graus, com o trabalhador tendo a opção de pagar pela terra no período entre safras, o que lhe proporciona mais autonomia para realizar o plantio e a colheita subsequentes. A variação na qualidade da terra desempenha um papel importante nas negociações da parceria. Dependendo da fertilidade e das condições da terra, o proprietário pode exigir uma

porcentagem menor ou maior da safra como pagamento, com cotas que podem variar de um terço a um quarto, por exemplo. Quando a qualidade da terra é excepcionalmente boa, o proprietário pode requerer uma quota maior da produção como pagamento. Essa flexibilidade nas relações de parceria reflete as nuances das negociações e o impacto da qualidade da terra na divisão dos produtos entre o proprietário e o trabalhador.

O pequeno arrendamento, que oferece ao produtor um grau maior de autonomia em comparação com as formas de trabalho mencionadas anteriormente, envolve a obrigação única de pagar pelo uso da terra em dinheiro, diretamente ao proprietário. No entanto, a autonomia do arrendatário é questionável, uma vez que ele tem limitações significativas na escolha das culturas a serem plantadas e geralmente enfrenta dificuldades financeiras quando precisa vender sua colheita para cumprir com o pagamento da terra.

Por fim, temos o assalariamento, cujo foco não é a posse de terra ou moradia, mas sim a exploração da força de trabalho dos sertanejos em troca de uma remuneração em dinheiro, podendo ser de caráter temporário ou permanente.

Ao analisar os dados do *Censo Agropecuário do Ceará* de 1970, que fornecem informações sobre o número total de estabelecimentos agrícolas e suas condições legais, observamos que, dos 245.432 estabelecimentos registrados, 219.285 eram de posse individual, representando impressionantes 89% das terras dentro do escopo da pesquisa do censo. Essa tendência de posse individual também é evidenciada nos dados apresentados no livro de Marlene Silva e Diva Lima, onde a propriedade individual detinha uma parcela significativa das terras, atingindo 70% em 1970 e 64,5% em 1975.

No entanto, também notamos um ligeiro aumento nas outras formas de ocupação listadas, como os parceiros, cuja participação cresceu de 6,1% em 1970 para 8% em 1975. Em relação a essa mudança, as autoras fazem a seguinte observação:

> [...] atestam a pequena variação da participação relativa dos minifúndios assim como dos latifúndios por exploração no total dos imóveis, o que é forte indicador de que o crescimento da pequena produção se vem fazendo no interior da grande propriedade e, portanto, condicionado ao pagamento de uma renda que tomará a forma de sobretrabalho a 'realizar-se em dinheiro no mercado, conforme as leis deste (SILVA; LIMA, p. 167, 1982).

No contexto das ocupações agrícolas, é interessante observar a distribuição de propriedade entre as diferentes categorias de trabalhadores. Famílias em que os chefes de família eram empregadores de atividades agrícolas detinham 18,87% de sítios e fazendas; 32,88% de sítios e fazendas eram dos trabalhadores agrícolas que trabalhavam por conta própria e 9,27% dos sítios e fazendas eram dos empregados em atividades agrícolas, o resto era destinado a atividades não agrícolas. Os dados, provenientes do Estudo Nacional

da Despesa Familiar (ENDEF) de 1978, corroboram a observação anteriormente mencionada, uma vez que esse estudo não faz distinção entre tipos de trabalhadores. Assim, diversas formas de ocupação estão abrangidas na definição de 'conta própria', na qual, conforme o próprio estudo explica, são considerados como "os chefes de família que trabalham por conta própria, podendo ou não exercer sua atividade em um negócio registrado, isto é, serem ou não estabelecidos" (ENDEF, 1978, p. 16).

Esse cenário nos apresenta uma maioria populacional residente em áreas rurais, situadas dentro do polígono das secas, conforme estipulado pelo decreto 63.778 de 1968. A vida dessa população se desenrola em meio a desafios substanciais, notadamente no que diz respeito ao acesso à educação, muitas vezes iniciando a vida laboral em tenra idade, uma vez que a documentação oficial começa a contabilizar a partir dos 10 ou 15 anos. Além disso, a maior parcela dos habitantes rurais se dedica diretamente à atividade agrícola, trabalhando a terra como principal fonte de sustento.

É crucial destacar que a propriedade da terra está, predominantemente, concentrada nas mãos de proprietários individuais, e todas essas circunstâncias foram determinantes na configuração das relações de trabalho na região, que, em sua maioria, envolvem a terra e a moradia como meios essenciais de subsistência.

A concentração de terras, um dos traços mais marcantes das desigualdades sociais no sertão cearense, aprofundou de maneira substancial a divisão entre uma elite latifundiária e a população rural mais desfavorecida. A propriedade de vastas extensões de terra por um punhado de proprietários resultou em uma distribuição desigual de recursos e oportunidades. Enquanto alguns privilegiados detinham acesso a terras férteis e recursos naturais abundantes, a maioria das famílias sertanejas enfrentava a escassez de terras adequadas para a agricultura e pastoreio, tornando sua luta pela sobrevivência ainda mais desafiadora.

Essas disparidades sociais tiveram consequências profundas na vida dos sertanejos, agravando a pobreza, limitando severamente o acesso à educação e fortalecendo as barreiras econômicas que obstaculizavam a mobilidade social. A concentração de terras continuou a ser uma questão central nas décadas subsequentes, exercendo impactos significativos nas esferas política, econômica e cultural do sertão cearense. Portanto, a compreensão dessas desigualdades sociais e de sua ligação com a concentração de terras é de fundamental importância para a apreensão da história e da dinâmica social dessa região.

DA TERRA AO PRATO

A complexa conexão entre a problemática da terra e a carência de alimentos no Ceará, especialmente no sertão, constitui uma trama intrincada que impacta profundamente a existência da população. O processo histórico de colonização e exploração territorial contribuiu para a configuração de uma estrutura fundiária desigual, na qual a concentração de terras nas mãos de alguns proprietários exerce uma influência direta sobre o acesso dos habitantes rurais aos recursos naturais essenciais para a produção de alimentos.

Essa relação entre a posse da terra e a escassez alimentar reflete não apenas as dinâmicas econômicas, mas também as implicações sociais e ambientais que moldam a vida cotidiana das comunidades sertanejas. A história de desigualdade na distribuição de terras reverbera nas condições presentes, impactando a capacidade das famílias rurais de cultivar alimentos e garantir sua própria segurança alimentar.

Além disso, a predominância da agricultura e pecuária como atividades econômicas fundamentais no sertão destaca a relevância intrínseca da terra para a subsistência dessas comunidades. Entretanto, a distribuição desigual de terras, muitas vezes resultado do sistema latifundiário, impõe significativos desafios ao cultivo de alimentos e à criação de animais, contribuindo diretamente para a escassez alimentar observada na região.

Portanto, compreender a intrincada interação entre a questão da terra e a falta de alimentos requer uma análise aprofundada das raízes históricas, sociais e econômicas que perpetuam essa realidade no sertão cearense.

A relevância fundamental da terra para a sobrevivência das comunidades sertanejas é evidenciada pela preponderância das atividades agrícolas e pecuárias na região. Entretanto, a disparidade na distribuição de terras, decorrente do sistema latifundiário, impõe consideráveis obstáculos à maioria das famílias do sertão, restringindo a área disponível para o cultivo de alimentos e a criação de gado. Essa escassez de terras propícias à agricultura e à pecuária contribui de maneira significativa para a falta de alimentos, exercendo um impacto direto na segurança alimentar da população.

As consequências da falta de acesso à terra se estendem às relações laborais, onde muitos trabalhadores rurais encontram-se dependentes da oferta de "oportunidades", incluindo moradia, alimentação e vestuário, em troca de uma porcentagem da produção. A exploração desse sistema, aliada à concentração de terras, culmina em condições precárias para a maioria dos habitantes do sertão, criando obstáculos significativos para a produção sustentável de alimentos. Paralelamente, a questão educacional emerge como um desafio crucial na região.

Ao examinar a década de 1970 por meio dos dados do *Censo Agropecuário*, depara-se com uma realidade notável, onde a propriedade individual se destacava como a principal

forma de posse de terras, representando significativos 89% dos estabelecimentos agrícolas. Essa hegemonia consolidou disparidades econômicas de considerável magnitude, impondo restrições severas ao acesso à terra para inúmeros habitantes do sertão. A relação inerente entre a utilização e controle da terra na região e a subsistência e identidade do povo sertanejo é inegável.

As diversas formas de relações de trabalho, como sujeição, parceria, arrendamento ou assalariamento, delineiam a interdependência profunda entre a população e a terra que cultivam. O sistema latifundiário, com suas complexidades e sutilezas, desempenhou um papel fundamental na configuração de uma estrutura social onde a posse da terra se traduz diretamente em poder e recursos, delineando a teia de relações que caracteriza a vida no sertão cearense. Essas dinâmicas socioeconômicas resultantes têm impactos significativos nas condições de vida da população, influenciando aspectos cruciais como o acesso à educação e a segurança alimentar. No cenário do sertão cearense, onde a subsistência da maioria das famílias está diretamente vinculada à agricultura e à pecuária, a carência de acesso à terra apropriada impacta de maneira contundente a produção e, consequentemente, a segurança alimentar.

A problemática da fome, portanto, entrelaça-se intrinsecamente à distribuição de terras e às complexas relações de trabalho na região. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários contribui para a escassez de recursos entre a população mais vulnerável. A falta de acesso à terra produtiva impede a autonomia alimentar das famílias sertanejas, criando uma crescente dependência de políticas governamentais e aprofundando as desigualdades já existentes.

A história política do sertão cearense, caracterizada por inúmeras décadas de embates em prol da justiça social, lança luz sobre a intrincada rede de relações entre a problemática da terra, as estratégias governamentais e a vivência do povo sertanejo.

A instituição do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, enquanto medida governamental, denota o reconhecimento das adversidades climáticas enfrentadas pelo sertão e a busca por soluções estruturais para enfrentar tais desafios. No entanto, a resistência por parte das elites locais frequentemente se manifestou como um entrave à implementação efetiva dessas iniciativas, evidenciando a influência política e econômica desses grupos na formulação das políticas públicas. Essa resistência, por conseguinte, contribui para a perpetuação das desigualdades estruturais que delineiam a distribuição de terras e recursos na região.

Adicionalmente, é notável que, em muitas ocasiões, os açudes e poços construídos pelo departamento eram situados em propriedades privadas, ficando, portanto, sob a

administração do proprietário, que detinha o poder de decidir sobre o acesso à água. Essa circunstância tornava a utilidade dessas obras restrita ao benefício exclusivo do proprietário do terreno onde o açude ou poço estava localizado, excluindo outros membros da comunidade da possibilidade de usufruir desse recurso hídrico. Essa dinâmica reforçava a conexão entre propriedade da terra e acesso a recursos vitais, contribuindo para a complexa desigualdade na região.

A interseção entre as políticas governamentais, as condições climáticas adversas e as resistências locais compõem uma narrativa complexa que molda o cenário socioeconômico do sertão cearense. O embate entre a necessidade de intervenções para mitigar os efeitos das secas e a resistência de certos setores da sociedade revela as dinâmicas que permeiam a gestão de recursos na região. Assim, a compreensão dessa história política se torna essencial para o desenho de abordagens mais eficazes na promoção da justiça social e no enfrentamento das persistentes desigualdades.

As políticas governamentais, sobretudo a abordagem desenvolvimentista do regime militar na década de 1960, trouxeram consigo mudanças significativas, mas não isentas de desafios. A modernização da agricultura muitas vezes culminou na remoção de pequenos agricultores, intensificando as tensões sociais e acentuando as disparidades. Assim, a concepção de Bernardo Fernandes, de que os governos militares buscaram impulsionar o avanço do capitalismo no campo ao promover uma política agrária que beneficiava as grandes empresas por meio de incentivos financeiros e isolava o poder dos coronéis latifundiários, torna-se evidente.

Assim, a problemática da terra no sertão cearense vai além de meros aspectos econômicos; ela emerge como uma força determinante na configuração da identidade, nas dinâmicas de trabalho, na expressão cultural e nas condições sociais da comunidade. A compreensão minuciosa dessas interconexões revela-se essencial para abordar de maneira eficaz os desafios enfrentados pela população sertaneja, destacando-se, sobretudo, às questões relacionadas à fome e à segurança alimentar.

A terra no sertão cearense não é simplesmente um recurso econômico, mas um elemento central que permeia a vida das pessoas, influenciando a construção de sua identidade e a forma como se organizam socialmente. A relação intrínseca entre a posse da terra e a segurança alimentar, por exemplo, ressalta a importância de compreender as complexas nuances dessa dinâmica para implementar soluções efetivas.

Quando se analisa a problemática da fome e a busca pela segurança alimentar, fica claro que as origens desses desafios estão profundamente ligadas à disparidade na distribuição de terras e aos sistemas de trabalho que evoluíram ao longo da história na

região. A questão da terra no contexto sertanejo, marcado por sua complexidade histórica, revela-se como um fator determinante nessas dificuldades, impactando diretamente a capacidade das comunidades locais de garantir uma alimentação adequada.

Nesse sentido, é imperativo compreender não apenas os aspectos econômicos associados à terra, mas também as implicações sociais e culturais que permeiam essa questão no contexto sertanejo. A busca por soluções sustentáveis e equitativas requer uma análise profunda das interconexões entre a distribuição de terras, as práticas de trabalho e as condições de vida das comunidades afetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do texto, que explora a complexa interação entre a problemática da terra e a carência de alimentos no sertão cearense, evidenciando a complexidade que permeia a existência da população local. A disparidade na distribuição de terras, derivada do processo histórico de colonização e exploração territorial desigual desponta como um elemento crucial na compreensão da escassez alimentar observada na região, que influencia diretamente no modo como as comidas vistas como tipicamente sertanejas são feitas, com elementos específicos disponíveis aos habitantes daquela área.

A estrutura fundiária desigual, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de alguns proprietários, exerce influência direta sobre o acesso dos habitantes rurais aos recursos naturais essenciais para a produção de alimentos. Essa desigualdade na posse da terra repercute nas condições dos sertanejos, limitando a capacidade das famílias rurais de cultivar alimentos e garantir sua própria segurança alimentar, tendo que utilizar do que eles podem plantar na terra para comer. A importância fundamental da agricultura e pecuária como atividades essenciais no sertão destaca a relevância da terra para a subsistência dessas comunidades. Contudo, a distribuição desigual de terras, impõe consideráveis desafios ao cultivo de alimentos e à criação de animais, contribuindo diretamente para a escassez alimentar.

A restrição de acesso à terra produtiva não apenas afeta a produção de alimentos, mas também se estende às relações laborais, onde muitos trabalhadores rurais dependem de condições precárias em troca de uma porcentagem da produção. Essa exploração, aliada à concentração de terras, cria obstáculos significativos para a produção sustentável de alimentos.

A análise da década de 1970 revela que a propriedade individual se destacava como a principal forma de posse de terras, consolidando disparidades econômicas que restringiam o acesso à terra para inúmeros habitantes do sertão. Diversas formas de relações de trabalho delineiam a interdependência profunda entre a população e a terra cultivada,

evidenciando o papel do sistema latifundiário na configuração de uma estrutura social desigual. A localização de açudes e poços em propriedades privadas, sob o controle exclusivo dos proprietários, reforça a conexão entre propriedade da terra e acesso a recursos vitais, contribuindo para a desigualdade na região.

A questão da terra vai além dos aspectos econômicos, emergindo como uma força determinante na configuração da identidade, dinâmicas de trabalho, expressão cultural e condições sociais da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ESTERCI, Neide. **Trabalho e subordinação no sertão cearense**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.10, n.1/2, 1979, p.95-130.

ARAÚJO, Raimundo Alves dos; SANTOS, Joaquim dos (Org.). **Nas Trilhas do Sertão:** Escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. Sobral: Edições UVA; SertãoCult, 2021. doi: 10.35260/87429915-2021.

BRASIL. **Decreto nº 63.778**, de 11 de dezembro de 1968. Dispõe sobre a delimitação do polígono das secas. Coleção de Leis do Brasil – 1968, v. 8, p. 352.

BRASIL**. [Constituição (1969)]**. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1964

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: Ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CAMPOS, Maria Evangelina Carneiro. **A Questão Agrária e a SUDENE**, César et alii. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/981. Acesso em: 3 mar. 2023.

FANON, Frantx. **Os Condenados da Terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FERNANDES, Bernado Mançano. **A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST** - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL. REVISTA NERA, [S. l.], n. 1, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i1.1495. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495. Acesso em: 3 jun. 2023.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifundiário**. São Paulo: FULGOR, 1964.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE,1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Comercial – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – Ceará.** Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo dos Serviços – Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudo Nacional da Despesa Familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 7. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. **Os fundamentos teóricos para a criação da SUDENE:** uma análise do pensamento de Celso Furtado e seu conceito de História. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/50493>. Acesso em: 13 abril 2023.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**: Cotidiano e História na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso** - Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

QUEIROZ, Rachel. de. **O Quinze**. 116. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

RAMOS FILHO, Luis Octavio; ALY JUNIOR, Oswaldo. **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 159. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão:** Veredas. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Marlene Maria da; LIMA, Dalva M. de Andrade. **Sertão Norte.** Recife: SUDENE, 1982.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil:** o debate da esquerda - 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

FESTA DE SÃO JOSÉ: ANÁLISE DA OBRA “O CABELEIRA” (1876) E A RELAÇÃO DA SECA EM PERNAMBUCO (1775-1793)

FESTA DE SÃO JOSÉ: ANALYSIS OF THE WORK “O CABELEIRA” (1876) AND THE RELATION OF THE DROUGHT IN PERNAMBUCO (1775-1793)

Joana Cristina Souza do Nascimento Rosa[1]

RESUMO

Durante a segunda metade do século XVIII, a província pernambucana sofreu com intensas secas. Ao longo de vários séculos, foi possível caracterizar e entender a relação climática da região, prevendo os momentos de escassez e pouco aproveitamento econômico. As décadas de 1770 e 1780 foram marcadas pela formação de flagelos que desestruturaram a sociedade durante o período: além da seca, a formação do banditismo social. Uma das principais soluções que a sociedade interiorana encontrara para enfrentar os acontecimentos vivenciados durante o período, foi a confiança em São José, um santo católico, e a organização de procissões religiosas. Publicado em 1876, a obra *O Cabeleira,* escrita por Franklin Távora, foi uma narrativa naturalista que preservava as narrativas pernambucanas durante o final século XVIII. A partir disso, foi possível extrair como a relação da festividade e a convivência com as adversidades climáticas, foram importantes para amenizar a situação do período. Dentro do romance, destaca-se a relação dos flagelos sociais da segunda metade do século XVIII – a seca, a epidemia de febre amarela e a formação do banditismo social –, possibilitando o entendimento de como a festividade de São José predispôs o fortalecimento da sociedade interiorana, para o enfrentamento das lamentações que rodeavam Pernambuco durante o período, influenciando diretamente sua organização, sua política e sua relação econômica.

Palavras-chave: Festa de São José; seca; século XVIII.

ABSTRACT

During the second half of the 18th century, the province of Pernambuco suffered from intense droughts. Over several centuries, it was possible to characterize and understand the region’s climatic relations, predicting times of scarcity and low economic use. The decades of 1770 and 1780 were marked by the formation of scourges that destabilized society during that time: in addition to the drought, the formation of social banditry. The primary solution that the inland society found to face the events experienced during that time was trust in São José, a Catholic saint, and the organization of religious processions. Published in 1876, the work, *O Cabeleira*, written by Franklin Távora, was a naturalistic narrative that preserved the *pernambucanas* narratives during the late 18th century. From this, it was possible to extract how the relation of festivity and coexistence with climatic adversities was important to alleviate the situation of that time. Within the novel, the relation of the social scourges of the second half of the 18th century stands out - the drought, the yellow fever epidemic, and the formation of social banditry -, allowing the understanding of how the festivity of São José predisposed the strengthening of the countryside society, to face the lamentations that surrounded Pernambuco during that time, directly influencing its organization, politics and economic relations.

Keywords: Festivity of São José; drought; 18th Century.

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH-UFRPE), sob a orientação do Professor Doutor Wellington Barbosa da Silva. Email: joanacrissrosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

A partir das análises feitas dentro da obra regionalista do escritor Franklin Távora, é possível observar, em sua literatura, como deu-se a formação cultural, social e política pernambucana.

Ao longo da segunda metade do longo período oitocentista, Franklin Távora foi considerado um renomado escritor brasileiro. Além de ser um dos principais representantes do movimento literário conhecido como "Romantismo Regionalista", trabalhou em formar uma literatura centrada nos aspectos notistas. (VERÍSSIMO, 1998, p. 339-341)

A vida do escritor cearense foi marcada por uma intensa atividade intelectual e literária, iniciando seus estudos em Pernambuco, dentro da Faculdade de Direito do Recife. Durante sua carreira – entre várias tentativas de sustento – a produção de romances fora uma alternativa imediata de conseguir subsídios que sustentassem sua família enquanto ainda estudava advocacia.

Suas obras são caracterizadas por retratar aspectos sociais, culturais e históricos da antiga regionalização do Norte brasileiro. Seus escritos abordam temas como o banditismo social, a seca, a vida no sertão e as lutas por justiça social. Além disso, seus personagens são geralmente figuras controversas e complexas, que enfrentam dilemas morais e desafios em suas trajetórias, abordando um tema psicológico e interação humana de acordo com seu meio.

À vista disso, Franklin Távora, emerso aos movimentos de identidade e pertencimento, construiu a ideia de uma "Literatura do Norte". Para mais, buscava-se o resgate de tendências que reafirmavam a tradição e cultura das províncias nortistas. Ao longo da sua trajetória, o escritor deixou evidente sua preocupação em defender uma literatura baseada em histórias que contracenassem com os cenários da imensa região – sendo, inclusive, seu principal alvo de desentendimento sobre valorização regional dentro da literatura, o escritor José de Alencar, como aponta Aline Jesus Menezes em sua dissertação:

> Para o escritor [Franklin Távora], a verossimilhança se produziria em proporção direta à fidelidade ao ambiente em que se desenvolveria a ação romanesca. Por isso, ele censura Alencar por ter escrito O gaúcho, sem ter tido o devido conhecimento prático dos pampas gaúchos. (MENEZES, 2012, p. 79)

Em 1876, a obra que inicia a chamada Literatura do Norte, *O Cabeleira*, tem como formato uma crônica histórica pernambucana. Sua produção foi realizada com o intuído de criar um documento histórico que contasse o início do banditismo social e os impactos dos flagelos que assolavam Pernambuco durante o final do século XVIII. Para isso, Franklin

Távora inicia sua narrativa, em um trecho denominado de “Meu Amigo”, falando sobre a importância da obra para a história pernambucana:

> Início esta série de composições literárias, para não dizer documentos históricos, com O Cabeleira, que pertence a Pernambuco, objeto de legítimo orgulho para ti, e de profunda admiração para todos que têm a fortuna de conhecer essa refulgente estrela da constelação brasileira. Tais estudos, meu amigo, não se limitarão somente aos tipos notáveis e aos costumes da grande e gloriosa província, onde tiveste o berço. (TÁVORA, 1998, p. 10)

A obra apresenta traços regionais e culturais pernambucanos da transição da segunda metade do século XVIII até a década de 1870 – período da criação da obra. Dessa forma, é possível identificar as práticas de divertimentos como forma elemento estrutural da obra, caracterizando um aspecto defendido pelo próprio autor cearense: a Literatura do Norte e sua formação regionalista.

A produção literária narra a história de José Gomes, conhecido como Cabeleira, um personagem dito como violento e temido devido aos acasos marcados pela vivencia dentro do extenso território que demarcava Pernambuco. O romance, que se passa em um período de crise colonial, busca retratar a realidade da antiga região que predominava o Norte, marcada pela pobreza, desigualdade social e dificuldade climática.

A história se desenrola em meio a uma série de eventos sangrentos e de denúncias sobre a administração colonial. Apesar de ser um romance e seu autor possui liberdade em sua licença poética, a produção literária reproduziu um cenário de prejuízos e consequências de um dos momentos mais alarmantes durante o final do século XVIII: a seca.

As festividades, antes de qualquer coisa, são uma amostra de sociabilidade e convívio. Dentro do desenvolvimento de uma prática festiva, é possível observar elementos que ajudaram com o entendimento de formação e práticas de relação de poder. À vista disso, durante boa parte da vida literária que o escritor cearense traçou, é possível extrair elementos de composição de um espaço de regionalização interna: os sertões pernambucano.

A “Literatura do Norte” - como Franklin Távora (1876) costumava nomear, era um estilo de escrita que tinha como objetivo criar suas próprias características afastadas dos traços europeus, oficialmente, sobretudo, respeitando os limites entre as regiões, principalmente em Pernambuco, teria seu papel como colaborador de um olhar mais político e literário do Norte.

A práticas festivas são demonstradas em descrições detalhadas pelo autor: desde as flores utilizadas para decoração até os instrumentos que os músicos escolheram para dedilhar uma vitória. Para mais, é possível encontrar as práticas de divertimentos em vários elementos descritos pelo escritor nas páginas dos seus livros, possibilitando a compreensão do cenário durante boa parte dos oitocentos.

"O regionalismo então servia, como tem servido, de documento e protesto" (BOSI, p.147, 1994). Quando Alfredo Bosi descreveu em seu livro, *História Concisa da Literatura Brasileira*, ele expressou como e qual seria o objetivo da produção literária regionalista: denunciar e defender limites que foram constituídos dentro de uma formação regional (BOSI, 1994). Em grande maioria, dentro dos diálogos ao leitor, Franklin Távora mostrou preocupação em seus escritos em relação a vivência e valorização sociocultural do Norte.

Ao longo da leitura do romance regionalista, *O Cabeleira* (1876), foi possível estabelecer relações com o cotidiano e tradições interioranas em Pernambuco. Através do personagem de José Gomes, um dos pioneiros do conhecido banditismo social, a obra consegue extrair elementos que estão em diálogo com as práticas de divertimentos e os elementos de composição festiva.

Através da obra, é possível visualizar como a sociedade pernambucana do século XVIII conseguiu enfrentar os flagelos que assolavam boa parte de Pernambuco. A partir das descrições do autor, fica evidente o aumento de processões e busca por soluções perante as consequências negativas que o território enfrentava – além da seca, a epidemia de febre amarela e o início do banditismo social, foi desenvolvido um cenário de verdadeira calamidade e, para muitos, a crença de um milagre era a solução para acalmar todos os ânimos.

"O meu plano há de cair tão certinho como S. João a vinte e quatro" (TÁVORA, 2003, p. 27). Em tradição, ao longo da obra, os personagens criam narrativas que mergulham nas práticas culturais que caracterizavam o calendário das festas religiosas da região. É possível construir uma narrativa de formação cultural que atingia Pernambuco desde a segunda metade do século XVIII, possibilitando entender como funcionava o diálogo a respeito dos elementos de composição cultural e a influência religiosa.

A utilização da fonte literária, acabara possibilitando a construção de um cenário que foi estabelecido há tempos dentro da memória. Para Franklin Távora (1876), a valorização das tradições nortistas e seus aspectos, construíam margens para relatar as histórias envolvendo toda conjuntura social da região – afinal, a história do norte, considerando a geografia oitocentista, sempre foi marcada por acontecimentos que serviram para muitos cenários literários ao longo da jornada da literatura brasileira.

Em primeiro momento, é necessário entender o impacto da seca que devastou Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII – sendo, inclusive, o cenário escolhido pelo autor. Ao debater sobre a condição climática e suas consequências – perante a sociedade, a economia e a saúde -, Franklin Távora conseguiu transmitir o processo que marcou a região a partir de registros e relados em sua obra. A calamidade climática que predominou as últimas décadas do século XVIII, fora um dos registros mais tensos catalogados ao longo da história das secas, tornando-se possível a visualização de mudanças permanentes na economia da região, do modo de convívio entre as pessoas e as práticas de tradições culturais e religiosas.

Devido a mudança, um dos arranjos encontrados pela sociedade interiorana de Pernambuco para enfrentar os flagelos: a organização de procissões e a aclamação a São José. Em pesquisas sobre grandes catástrofes que ocorriam em diferentes períodos históricos, é possível observar a semelhança entre diferentes conjunturas sociais a forma de prende-se em segmentos de religiosidade para acalmar, de certa forma, os ânimos e a crença de um longo período próspero após o tormento.

Por fim, a obra regionalista de Franklin Távora, permite em sua narrativa, o entendimento sobre as práticas festivas religiosas em relação da convivência com os flagelos do período. A partir da análise literária, é estabelecido uma amostra sobre o entendimento da construção do cenário e a reorganização estabelecida pela ordem religiosa que tentava combater os ânimos sociais devido ao alcance da desordem alcançada pela crise climática e, também, pelo banditismo social e a epidemia de febre amarela.

UM DEBATE SOBRE A SECA EM PERNAMBUCO (1770-1780)

Dentro da história da seca, é possível observar o registro climático desde o século XVII. Prevendo efeitos econômicos e socioculturais, a construção do imaginário interiorano brasileiro, baseando-se nos fatores consequenciais, reconstruí o cenário de alarme vivenciado pelos homens do sertão.

Desde o final do século XVII, é notório a agitação de núcleos que cresceram devido a consequência da seca: como o embate dos povos nativos e a formação de grupos de malfeitores infestando os sertões (ALVES, 1982, p. 23). Com a crise climática, a confederação e formação de grupos que tentavam – por vezes, através da violência – invadir fazendas que estavam desocupadas pelos donos originários ou a invasão de territórios com donos ativos, na tentativa de fugir do maçante mormaço mortífero da seca.

A seca dos Três Setes – como é conhecida durante seu apogeu, em 1777 - também teve um impacto cultural e social na região. A falta de recursos e a luta pela sobrevivência

levaram ao aumento da violência e do banditismo. Além disso, a escassez também acentuou as desigualdades, afetando principalmente os mais pobres e marginalizados.

Ao longo do século XVIII, a seca reproduziu um cenário de catástrofe climática reproduzidas pelos alcances territoriais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Desde o período colonial, as secas produzem grandes problemas que influenciam diretamente com a miséria e a reabilitação das organizações dos vários setores econômicos (pecuária e agricultura).

Para as capitanias mais ricas, Pernambuco e Bahia, sofreram diretamente com os embalos da seca ao longo do século XVIII. Diante da situação, os alimentos de cultura básica do cotidiano – como a mandioca e o açúcar - tiveram seus plantios prejudicados pelo processo de secura que transcorria pela região, sendo ordenados por D. João, em uma carta Régia a continuação da tentativa do plantio para alimentar os familiares e escravizados que moravam nas fazendas interioranas:

> e quanto a plantação de mandioca, vos ordeno que obrigueis a todos os senhores de engenhos a que plantem a que se julgar necessária para sustentação da sua escravatura e família naquelas terras que lhes sobraram e que não forem próprias para a produção e cultura das canas. (ALVES, 1982, p. 43)

O escritor e romancista, Franklin Távora, deixou em sua obra um pequeno registro sobre a condição desfavorável dentro da economia pernambucana em relação a escassez de alimentos e o aproveitamento dos comerciantes ao taxarem os preços com lucros altíssimos:

> A seca que estava devastando a província tinha-lhe proporcionado ocasiões de conhecê-los os lugares da província melhor. A escassa farinha, os poucos legumes e outros comestíveis que apareciam nas feiras gerais eram logo comprados por atravessadores que os iam revender com usura no Recife. (TÁVORA, 1998, p. 91)

Outro ponto que se tornou problema para o governo pernambucano, foi a onda de emigrações de pequenos núcleos sociais. Além da seca e suas consequências, esses grupos que depredavam e que se formavam na tentativa de restabelecer uma moradia que serviria minimamente como abrigo e restauro, procuravam pequenas soluções para as condições causadas pelos flagelos. A ideia era de ocupar espaços e terrenos que eram propriedades de fazendeiros da região – e, foi assim, durante o contexto de seca, epidemia e fome, que foram encontrados os primeiros registros sobre o dito banditismo social, composto por sua maioria das vezes desses grupos de emigrantes. Os conhecidos “bandos” foram colocados como prioridade do governo setecentista para acabar com dita desordem e invasões, estabelecendo políticas de ordem social.

A seca entre os anos de 1776 e 1777, entre os registros, é considerada uma das mais intensas da história de Pernambuco. O percentual econômico do pastoril, que percorria até o Ceará, fora prejudicado em sua totalidade, sendo, no futuro, a base econômica transferida para a contribuição da indústria do Rio Grande do Sul – inclusive, José Pinto Martins[2], fugindo das consequências das secas, emigrou para o sul e inaugurou o primeiro comércio de carne seca na região (ALVES, 1982, p. 52).

Durante o período de calamidade, era comum o registro de procissões na busca de alcançar o milagre em fé para o término dos flagelos que assolavam em Pernambuco. A tentativa da população interiorana de buscar o fim da seca, foi marcada por registros paroquias da época, com tradições de rezas e cantos. Pelo registro do Senador Pompeu:

> a fome se fez sentir de tal maneira que muita gente foi vítima dela. O Bispo D. Thomaz da Encarnação Costa Lima muito concorreu para aliviar à pobreza, distribuindo avultadas esmolas. Mandou fazer preces públicas nas matrizes e conventos, e ordenou também que se fizessem procissões de penitência. (ALVES, 1982, p. 52)

Em sua produção literária, *O Cabeleira* (1876), o escritor cearense Franklin Távora, aborda a narrativa sobre a reconstrução do cenário da capitania pernambucana perante a seca e as consequências do banditismo social. Fica evidente em sua narrativa como o povo que habitava a região ficou preso à esperança da fé, buscando um conforto emocional e espiritual sobre os flagelos que acontecera durante o longo período.

Em situações de calamidades, o aspecto do coletivo abre espaço para uma análise sociocultural perante o envolvimento religioso. Em registros paroquiais – como o pedido de D. Tomaz da Encarnação Costa Lima -, é possível perceber um aumento significativo de procissões em momentos que são considerados necessários: destacando-se a Festa de São José, como exemplo, que seria o santo protetor das lavouras e intercessor da prosperidade, trazendo chuva e fartura para a mesa.

De fato, a segunda metade do século XVIII foi de intensa atividade de estiagem dentro de várias capitanias. Os registros entre 1770 e 1779, constitui um aumento significativo na reconstrução social e econômica, especialmente de Pernambuco. No final do século XVIII, é também notório mais uma vez – acreditam-se que o pior registro do século -, um longo período de seca, entre os anos de 1791 e 1793.

[2] José Pinto Martins foi um cearense que, fugindo da seca e suas consequências, instaurou o comércio de charqueadores dentro do Rio Grande do Sul, na região de Pelotas, possibilitando a mudança econômica e uma nova formação de relação de trabalhado na região. Além do comercio de carne, foi possível estabelecer um fornecimento de couro para países europeus, especialmente a França.

Dessa forma, em menos de vinte anos, entre os últimos registros de intensa alteração climática, a capitania pernambucana sofreu com as consequências deixadas. Ainda em sua introdução da dissertação mestrado, Mariely de Albuquerque Mello Felipe, fala sobre o impacto que a seca da década de 1790 causara até mesmo em capitanias mais distantes: “no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo, os anos iniciais da década de 1790 teriam sido marcados por um forte impacto das necessidades externas de alimentos sobre a economia local.” (FELIPE, 2017, p.17)

À vista disso, as últimas décadas do século XVIII fora marcada por uma intensa adversidade climática que provocou a formação de tradições populares e políticas, em tentativa de reorganizar possíveis situações de secas futuras. A década não foi a primeira que recebera um registro intenso e de profundas mazelas. Ao longo da história da seca foi possível observar como a população interiorana pernambucana conviveu com os flagelos que desorganizaram sua sociedade e sua tradição comercial.

PROCISSÕES DE SÃO JOSÉ: A IMPORTÂNCIA DAS FESTIVIDADES EM SITUAÇÕES DE FLAGELOS

As festas são responsáveis pela caracterização de uma determinada cultura e o envolvimento social na construção de uma identidade. Dessa forma, a literatura de Távora descreve um cenário de formação e uma narrativa carregada de regionalismo para entender o contexto de agitação pernambucana dos oitocentos.

A influência da Literatura do Norte contribuiu para destacar aspectos regionais importantes dentro das obras do escritor cearense. A partir das descrições dos divertimentos e suas particularidades, é notável o rico valor dos traços culturais que Pernambuco apresenta desde muito antes da criação das obras em destaque.

Mesmo sendo uma obra produzida no século XIX, o escritor estabeleceu a linha temporal dentro da segunda metade do século XVIII. Durante esse tempo, Pernambuco comemorava o decreto pela expulsão dos jesuítas; a Vila do Recife encontrava-se em festa e constituída de luzes.

São José, considerado o padroeiro dos trabalhadores, era venerado de forma especial em Pernambuco - principalmente da agricultura e da pesca. A festa do santo, marca no calendário o dia 19 de março, atraía pessoas de todas as partes da região, que se reuniam para homenageá-lo e participar das atividades festivas.

Durante a festa, a cidade ganhava uma atmosfera diferente, com as ruas enfeitadas com bandeirinhas coloridas e altares montados em sua homenagem. As igrejas também

eram decoradas de forma especial, com flores e velas, e realizavam missas solenes em honra ao santo.

As procissões, no final do século XVIII, em Pernambuco, eram momentos de grande importância religiosa, social e cultural para a população da região. Nesse período, as procissões eram uma das principais formas de expressão da fé e de devoção religiosa.

As práticas também eram marcadas por uma grande devoção e fé. Os fiéis caminhavam em silêncio, rezando e cantando, demonstrando sua devoção aos santos e sua fé na religião católica. Era um momento de recolhimento espiritual, onde as pessoas buscavam a paz e a comunhão com Deus.

É no espaço público das ruas - em procissões, cortejos e festas - e nos templos e santuários - na realização dos rituais - que costuma expressar veneração. (COUTO, 2008, p. 9). A partir disso, fica evidente o aumento considerável de procissões liberadas durante um momento de calamidade – e, pelo período em questão, os flagelos estavam bastante aflorados em Pernambuco.

A prática religiosa, por vezes, é associada ao processo de espiritualidade. De fato, não é negável sobre principal objetivo, mas a questão debatida é sobre o processo de sociabilidade que é encontrada em um coletivo a partir de uma dificuldade em comum. O espaço público ficou lotado de fiéis que acreditavam e tinham esperança de afastar todo mal-estar que prevalência a região, como afirmou Edilece Souza Couto:

> Devoções, festas e ritos têm a função primordial de reatualizar o tempo mítico, reversível e recuperável. Ao participar desses eventos, o fiel evoca e recria o tempo inicial. As manifestações religiosas não significam apenas a comemoração de um acontecimento, mas a sua reatualização, uma forma de reviver o tempo original e promover a purificação. (COUTO, 2008, p. 2)

Em sua tese de doutorado, a historiadora Lídia Rafaela, descreve o cenário sobre uma cerimônia festiva dedicada a nova bandeira, sendo o dia escolhido para comemoração e benção do novo símbolo, destacando-se nas ruas as imagens de santos e as etapas da via-sacra. Ainda sobre os aspectos da procissão, entre as linhas de rodapé, a historiadora cita uma conterrânea especialista em história colonial, Kalina Vanderlei Paiva da Silva, para explicar a dimensão das procissões que eram constituídas no século XVIII e sua importância como amparado social:

> no período colonial as celebrações públicas e as procissões tomavam as ruas nos dias de resta patrocinado pela Igreja e pelo Estado, que eram espaços de afirmação das elites locais. Plebe e elite participavam das festividades públicas. (SILVA, 2011, p. 39)

De acordo com a doutora e historiadora Lídia Rafaela (2018), como prática do cotidiano, as festas religiosas tornaram-se uma essência no calendário festivo, principalmente no Recife. As procissões ficaram conhecidas pelo alvoroço e aclamação pelos santos católicos, tornando-se uma essência do cotidiano.

À vista disso, o processo de cortejo religioso – entre procissões de penitência e festas de santos, especialmente para São José – em períodos de fragilidade social, construiu e reestruturou um período de turbulências em Pernambuco. Evidenciando também que, as práticas festivas citadas são de interesse de controle e ordem social, visto que a vigilância era redobrada e suas datas eram organizadas pelo calendário oficial.

Neste caso, foi possível observar como as festas e o contexto religioso conseguiram estabelecer um conforto prévio da situação negativa. Para isso, as práticas festivas elas serviram – como continuam servindo – de amparo social que trabalha com a memória e estabilidade individual e coletiva dos indivíduos que estão inseridos no contexto.

O CABELEIRA: SECA, PROCISSÕES E PRÁTICAS FESTIVAS

Durante o século XIX, a produção literária ficou estendida ao longo percurso do Romantismo e Realismo. Sendo movimentos literários opostos – preocupavam-se em produzir um cenário idealizado da realidade e os aspectos que impactavam o senso consciente da sociedade, respectivamente –, o processo permitiu a introdução de vertentes que procuraram ressignificar o percurso das letras e linguagens. (VERÍSSIMO, 1998, p. 367-368)

Em momentos narrados pelo autor, é possível notar a utilização dos crimes cometidos pelo protagonista da obra com seu bando para exemplificar a formação de procissões de penitencias – enquanto o cenário estava descrevendo um crime, em outro momento cria-se a narração de uma procissão.

Para isso, a pesquisadora Valéria da Silva, em sua dissertação na área de Literatura e Vida Social, ressignifica a forma de utilização folclórica de Franklin Távora para descrever e detalhar o cenário da segunda metade do século XVIII, estendendo-se a uma interpretação imagética de fatos que podemos averiguar em outros tipos de documentos:

> […] o folclore serve como meio auxiliar na reconstrução histórica porque, ao contrário dos documentos, guarda a autoridade popular da visão dos acontecimentos. Juntamente com a fidelidade dos dados oficiais e sua cientificidade, o folclore entra como a voz histórica do povo, registro histórico informal considerado tão ou mais confiável que o primeiro devido à interpretação e à assimilação diferenciada destes fatos. Este tipo de "registro" é utilizado sempre de forma comprovadora. (SILVA, 2008, p. 69)

A narrativa de *O Cabeleira* apresenta uma visão crítica da sociedade pernambucana da época, onde a violência e a desigualdade social são evidenciadas. O livro retrata a falta de justiça e a impunidade, além de abordar questões como a honra, a vingança e a marginalização dos mais pobres. Além disso, o romance também aborda questões sociais e políticas da época, como a escravidão, a influência dos coronéis e a luta pelo poder. Através da figura do protagonista, Távora denuncia a injustiça social e a marginalização dos mais pobres, revelando as contradições e desigualdades da sociedade pernambucana do século XIX.

Entre alguns capítulos da obra, foram encontradas práticas de festejos – direitas e indiretas – sobre a socialização e organização perante o percurso pelo fim dos flagelos que assolavam o final do século XVIII, em Pernambuco.

Além das práticas de divertimentos, é importante ressaltar que Franklin Távora demonstra uma preocupação com o segmento dos períodos e ocorrências históricas, como também com os fatos que aconteceram durante sua vida literária. À vista disso, nos capítulos da sua obra encontramos algumas citações concisas sobre festas regionais que são consideradas tradições, especialmente, pernambucanas: "o meu plano há de cair tão certinho como S. João a vinte e quatro" (TÁVORA, 1998, p.19).

Durante as próximas páginas *d'O Cabeleira*, Franklin Távora continua descrevendo como estava o cenário da capitania pernambucana durante o período dos flagelos. Para isso o impulsionamento das procissões ficaria evidente ao decorrer da obra pelo processo de fragilidade encontrada na conjuntura em consequência da calamidade e a violência causada pelo início do banditismo social, visto que o autor pontua que no período destacado na obra encontram-se indícios sobre um espaço de catástrofe humana e climática:

> Como nunca um mal vem desacompanhado [em relação ao banditismo social e a seca], segundo mui bem diziam nossos maiores com aquela autoridade que, entre outros graves ofícios, não se lhes pode recusar na ciência da vida, ao grande contágio das bexigas, que todo o ano de 1775 e uma parte do seguinte levou assolando a província de Pernambuco, sucedeu uma seca abrasadora, mal não menos penoso senão mais funesto que o primeiro em seus resultados. (TÁVORA, 1998, p 32)

A pontualidade dos fatos que o autor descreve, demostra preocupação em reafirmar como o período fragilizou a população pernambucana. A seca, que será citada eventualmente ao longo da obra, fora a mesma que teria sido registrada como uma das piores do setecentista, trazendo o entendimento sobre o impacto da seca e sua repercussão dentro da sociedade. Sendo assim, ele continua:

> Do mesmo modo a seca, chamada em Ceará seca grande, que, arrasou Pernambuco desde 1791 até 1793, com ser mais intensa e duradoura do que a de 1776, ficou-lhe aquém nos estragos produzidos nesta última província onde esta seca foi precedida do terrível contágio que levou milhares de almas como dissemos. (TÁVORA, 1998, p. 32)

Durante a descrição, o autor destaca como a organização religiosa fora importante para calmar os ânimos daqueles que sofriam com as consequências da seca: como participando das procissões com intuído de aclamar a Santíssima Trindade ou o Santo José, pelo fim das mazelas que assolavam a extensão sertaneja da região pernambucana.

É notório como o autor deixa evidente a catástrofe do período. Um aspecto interessante é a narrativa sobre a geografia, como a vegetação e paisagem ficara após o momento da Grande Seca – inclusive, pelo movimento literário realista, é possível entender um duplo sentido em relação àquilo que seria uma característica da vegetalidade ou uma contraposição do sentimento humano – como algo seco, sem força e com resquícios de crueldade:

> Com a seca abrasadora essa região, que nunca fora amena, ainda na força do verde, estava inóspita, árida, cruel. Via-se a espaços um pé de xiquexique perdido nos alvos tabuleiros, ou entre serros alcantilados, e junto do rio uma ingazeira com a folhagem coberta de samambaia, um juazeiro solitário e sem fruto. (TÁVORA, 1998, p. 99)

Franklin Távora, após transcorrer pelo detalhamento da fragilidade do contexto, ele inicia sua narrativa falando sobre as procissões que tiveram ao longo do período. De acordo com sua escrita, o momento era de deslumbre e positividade – algo que, pela circunstância enfrentada, passaria ser um escape de espeça e de boa-fé:

> [...] convidou o povo a procissões de penitência. As procissões eram então atos majestosos e dignos. Uma delas produziu tão viva e salutar impressão no espírito do povo daquele tempo, que o historiador se julgou na obrigação de transmitir sua memória à posterioridade. (TÁVORA, 1998, p. 34)

Franklin Távora destaca o papel dessas procissões como uma forma de arrecadações de fundos e de controle de histeria social. Devido ao grande impacto da religião dentro da construção da sociedade pernambucana setecentista, o autor destaca - não somente quando é falado sobre a seca, mas sim em quase todos contextos que abracem a relação de enfretamento de algo que prejudique um ou mais grupos – os acontecimentos de procissões como um evento que iria afastar qualquer resquício de mazela ou contratempo que assolassem o período.

O registro de procissões aumentara durante o processo enfrentado pelo final do século XVIII. Devido ao alcance social, era possível averiguar a busca em promover através

da fé, uma estabilidade dentro da sociedade. Para isso, o autor cearense continua a descrever como fora organizado as procissões de penitência com objetivo de aclamação pelo fim da seca:

> Eram sete horas da noite quando esta procissão, que saiu da igreja de S. Pedro, se encaminhou à da Madre de Deus, designada para um rigoroso miserere[3]. O bispo acompanhou-a em pessoa, descalço, e confundindo com o povo. Todos, vestidos de branco, disciplinavam-se com sidera contrição. (TÁVORA, 1998, p. 34)

As procissões são descritas como um fenômeno de intensa mobilidade e de representação pela fuga das angústias que percorrem uma conjuntura social. A imagem dos bispos e de outras figuras relacionadas ao alto clero, que são representadas pela narrativa, são associados a vestimentas e acessórios cerimoniais que simbolizam autoridade e posição dentro da igreja. À vista disso, Távora buscou retratar a imagem de um bispo descalço – entendendo que os sapatos são vistos como um símbolo de proteção física, conforto e plenitude social – associa-se a diferença entre as camadas sociais estabelecidas dentro do período colonial.

A partir dos seus registros, fica evidente como os flagelos sociais estremeceu Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII. O autor, apesar da autonomia para utilizar da licença poética ao criar sua história, preferiu permanecer com a utilização das fontes e seus resultados. Afinal, o próprio Távora afirma ainda no início d'*o Cabeleira* que não há necessidade de criar uma narrativa pernambucana, visto que "sua trajetória oferece-nos exemplos de heroísmo e grandeza moral" (TÁVORA, 1998, p. 17), sendo suficiente para criar uma narrativa densa e rica em conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A festa, como indicador de sociabilidade, produz diversas narrativas para entender a posição do indivíduo que está inserido no ambiente dos festejos e seus arranjos no processo de interação com a sociedade. À vista disso, é possível entender como a sociedade da antiga capitania pernambucana conseguiu estabelecer uma ordem pelo restauro dos acontecimentos negativos do período através da crença e dos incentivos eclesiásticos. A partir das análises realizadas sobre as secas e flagelos da segunda metade do século XVIII, foi possível compreender, dentro da obra *O Cabeleira*, o processo das práticas

[3] Denominação para composição musical que versa sobre o salmo, geralmente são reproduzidas em latim.

Como um todo, a pesquisa proporcionou uma maior compreensão sobre as práticas de festividades religiosas – como o festejo e aclamação a São José - e como é possível caracterizar uma cultura e seu envolvimento social na reconstrução de um cenário positivo. Dessa forma, a obra de Távora permitiu descrever a formação e a caracterização regionalista que, pela Literatura do Norte, sendo possível entender o cenário pernambucano oitocentista e como os festejos religiosos fora importante para o enfrentamento de situações que devastaram a região.

Por conseguinte, é importante entender as práticas religiosas como parte de uma solução encontrada para enfrentar os problemas de um período. Além disso, fica evidente como é possível destacar o processo de mal-estar e sua relação de apego ao sentido religioso, sendo evidente como as contemplações festivas aparecem, também, pela busca de solução de problema – para o caso que discutimos, a situação da seca.

Não somente o entendimento histórico-geográfico do século XVIII permitira entender como estava o cenário do período, a obra de Franklin Távora estendeu a compreensão e possibilitou o imaginário da gravidade da época – trazendo em seu romance o alcance poético permitido em detalhamento e organização da veracidade dos fatos.

Dessa maneira, a festa é um fenômeno que expressa uma linguagem múltipla entre a cultura, política e sociedade, permitindo olhar para História de formas diferentes. Sendo assim, a literatura de Franklin Távora como fonte, torna-se um dos elementos responsáveis para compreensão da narrativa, em especial para entender as práticas festivas e os cortejos religiosos ao longo do período oitocentistas, especialmente em Pernambuco – além, claro, de evidenciar o papel das festividades relacionadas à prática de devoção como elemento importante para formação de um restauro e de uma estabilidade em sua conjuntura social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano Honório de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. **Música popular, identidade nacional e escrita da história.** Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 7-25, mai. 2016.

AGUIAR, Cláudio**. Franklin Távora e seu tempo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ALVES, Joaquim (1982). **História das secas** (séculos XVII a XIX). Mossoró, RN, ESAM, Col. Mossoroense, v. CCXXV

AMORA, Antônio Soares. **Introdução à teoria da literatura.** 13 ed. São Paulo: Cultrix, 2006

BARRETO, Pedro Henrique. **Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos**. Desafios do Desenvolvimento, Brasília, Edição 48, 2009.

BONATO, Tiago**. "A cada passo se esperava a morte":** o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa. MÉTIS: história & cultura – v. 17, n. 33, p. 343-353, jan/jun. 2018.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

___. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger**. A leitura: uma prática cultural**. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier.in: ______. Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp. 231-253

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988

CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstições e Costumes.** São Paulo: Ed. Global, 2002

CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura brasileira**: origens e unidade (1500-1960). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FELIPE, Mariely de Albuquerque Mello. **Seca, Economia e Sociedade na Capitania de Pernambuco e Anexas (1791-1801)**.2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

HAUSER, Arnold. **História social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural** São Paulo: Martins Fontes, 1992

JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001

MENDES, Jeferson dos Santos. **A Seca, a epidemia e a fome nas capitanias do Norte (1790-1793)**. Revista Latino-Americano de História, V. 10, n. 25Jan./jul. de 2021p. 49a 63.

MONTENEGRO, Aberlado Fernando. **O romance cearense.** Fortaleza: [Typ. Royal], 1953.

MORAIS, Melo Filho. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 2002.

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000

RIBEIRO, Cristina Betioli**. Um norte para o romance brasileiro:** Franklin Távora entre os primeiros folcloristas Campinas, SP: [s.n.], 2008

SANTOS, Lídia Rafaela dos. **Luminárias, músicas e "sentimentos patrióticos**": Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2018.

SILVA, Valéria da. **Revisitando o passado**: o papel da história na obra romanesca de Franklin Távora. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**: história pernambucana. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

_______. **O Cabeleira**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_______. **O Cabeleira**. São Paulo: Martin Claret; 1ª edição, 2003.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

O OUVIDO DO HISTORIADOR: COMO O *BLUES* PODE NOS ENSINAR SOBRE O MÉTODO DA LEITURA MUSICALIZADA

THE HISTORIAN'S EAR: HOW *BLUES* CAN TEACH US ABOUT MUSICALIZED READING METHOD

Kenny Kendy Kawaguchi[1]

RESUMO

Este artigo aborda a questão metodológica da leitura das fontes musicais. Situa-se esta investigação no contexto da luta pelos direitos civis nos EUA durante as décadas de 1950 e 1960. Uma canção é objeto desta pesquisa, "*Grinnin' in your face*", lançada em 1965 e composta pelo cancionista de *blues*, Son House (1902–1988). A metodologia de leitura sonora apoia-se na teoria da semiótica da canção e alia-se com o ofício do historiador. Este estudo propõe abrir o debate metodológico ao analisar o documento musical. Defende-se que a leitura musicalizada pode auxiliar a investigar códigos musicais impressos em contextos históricos específicos, por meio da análise qualitativa da entonação, dividida entre sentidos passionais, temáticos e figurativos. Portanto, interessa que a historiografia trate os documentos musicais em seu campo musical, mantendo o debate em torno da aplicação de forma acessível e didática, visando, assim, diminuir a aflição da história em se aproximar do campo dos sons e seus sentidos.

Palavras-chave: leitura musicalizada; história e música; história social do *blues*.

ABSTRACT

This article discusses the methodological question of reading musical sources. Our research is situated in the context of the civil rights struggle in the United States during the 1950s and 1960s. A song that is the subject of our investigation is "Grinnin' in your face," released in 1965 and composed by blues songwriter, Son House (1902–1988). The methodology of sound reading is supported by the semiotics theory and aligns with the historian's craft. Our research aims to open the methodological debate by analyzing the document. We argue that musicalized reading can assist in investigating musical codes embedded in specific historical contexts through qualitative analysis of intonation, encompassing passionate, thematic, and figurative meanings. Therefore, it is important that historiography treat musical documents in their musical field, keeping the debate around the application in an accessible and didactic way, thus aiming to reduce history's distress in approaching the field of sounds and their meanings.

Keywords: musicalized reading; history and music; social history of the blues.

[1] Discente do Programa de Pós-graduação em História na Linhas de Pesquisa Territórios, Sociedades e Dimensões da Política da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado em andamento, orientado pelo professor Dr. Rodrigo Davi de Almeida. E-mail: kenny.atwa2@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva responder a questionamentos simples, mas metodologicamente complexos ao historiador: Como trabalhar fontes musicais? Como é ir além da letra e compreender a relação entre intervalos, melodias, ritmos e atos compositivos? Ou seja, como podemos ouvir como historiadores?

Pretendemos, de forma breve e compactada, apresentar algumas possibilidades de leitura musicalizada que possam expandir e abrir caminhos para a história e a música. Essa empreitada sobre o método será realizada dentro do nosso campo de pesquisa, ou seja, dentro da história do *blues.* Nosso objetivo é demonstrar as ferramentas e possibilidades e indicar caminhos e abordagens que integram o objeto musical. Buscamos a abertura do diálogo. Nossa pretensão é facilitar a criação de um repertório auditivo para a história.

Importa destacar que uma das críticas às fontes musicais que impulsionou e contribuiu para o método desta pesquisa foi a do historiador Marcos Napolitano[2], que aponta para a necessidade de explorar os elementos da canção como peças integrantes do texto lírico. Esse diagnóstico consoa com a nossa experiência e pretensão de trabalhar a música, nos levando à tentativa de desenvolver a leitura musicalizada.

Este estudo foi dividido em quatro partes. Na primeira, apresentamos o aporte teórico visando facilitar a compreensão. A segunda trata da contextualização do *blues* e de nossa fonte musical, *Grinnin' in your face*, de Son House, seguida pela terceira parte, em que realizamos de fato a leitura musicalizada[3]. Por fim, as considerações finais, que sintetizam algumas pistas e caminhos para ouvir a música.

APORTE TEÓRICO: SEMIÓTICA DA CANÇÃO

Por excelência do método de análise musical, o sentido da audição será nosso maior aliado para a interpretação histórica. Enquanto continuarmos na superfície do texto lírico, a possibilidade vasta de interpretar a história por meio da música pode ser silenciada.

Nas palavras de Pinto (2001, p. 222):

> Um mal-entendido comum entre pesquisadores não familiarizados com a documentação musical é que pensam estar analisando e falando de música, quando na verdade discorrem sobre a letra. [...] outros pesquisadores

---

[2] Essa crítica se encontra na obra *História e Música*, publicada no ano de 2002. Segundo Napolitano, há uma acepção errática em analisar unicamente as letras da música, pois essa abordagem ignora a relação entre os campos líricos e campos sonoros. A combinação desses dois campos que gera informações entonativas. É por meio dessa conciliação que conseguimos compreender as intenções compositivas.

[3] A terceira parte é a aplicação do método que ainda está em desenvolvimento. No entanto, já é possível treinar a nossa audição e revelar um campo de discussão e, principalmente, possibilidade.

> encaram a música na sua acepção mais estreita: quando não sabem ler partitura, deixam a manifestação musical de lado por completo, como se ler partitura fosse sinônimo de entender e pré-condição para falar sobre música.

Evidentemente, a letra da música é a primeira porta de entrada para o ouvinte. Não devemos descartá-la, mas somar seu significado narrativo com os atos compositivos. Interessa-nos a relação entre os versos e os acordes, desejamos buscar e explorar as tramas melódicas dentro das canções. Essa relação é chamada de texto-canção, caracterizada pelo alinhamento dos elementos entonativos e líricos. Dito isso, dúvida e insegurança podem surgir ao pesquisador: “Mas como nos atentar às relações melódicas das notas desses ‘versos e acordes’, se não possuímos vocabulário musical ou formação musical?”.

Como historiadores, podemos compreender a linguagem musical e criar nossos critérios de análise, pois nossas ferramentas servem e se moldam ao documento. Vinci de Moraes (2000, p. 210) afirma que o historiador desconhecer as especificidades de um objeto nunca foi um impeditivo para se fazer história. É prática de nosso ofício criar, apreender e inventar métodos para a escrita da história. Moraes aponta que é necessário enxergar as relações simbólicas da música que são alimentadas por filtros subjetivos e históricos, levando em consideração o contexto e a classe social.

Antes de prosseguir, é importante salientar uma propriedade da canção-popular. Ela não é produzida pelos meios tradicionais como escolas de música, pela partitura ou teorização acadêmica. Pelo contrário, os cancionistas[4] acessam a linguagem musical por meio de suas vivências sociais (TATIT, 2003, p. 7-9), lidando com questões do cotidiano e estabelecendo relações temporais com seu contexto sócio-político[5]. Os compositores populares, que desconhecem a linguagem musical erudita, tecem suas mensagens e organização de som por meio do uso de entonação. Entoar, aqui, ganha o sentido proposto por Tatit (2016, p. 16), em que ora a melodia imita a irregularidade da fala, e, também, o oposto, quando a letra se acomoda na regularidade estrutural da música (a estrutura ordena a letra, criando gêneros como o *rock*, o *jazz*, o *blues*).

[4] O termo cancionista é um conceito que revela uma postura teórica, neste caso, em consonância com a teoria da semiótica da canção de Luiz Tatit. Cf. Tatit (2016).

[5] Nossa pesquisa explora a relação do *blues* elétrico com o Movimento pelas Lutas dos Direitos Civis durante a década de 1960. A temática pode ser estendida em outros âmbitos, por exemplo: a ditadura militar e a Tropicália. Isso pressupõe dizer que existe uma afinidade entre atos compositivos e contexto político da sociedade que o pesquisador investiga.

Em razão disso, se cancionistas criam músicas a partir de sua experiência social, não seria o historiador, que parte de uma visão social de mundo, o mais adequado para analisar esse fenômeno?[6].

Sendo assim, o *texto-canção* atende a três elementos expressivos: **Figuração**, **Passionalização** e **Tematização**. Esses três elementos são inspirados pelo conceito teórico desenvolvido por Tatit (2003) e geralmente aparecem nas fontes-musicais. Podem ser explicadas da seguinte forma:

FIGURAÇÃO

Quando o texto-canção imita o ato de *melodia* da voz. É a voz do cotidiano, da fala irregular, da improvisação dos diálogos. Pode ser também o grito, bem como o silêncio. A figuração é a música trazendo o ruído da fala como elemento compositivo por meio da utilização de vocativos, demonstrativos, imperativos e afins. Nessa situação, o *eu lírico* presentifica a relação entre enunciador e enunciatário, com gestos líricos ou compositivos que se conectam à prática linguística.

Um exemplo clássico é a música de Noel Rosa e Oswaldo Gogliano, chamada de Conversa de Botequim (1935)[7]. Apesar de fugir do nosso tema, ela ilustra de forma didática o uso da fala do cotidiano. Seu personagem é um “malandro” que não paga sua conta devido ao seu “papo”. Nela, a estrutura melódica da voz procura imitar a cadência das falas irregulares de um Botequim, opção compositiva que cria melodias que são imprevisíveis e jogam com nossa percepção musical.

PASSIONALIZAÇÃO

Geralmente está ligado às emotividades que se descarregam no desenho da melodia e em sua duração/extensão silábica. Solidão, raiva, sarcasmo e festividade são emoções manifestadas na longitude/encurtamento das sílabas que mexem com nossa percepção química/emotiva da letra. Em suma, é como se a psique do personagem e do cantor estivesse expressa na entonação extensiva ou curta.

Tem-se como exemplo o uso que Billie Holiday[8] faz de sua extensão vocal em *Strange Fruit*. Nessa música, o uso prolongado dos agudos passionalizam luto e pranto.

---

[6] Essa ideia foi captada em uma entrevista concedida por Geraldo Vinci de Moraes, no programa da Revista de História da USP, intitulado: Escutar os mortos: dilemas do estudo dos sons. Cf. De Moraes (2023).

[7] Cf. CONVERSA de Botequim, 1935.

[8] Abel Meeropol (1903-1986) foi um escritor, professor e compositor americano. Sua música mais conhecida é "*Strange Fruit*/Frutas Estranhas" (1937), adaptada de seu poema *"Bitter Fruit/Fruto Amargo",* especialmente gravada por Billie Holiday em 1939. Essa composição foi inspirada pela

Essas curvas melódicas podem também representar uma promessa, um ponto de chegada que se estende das frequências graves até os agudos mais altos, gerando senso de paixão e celebração.

TEMATIZAÇÃO

Está relacionado à qualificação atribuída a algum personagem ou objeto, cujo formato é incorporado pela letra. Se o objeto da música fala sobre o estilo musical de *blues*, seu formato pode imitar a estrutura do estilo (respeitando sua métrica, usando desenhos melódicos e rítmicos do gênero, articulando entonações, etc.)[9].

Assim, por exemplo, o delta *blues*[10] geralmente vai possuir o *slide*[11], irá falar da morte, segregação, dor, e, comumente, segue uma estrutura de pergunta e resposta no desenho melódico que condiciona a ordenança da letra.

De acordo com Tatit (2003, p.10):

> A presença simultânea da tematização, da passionalização e da figurativização no mesmo campo sonoro e o revezamento das dominâncias de um processo sobre o outro constituem o projeto geral de dicção do cancionista. A composição, em si, já propõe uma dicção que pode ser transformada ou aprimorada pela interpretação do cantor, pelo arranjo e pela gravação. Para captarmos as dominâncias, precisamos estar bem familiarizados com as características específicas de cada um dos processos.

---

indignação de Meeropol ao ver a fotografia do linchamento de Thomas Shipp e Abram Smith, de 7 de agosto de 1930. Na interpretação de Billie Holiday, a música soa como lamentação pelo uso dos *howls* (um gesto melódico que projeta a voz nas alturas agudas, quase como um grito). Esse signo de escalada ao agudo, que seria um fechamento agradável de um espetáculo, em *Strange Fruit* ganha uma conotação de luto. Esse *howl,* em específico, é colocado ao final da música, no espaço em que os instrumentos se jogam para trás. A preparação dessa sensação se inicia aos [2m50s] e atinge seu pico aos [3m10s]. Aqui, o uso da sílaba fonética em "A" melodiza o pranto, a dor e a longitude de um rio de morte. Cf. STRANGE Fruit, 1939.

[9] Como a música Baião de Luiz Gonzaga, no trecho: *"Eu vou mostrar pra vocês. Como se dança o baião. E quem quiser aprender. É favor prestar atenção*". Talvez a forma mais didática de mostrar como o texto-canção ganha forma que atravessa o campo da poesia escrita, ora, o baião está na forma estrutural melódica da linha vocal, na qual a letra encontra seu sentido (literalmente, é só prestar atenção em seu desenho notativo para aprender o baião). Cf. BAIÃO, 1946.

[10] O *Delta Blues* é marcado por sua natureza rural, destaca-se por um som singularmente bruto e emotivo, muitas vezes entoado por músicos solitários que faziam uso de instrumentos como violões e gaitas. Originou-se no Mississippi e obteve projeção comercial durante a década de 1950.

[11] O termo "*slide*" corresponde a uma técnica musical aplicada em instrumentos de corda, notadamente a guitarra e o violão. Essa técnica envolve o deslizamento suave de um objeto, geralmente um tubo de metal ou vidro conhecido como "slide," sobre as cordas. Esse movimento produz um efeito sonoro distintivo de variação contínua de altura, que resulta em um timbre expressivo e "elástico".

BREVE CONTEXTO DO *BLUES* E DE SON HOUSE

Próximo ao fim da década de 1920, ao sul do Mississipi, o *bluesman* Tommy Johnson ouviu a pergunta admirada de seu irmão: “Como em tão pouco tempo, Tommy pôde aprender a tocar *blues*”. Assim respondeu:

> Se você quer aprender a tocar qualquer coisa que queira e compor suas próprias músicas, pegue seu violão e vá para uma encruzilhada. Certifique-se de chegar um pouco antes da meia-noite para ter certeza de que estará lá. Tenha seu violão e fique tocando uma peça sentado, sozinho. Um homem negro alto vai aparecer, vai pegar seu violão e vai afinar. Em seguida, ele irá tocar e te devolver o violão. Foi assim que aprendi a tocar qualquer coisa que desejo (PAMER, 1982, p. 60).

Essa mitologia do pacto em troca da habilidade musical (folclore mais tarde atribuído ao músico Robert Johnson)[12] compõe uma das características essenciais do *blues*: a espiritualidade. É instintivo associar o pacto ao demônio, como símbolo e prática da crença cristã. Mas um homem alto e de pele preta indica que a visão do sobrenatural vem de outro lugar. É certo que a midiatização e iconografia do estilo do *blues* orbitem nessas imagens disputando significados diferentes sobre demônio, pacto, etc. Mas, para a frustração dessa mitologia, Tommy Johnson se refere a uma entidade vinda do vodu haitiano[13].

O nome da entidade que oferta o violão afinado, o homem negro e alto, é *Legba*, aquele que abre e fecha caminhos e mostra possibilidades (o sentinela que intermedeia o plano espiritual do físico). Essa deidade também pode ser encontrada com o nome de *Liba* ou *Limba*. Na cosmologia vodu, *loas* ou *lwa* (em Creole) são manifestações do divino, servem como espíritos que incorporam ao invocador (TRINDADE; LA CROIX, 2021, p. 57). *Legba,* por vezes, é representado manco, segurando uma bengala[14], pois seus pés estão em alturas cosmológicas diferentes: um pé está no plano espiritual e o outro, no térreo.

---

[12] Robert Johnson, nascido em 8 de maio de 1911 e falecido em 16 de agosto de 1938, foi um famoso músico e guitarrista de *blues* norte-americano. Sua vida e carreira foram envoltas em mistério e lendas, tornando-se uma figura mística da música.

[13] Existem três grafias sobre esse sistema/prática religiosa que podem confundir o leitor. O Vodu refere-se à prática religiosa haitiana, pois é um sistema de fé que rememora os costumes dos negros que foram distanciados da África. O voodoo é uma derivação do vodu haitiano, no entanto, em território norte-americano. Ambos partilham de uma cosmologia semelhante, com ritos de possessão e entidades em comum, mas possuem diferenças em suas práticas ritualísticas. Já o Hoodoo está associado à magia popular, como a criação de talismãs de proteção (como os *gris-gris* ou *mojo hands)* ou a utilização de ervas medicinais.

[14] Os templos voduístas (*ounfó*) possuem uma haste central, cujo valor espiritual é a ligação entre o mundo invisível e o visível. Essa haste é chamada de *poteau-mitan,* é por esse apoio que *os loas* descem ao nossos plano físico. Por isso, *Legba* carrega consigo uma bengala, ela é a *poteau-mitan.* No entanto, os relatos de *Legba* no *blues* não citam essa bengala, mas em seu lugar está o violão, oferendado para se conectar com o plano espiritual e físico pelas mãos do sentinela (TRINDADE; LA CROIX, 2021, p. 39).

Assim, *Legba* é o primeiro *loas* a ser invocado, pois é ele quem permite a comunicação entre os dois planos (TRINDADE; LA CROIX, 2021, p. 72-73).

A história do desenvolvimento do *blues* é inseparável da história da colonização norte-americana. As práticas religiosas africanas possuem uma habilidade de adaptação que gera a partilha entre religião e música como simultaneidades (rezar, dançar, cultuar, cantar são membros de um mesmo corpo). Alguns exemplos dessa adaptação musical: no Brasil, a influência africana originou Maimbê e o Candomblé; em Cuba, a Santeria e Nyannego; na Jamaica, o Bongoismo e a African Cumina (também conhecida como Dança Maroon); em Trinidad, o Shango; e nos Estados Unidos, *Blues* e Voodoo (FINN, 1986, p. 6).

De se notar que a origem do *blues* está ligada à travessia do oceano Atlântico, quando os primeiros escravos foram levados até a colônia de Virgínia (1619). É nesse contexto colonial da escravidão norte-americana que as práticas espirituais africanas são evocadas como táticas contra o colonizador. Os descendentes da África invocam a ancestralidade para lutar contra o sistema escravocrata, buscando realizar conexões espirituais por meio do canto, dança e invocação dos *loas*. O que chamamos de *blues primitivo* nasce dessa prática de rememorar a espiritualidade do ancestral, de incorporar sua espiritualidade no plano físico (possessão). Segundo Finn (1986, p. 154), a crença e ritualismo dos *loas* criaram três elementos sociais únicos no Estados Unidos:

> Os Deuses da África, os *loas*, não alcançaram as resplandecentes reencarnações nos Estados Unidos tal como ocorreram nas Índias Ocidentais ou na América Latina. Em vez disso, suas forças foram canalizadas em três manifestações diferentes: hoodoo ou curandeiros de raízes, a igreja cristã e o *blues*.

O segundo período do *blues* é chamado de "*blues clássico*" e surgiu no início do século XX nos Estados Unidos. Alguns dos artistas desse período foram "redescobertos" na década de 1960. O *blues clássico* é alocado entre a década de 1926 até 1950 devido aos registros musicais, considerados até então raros. Entre 1926 e 1931, muitos cantores de *blues* foram gravados em estúdios: Henry Thomas (1874-1930), Furry Lewis (1893-1981), Charley Patton (1891-1934), Son House (1902-1988), Tommy Johnson (1896-1956), Ishman Bracey (1899-1970), Mississippi John Hurt (1892-1966), Skip James (1902-1969), Barbecue Bob (1902-1931), Mamie Smith[15] (1883-1946), Peg Leg Howell (1888-1966), Blind Willie

[15] A primeira mulher negra a registrar o *blues*, Mamie Smith (1883-1946) desempenhou um papel essencial para a classe dos músicos negros. Suas músicas possibilitaram a abertura de um mercado fonográfico para o público negro, colaborando para a divulgação e para a contratação de músicos afro-americanos. Sua contribuição para a história do *blues* é fundamental.

McTell (1898-1959) e Blind Blake (1893-1934) se tornaram a referência desse período (EVANS, 2003, p. 30).

A terceira fase, chamada de *blues elétrico*, começou na década de 1950 até (e além) 1960. Na metade da década de 60 o estilo passou por uma popularização internacional, alguns *bluesman* como B.B King (1925-2015) e Muddy Waters (1913-1983) realizaram turnês internacionais. Em quesito tecnológico e de gênero musical, essa fase está muito próxima da estética atual do *blues*.[16] Essa fase de comercialização do gênero do *blues* leva à redescobertas de artistas do *blues clássico,* ocasionando um fenômeno de "*revival"* do estilo (SONNIER, 1994, p. 106). Foi nesse período que o orgulho da descendência africana esteve plenamente exposto, alinhando-se com os interesses da luta pelos direitos civis.

Um dos marcos históricos[17] que pontuam a segregação do colonizados são as leis de *Jim Crow*. Esse conjunto de medidas dava à população afro-americana o *status* de cidadãos de segunda classe, enfrentando ampla discriminação e segregação institucionalizada (Figura 1). O sistema não apenas reforçou a subjugação dos negros, mas também legitimou o racismo que permeava setores basilares da sociedade. Essas ideias distorcidas que soam como supremacia da pele branca foram usadas para justificar a segregação racial e promover a crença na inferioridade intelectual e cultural dos negros em relação aos brancos (BOSKIN, 1976, p. 25).

Figura 1. Placa que proíbe a entrada de "cães, negros ou mexicanos" (s/d)
Fonte: Jim Crow Museum (1880).

[16] Entre 1933 e 1942 ocorreu um processo significativo de consolidação na indústria de gravação de *blues*, juntamente com uma padronização notável do som. Três gravadoras assumiram papéis importantes nas chamadas *Race Records* (gravações de cor). A *American Record Company (*1938*)*, através do seu principal selo, "*Vocalion*", reviveu o catálogo da gravadora Okeh. Mais tarde, a American Record foi incorporada ao Columbia Broadcasting System (CBS). O selo *Bluebird* foi criada como sucessor da antiga *Victor Records,* revitalizando gravações históricas da década de 1950. No mesmo ano de 1938, surgiu a *Decca Records* como uma nova gravadora interessada na *black music*. Essas três gravadoras (American Record, o selo Bluebird e Decca) assumiram uma posição dominante na indústria do *blues* até a década de 1960 (EVANS, 2003, p. 32).

[17] Neste artigo optei por destacar as leis *Jim Crows* como ponto de partida geral. No entanto, a discussão da escravidão e dos debates políticos sobre pessoas negras serem "propriedades" ou "humanas" é extensivamente densa e complexa. Para mais, recomendo a obra de Jill Lepore (2020).

As vitórias legais e as ações de resistência pacífica debilitaram aos poucos as estruturas legais do racismo, desencadeando uma reação desesperada por parte daqueles que temiam a igualdade racial. A década de 1960 girou em torno desses conflitos e transformações, conquistas e lutas, em um momento decisivo que marcou o declínio de um sistema discriminatório e o início de uma jornada em busca de uma sociedade mais inclusiva. Algumas figuras históricas importantes desse período são Rosa Parks (1913-2005), Martin Luther King Jr. (1929-1968) e Malcolm X (1925-1965), que lideravam protestos e campanhas para combater a segregação e a discriminação racial.

Em 1963 o icônico discurso de Martin Luther King Jr. foi pronunciado. Sua participação durante a Marcha em Washington reforçou a importância da não violência na luta pelos direitos civis. No ano seguinte, em 1964, Malcom X extremou a necessidade de conquistar a democracia pela força em seu discurso “O Voto ou a Bala”, para ele, era o momento de retribuição. No mesmo ano, a aprovação da Lei dos Direitos Civis de 1964 proibiu a discriminação racial em locais públicos e instituições federais, outro marco na luta contra a segregação. Em 1965, a aprovação da Lei dos Direitos de Voto garantiu o acesso para todos os cidadãos independentemente de sua raça, diminuindo supostamente as práticas de discriminação.

Nesse contexto entre segregação e preservação da ancestralidade por meio do *blues*, está Son House (1902-1988). O cancionista Son House é considerado o pai do *Delta Blues.* O cancionista deixou sua sólida marca na história da música ao interpretar um *blues* primitivo em *Grinnin’ in Your Face*/Rindo da Sua Cara (gravada e lançada em 1965). Nascido em 1902, em Coahoma Contty, no Mississippi, cresceu imerso nas tradições musicais enraizadas nas plantações e comunidades rurais negras do sul.

Son House gravou na *Paramount Records* em Grafton, Wisconsin, em julho de 1930, por intermédio do seu amigo Charles Patton. No mês de julho de 1930 surgiram as faixas *"Preachin' the Blues"* e *"Dry Spell Blues".* Entretanto, ao perder repentinamente seu companheiro musical, Willie Brown, em 1948, Son House entrou em um hiato, interpretando essa perda como uma advertência divina. Embora tenha sido difícil se desvincular completamente do *blues*, ele resistiu à gravação de novas músicas até o ano de 1962, quando Alan Lomax o convenceu a fazer uma série de registros para a Biblioteca do Congresso (PALMER, 1982, p. 30-31).

Nesse cenário, a música *Grinnin'in Your Face* foi gravada e lançada em abril de 1965[18] e obteve grande sucesso, marcando a volta de Son House para o cenário musical. Nesse contexto, sua composição estava submersa no cenário da luta pelos direitos civis.

LEITURA MUSICALIZADA: *GRINNIN' IN YOUR FACE*

A música "Rindo da sua cara", de Son House, está traduzida abaixo, recomendamos a primeira audição[19] antes de prosseguir:

> Não se importe com as pessoas rindo da sua cara
> Não importa pessoas rindo da sua cara
> Apenas tenha em mente, ooh, um amigo verdadeiro é difícil de encontrar
> Não se importe com pessoas rindo da sua cara
>
> Você sabe que sua mãe vai falar sobre você
> Suas própria irmãs e irmãos, também
> Eles não se importam como você está tentando viver
> Eles ainda vão falar sobre você
>
> Sim, apenas tenha em mente, ooh,
> um amigo verdadeiro é difícil de encontrar
>
> Você sabe que eles vão te usar de cima a baixo
> Vão te carregar para um lado e outro
> E quando você virar suas costas
> Eles vão tentar te pôr para baixo
> E apenas tenha em mente, um amigo verdadeiro é difícil de encontrar
> Não se importe com as pessoas rindo da sua cara[20] (tradução nossa)

Ser zombado, usado para carregar pesos de cima a baixo, ser tratado como propriedade. Os negros eram vistos como objeto sem vontade própria. Essa pintura lírica do negro como propriedade assume o ponto de vista corrompido dos escravocratas. Essa descrição ganha espaço e drama devido ao uso de poucos instrumentos na música.

[18] Esses dados são encontrados nos versos das capas de vinis ou em ficha catalográfica. Conferir os *scans* dos encartes: https://www.discogs.com/release/648084-Son-House-The-Original-Delta-Blues. Acesso em 5 de novembro de 2023.
[19] Cf. *GRINNIN' in your face*, 1965. Ouvir em: https://www.youtube.com/watch?v=QA8-ZOuKetU. Acesso em 25 de dezembro de 2023.
[20] *Don't you mind people grinnin' in your face/Don't mind people grinnin' in your face/You just bear this in mind, a true friend is hard to find/Don't you mind people grinnin' in your face/You know your mother would talk about you/Your own sisters and your brothers too/They just don't care how you're tryin' to live/They'll talk about you still/Yes, but bear, ooh, this in mind, a true friend is hard to find/Don't you mind people grinnin' in your face/Don't you mind people grinnin' in your face/Don't you mind people grinnin' in your face/Oh, just bear, ooh this in mind, a true friend is hard to find/Don't you mind people grinnin' in your face/You know they'll jump you up and down/They'll carry you all 'round and 'round/Just as soon as your back is turned/They'll be tryin' to crush you down/Yes, but bear this in mind, a true friend is hard to find/Don't you mind people grinnin' in your face/Don't mind people grinnin' in your face/Don't mind people grinnin' in your face, oh, Lord/And just bear this in mind, a true friend is hard to find/Don't you mind people grinnin' in your face.*

As palavras possuem muito espaço para reverberar (atente-se ao eco na voz, como ele expande a reverberação nos finais das frases).

Como uma fonte que possui em seu corpo musical voz e palma pode transmitir uma mensagem política? O “rir da sua cara” é um ato de escárnio do colonizador. O colonizador bate as palmas de forma torta, corrompida. Eles o subjugam, não lhe dão crédito por nada. O amigo verdadeiro que é difícil de encontrar, existe. É o cancionista, ele é o nosso único apoio contra o ritmo corrompido do colonizador. Vejamos.

De se notar que Son House, em sua composição singular, opta por empregar apenas sua voz sólida e as palmas descompassadas. Essa escolha deliberada de excluir instrumentos musicais é uma forma de reverenciar as *worksongs* nas quais os negros eram privados do acesso aos instrumentos. O ritmo intrínseco à música de Son House é ambíguo e fragmentado, desprovido de uma demarcação temporal contínua. Seu pulso é irregular, precipitado e com furos. Esse é o detalhe importante da música, repare que por não ter tempo marcado, não há sensação de aceleração, nem de ralento. O que sentimos é um conflito entre palma e voz, sendo ritmado justamente pela falta de pulso musical[21].

Por que Son House opta por não instrumentalizar *Grinnin’ in Your Face*? Por que escolher o vazio? O vazio a que me refiro não é sobre seu conteúdo entonativo ou da sensação de abismo. Mas o músico despir-se dos instrumentos e vir à frente com palma e voz. O que motiva esse ato compositivo?

Ocorre que a voz e a palma são diferentes aportes imitando um vocabulário musical de um gênero (o tema). Uma das qualidades dessa fonte é a sua estrutura que tematiza o texto-canção, visto que Son House está entoando desenhos melódicos que são encontrados no estilo do *blues* que, por vezes, lembram o comportamento melódico da guitarra e tensionam a letra na estrutura. Há também outra qualidade na fonte, breve, mas que gera passionalização, vinculada aos *howl’s* e agudos. Os escravos que trabalhavam nas plantações muitas vezes viviam em condições difíceis e dolorosas, e o *blues* foi uma forma de expressar suas emoções, sentimentos e experiências de vida. Esse resquício é encontrado nos *howl’s* ou, uivos, que alcançam a região aguda, o plano divino.

As palmas também possuem sentido tematizante ao não incorporar a estrutura da música, mas vestindo-se como a figura que se opõe, um alguém que causa danos à estrutura musical, que machuca seu ritmo. A música fora da música. O opositor se encontra nos intervalos entre uma palma e outra, fazendo do ritmo algo torto. Se formos ouvir as

[21] O pulso musical, também conhecido como *beat*, é uma unidade básica de medida do tempo e ritmo na música. É o elemento fundamental que cria uma sensação de pulsação regular e estabelece a cadência de uma composição.

execuções ao vivo de Son House, o *pulso* da música está sempre em sentido festivo e constante, com células rítmicas definidas pelo seu pisar no chão (atuando como um bumbo de bateria).

Na apresentação ao vivo de *Grinnin' in your face*, Son House mantém o ritmo das palmas por volta dos 80bpm's de forma constante. Ora, mas por que a versão de estúdio não seguiu esse padrão de ritmo?

Grinnin' in your face conclama esse vazio intencional, essa retirada do nosso trilho rítmico para a criação do abismo, ao mesmo tempo que faz da voz nosso resgate. Para essa análise, vamos focar no sentido agudo e grave e em seus desenhos. A seguir, apresentamos as estruturas das curvas melódicas, ou os desenhos da altura entre agudo ao grave/grave ao agudo (nos 10 segundos iniciais):

> Don't you **mind** **[Melodia descendente]**
> people grinnin'
> In your face
> Don't m**in**d **[Melodia ascendente]**
> people grinnin'
> in your face
>
> (yeah)You just
> bear
> this in **mind,** **[Melodia descendente]**
> a true friend is hard **to find** **[Melodia descendente]**

Vamos ouvir as frequências graves. O grave está valorizando o sentimento de estabilidade ou resolução, provida pelo desenho descendente da melodia. Essa opção estética concede significado para reconhecer o jogo compositivo. O jogo é a oposição entre ritmo contra a voz.

O desenho da nota melódica descendente em *"Don't you mind"* repousa em G (sol), evidenciando sua casa tonal (Figura 2)[22].

[22] A tônica é o primeiro grau de uma escala musical, é o "ponto de repouso" ou o "centro tonal" da música. É a nota que dá nome à escala e, geralmente, é a tonalidade em que uma música está sendo executada.

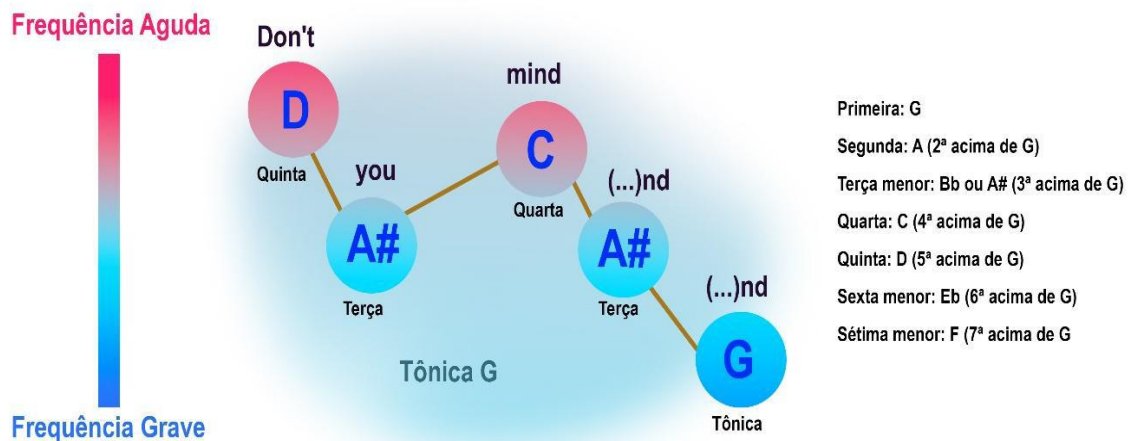



Figura 2. Mapa do desenho melódico na frase *Don't you mind*
Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se que, quando a curva melódica é descendente, isto é, do agudo para o grave, cria-se uma ideia de resolução, de fechamento, resultando em emoção de estabilidade. Ao correlacionar as notas nesse pequeno trecho com a tônica, a terça (a terceira nota de uma escala) nos indica que essa frase possui uma qualidade menor[23] que nos leva à sensação de tristeza, melancolia, pranto, ou *blues*. Segundo uma perspectiva semântica musical, as tonalidades podem ser entendidas como expressões afetivas e sentimentais, cada uma carregando cores emocionais distintas dentro do campo das alturas. No sistema tonal, a diferenciação entre os modos maior e menor atribui nuances mais "luminosas" ou "sombrias" (neste caso, estamos em sol menor) bem como sensações de alegria ou tristeza. Essas características tonais se tornam elementos de transmissão das emoções e significados na linguagem da música (WISNIK, 1989, p. 64).

Outra evidência que pode nos ajudar a captar a tematização de estabilidade, está na primeira nota, em D (ré) em *"Don't",* que possui uma relação de quinta com a tônica (no final da palavra "*mind*"). Assim, D é a quinta em distância da sua tônica, o G (sol). Em termos práticos, os intervalos de quinta geralmente reforçam a tônica. Por isso, iniciar em D e resolver em G indica mais um fechamento de uma ideia. A tematização está performada nessa relação das notas: a voz se torna o ponto de apoio, nosso guia em forma de grave.

O que estamos realizando aqui são dois facilitadores da nossa análise:

[23] Em uma escala de G menor, a tônica é a nota G e a terça é a nota Bb. O acorde formado com a tônica G, a terça Bb e uma quinta D resulta em G menor (representado como Gm). O que nos interessa é que os intervalos de terça são codificados com emoção.

1. Detectar a energia harmônica. Isto é, essa energia concentra-se de forma proeminente na nota que atua como a fundamental/tônica para uma outra nota (terça, quinta, ou etc.). Enquanto isso, a energia das frequências assume uma tensão ao ascender em direção aos agudos e, ao descer para os graves, encontra relaxamento ou resolução (WISNIK, 1989, p. 237)

2. Estamos nos guindo pelas curvas. Nossa primeira detecção é o que é grave ou agudo e como seus desenhos são realizados. Recomendo a audição das frequências graves primeiro, elas são o grande apoio tonal das canções, uma haste que segura a composição.

Quando ouvimos falar que o *blues* é caracterizado por jogo de perguntas e respostas, é devido a essas resoluções harmônicas. Para que haja retenção da atenção do ouvinte, Son House precisa criar perguntas e respostas pelo desenho das suas notas vocais, pelos *hook's* (ganchos). Apesar de haver trechos com o desconforto passional causado por outras decisões compositivas, essa estrutura de resolução, que nos traz estabilidade, está repetida nas seguintes "áreas" de conforto da música:

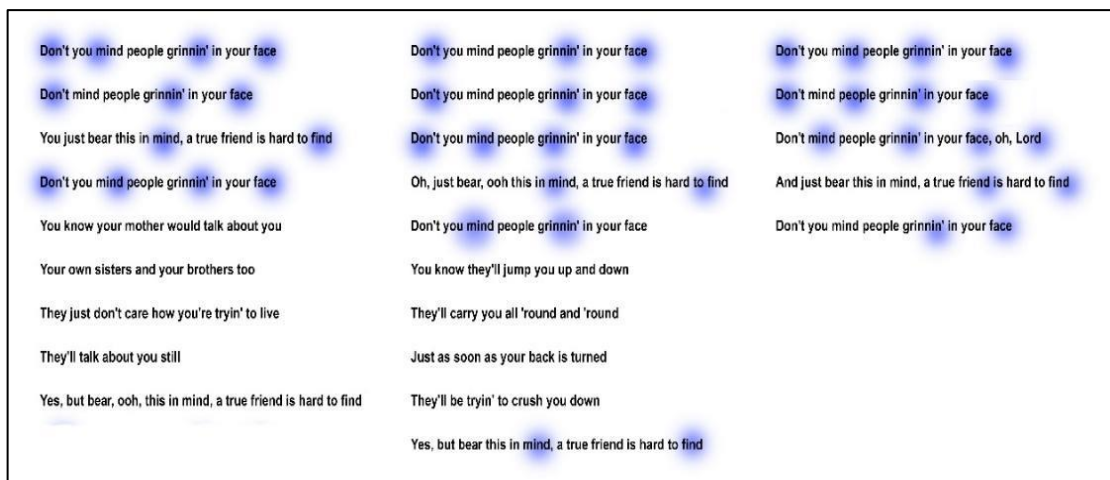



Figura 3. Áreas onde ocorre a relação de resolução
Fonte: Elaborado pelo autor.

Depreende-se da Figura 3 que Son House nos conduz pela sua música entregando pontos de estabilidade, causados pela relação temática manifestada nas resoluções (nas perguntas e respostas). Podemos chamar essas partes de *refrão*, pois se repetem na sua utilidade temática e imitam um mapa melódico (seção A). Na canção popular, o refrão é identificado pela sua função de célula-repetível e em efeitos de composição, é como exaltar uma mesma ideia várias vezes, dando mais carga dramática para sua mensagem.

Se formos reparar, existe uma certa liberdade para mudar o refrão em pequenos trechos, isto é, ele não necessariamente respeita a métrica textual. No entanto, isso é um resquício da liberdade de improvisação dentro do *blues*, afinal, é comum que o cantor use de sua intencionalidade musical e estenda por demais ou mude a ordem do texto, quem manda, para o cancionista, é o tema melódico. Considerando isso, a estrutura da música representada na figura é conhecida como "ABABA" (sendo B as partes não iluminadas da Figura 3).

Para visualizar a qualidade descendente explorada aqui, a seguir, um mapa da estrutura melódica do primeiro trecho de "*Don't you mind people grinnin' in your face*":

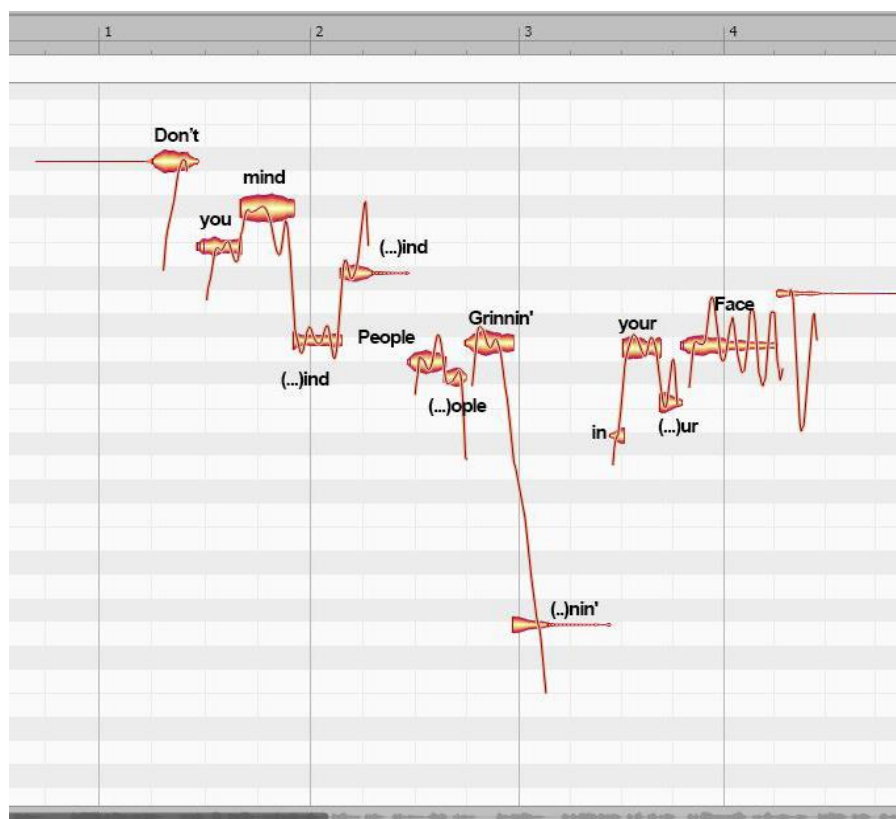



Figura 4. Representação visual da Descendência Melódica
Fonte: Elaborado pelo autor[24].

Conforme a figura, se repararmos em "*Grinnin*" (a queda em direção ao grave), a voz se encapsula no som fonético da vogal "I", que, quando aliado ao contexto da curva que

[24] Para esta análise foi utilizado o Melodyne como ferramenta de análise de espectros melódicos. A voz foi isolada da mixagem de forma manual e, depois, processada pelo software. O Melodyne é um software de edição de áudio que possibilita a manipulação individualizada das notas musicais em uma forma de onda, permitindo ajustes de afinação, duração e intensidade das notas e de sua visualização. Sua utilização foi essencial para examinar com detalhamento os aspectos das performances vocais. Conferir: Celemony software gmbh. Versao 5.3.1.018. 2023. Disponível em: https://www.celemony.com/pt/melodyne/what-is-melodyne.

desce ao abismo grave, realça a ideia de fechar-se. Entre a forma de melodizar as palavras, a vogal "I" traz ainda mais estabilidade pelo seu uso conotativo, de autoridade vinda da resolução harmônica. Ao ser entonada, ela se encerra em voz de peito[25], demarcando com ênfase sua resposta. E mais, a palavra começa aproximadamente em G3 e desce para sua oitava, o G2[26]. Ou seja, a casa tonal resolve nela mesma (de Sol para Sol), olhando para si como ponto de apoio e entrando na sombra do seu próprio grave. Son House, nesse sentido, acha em si mesmo um ponto como resultado do próprio *blues* entoado (eis como sua voz é regente, ele nos conforta diante do ritmo troncho). Esse gesto de descer uma oitava permite a reverberação do próximo verso melódico, que se inicia em frequências médias em "*in your face*".

O refrão aqui destacado (Seção A) nos ajuda a enxergar que a letra está na estrutura do seu passado, narrando musicalmente a *worksongs*. A voz, que assume função de guia, está sendo confrontada por um distúrbio rítmico que acaba virando ruído diante das resoluções melódicas propostas por Son House. A estabilidade tematizada pela voz concede outra conotação num trecho da letra. Não "*é difícil achar um verdadeiro amigo*", pois já o encontramos: a voz de Son House é o nosso regente, nosso amigo. A profundidade dessa fonte, em parte, é de sua autoridade nas concessões de resoluções harmônicas encontradas no seu refrão tematizante, que resulta em nossa confiança no *eu lírico.* Assim, confiamos na voz e lhe concedemos poder devido a sua função temática: o conforto e arma contra a arritmia.

A partir da música dos seus ancestrais, do uso compositivo da sua concepção de passado refletido na manutenção da estrutura musical do *blues*, o *eu lírico* não tem ninguém para se apoiar a não ser na própria música que ele entoa. Vale relembrar a ideia de *Legba.* É ele que nos acompanha durante caminhos tortuosos, uma entidade que nos rege diante dos nossos anseios. O espírito que se manifesta em rituais, vindo do passado, lhe concede respostas diante dos tempos difíceis. Prestar homenagem às entidades em ritos, cantos e danças é o papel que a voz do Son House entoa. Como o uso do texto-canção flutua em seu sentido temático (a voz como o guia) o resultado é o apelo dramático no ouvinte, vindo do conflito travado entre melodias térreas (estabilidade) e ritmos impedidos (palmas/oposição). Para resumir: estamos sendo guiados numa música em que o ritmo nos

---

[25] A voz de peito é uma técnica vocal em que o cantor utiliza as pregas vocais de forma mais espessa e relaxada, produzindo um som mais encorpado e com ressonância nas cavidades toráxicas.
[26] O G2 possui uma frequência aproximada de 98 Hz e, quando se trata de instrumentos musicais, muitos deles são capazes de tocar notas nessa faixa. Por exemplo, em um piano, o G2 estará localizado na região mais grave do teclado. Além disso, instrumentos como violoncelo, contrabaixo, viola, saxofone barítono e alguns tipos de flautas também são capazes de atingir essa nota. O G3 e numerações conseguintes exibem frequências mais altas, gerando um alcance mais agudo.

expulsa, mas a estruturação da voz é tão profunda, densa, volumosa e ao mesmo tempo simples que, ao imitar os desenhos estruturantes do *blues* antigo, consegue vencer o incômodo dos padrões anômalos das palmas conservadoras. A voz nos guia pela encruzilhada, pela provação de um caminho árido, conservador, corrupto ou escravagista.

Na seção B, vamos focar nos agudos, em que a métrica textual flui de forma menos engessada e permite algumas notas alçarem voo. Os *howl's* são importantes nesse momento. Nessa seção há uma certa liberdade em desenhar para o alto, para a liberdade. É até irônico pensar que a letra aponta para uma vida de escravo, enquanto cultiva notas que encontram no agudo o seu céu, a sua permissão de viver (ora, e não seria essa uma das pautas dos direitos civis? O direito pela liberdade?).

Os *howl's* estão alinhados com o sentido passionalizante do código musical. Sua expressividade muitas vezes está escondida na escolha da vogal. Para os cantores, as aberturas das vogais A, E, I, O e U[27] são fundamentais para o ato de emocionar o ouvinte. Cada vogal traz consigo uma abertura e configuração específicas, que reverberam na ressonância, projeção e qualidade do sentimento de liberdade. A dimensão da tessitura vocal do *blues* e seu comportamento de saltos em oitava em *howls* são encontrados também nas músicas africanas:

> As vozes africanas são usadas para ecoar o discurso e os pensamentos do povo o mais fielmente possível, sem adornos. Sua técnica é uma busca pela verdade. Um cantor africano gaguejará se estiver cantando sobre um gago ou literalmente tentará enrolar sua língua quando tiver algo difícil de dizer. [...] O cantor africano alterna entre a cabeça e o peito e a voz, como um jogo de esconde-esconde em um labirinto de ritmos. Cada nota que ele canta é um reflexo da própria vida, e sua técnica é amplamente adequada para esse papel de retratar a vida. Sua voz recria um mundo de riso e dor, zombaria e elogios; e ela abre as portas do tempo para revelar um vislumbre do futuro. Em outras palavras, por mais transcendente que seja a substância da música africana, ela sempre é expressa em um nível humano. Essa é talvez a mais desconcertante de todos os paradoxos; a música celestial que é elevada à glória dos deuses tem suas raízes nas realidades terrestres da vida diária. (As artes da pintura e escultura na África negra são, nesse aspecto, comparáveis à música.) (BEBEY, 1969, p. 132).

[27] Alguns exemplos: I (como em "muito" ou em "Don**'t** ou em "**in** your face"): A boca, agora mais fechada do que na vogal "E", encontra seu ponto de equilíbrio. A língua, posicionada mais alta, próxima aos dentes frontais superiores. A garganta, aberta para acomodar a claridade e ressonância do som que pode soar metálico, finalizador, fechado, feroz. A (como em "pai" ou em **"min**d**"**): A abertura da boca deve ser moderada, mais ampla do que no discurso cotidiano, mas evitando excessos. A língua repousa no centro da boca. A garganta em expansão permite que o som flua livremente, encontrando em seu pleno ressoar, ideia de expansão, liberdade, energia, altura.

Esse ataque passional na vogal fonética "U" ocorre aos [00m:42s]. No trecho a seguir:

> Você sabe que sua mãe vai falar de você
> Suas próprias irmãs e seus irmãos também
> Eles simplesmente não se importam em como você está tentando viver
> Eles ainda vão falar sobre você
> Sim, mas saiba, **ooh**, tenha em mente, é difícil encontrar um verdadeiro amigo. (Tradução nossa)[28].

A canção nos avisa da impossibilidade de escapar do mal dizer. A traição está dentro do núcleo familiar, mas, se o *eu lírico* não pode confiar no núcleo familiar, a quem resta recorrer? Ele está só? A letra é consciente dessa narrativa, a forma que o *howl* está posicionado traz o sentido passionalizante de dor. Há respeito em flexionar esse comportamento musical africano/ancestral na altura do agudo, que apresenta a noção de liberdade proporcionada pelo altar, no campo das frequências mais altas. Essa altura é utilizada para cumprir uma promessa de soltar a dor e mostrar compaixão com o *eu lírico.* Esse efeito é atingido pela curva ascendente melódica (Figura 5):

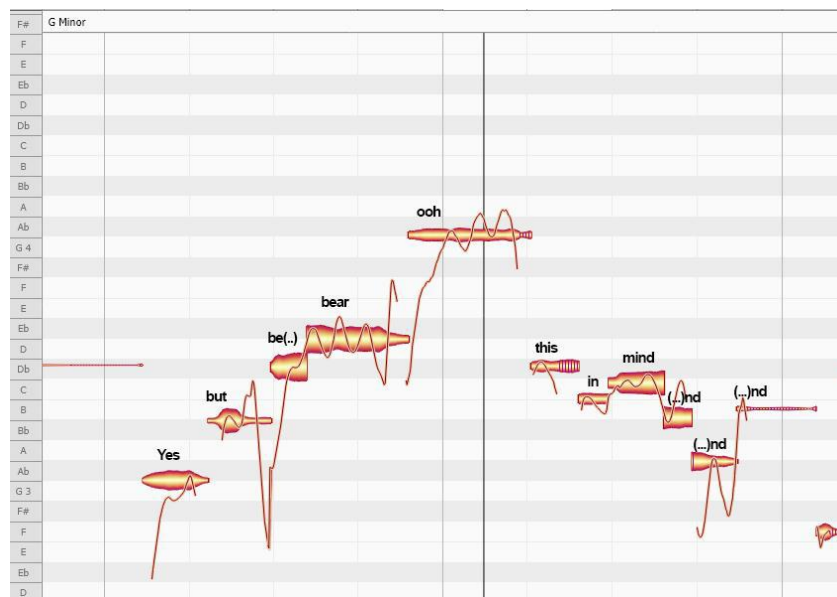



Figura 5. Representação visual da Ascendência Melódica
Fonte: Elaborado pelo autor.

Visualmente, a tônica prepara o terreno para propulsionar o falsete[29]. Promessa que é atingida em "ooh" em forma fonética "u", como na palavra "m**u**ito". A utilização dessa vogal

[28] *You know your mother would talk about you/ Your own sisters and your brothers/They just don't care how you're tryin' to live/ They'll talk about you still/ Yes, but bear, **ooh**, this in mind, a true friend is hard to find.*

atende à expectativa e concede tessitura brilhosa ao falsete. A voz potencializa uma sílaba em altura, mas ainda respeita uma métrica (em quantidades de sílabas poéticas, o "oh" possui o mesmo espaço que "*yes*", mas é destacada tanto na horizontal/duração quanto na vertical/altura).

Esses falsetes são respiros de liberdades pontuais. O efeito da escolha do falsete, alinhado com a entonação em "u", o posiciona como resolução da expectativa, gerando efeito de emotividade. Outra pista dessa sensação vem da escalada que começa em G3 e alcança G4 (no falsete) uma oitava acima. Novamente, a resolução que gira na própria tônica, dessa vez em direção à luz.

Ao revisitar a letra, parece que esse uivo (falsete/*how's*) é, também, alívio. Son House causa a emoção de dor no ouvinte para gerar compaixão com o *eu lírico*, que solitariamente encara a deslealdade da própria família (*Você sabe que sua mãe vai falar sobre você/Suas própria irmãs e irmãos, também*). Reconhecer a lamentação do outro é uma forma de criar vínculo, de compartilhar histórias e de ritualizar coletivamente. O *blues*, o movimento pelos direitos civis e o voodoo reconhecem a própria dor e usam dessa amargura como instrumento de guia durante a década de 1960. Eles tendem a preservar seu passado pela crença da ancestralidade, pela estrutura solidificada do *blues* e pelo passado antes dos EUA.

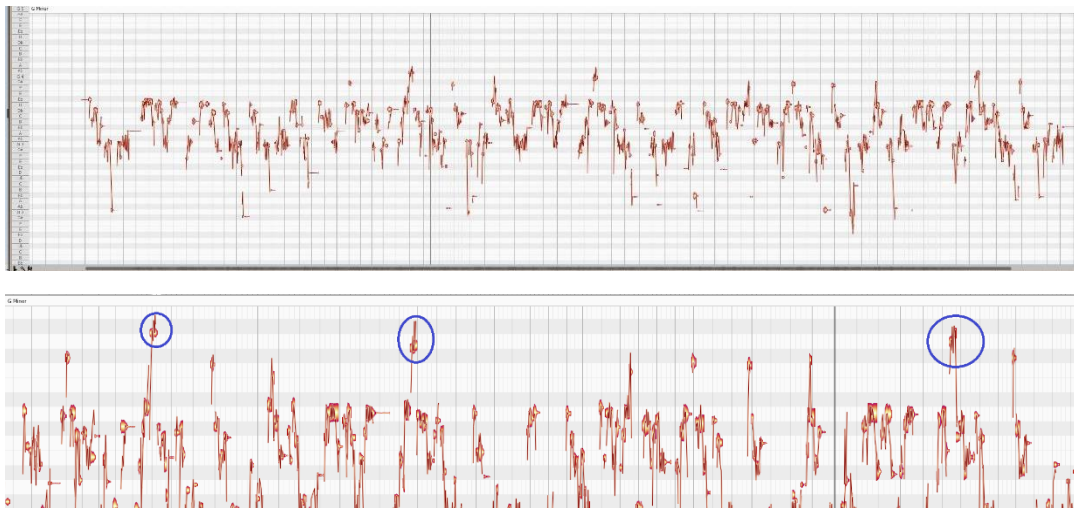



Figura 6. Representação geral dos Howl's
Fonte: Elaborado pelo autor.

O desenho ascendente em *howl's* ocorre em três momentos. O primeiro, analisado anteriormente, aos [0m42s]. O segundo, aos [1m05s], quando Son House enuncia que

[29] O falsete é uma técnica vocal em que os cantores produzem notas mais altas do que sua faixa vocal natural. Para fazer isso, as cordas vocais se esticam e afinam para criar tons agudos e claros.

verdadeiros amigos são difíceis de achar. Em ambos os casos, a passionalidade do falsete nos leva à dor. O último *howl*, que expressa melancolia, ocorre aos [01m55s] sendo perceptível após a palavra de lamentação “*oh lord*/oh deus”.

Afinal, qual o motivo de as palmas serem “desafinadas”? Abaixo, uma comparação da gravação da apresentação ao vivo[30], na qual a demarcação das palmas é constante. Na outra imagem, a versão de estúdio, propositadamente “sabotada”:

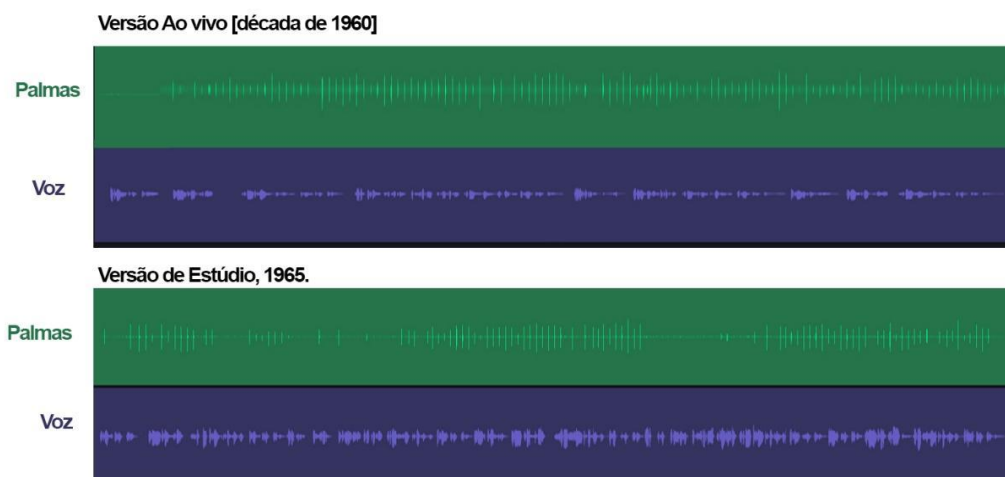



Figura 7. Comparação da constância das palmas em *Grinnin' in Your Face*
Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível detectar, visualmente, que a versão de estúdio carece de progressividade e constância (elementos basilares do ritmo). Já, olhando a versão ao vivo, a palma guia o ouvinte. Nossa interpretação é de que o ritmo foi sabotado de forma intencional, pois entoa na qualidade tematizante. Para ouvir essa pista contida na gravação do estúdio, que o ritmo da música foi corrompido e propositadamente esvaziado, basta ater-se logo no começo, aos [0m11s]. Nesse momento, as palmas indicam um fluxo de ritmo que deveria ser constante, por volta dos 78bpm (na representação visual das palmas, é o único momento em que as linhas se alinham com constância). Esse seria o tempo ideal da música, inclusive, próximo ao bpm que Son House pratica ao vivo. Essa pista revela-se quando o fluxo contínuo ocorre aos [0m16s]. A sensação química para o ouvinte é de promessa falsa, ou como se o ritmo da música o abandonasse.

Em um momento particular, aos [01m:17s] as palmas cessam, dando lugar a uma comunicação direta entre o cantor e o ouvinte. Nessa pausa, Son House limpa a confusão rítmica, guiando o ouvinte com delicadeza. É nesse instante que ele estabelece uma

[30] Para ouvir a versão ao vivo: www.youtube.com/watch?v=Mlt76tCrDdg. Acesso em: 5 nov. 2023.

conexão pessoal, compartilhando sua sabedoria ao afirmar que "um verdadeiro amigo é difícil de encontrar". Essa escolha estética condecora a importância da letra:

> Você sabe que eles vão te usar de cima a baixo
> Vão te carregar para um lado e outro
> E quando você virar suas costas
> Eles vão tentar te pôr para baixo

Há uma consciência no eu lírico. O "*Você sabe*" não é uma interrogação, ao contrário, é uma afirmação que gera conexão com o ouvinte. A conexão ocorre pela partilha da dor redirecionada para qualquer direção (*Vão te carregar para um lado e outro*), esse poder de possuir o outro está representado pelos movimentos de direções na letra (cima, baixo, lado e outro, para baixo...), que foi o que ocorreu conosco, ouvintes, até esse momento. Lembrando: o ritmo, aqui, está machucado. Desde o começo da música até os [01m16s], as palmas nos levaram à falsa completude de ritmo, nos jogando de um lado ao outro.

Na letra, a ideia de solidão é acompanhada pelas palmas. No trecho, entre os [0m27s] e [0m41s]:

> Você sabe que sua mãe vai falar sobre você
> Suas própria irmãs e irmãos, também
> Eles não se importam como você está tentando viver
> Eles ainda vão falar sobre você

Destaca-se que, dentro do conteúdo lírico, a traição ocorre no núcleo familiar. O código musical pode ser captado pela demarcação das palmas e a letra: (suas) irmãs, (seus) irmãos, (sua) mãe, (ouvinte) você. Abaixo, a figura que ilustra a zona em que as palmas cantam:

Figura 8. Representação rítmica do trecho de Demarcação das Palmas em *Grinnin' In Your Face*
Fonte: Elaborado pelo autor

O trecho destacado em vermelho na Figura 3 é onde idealmente o ritmo estaria completo (na tríade rítmica)[31], atingido seu formato ideal, acompanhado de seus pares, de suas irmãs e de seus irmãos. Em seguida, quando o verso canta que eles apenas não se importam como você tenta viver, a palma volta à sua solidão sob o verso, apoiando a estrutura melódica, pulsando solitariamente uma única vez, reforçando a mensagem de ser abandonado. É natural que a oposição reforce uma experiência de dor, afinal, o que o ritmo deseja é jogar contra nós. A hipótese é que a oposição (palma) representa um tempo conservador que machuca. As palmas são as violências cometidas pelos reacionários (linchamentos, enforque, racismo, leis *Jim Crows,* etc.). O conservadorismo mantém estruturas erráticas tal como o ritmo errático, tenta em vão sublevar-se contra a voz. Portanto, as palmas podem ser lidas como o *Opositor*, elas atrapalham o fluxo normal da música, visto que deveriam possuir o pulso representado no trecho [0m:51s até 1m:06s].

Essa dualidade entre estabilidade e instabilidade possui nexo com a estética de conservação da matéria sonora. Segundo Tatit (1994, p. 4-5):

> O esforço dos compositores em controlar tais instabilidades e assegurar a coerência interna da peça repercute, por exemplo, nas operações tonais de preparação e resolução das dissonâncias que constituem, em última instância, recursos de desaceleração.

O ritmo, como já mencionado, perde para a voz, que possui energia harmônica com qualidade rítmica contra os “furos” propositadamente performados pelas palmas. Son House parece zombar: o que traz a estabilidade do ritmo é a voz; o que deveria nos guiar ritmicamente, está desafinado. A seguir, um quadro que resume o que foi brevemente analisado:

[31] A tríade rítmica consiste em três notas ou elementos com durações diferentes. Essas notas se combinam para formar um padrão rítmico que se repete ao longo de uma sequência musical. É como um ciclo de ritmo formado por três partes diferentes.

Atos compositivos	Código Musical	Qualidade Entonativa
Resolução dos graves, linha melódica descendente, estrutura ABABA (ou do *blues*), grave como tônica, voz que regencia.	Figura de amigo (reforçado pela sensação de estabilidade, conforto)	Tematizante
Ironia melódica na troca da função musical (voz que rege contra a palma que desafina) e o zombar lírico (o sentido de *grinnin* não é para o ouvinte, mas para sua oposição); *Howl's* de lamento.	Sarcasmo Liberdade	Passionalizante
Palmas desafinadas, erros rítmicos conservados na perseverança, vazios que se recuam diante da voz.	Oposição (conservadorismo e reacionarismo)	Tematizante

Quadro 1. Resumo da Análise da Fonte
Fonte: Elaborado pelo autor.

Qual o apelo somático que nos faz permanecer navegando contra as palmas? Ora, nosso regente (voz). A cada entoação, Son House convida o ouvinte a não se importar com o riso zombeteiro direcionado para eles, transformando a atmosfera negativa em uma forma de enfrentar o opressor pelo intuito artístico.

A canção de Son House noveliza duas forças que estavam em disputa durante a sua trajetória como artista na década de 1960. A espiritualidade afro-americana está na voz que ganha as alturas para ser livre e que nos guia pelos seus graves. Esse movimento das curvas entonativas cria uma movimentação de perguntas e respostas que gera a sensação de caminhar, avançar, celebrar (além do seu apelo melódico hipnótico). A palma insiste em permanecer no erro, tal como o conservadorismo se aterra no passado e reage contra as mudanças[32].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos reunir aqui algumas das opções metodológicas que nos auxiliaram nesta pequena análise.

Em primeiro nível, pesquisar os elementos extramusicais, ou o contexto histórico do objeto (já é de nossa práxis). Depois, é compreender a letra, observar figuras de linguagem e pontos de vistas assumidos. É buscar na pintura temática da letra o uso da descrição, narração ou personificação. Importa-nos como o *eu lírico* conta uma história e quais seus objetivos emocionais.

[32] Essa análise foi reduzida para não comprometer o objetivo do artigo, que é a exposição do método.

Em um segundo momento, é identificar as alturas (os graves e agudos) e sua relação de desenho. Eles ascendem/descendem em qual momento da letra? Qual é a emoção que isso causa em nossos ouvidos? Como o cantor ou cantora está se expressando? Em qual sílaba a voz parece codificar sua emoção? Particularmente, preferimos investigar primeiro na região dos graves, que geralmente nos indica a casa tonal da música.

O terceiro ponto é observar os ritmos. Eles crescem? Mantêm-se estáveis? Instáveis? Qual é a sua métrica? Qual a sua divisão de tempo? Como eles mexem com nossos sentidos somáticos? Parece que estamos em marcha? Parece que estamos desacelerando? Quais as extensões silábicas que nos chamam atenção em contraste com o ritmo?

Depois dessa primeira análise da energia harmônica e rítmica, é possível iniciar a aplicação da semiótica da canção. É este o momento que a entonação pode servir de grande auxílio para identificar as três qualidades (passionalização, tematização ou figurativização).

Em outro nível, e esse talvez seja o mais difícil em questão teórica, é a compreensão das relações dos intervalos entre as notas. É importante entender as relações de intervalos melódicos, visto que é como compreender a combinação de ingredientes que gestam diferentes sabores. Essas relações de intervalos ajudam a apreender a sensação emotiva dos acordes e facilitam nossa leitura.

Acreditamos que essa postura com o objeto-música ajude a sedimentar uma abordagem acessível da história e da música. Este formato de análise metodológico auxilia a ouvir a linguagem do cotidiano, pois respeita a produção compositiva da música, exibindo sua textura, profundidade e intenção política. Talvez seja essa a encruzilhada que devemos percorrer para que o historiador possa investigar seu objeto com mais precisão, conforto e possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS

ALVES, Amanda Palomo. Do blues ao movimento pelos direitos civis: o surgimento da “black music” nos Estados Unidos. **Revista de história**, v. 3, n. 1, p. 50-70, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27903/16571. Acesso em: 3 ago. 2023.

LEPORE, Jill. **Estas Verdades:** A História de Formação dos Estados Unidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/XLhxY7yFHnTGVyXSywvpcDm/?lang=pt. Acesso em: 31 jul. 2023.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música: Questões de uma Antropologia Sonora. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 221-286, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ra/a/PnnKJTCvbQzVyN4dXMrsHyw/?lang=pt. Acesso em: 3 ago. 2023.

TATIT, Luiz. A construção do sentido na canção popular. **Revista USP:** Língua e Literatura, São Paulo, [s.v], n. 21, p. 131-143, 1994. Disponível em: www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114551/112382. Acesso em: 24 maio 2023.

TATIT, Luiz. A arte de compor canções. **Revista USP**, São Paulo, v. 111, n. 111, p. 11-20, out./nov./dez. 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/127594. Acesso em: 26 jul. 2023.

TATIT, Luiz. Elementos Para a Análise da Canção Popular**. CASA, cadernos de Semiótica Aplicada,** São Paulo, v. 17, n. 2, p. 125-138, jul./dez. 2003. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/623. Acesso em: 26 dez. 2023.

LIVROS

BEBEY, Francis. **African Music:** A People's Art. Editora: Lawrence Hill & Company, 1969.

BOSKIN, J. **Urban Racial Violence in the twentieth century**. 2. ed. Boston, MA, USA: Northeastern University Press, 1976.

FINN, Julio. **The Bluesman:** The Musical Heritage of Black Men and Women in the Americas. Nova York: Quartet Books, 1986. Disponível em: https://archive.org/details/bluesmanmusicalh00finn/page/n1/mode/2up. Acesso em: 3 ago. 2023.

HERZHAFT, Gérard. **Blues.** Campinas: Papirus Editora. 1989.

HERZHAFT, Gerard. **Encyclopedia of the Blues**. 2. ed. University of Arkansas Press, 1997. Disponível em: https://archive.org/details/encyclopediaofbl00herzh. Acesso em: 3 ago. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **História Social do Jazz**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LEPORE, Jill. **Estas Verdades:** A História de Formação dos Estados Unidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

LIMA, Paulo Costa. **Música Popular e outras adjacências...** 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

EVANS, David. The development of the blues. In MOORE, Alan (org.). **The Cambridge Companion to Blues and Gospel Music**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: https://archive.org/details/cambridgecompani00alla. Acesso em: 03 ago. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música – História Cultural da Música Popular**. Autêntica: Belo Horizonte, 2002.

SONNIER JR, Austin. **A guide to the blues:** history, who's who, research sources. Greenwood Press, 1994. Disponível em: https://archive.org/details/guidetoblueshist00sonn. Acesso em: 03 ago. 2023.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; LA CROIX, Hougan Sebastién De. **Vodu, Voodoo & Hoodoo:** A Magia do Caribe e o Império de Marie Laveau. São Paulo: Editora Arole Cultural, 2021.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

APRESENTAÇÕES E MÚSICAS

BAIÃO. Intérprete: 4 azes e 1 coringa. Compositor: Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. *In*: Odeon Records, 1946. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ijd6zQuSLBo. Acesso em: 20 dez. 2023.

CONVERSA de Botequim. Intérprete: Noel Rosa. Compositor: Noel Rosa; Oswaldo Gogliano, 1935. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=in9W6vHyI5k. Acesso em: 20 dez. 2023.

GRINNIN' in your face. Intérprete: The legendary Son House: father of folk blues. Compositor: Son House. Columbia Records, 1965. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QA8-ZOuKetU. Acesso em: 30 jul. 2023.

GRINNIN' in your face. Intérprete: Son House. Compositor: Son House. 1965. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Mlt76tCrDdg Acesso em: 23 jul. 2023.

STRANGE Fruit. Intérprete: Billie Holiday. Compositor: Lewis Allan. *In*: The Commodore Master Takes. Nova Iorque: Commodore Records, 1939. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-zgHLvpfQU0. Acesso em: 3 ago. 2023.

ENTREVISTAS

DE MORAES, G. V. **Escutar os mortos:** dilemas do estudo dos sons. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WJhtZoYlnJg. Acesso em: 05 nov. 2023.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

DA INVENÇÃO DO RENASCIMENTO: AS QUERELAS DO NASCER DA IDADE MODERNA EUROPEIA

ON THE INVENTION OF THE RENAISSANCE: THE QUARRELS ABOUT THE BIRTH OF THE MODERN EUROPEAN AGE

Francisco de Assis de Sousa Nascimento[1]
João Vitor dos Santos[2]

RESUMO

Partindo do desenvolvimento do conceito de modernidade sob a luz do Renascimento, este artigo tem como objetivo localizar a sociedade moderna, levando em consideração seu espaço-tempo social, mental, político, religioso e cultural como uma temporalidade dotada de continuidades dos efeitos do medievo. Em seus meandros, o trabalho exibe panoramas que envolvem o emergir da Idade Moderna a partir da perspectiva que desmistifica a ideia do movimento renascentista enquanto um caminho que viabiliza transformações abruptas naquele contexto, pondo à prova a suma atmosfera de rompimento e total ensejo de distanciamento à chamada “Idade das Trevas”, próprias do século das luzes, inoculadas no imaginário popular especialmente durante os séculos XIV, XV e XVI. Para isso, partimos das visões de nomes como J. Delumeau, P. Anderson, R. Chartier e N. Elias, para traçar uma análise que encara a Idade Moderna não como um recorte temporal que se aparta do fluxo histórico na ambiguidade da caracterização entre “luz” e “sombra”, mas que o insere na linha do tempo das heranças da medievalidade europeia.

Palavras-chave: Idade Moderna; ruptura; continuidades.

ABSTRACT

Starting from the development of the concept of modernity in the light of the Renaissance, this article aims to locate modern society, taking into account its social, mental, political, religious and cultural space-time as a temporality endowed with continuities of medieval effects. In its intricacies, the work displays panoramas that involve the emergence of the Modern Age from the perspective that demystifies the idea of the Renaissance movement as a path that enables abrupt transformations in that context, putting to the test the ultimate atmosphere of rupture and total opportunity for detachment from called “Dark Ages”, typical of the century of enlightenment, inoculated in the popular imagination especially during the 14th, 15th and 16th centuries. To do this, we start from the views of names such as J. Delumeau, P. Anderson, R. Chartier and N. Elias, to outline an analysis that views the Modern Age not as a temporal cut that separates itself from the historical flow in the ambiguity of the characterization between “light” and “shadow”, but which places it in the timeline of the legacies of European medievality.

Keywords: Modern Age; break; continuities.

[1] Professor Associado III da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB/UFPI. Coordena o Curso de Licenciatura em História, do CEAD (Centro de Educação Aberta e a Distância) e os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI.
E-mail: franciscoufpi@gmail.com
[2] Graduando no curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID; Pesquisador voluntário no Programa de Iniciação Tecnológica e Inovação – PIBITI.
E-mail: joaovsantos146@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entendida como trecho do espetáculo no qual se mostra o decurso histórico-narrativo, difundido e idealizado, a Renascença é colocada como prólogo que antecipa e insere auroras ladrilhadas pelas pinceladas de Botticelli, Da Vinci, ou esculpidas pelas mãos do próprio Michelangelo; é o romper com a noite tipificada na alcunha das “trevas medievais” mostrando-se luz que transpassa a janela nas primeiras horas da manhã de um novo dia. Certamente a descrição supracitada é o modelo referencial que viaja a toda velocidade e se estabelece frente ao contato de apreciação — quase como se estivesse diante uma obra de arte — daquele que observa e/ou imagina aquilo classificado temporalmente como posterior ao medievo; do próprio nome se constrói a ideia e muito longe deste mesmo nome se finda: o “renascer” mais que dá conta do recado, espelha — mesmo indiretamente — o renascer de Cristo frente à morte e sua ascensão aos céus — tal qual um período que das trevas se distancia e se eleva à uma nova unidade que transpassa os paredões que cercam o feudo e suas imediações —; todavia, se algo pode sobressair a concepção imagética do alvorecer de toda uma Era, esta certamente é o poder de construção de si mesmo e a análise de sua fixação e perduração no âmago popular ao decorrer do tempo.

Das luzes do século XVIII provém o anseio pelo distanciamento daquilo que se liga ao intangível; do iluminismo filosófico resplandece o racionalismo científico e questionador, e é deste contexto, portanto, que desdobram-se ópticas históricas em direção a um período. O caráter mais racionalista que envolve o auge do setecentos é metódico demais para deixar escapar por quaisquer mãos uma explicação que o esclareça e lhe dê origem plausível; a própria máxima de Lavoisier expressa a necessidade da discussão do que se provém: “nada se cria, tudo se transforma”[3]. De transformações baseia-se o plano iluminista racional do qual as mentes do XVIII se encontram e, a visa de estabelecer ponto chave para a transformação primordial que explicite sua condição, vêem no século XV o sobressalto vital para o desenrolar do processo uma vez que a estabelecem como ponto estratégico entre o câmbio que lhes mais afeiçoa em detrimento do exemplo daquilo que lhes repudia — neste caso, o culto ao intangível e sua ação sobre as diversas instâncias da vida comum, personificado na ideia da irracionalidade acometida ao medievo.

Conferindo ao quatrocentos (mais especificamente, ao seu final) o marco divisor de águas de todo um decurso, constrói-se a ação de um distanciamento que passa para a concepção histórica enquanto pauta e ensejo coletivo intrínseco ao período. Importante é

[3] A máxima de Lavoisier (1743-1794) diz respeito aos seus experimentos com o oxigênio no processo de combustão, donde o químico explica que em uma reação de substâncias químicas os elementos não são perdidos, estes são transformados em novas propriedades a partir de um rearranjo atômico, descartando hipóteses que defendem gênese primordial de algo ou alguma coisa.

exclamar, contudo, que divisões espaço-temporais são projetos característicos de temporalidades posteriores impondo classificação àquelas anteriores, pois os atores de movimentos históricos recentes quase nunca percebem que se distanciam ou se aproximam de algo diferente visto a similitude e a agnição mental do olhar para com o mundo circundante — exceto quando aquelas particulares situações de transformação extrema denominadas "revoluções" fazem-se valer, sendo mesmo estas fruto do lento reconhecimento do ambiente por parte dos indivíduos que, posteriormente, levarão ao seu estopim.

Assim sendo, a invenção do sentimento de repulsa que norteia todo o cerne de um renascimento que inspira-se na arte, na cultura e no pensamento greco-romano é nada mais que a própria sentença primária desta oração. Pensar sob este viés naturalmente diz mais sobre o criador do que sobre a criação. É próprio da origem inventiva que — verdade seja dita — fazem bom uso de fatos e circunstâncias verídicas, mas as articulam de maneira que, analiticamente, deixam espaços sem respostas: como os próprios contemporâneos poderiam se distanciar de algo que nem se quer percebiam que estavam deixando para trás? Longe da régua que estabelece divisões arbitrárias, o mundo ainda era mundo para as pessoas do século XV, assim como fora mundo para aquelas do XIV, XIII, XII… se algo renascia, estas não foram capazes de vislumbrar o tal futuro pelo simples fato de estarem imersas em seu “agora”.

ENTRE A CRUZ, A COROA E O ANTROPOCENTRISMO SOCIAL

Se o olhar para o alvorecer da Idade Moderna é enviesado nas questões que o configuram enquanto rompimento com o contexto passado, a narrativa dá maior corpo à perspectiva à medida que a disposição dos eventos ocorridos é enfocada e replicada nos mais diferentes espaços de estudo. O excerto temporal delimitado pela alcunha moderna para fins metodológicos não compete a um ou outro setor do todo planificado, estendendo-se, porém, em todas as esferas institucionais do tempo-espacial disposto; assim sendo, o que prescreve o Renascimento não é a ideia do abalo a campos pontuais, mas o arrojar-se no âmbito das macroestruturas tangíveis e intangíveis. Desta forma, o Renascimento só é entendido enquanto movimento de ruptura maior porque é delegado às diversas instituições sociais existentes roteiros de mesmos movimentos de apartamento singulares, cada um à sua alçada, formulando a construção de algo maior. Da narrativa que se faz em torno da segregação de dois mundos, vale a análise de seus pontos principais.

Indubitavelmente, a Reforma Protestante é fenômeno característico do planear de uma nova visão de mundo por parte do homem e se faz tão essencial pelo fato de nascer de

si o questionamento da proporção mais íntima e tão ligada ao medievo: a fé. O trato com tal elemento cria, por si só, a persistência da ideia de um impacto extra circundante de visões que deflagram novas ordens, que incitam o pensar da desassociação cognitiva para com a vertente dominante — aqui, o catolicismo — ao ponto de renegá-la desde suas entranhas; a Reforma impele o entendimento de uma nova estruturação que dê novo rosto, nova luz e conserve não mais que o sustentáculo de suas pilastras — nesse caso, a crença no Filho do Homem — afora, demolindo e remodelando arabescos, vitrais e abóbadas epistêmicas; mas longe do retrato revolucionário que a temática traz, os eventos que dão vazão ao fenômeno originam-se no próprio seio clerical. Balizada em crises internas, o impacto que a Igreja recebe da transição do medievo para a modernidade é fruto, tão somente, de seu eixo íntimo; o Grande Cisma do Oriente e o distanciamento funcional dos membros do clero para com suas obrigações sacerdotais[4], por exemplo, evidenciam que as fissuras de uma irrupção — a ser melhor vista quando da materialização das teses de Wittenberg — não se dá tão somente por fatores externos, mas daqueles oriundos da própria instituição, em decorrência de graves e sucessivas indiferenças aos problemas do próprio edifício clérigo-conceitual que culmina numa crise epistemológica:

> Aí encontramos frequentemente padres cheios de brutalidade, envolvidos em querelas e dados ao concubinato. E mais ainda: são pouco instruídos e muito pobres, especialmente no campo, pois os beneficiários são absentistas e fazem-se substituir por servidores a quem pagam o mínimo possível. É vulgar o padre ter de trabalhar para viver; às vezes ‘vende’ os sacramentos. *Os locais de culto estão mal conservados, as bases da religião são mal ensinadas*, *os sacramentos são pouco e mal distribuídos*. J. Toussaert provou, num livro capital, que numa região tão cristã como a Flandres se oferecia aos fiéis — massa bruta e ainda de instintos muito pagãos — ‘um crisrianismo a 80% de moral, 15% de dogmas e 5% de sacramentos. Os bispos esquecem cada vez mais que o seu nome ‘significa labor, vigilância, solicitude’ (Erasmo). Frequentemente recrutados na nobreza, voluntários da guerra na Alemanha e, noutros sítios, conselheiros atentamente ouvidos pelos príncipes — de 1436 a 1444 houve seis bispos no conselho de Carlos VII —, não tem escrúpulos quanto ao absentismo e esquecem o dever de visitar as dioceses. *Quanto mais se sobe nos escalões da hierarquia maior parece o escândalo*. Numa Roma corrompida pelo luxo do Renascimento, os cardeais são, mais que nunca, os ‘sátrapas, montados em cavalos ajaezados a ouro, que pouco falta para que sejam também ferrados a ouro…’, como já Petrarca reprovava. (DELUMEAU, 1983, p. 125 — grifos nossos)

[4] Em "A civilização do Renascimento" (1983) Delumeau aponta que destas sucessivas crises da Igreja, o desamparo clerical faz-se presente na população e a soma ao contexto de pestes, guerras e fome, são responsáveis pela criação de uma atmosfera de pânico e responsabilidade para com o contorno da realidade mediante a fé, fenômeno que acometeu mesmo o monge Lutero.

A caracterização de Lutero como visionário do movimento que questiona a edificação sacra milenar é, nada mais, que "caricaturização"[5] do herói que assimila e dá feixe a um processo de raízes maiormente profundas do que realmente mostra-se, traz apelo à figura de um reformulador "a frente de seu tempo" de conceituação e de reformulações dotadas de inovação e aperfeiçoamento que em nada, ou quase nada, assemelha-se ao revestimento ocular de outrora. É certo que as convicções de salvação pela Fé e pela Graça apartam-se da famigerada compra e venda de indulgências, entretanto, ao adentrar o campo das mentalidades do qual indivíduo nenhum foge, o próprio Lutero — e principalmente Lutero — sendo membro do corpo eclesiástico da instituição, mostra limites ao pensamento reformista, limites estes muito comuns ao pensamento e convicções do período e que, por sua vez, também são reflexos do medievo não tão distante:

> Dir-se-ia que o reformador, como um típico representante da transição do medievo para a modernidade, por um lado mantinha a velha tradição escolástica de considerar a mulher como um ser humano inferior em decorrência do pecado original. Mas por outro lado, trazia como inovação a doutrina do sacerdócio universal do cristão que nivela homens e mulheres diante de Deus comissionado-os igualmente para a vocação cristã, para o serviço divino, estendido a todos os cristãos independentemente do gênero. Das ambiguidades vividas por Lutero, tem-se como consequência a inexistência de mudanças substanciais no pensamento reformado sobre a mulher, no século XVI. (SILVA, 2015, p. 164)

A perspectiva não apenas sacerdotal, mas social, que toca a visão para com as mulheres é exemplo desta inter-relação entre passado-presente e as continuidades estabelecidas que perpassam as vicissitudes temporais. A Reforma Protestante propunha novos direcionamentos e novas maneiras de ater-se ao sagrado necessário e urgente, reforma o aspecto tradicional de então atingindo os pontos letais da ferida epistemológica que acometia o distanciamento da funcionalidade plena das instâncias eclesiásticas — o que tange a salvação enquanto ponto central; o papel do clérigo, fundamental; o casamento, primordial (ULRICH, 2016, p. 87) — mas apenas superficialmente volta o olhar à condição feminina dentro de todo o processo, elencando-a aos mesmos regimentos já destinados. Em máxime das ações, a Reforma dá à mulher o papel de administradora (não mais apenas dona de casa, mas nunca provedora) do lar, mas ainda sob o horizonte androcêntrico da culpabilidade de Eva ainda caro ao monge alemão (SILVA, 2015, p. 164). Apesar do reconhecimento concedido às figuras femininas contemporâneas e da participação ativa nos processos da Reforma Protestante, Lutero, o reformador, era acima de tudo "um homem do seu tempo" (ULRICH, 2016, p. 75).

[5] Aqui dando caráter verbal ao sinônimo "caricatura".

Se porventura ousa-se imbuir tonalidade que possa colorir este tempo mencionado cujos ares do divisor de águas o faz incapaz de ver-se a si próprio, dourado certamente seria a cor ideal, não somente pela ostensiva e ambígua voracidade dos arabescos, das flores de lis e dos anjos esculpidos em ouro maciço típicos do barroco e rococó, nem tão somente pelo mercantilismo que aflora um capitalismo primitivo, mas por aquilo que lhes dá sentido e é régua e símbolo de suas ações — o dourado da coroa, ascendida, vitalícia, reinante de forma absoluta, a qual mantem-se pelas configrações políticas da centralização governativa, contudo também é herança das estruturas da Idade Média.

Claro retrato do medievo decerto é a simbólica lembrança do feudo senhorial, cuja melhor representação é a de que estes núcleos urbanos dispersos por territórios são de administração própria e apresentam cada qual suas particularidades e regimentos definidos pelo nobre senhor vinculado aos laços vassálicos que o compete. Nesse sentido, cada feudo é único e possui definições individuais condicionadas à distribuição espacial, à moeda etc. A relação de suserania e vassalagem que move a questão feudal tem sua dinâmica de poderio lastreada em dois domínios perpendiculares — o território e o mando — que o raiar da Renascença buscará confluir em unidade régia e compenetrada: se ao suserano o poder de mando e reconhecimento de sua pessoa a todo o território lhe escapa pelas mãos, uma vez que é obstruído pela figura do nobre vassalo, sua aptidão diante do Renascer será a sua elevação feita por meio de uma unificação e centralização das atenções, dos poderes e dos fatos para cada vez mais próximo de si. Sim, os reis, ou nobres de patente mais alta, continuaram a existir mesmo no período medieval, mas a cada elo suserano-vassalar que se moldava menor era sua influência às margens, caindo em profundo sono pelo milênio decorrente — acordando, no entanto, ao nascer do pujante sol da nova Era.

O absolutismo é justamente essa concentração de poder realizada por este rei, ou nobre maior, o qual destitui das mãos dos senhores feudais o poder pontual e o aglutina nas suas próprias. A priori, a transferência de autoridade e controle sobre determinado espaço pode parecer abismo organizacional ao período feudal; da nova estrutura, novas repartições e novos atores dirigentes dão a entender a constituição da novíssima ordenação, o que não acontece. De fato, a concentração administrativa e a tentativa de uniformização do território em suas várias facetas mexem com disposição corporativa do ambiente, todavia alterações acentuadas não se mostram efetivas principalmente no que diz respeito à classe dirigente (ANDERSON, 2004, p. 26).

Se o absolutismo é por excelência contrário à divisão do poder maior em pequenos núcleos tal qual deu-se o feudalismo, ele é, em contrapartida, por excelência também continuador das práticas feudais em certo nível dispostas. Aos nobres senhores, o poder de

mando pode, em graus de imediaticidade, ter sido diminuído, todavia o prestígio em torno de si aumenta e reafirma-se mesmo que em outra configuração. Esta perspectiva antitética ganha melhor forma e se faz palpável quando evidenciado que, no cunho da formação destas primitivas máquinas administrativas eficazes, o fenômeno da especificação das questões burocráticas promove a institucionalização dos setores que geram cargos dentro de suas engrenagens competentes a serem ocupadas por estes mesmos; ou seja, a burocratização do sistema administrativo leva a criação de cargos de autoridade (logicamente subordinado ao rei) responsáveis pelo pleno funcionamento, cargos estes destinados à mesma parcela que sempre compreendeu o poder e a notoriedade social: a nobreza, a mesma nobreza que hereditariamente se mantém no alto da pirâmide social, mantendo as benesses — como a isenção de impostos ainda contínua — justificados pelo privilégio de se ter nascido com sangue azul (DELUMEAU, 1983, p. 273). Portanto, ainda que seja novo o conceito da maior verticalidade do poder formado por uma figura una, reestruturando uma gama de instituições, o absolutismo (em essência) mais conserva os princípios feudais do que os modifica, tendo em vista que suas bases administrativas e os responsáveis por esta regência ainda é a classe dominante econômica e politicamente de outrora, a mesmíssima “aristocracia feudal” (ANDERSON, 2004, p. 18).

> Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional — não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. (ANDERSON, 2004, p. 18 — grifos do autor)

Sendo a descentralização governativa clássica da condição feudal substancializada nas conformidades e acordos próprios, inviabiliza-se um tal princípio geral; entretanto, entender o sentido único da ideia de “formação dos Estados Nacionais” — braço direito do elemento renascentista — é debruçar-se sobre a máxima de que *Estado* é sinônimo de ordem, regimento, e tal ordem, tal regimento, necessitou-se instalar no meio utilizando como alicerce o resgate dos princípios diretos do direito romano. A centralização que, por excelência, o absolutismo é se dá pela tamanha articulação de engrenagens que giram a favor de si e dos seus; para o funcionamento de um Estado moderno a dita ordem precisa valer e esta sucede através de leis.

Na relação de imposição e fortificação do poder, donde máquinas administrativas inteiras são formadas e uma jurisprudência voltada à concentração dos ditames e privilégios é formada, também, em concomitância ao capitalismo insurgente, ao passo que também retroalimentam-se, os regimentos que concentram estruturas validadas do ponto de vista da influência e dos recursos alicerçam a condensação do controle sobre a massa: o reforço de

perspectiva em relação à propriedade privada e a figuração do soberano enquanto representação do Estado, por exemplo, suprimem as possibilidades de liberdade da base da pirâmide hierárquica — assoma-se ao fato de que, por trás das instituições burocráticas da condução nacional, doutos ganham espaço e a estes parcela de poder simbólico tangente as mentalidades personifica-se.

O Direito Romano é, pois, garantia de permanência e conservação das partes do todo social, legitima de forma escrita um Estado de Direito e reconhece a mão deste atuando nos mais variados âmbitos, é, pois, importante arma intelectual de um projeto de integração territorial e centralismo administrativo (ANDERSON, 2004, p. 27); no mais, é institucionalização da relação de poder material e imaterial. A partir desta institucionalização jurídica que permeia o contexto, repartições organizacionais são reformulados, logicamente, garantindo o funcionamento do todo; assim, questões referentes ao exércitos — responsáveis pela ordem[6], conquista e expansão da maior riqueza legitimada, a terra —, à burocracia — e sua conceituação calcada na melhor disposição para o funcionamento da máquina administrativa, donde suas cadeiras são ocupadas pela mesma classe nobre que conserva as estruturas —, à tributação — privilegiando ainda a aristocracia e o clero a partir da isenção de impostos que recaia sobre os menos abastados a diferença —, ao comércio — emergido no contexto mercantilista e em todas as suas vicissitudes — e à diplomacia — ainda embrionária nas recentes configurações da modernidade — não distanciam-se do propósito intrínseco ao período, tendo em vista que estas são estrategicamente necessárias na composição utilitária do funcionamento do sistema.

> *Politicamente*, o reflorescimento do direito romano respondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Com efeito, não restam dúvidas de que, na escala europeia, a determinante *primordial* da adoção da jurisprudência romana reside na tendência dos governos monárquicos à crescente centralização dos poderes. [...] Se o ressurgimento das noções de propriedade quitária ao mesmo tempo traduzia e fomentava expansão geral da troca de mercadorias nas economias de transição da época, o revivescimento das prerrogativas autoritárias do Dominato expressavam e consolidavam a concentração do poder de classe aristocrático num aparelho de Estado centralizado que constituía a reação da nobreza àquele processo. (ANDERSON, 2004, p. 26-27 — grifos do autor)

[6] O referido conceito de ordem vai além do estabelecimento de padrões a ser seguido pelos indivíduos imersos nos respectivos lócus sociais. Formado basicamente por mercenários contratados, a ordem concentrada na figura do exército passava pela questão de assegurar a paz interna do povo para com o governo, daí a necessidade de manter a população longe das armas e do sentimento utilitário proporcionado pela força do conflito, estratégia que pode muito bem ser vista pela óptica foucaultiana da construção e estabelecimento do poder.

O Direito Romano resgatado, no entanto (à guisa de recordação), não apenas se estabelece o cerco necessário à centralização dando-lhe suporte jurídico para a implementação das diretrizes ordinais; este ideário, sobretudo, dá vazão ao ordenamento de novas perspectivas dentro do enquadro de um mercantilismo que insurge. Esta primitiva fase do capitalismo mostra relativa influência[7] na dinâmica política e isto é verdade, todavia não apresenta potência decisiva e regimental que eleve suas vontades, o favoreça e se imponha novo édito, pois, lembremos: a classe detentora do poder político e econômico ainda é a aristocracia; e por mais que uma nova classe social esteja emergindo do comércio e, pouco a pouco, reformulam as posições de trabalho já em plena modificação em relação ao contexto medieval[8], não se pode dizer que o renascimento é desde sua natividade burguês pelo simples fato de que a coroa e o prestígio encontram-se na cabeça e na simbologia de um nobre e não de um comerciante qualquer.

Não obstante, esta forma remota de capitalismo que infere-se no meio de roupagens mercantis e, principalmente, este indivíduo envolto nas transações econômicas tirando máximo proveito delas — o comerciante ativo — se não é capaz, por hora, de revoluções políticas, por outro lado, tem papel nas disposições sociais e culturais da época. Dos mecenas aos banqueiros, vai-se instalando uma massa de futuros “senhores do capital”, provedores da riqueza e pobres de prestígio legítimo, são “donos do dinheiro”, mas o que vale tão somente sem o sangue azul que o aparta, diviniza, eleva? Ao povo comum, pobre, sustentáculo da pirâmide, instala-se a ambiguidade do máximo reconhecimento e respeito à aristocracia sempre evidente, ao passo que começa a perceber também naquele que se engrandece de fortuna um certo valor. Doravante esta constatação, a nobreza traça novos códigos, signos e simbologias capazes, paulatinamente, de os diferenciar e sobressair-se àqueles que, porventura do cenário, ousam aproximar-se e pôr em xeque a exclusividade preponderante.

Por certo, a classe insurgente do meio capital foi agente motivador da elaboração de modernas práticas distintivas que moldaram o reconhecimento da notoriedade social à medida que esculpiram escada estratificante para se ser reconhecido como dignos de láureas. Como saída, a simbologia aristocrática desenvolvida consistia na readequação e no polimento de suas próprias ações, a auto-lapidação dos gestos, do falar, do agir, do portar-se, era feita de forma a igualar-se a um espetáculo teatral, roteirizado, onde cada qual sabia

---

[7] Anderson (2004) evidencia que relações próximas entre comerciantes e a coroa foram estabelecidas, desde o financiamento de propostas até um cargo ou outro dentro das engrenagens burocráticas.

[8] Neste caso, o declínio da mão de obra servil típica do modelo feudal em contraposição àquela mais ou menos aos moldes do capitalismo primitivo.

quando e como mostrar presença — a exemplo, a corte de *Versailles* e todo o código de etiqueta delineado por Phillipe de Orleans, irmão de Luís XIV, fez da monarquia francesa centro das atenções que dizem respeito à moda e às tradições protocolares definidas pelo luxo —, por conseguinte, a estratificação social passou a contar com mais um tipo de capital balizador de eminências, não podendo ser comprado — como os títulos passaram a ser — mas unicamente absorvido, possuindo aspectos singulares do qual a naturalidade de seu reconhecimento e usura denuncia o indivíduo que não pretende-se englobar:

> O que realmente determinava a qualidade de nobre era o estilo de vida, isto é, quem agisse como nobre seria nobre. E ser nobre não era tarefa fácil, era necessário seguir uma série de rituais, do qual toda a espontaneidade de gestos não convinha, pois estragaria o espetáculo em que se tenta converter em cotidiano. Isso pode ser observado durante as refeições do rei, que se elevou de uma simples função banal do cotidiano para um espetáculo ritualístico, da qual toda a corte se imobiliza, para observá-lo enquanto ele come sozinho ou com a família real. (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2018, p. 461)

Não apenas na arte a valorização da beleza e o culto à forma sobrelevam-se na cultura temporal, a pompa e circunstância planificadas no olhar agora voltado para as ações do homem também configuram-se nas práticas antropocêntricas inevitáveis ao momento e, nesta questão, tal valor e referência não limita-se aos artistas ou aristocratas, mas (de certa forma) estende-se aos valores sociais comuns — apesar de, sim, ser produto direto dos ateliês e do meio palaciano. O olhar para o Homem e suas ações distintivas vão muito além da tentativa de diferenciação pautada em como segurar os talheres ou pronunciar as vogais e consoantes de uma palavra[9], o cuidado transpassa a forma e atinge maior equivalência quando as ações fogem ao projeto estilístico e passam a englobar as percepções do que é bom e do que é grotesco no convívio em sociedade, elencando padrões de civilidade e barbárie dos corpos e das atitudes.

> No período da aristocracia de corte, as restrições impostas em relação às pulsões estavam baseadas na consideração e no respeito aos superiores sociais e as outras pessoas no período subsequente, o controle dos impulsos e das emoções deixa de ser determinado por pessoas em particular e passa a serem ditados pela interdependência social, pela divisão do trabalho, pelo mercado e pela competição. São estes elementos que determinam os comportamentos socialmente desejados e fazem parecer que eles são criados voluntariamente pelos indivíduos. (MACHADO; QUADROS; TOMÉ, 2018, p. 462)

[9] Em busca da caracterização que a diferenciasse da burguesia e, mais ainda, do povo comum, a nobreza cria para si um conjunto de práticas de vivência e convivência selados em hábitos e costumes que ornamentam as condutas e afirmam status-quo. Paul Lafargue, em artigo, exemplifica que desde o vestir-se, passando pela etiqueta comportamental, chegando mesmo à linguagem são projeções deste empreendimento.

A nobreza, pois, tem seu *status quo* superestimado na soma da graça e leveza das atividades realizadas e no retrato criado de que são fim último da civilidade muito mais que estética — necessária. Ornada de educação, é culta, tem exímia oratória, controle sobre os impulsos e, mesmo se de menor poder aquisitivo, possui a riqueza mais importante e mais respeitada — aquela recebida de berço, sem esforço físico algum (MACHADO; QUADROS; TOMÉ, 2018, p. 451). Na cortesia primária norteadora da civilização das condutas é reconhecível a persona antropocêntrica puramente contextual que dá novos ares ao decurso, ao tempo que convive junto da mentalidade de outrora; novos ideais são lançados, mas nada muda da água para o vinho, do dia para a noite.

O antropocentrismo, palavra-chave quando do defronte com tal conteúdo na educação básica — erroneamente entendida como processo que destitui inteiramente o teocentrismo e as questões religiosas —, é percepção que sutilmente instala-se no ambiente, convivendo com as mentalidades religiosas trazidas do medievo. A significância de pôr o homem no centro das coisas não destitui a mentalidade cristã presente do momento, ao contrário, retroalimenta-se dela para resistir; não a combate, tampouco a anula, no entanto convive junto a ela e muitas vezes utiliza-se dela para justificar-se, ao ponto de ter como feitio a ligação direta com o Homem: o direito divino é justamente a maior proeza realizada pelo caráter antropocêntrico, a primeira vista é a confirmação do legado e subserviência à fé — passa o ar de que busca em Deus, e somente em Deus, seus fundamentos, expressando uma razão cristã —, porém as entrelinhas mostram nada mais que a elevação da efígie humana, essencialmente humana, ao caráter divino; um rei — homem de carne e osso — é enviado pelo Sagrado, logo, sagrado também é. Se o antropocentrismo diz respeito ao “homem no centro das coisas”, é preciso compreender que a centralidade e individualidade humana forja-se, por mais contraditório que possa parecer, no campo religioso também.

> Observar as ambiguidades presentes na visão de mundo dos homens no Renascimento Cultural é valorizar em muitos aspectos a compreensão da mudança, das transformações, bem como, ao mesmo tempo, compreender as permanências no processo de compreensão da visão de mundo do homem renascentista; pois, na fluidez do conceito de renascença, os valores modernos e medievais convivem lado a lado, de forma ambígua. (CASTRO, 2005, p. 13)

O indivíduo renascentista, produto e produtor do enquadro existente, é obra-prima da alvorada que lança-se sobre o novo dia, e da penumbra acentuada feita desta coexistência das velhas e novas percepções é tão luz e sombra compositiva que assemelha-se, senão, às pinceladas de Rembrandt. Este, portanto, sendo o centro das transformações e

continuidades, vê diante de seus olhos as dinâmicas transformarem-se e, como massa de manobra, modela a si e o todo a partir dos encaminhamentos que dão rumo à nova configuração. A antítese do pensar é máxima também no agir, as amarras medievais aos poucos se afrouxam e o sujeito vê-se diante da realidade donde vislumbre de mudança o cerca a começar pelo fator econômico.

O olhar para a nova classe mercantil que emerge provoca o balanço das estruturas sociais antes rígidas, acuando a ideia do determinismo divino e sua estamental conservação da condição classista (FRANCO JÚNIOR, 1983, p. 84); quando esta apreensão encontra-se às fissuras já abertas da crise epistemológica a qual a Igreja encontrava-se, o resultado é não mais que a virada de chave de uma das muitas fechaduras que guardam as mentalidades e, em suma, as raízes do sistema. Posta a revisão e comprovação de uma certa falibilidade constituída pelo viver socio-hereditário do modo de pensar a condição social, bem como a soma ao já inflamado cenário das ramificações clericais protestantistas, os demais espaços encontram terra fértil para a promoção da mudança; se o sagrado — e o sagrado, mais que tudo, aquilo que em tese para os fiéis é mais íntimo e mais certo — encontra-se no eixo de discussões, o questionamento aos demais pontos que permeiam a sociedade torna-se questão de tempo; e tempo é justamente o que o Renascimento precisa e faz uso para vingar tudo o que lhe é atribuído.

> O Renascimento europeu dos séculos XV e XVI constituiu a afirmação de uma *nova* cultura que ambicionava realizar a síntese entre o legado filosófico, estético e literário da Antiguidade Clássica e a tradição da espiritualidade cristã. Essa *nova* cultura, que começou a ganhar as consciências europeias a partir de Florença, nos inícios de quatrocentos, exprimia os valores de uma sociedade progressivamente individualista e mercantilizada, dominada por poderes laicos e religiosos que, no decurso de diversas conflitualidades (que atravessam, por vezes radicalmente, toda a Europa), aprenderam a delimitar melhores suas esferas de actuação. Deste modo, tanto o pensamento como o Estado enquanto expressão organizada dos Povos iniciaram o lento processo de autonomização face aos constrangimentos anteriormente colocados à sua liberdade e plena manifestação. (PEREIRA, 2002, p. 30 — grifos do autor)

Primordialmente, o campo religioso é fissura-mor que, inconscientemente, impulsiona demais colocações e, da mesma forma, espelha as constâncias sócio-políticas do enredo; a ramificação protestante alarma o clero e durante o que se precede a atenção voltada para sua renovada unicidade se assemelha ao centralismo absolutista ansiado pelos déspotas para com o poder de suas regiões reinantes, as quais, por conseguinte, também se assemelham na incapacidade de terem seus projetos plenamente efetivados no primeiro século — o projeto de absolutismo monárquico decerto galgou passos mais firmes, tendo

em vista que na figura de Luís XIV (ANDERSON, 2004, p. 101) ao menos fez jus ao intento, ainda que nos meados do seiscentos e do setecentos em seus pouco mais de um século efetivo, ao contraponto que a Igreja jamais se manteve una desde os séculos primários seguintes ao primeiro milênio.

A configuração de uma ideia de Estado que surge move prudência da massa para com o topo da pirâmide — mais especificamente à cabeça coroada — e em contrapartida gera classificação de distinção do topo para com esta base, agora não mais pautados somente no poder político e econômico, mas cultural, no cooptação dos novos modelos que denotam civilidade e barbárie. Por todo lado, o Homem nunca tivera tanto espaço — de líderes religiosos, surgem vertentes cristãs; de líderes políticos a centralização e mesmo o próprio Estado[10]; dos ideais de Homem, o cortês e o inculto; da arte, os traço, a leveza e o culto à beleza das forma humanas — todavia, o mais novo espaço que ocupa também se alicerça nos preceitos socialmente incrustados do "antes" — uma nova vertente do cristianismo para se aproximar do Sagrado imaculado; um monarca que se eleva sob a vontade de Deus; uma arte que exalta a criação do Senhor — ideias que convivem simultaneamente num longo processo que formula as continuidades e descontinuidades do Medievo e da Renascença.

Talvez pela urgência e emergência que revestem as transações quotidianas do globalizado século XXI, costumamos acreditar que, na velocidade da luz, o tempo se transforma e a vida se faz outra, mas se possível analisar as ações históricas e a percepção humana para com elas (motivação implícita destes escritos), ver-se-á que, mesmo na distância quase milenar, ainda mantemos práticas e credos medievais, quiçá então o vizinho temporal que propõe o Renascimento justamente do ponto de partida, daquilo que antecede, a dita Idade das Trevas. A verdade, portanto, mais se aproxima na consistência de um Renascimento que é fusão dos cabos extensores das instituições vigentes e suas especificidades — promovidas por suas reformulações, crises e sucessões próprias — que convergem no nascedouro e desenvolvimento daquilo denominado Idade Moderna, o fruto de compassos e descompassos de práticas corriqueiras que se renovam mais rápido do que a mentalidade geral consegue, de fato, acompanhar. Inegavelmente há disparidades entre o medievo e o renascer dos preceitos clássicos, mas não sob a tinta maniqueísta que o século das luzes projeta: o Renascimento, pois, é tão constância e continuidade quanto qualquer outro excerto temporal, e sua novidade nem de longe anula sua hereditariedade. Possivelmente seja esta a suma beleza da História, o fascínio processo carregado dos ventos do ontem e do hoje que movem caravelas no encontro do novo mundo no amanhã,

[10] Em alusão à famosa frase atribuída ao Rei-sol "*L'État c'est moi*" — "O Estado sou eu".

ventos nem tão invisíveis, nem mesmo intocáveis, mas cuja essência permanece a mesma das brisas oceânicas: impulsionar o barco humano rumo ao infinito temporal e ao além espacial de corpos e mentes singulares.

VENTOS IMPRESSOS, PALAVRAS VOLÁTEIS

Sendo o insurgir da Idade Moderna o fruto de processos graduais que reformulam, se instalam e coexistem com as práticas e preceitos medievais, é notável que o caráter revolucionário atribuído ao período só encontra terra fértil nas narrativas ordenadas do campo iluminista de aversão a uma pretensa Idade das Trevas. Contudo, o desenrolar que contempla até este momento não nega — pelo contrário, afirma — o teor carregado de inovação que o excerto temporal apresenta, não o elencando enquanto essência de toda a temporalidade, mas a encara enquanto fenômeno natural do processo histórico e das particularidades despidas de projeções e preconceitos. Novos ares cercam todo e qualquer recorte temporal ao passo que a mentalidade também resiste ao seu chegar: do Império Romano, o classicismo dos helenos coabita com o ferrenho expansionismo característico; o medievo carrega os traços da antiguidade que o antecede juntamente com a intensificação da religião que dela herda em concomitância à reformulação do papel da instituição sagrada nos diversos espaços; a Idade Moderna, pois, não difere da contemplação, amalga distintos panoramas e lhes dá unicidade complexa. Dos novos eventos e das estruturas que são montadas dentro do contexto dotado das mesmas relações e percepções medievais, motivações surgem ao mesmo tempo em que são produtos da mutualidade de defluir e influir na sociedade circunjacente.

Ao olhar para a superfície dos processos que dão o retrato de ruptura — a Reforma Protestante, o absolutismo monárquico e o reconhecimento de toda a sociedade para com este modelo, o teor antropocêntrico infiltrado no meio cultural, por exemplo — observa-se o que a priori apresenta-se como mudanças tremendas, mas não sendo possível enxergar o espírito que possibilita seus decursos. Ainda assim, dos meandros desta história é possível ao menos elencar um dos certos agentes responsáveis pelo desenrolar da edificação destas estruturas reformuladas. Este agente, pois, não se mostra revolucionário, nem tampouco o é, mas a atuação em favor daquele contexto possibilitou reorganização das estruturas conjuntivas de então.

A estética que padroniza uma certa liberdade do jugo feudal atribuído ao Renascimento dá-se, em linhas gerais, pelo grau do espírito racionalista; das ideias, surgem

a crítica, da crítica a mudança, da mudança a prosperidade intelectual[11]. De fato, o pensar é intermédio do agir e do consequente transformar, não obstante, de que vale o pensamento recluso, limitado espacialmente, não difundido? Preso em uma só mente, ou um pequeno círculo que seja, como o reconhecimento e a crença a um certo ideário dá-se se limitado de contornos e desprovido de portal que o enuncie, dissemine? O renascimento é munido de ideias e pensamentos próprios como toda e qualquer temporalidade também o é, mas se algumas dessas construções racionais fizeram história e gravaram marca no tempo isso se deve justamente porque o pensamento não se ateve ao lócus parental, longe disso, galgou e expandiu-se por diferentes fronteiras. O registro impresso, então, constitui-se trâmite basilar da conjuntura disposta no papel tanto de resguardar a fala quanto de acessá-la com maior facilidade e, em tese, sem mediações.

A partir de Gutemberg, os impressos tornam-se com maior força o espírito propiciador da organização do nascer e desenvolver da Idade Moderna. Com os livros, as ideias não se restringem a uma única mente, a um único espaço. Decerto as teses pregadas em Wittenberg não se restringiram à geografia germânica, muito menos os tratados de etiqueta se limitaram a *Versailles*; difícil é pensar o insurgir de tais querelas e o transcorrer de toda uma temporalidade sem que algo às dê carona e as façam ser, no mínimo, apresentadas; distante é pensar que uma Reforma Cristã pautada na individualidade da salvação pela própria fé e graça e no livre entendimento das escrituras vingasse em circunstâncias das quais a produção literária não fosse nem de perto uma realidade.

A imagem do livro, na Renascença europeia, por si só, circula sem deixar de ser percebido, superestimado — ao contrário — é considerado artigo de distinção e luxo pela sociedade renascentista, capaz inclusive de mudar as disposições ambientais do lar e dos componentes deste (como os móveis, as salas, a decoração, por exemplo)[12] gerando mesmo uma “hierarquia de arrumação” (CHARTIER, 2003, p. 192) em torno de si. Acerca desta nova disposição, a biblioteca talvez seja peça que vale destacar uma vez que sua instauração compreendia função além da óbvia obrigação de acolher livros, de ser recinto exclusivo dos objetos com fins literários; a biblioteca, por assim dizer, era palco de duas ações cruciais para a semeadura de pensamentos, antagônicas em primeiro momento, mas

[11] A elucidação mais uma vez ilustra a genética iluminista atribuída à temporalidade; narrativas possuem o DNA do espaço-tempo formulado, muito mais dizem respeito sobre quem a cria do que sobre aquilo que se fala. Traços vistosamente ligados à criticidade exacerbada e à racionalidade metódica constituem atributos próprios do século XVIII.

[12] Chartier (2003) aponta que dada a valiosidade entendida na figura do livro, uma vez tomada a posse do objeto — e a medida que este foi incorporando-se ao ambiente doméstico — móveis e espaços específicos começaram a ser pensados para abrigar e conservar os impressos.

complementares quando melhor analisadas: o leito dos livros também era lugar de reflexão e, em contraponto conexo, lugar de sociabilidade (CHARTIER, 2003, p. 195).

Em meio aos instrumentos que denotam clareza, o afogar nas ideias da reflexão precede o compartilhamento delas que a sociabilidade permite, aqui o caráter oculto de movimentação das estruturas se mostra em virtude do momento. Anteriormente elucidadas, as relações cordiais que regiam o código de distinção eram respaldadas no prestígio, elemento crucial na validação e reconhecimento do que se é idealizado e enunciado. À exemplo das bibliotecas, o conjunto das pequenas ideias próprias do momento embaladas pelos códigos comportamentais fazem com que, ao uso, a sociabilização do pensar encontre fecundidade à vista de tais relações, pois o prestígio, em "maior ou menor grau desfrutado por um indivíduo, determinava a influência que exerceria ou receberia do outro." (MACHADO; QUADROS; TOMÉ; 2018, p. 451) e a influência interiorizada a partir do apresentado, ramifica-se e estende-se até fora das salas literárias, envolvendo toda a sociedade, dos leitores aos analfabetos.

> Num mundo do oral e do gesto, as cidades tornam-se as ilhas de uma cultura diferente, escritural e tipográfica, da qual participa, pouco ou muito, direta ou imediatamente, todo o povo urbano. E é na escala dessa nova cultura, apoiada sobre o mais novo de todos os suportes da comunicação, que serão doravante medidas todas as outras, assim desvalorizadas, recusadas, negadas. (CHARTIER, 2003, p. 128)

Também nesta perspectiva, mesmo os indivíduos desprovidos do objeto em sua posse nominal davam-se à subterfúgios para o contato com ele, possibilitando mais uma vez que o ânimo consequente da personificação das ideias corresse pela ambiência. O empréstimo de volumes de leituras, sendo uma destas estratégias, mais uma vez contribui no tocante à circulação dos ideários engrandecidos pelas inúmeras percepções individuais passíveis de compartilhamento e convergência à outras quando estas põem-se *vis a vis*. Para além dos empréstimos e mesmo antes dos gabinetes de leitura[13], a comercialização e circulação de uma leitura popular pouco a pouco instala-se e contempla as camadas médias e (ainda que em ínfimo grau) baixas da pirâmide social:

> O impresso 'popular' tem, portanto, uma significação complexa: por um lado, ele é recuperação para o uso de um novo público e por uma nova forma de textos que pertenciam diretamente à cultura das elites antes de cair em

[13] Espaços literários proporcionados por livreiros que, objetivando aumentar o comércio, possibilitam que interessados possam inscrever-se para, vez ou outra, poder ter acesso às novidades da oficina. Para Chartier (2003), a prática é tida como opção acessível que difere das grandes bibliotecas públicas — estas apesar da denominação que remete ao popular, em suma, atendia apenas aos letrados e mais abastados.

> desgraça, mas, por outro,ele contribui para 'desclassificar' os livros que propõe, que se tornam assim, aos olhos dos letrados, leitura indigna deles, já que são próprias do vulgo. As estratégias editoriais engendram, portanto, de maneira despercebida, não uma ampliação progressiva do público do livro, mas a constituição de sistemas de apreciação que classificam culturalmente os produtos da imprensa, fragmentando o mercado entre clientelas supostamente específicas e desenhando fronteiras culturais inéditas. (CHARTIER, 2003, p. 129)

A reverberação, fruto da reflexão e sociabilidade, no entanto, não assenta-se somente na disposição dos caracteres que formam palavras, lembremo-nos: longe do retrato do nascedouro de grandes gênios a Idade Moderna muito mais se caracteriza pelo analfabetismo que acomete a população. Apesar do fator impeditivo do tato direto com a grafia documentada, as vozes da comunicação não são caladas, mas adaptam-se na forma de imagens, abrangendo outro público e complementando o melhor entendimento daquele alfabetizado que carece do recurso visual. Frente a imagem, todos os providos de visão lêem, refletem e, se necessário for, a oralidade arremata qualquer pendência.

> Nos séculos XVI e XVII, sob formas diversas, que quase sempre autorizam uma dupla leitura, a do texto e a da imagem, a imprensa difundiu amplamente um material tipográfico abundante, destinado a ser afixado, colado nas paredes das casas e das igrejas, dos quartos e das oficinas. É fora de dúvida, portanto, que, desse modo, ela transformou profundamente uma cultura até então privada do contato com o escrito. Semelhante modificação, que tornava familiar o escrito impresso, necessário para uma plena compreensão das imagens que eram mostradas, foi certamente decisiva para que uma alfabetização urbana, ao mesmo tempo forte e precoce, criativa, a prazo, fosse levada de um mercado "popular" para o livro. (CHARTIER, 2003, p. 113)

A prática da utilização da imagem para suscitar o entendimento e provocar ecos a partir do que se deseja enunciar não é novidade, os detalhes de qualquer catedral gótica, com seus vitrais, esculturas e afrescos já tinham o papel de catequizar com um simples olhar. Entretanto, o relativo fomento da produção e, sobretudo, a utilização de meios potencialmente mais acessíveis pôde elevar a prática à utilidades aperfeiçoadas, seja na construção de narrativas arquitetadas[14], seja no intrínseco *modus operandi* talante à Renascença. Na verdade, o impresso como um todo exala e impulsiona as questões renascentistas, pois sendo acima de tudo contato e diálogo, avivam pensamentos que nascem e os distribuem pelo terreno consolidado pelas sucessivas implicações de um passado que nem mesmo a enunciação impressa escapa ou se destaca: convivendo com a

[14] Segundo Chartier, ainda no século XVI a relevância da imagem impressa é captada para o que toca os fins de campanha política atrelados ao valor da mensagem. Já em 1594, Henrique IV utilizou-se de todo um conjunto de imagens para propagandear as ações reais e autopromover o retrato do soberano.

cultura oral e manuscrita, e sendo incapaz de pô-las fim, a leitura impressa não provoca convulsão sociopolítica-cultural, mas certamente é engrenagem dos desdobramentos institucionais que tipificam a Modernidade.

Passando do contato comercial à expansão marítima, da Reforma Protestante à centralização do poder — e abarcando todo o inconsciente antropocentrista — os valores medievais fazem-se presentes nas mentalidades e no cotidiano renascentista assinalando sua historicidade (CASTRO, 2005, p. 34), mas nas entrelinhas de sua conjuntura há ventos que o conduz diante dos mares desconhecidos do dia após o outro; na volatilidade das palavras, a Renascença abre alas para todo o porvir consequente que dela, de sua anterioridade e das culturas mais antigas, manterão viva em essência e constantemente atestarão o fluxo contínuo da História que se faz nas linhas e nas entrelinhas de seu caminho.

À GUISA DE CONCLUSÃO

As complexidades cotidianas que fogem de quaisquer generalizações históricas capciosas no máxime de distanciamento do que por excelência provém, permeiam tracejados importantes: o tempo histórico autogera futuro constante carregando consigo a bagagem substancial que assoma, modela e transforma o novo a partir da carga pilhada das anterioridades que perpetuam no gene construtivo das posterioridades conseguintes. O Renascimento, portanto, convida o Homem a adentrar um espaço que, diante das condições do tempo ininterruptível, aplica novos direcionamentos e assenta caminhos arrojados às muitas estruturas que compõem o todo, embebendo-as de novas visões e diferente trato, bem como fazendo valer o pretenso humanismo insurgente em suas vibrações. Contudo, é necessário atentar-se para a verdade da qual, neste mesmo tempo incessante, os aspectos políticos e socioculturais novidativos são, acima de tudo, encaminhamentos de revisões oriundas de contextos primeiros ao que de fato tenta-se assimilar, sendo este Renascimento a correnteza das águas do devir, o local de desdobramentos e não de fim último. É o leito do rio, não sua foz.

Às particularidades pintadas pelas posteriores luzes da *razão* iluminista nos tons da descontinuidade — seja com o mercantilismo e seu fortalecimento do mercado interno gerador de uma nova classe social que foge às regras estamentais divinas, seja a Reforma da religião predominante pautada na fé e na graça como meio de salvação, seja ainda na centralização do poder responsável desde as unidades políticas às territorialmente nacionais, ou mesmo num arco do ideal antropocêntrico motivador do olhar que exerce influência no ambiente socioestrutural acometido agora pelos preceitos de civilidade e distinção — o que se configura quando do vislumbre para com a Idade Moderna vale-se da

autoridade impregnada à contemporaneidade do momento que intersecciona todas as questões e alcança todas as demandas, num sistema que se explica e se completa: não haveria pois espaço para uma Reforma sem a propulsão gráfica de Gutenberg, a nova dinâmica de códigos de conduta distintivas não existiriam sem a necessidade de se diferir de algo relativamente tênue à sua margem, ou ainda, ao planificar de uma política centralizada não teria espaço sem o apoio da classe mercantil aparente que investe num projeto vantajoso para si, por exemplo.

No palco do transcorrer de seus séculos, a Idade Moderna movimenta o conjunto vivo de edificações que convergem e dão sentido ao seu ato histórico ímpar sem esquecer que guarnece da sobrevivência dos hábitos, pensamentos e perspectivas do medievo que o precede: o sol que marca o começo e o fim de um novo dia ainda era o mesmo tanto para uma quanto para a outra temporalidade, e em seus raios nada subtrai, nada perde, nada cria, mas tudo transforma conforme uma identidade singular que renova-se sistematicamente e que, certamente, permanecerá viva enquanto o mundo for mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. O Estado absolutista no Ocidente. In:______. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDERSON, Perry. França. In:______. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, Lucas da Silva. **Homem e mundo**: ambiguidade e Renascimento. Dissertação (Dissertação de mestrado em filosofia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

CHARTIER, Roger. Estratégias editoriais e leituras populares (1530-1660). In:______. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura: As práticas urbanas da impressão. In:______. **Leitura e leitores na França do Antigo regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DELUMEAU, Jean. O renascimento como reforma da Igreja. In:______. **A civilização do Renascimento**. (vol. 1). Lisboa: Estampa, 1983.

DELUMEAU, Jean. As cidades e o campo. In:______. **A civilização do Renascimento**. (vol. 1). Lisboa: Estampa, 1983.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A crise. In:______. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LAFARGUE, P. A língua francesa antes e depois da revolução. In: **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem** (ECO-REBEL), *[S. l.]*, v. 5, n. 1, 2019, pp. 46–84. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/22807. Acesso em: 31/10/2023.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; QUADROS, Raquel dos Santos; TOMÉ, Dyeinne Cristina. Pensando com Norbert Elias: a construção do conceito de civilidade. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 14, n. 2, 2018, jul-dez, pp. 448-464. Disponível em https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/29/showToc. Acesso em 31/10/2023.

PEREIRA, Fernando António Baptista. O legado do Renascimento. In: **Arte teoria**. Lisboa, n. 9, 2007, pp. 26-34. Disponível em https://repositorio.ul.pt/handle/10451/47631. Acesso em 10/10/2023.

SILVA, Elizete da. As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, v. 7, n. 21, 2015, jan-abr, pp. 161-190. Disponível em https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26581. Acesso em 10/10/2023.

ULRICH, Claudete Beise. A atuação e participação das mulheres na reforma protestante do século XVI. In: **Estudos de religião**. São Paulo, v. 30, n. 2, 2016, maio-ago, pp. 71-94. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/issue/view/389. Acesso em 01/11/2023.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

MOENDA VELHA, ENGENHO NOVO: CORRUPÇÃO, CONTRABANDO E REFORMA POMBALINA EM PERNAMBUCO (c. 1758-1778)

MOENDA VELHA, *ENGENHO NOVO*: CORRUPTION, SMUGGLING AND THE POMBALINE REFORM IN PERNAMBUCO (c. 1758-1778)

Daniel Costa[1]

RESUMO

O presente artigo busca discutir os impactos das reformas pombalinas e do combate às práticas ilícitas na capitania de Pernambuco, especificamente ao longo do reinado de D. José I, período marcado pelo destaque de Sebastião José de Carvalho em Melo, o Marquês de Pombal enquanto primeiro-ministro. Enfatizamos a administração do governador Luís Diogo Lobo da Silva, que governou a capitania entre 1756 e 1763. Além da discussão bibliográfica, utilizamos documentação em poder da AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), destacando o momento de criação da Companhia de Comércio, considerado uma tentativa de estimular a economia e reduzir o contrabando e o descaminho na região.

Palavras-chave: Corrupção; Pernambuco; período pombalino.

ABSTRACT

This article seeks to discuss the impacts of the Pombaline reforms and the fight against illicit practices in the captaincy of Pernambuco, specifically throughout the reign of D. José I, a period marked by the prominence of Sebastião José de Carvalho in Melo, the Marquis of Pombal as prime minister. We emphasize the administration of Governor Luís Diogo Lobo da Silva, who governed the captaincy between 1756 and 1763. In addition to the bibliographical discussion, we use documentation held by the AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) , highlighting the moment of creation of the Companhia de Comércio, considered an attempt to stimulate the economy and reduce smuggling and embezzlement in the region.

Keywords: Corruption; Pernambuco; Pombaline period.

O artigo apresentado surge como um desdobramento de pesquisa que viria a resultar na monografia intitulada: "Entre atalhos e veredas: uma análise da política da Coroa portuguesa em relação ao contrabando e a corrupção no período pombalino", onde busquei discutir a dinâmica do contrabando de africanos escravizados na América portuguesa. Especificamente na capitania de Pernambuco partindo das políticas implementadas por Portugal no período pombalino para coibir tal prática e o papel exercido pelos agentes da

[1] O autor é licenciado em História pela EFLCH- UNIFESP e desenvolve pesquisa relacionada a temática da corrupção na América portuguesa, com ênfase no período pombalino. O presente artigo é desdobramento de monografia de conclusão de curso intitulada *Entre atalhos e veredas: uma análise da política da Coroa portuguesa em relação ao contrabando e a corrupção no período pombalino. (Pernambuco, 1758-1778)*, pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Jaime Rodrigues. Contato: d.silva16@unifesp.br

Coroa na implementação (ou não) dessas medidas, além da participação desses agentes em atos de corrupção.

Cabe esclarecer ainda que "o significado da palavra corrupção, e por consequência do próprio ato de corromper, não ficou imune às transformações ocorridas na sociedade" (SILVA, 2022, p.1). Desse modo em nossa interpretação, o envolvimento de agentes da Coroa na prática direta ou a conivência com a atividade de contrabando, descaminhos e outras ilegalidade acabara por ferir a ideia de limpeza de mãos que deveria conduzir todos os agentes que desempenhavam suas funções na colônia.

Analisando o período em que foi discutida e implementada a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba procurei mostrar como as medidas tomadas em Portugal encontravam obstáculos para serem implementadas, mesmo com o empenho desses agentes enviados pelo marquês de Pombal.

Com a morte de D. João V e a ascensão de D. José I, Portugal começaria a se afastar gradualmente da imagem de país retrógrado, obscuro perante o resto do continente europeu, iniciando um processo de modernização em direção às luzes do iluminismo. Segundo Kenneth Maxwell, "as relíquias multifárias e o canto eclesiástico que simbolizava o rito de passagem do moribundo Roi Soleil" (MAXWELL,1985, p. 21) português colocaria fim a um ciclo, ondde Portugal era visto no resto do continente como símbolo de uma triste imagem (MAXWELL, 1996, p.17).

Naquele período, caso fosse necessário exemplificar o estereótipo de superstição e atraso, Portugal era o exemplo perfeito. Durante o reinado de D. João V era praticamente impossível dissociar o monarca e o próprio país da Igreja católica, dada a imbricação entre ambos. É nesse cenário que D. José I e Carvalho e Melo buscaram através de suas políticas corporificar o Iluminismo, alterando essa realidade. Porém, no crescente processo de transformações, algumas práticas ainda seriam preservadas.

Enquanto herança do reinado joanino, permaneceria o aumento do protagonismo e a posterior hegemonia das secretarias de Estado como instâncias de decisão e proponentes de políticas para o reino, superando o poder dos conselhos de outrora. Para ocupar as secretarias, foram recrutados por Carvalho e Melo quadros experientes da chancelaria, pois no entendimento do novo rei e de seu ministro, ao terem transitado por outros estados que já haviam passado por processos de renovação política e social, os recém nomeados secretários poderiam contribuir na difusão e realização das mudanças pretendidas.

Em contrapartida, foi restabelecido o Conselho de Estado. Ali, esses novos secretários dividiram espaço com fidalgos e membros do alto clero português (SANTOS,

2013, p. 04). Desse modo, se buscava o equilíbrio para a concretização das reformas sem causar uma abrupta ruptura.

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, a capitania de Pernambuco também atravessava seu próprio eclipse. Apesar da vocação exportadora existente desde meados do século XVI, naquele momento a região enfrentava as consequências da crise da economia açucareira. José Ribeiro Júnior em seu pioneiro estudo sobre a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba afirma que, "tendo absorvido o conhecimento técnico e organizacional da produção do açúcar, os batavos quebraram o monopólio de quase um século que os próprios haviam contribuído para instalar e manter na colônia portuguesa" (RIBEIRO JUNIOR, 2004, p.61).

Ribeiro Junior ainda apresenta como hipótese para o declínio da economia nordestina no período, o deslocamento de capital e mão de obra para outras regiões da colônia. Apesar do declínio econômico perceptível, a persistência de muitas fazendas, engenhos e a cultura do tabaco permaneciam como atividades de alta rentabilidade no período. Sem figurar entre as capitanias mais prósperas, Pernambuco entrou na década de 1750 com seu principal produto de exportação em visível declínio.

A capitania estava marcada pelo conflito entre os interesses dos proprietários olindenses – senhores de engenho e proprietários de escravos – e os comerciantes de Recife. Olinda, enquanto símbolo da colonização portuguesa, ao mesmo tempo em que exerceu papel pioneiro na sociedade colonial, teve como marca de sua trajetória "uma história de gradativa e constante perda territorial e de importância política" (BERNARDES, 2006,p.29-35). Denis Bernardes aponta que nenhuma vila pernambucana, “possuía estrutura urbana semelhante e, na Colônia, apenas Salvador, sede do governo-geral e do bispado poderia comparar-se com Olinda" (BERNARDES, 2006, p.30). A invasão holandesa causaria enormes prejuízos a Olinda, com diversas edificações incendiadas ou demolidas, mesmo após o processo de reconstrução iniciada com a expulsão dos invasores a cidade seguiria sendo vista como uma pálida sombra do que fora outrora.

O Recife viveu o oposto do processo experimentado em Olinda. A decisão de transformar a antiga freguesia em vila em 1709, representou, além do fortalecimento dos homens de comércio, o enfraquecimento dos até então conhecidos como nobres da terra, os senhores de engenho, e a perda do núcleo portuário até então sob a jurisdição olindense: "contrastando com o aspecto de cidade quase fantasma e decadente que era Olinda, Recife se apresenta como uma vila cheia de dinamismo e em franca expansão" (BERNARDES, 2006, p.59).

Cabe ressaltar que outros autores, como Júnia Ferreira Furtado enxergam na promoção de Recife a vila como um ponto de acirramento entre os senhores de engenho olindenses e o crescente grupo de comerciantes recifenses. Assim, o dinamismo recifense se mostraria como cenário ideal para as reformas pombalinas, como observado no governo de Luís Diogo Lobo da Silva e na decisão de criar a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba.

As transformações empreendidas por Carvalho e Melo no período podem ser encaradas como um momento de mudanças marcado pela ausência de rupturas, fazendo desse processo um "movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, o que conduz a uma modificação das estruturas, seguida por novas pressões de baixo" (THOMPSON,2001, p.203). As pressões podem ser notadas, por exemplo, na permanência do Conselho de Estado em Portugal, ou na maleabilidade de alguns governadores coloniais na aplicação das diretrizes pombalinas que acabaram culminando na persistência do contrabando e da defesa de interesses escusos por parte dos agentes locais mesmo com restrições cada vez mais severas.

Pode-se afirmar que, mesmo passando por significativas alterações, a lei e o direito continuavam sendo uma "mediação específica, não um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante" (THOMPSON, 2001, p.211). Em direção semelhante, Stuart Schwartz afirma que, apesar de não representar em certas situações os interesses dos grupos dominantes na colônia, o aparato estatal poderia refletir do outro lado do Atlântico as tensões e conflitos que ocorriam na metrópole. Essas transformações políticas e econômicas e "as alterações nas alianças sociais precisaram bater-se contra a inércia, tradição e os interesses entrincheirados" (SCHWARTZ, 1988, p. 220), fazendo o período colonial ficar marcado mais pela persistência que por mudanças.

A própria ideia de modernidade concebida no período ajuda a compreender como esse processo de transformações ocorreram sem rupturas traumáticas, seja na metrópole ou na colônia. O dicionário de Bluteau define modernidade como "coisa dessa era", como "qualquer coisa novamente inventada" (BLUTEAU, 529). Em outras palavras, para ser moderno, era preciso reinventar o antigo. Foi o que ocorreu na "ruptura" do programa e modo de governar joanino e na construção do programa josefino, que carregando um imenso simbolismo de transformação, não rompeu com algumas formas já estabelecidas.

No bojo dessas mudanças era fundamental ordenar o funcionamento das instâncias que representavam a Coroa na colônia, coibindo diversos abusos. Na América portuguesa, tornara-se prática comum a revenda com grande lucro de cargos na Fazenda e Justiça arrematados em Portugal, e "moralizar os cargos públicos foi um matéria que exigiu a mais

rigorosa atitude da Coroa" (RIBEIRO JÚNIOR, 2004, p.43). A maior regulação dos cargos públicos, somadas à instalação de um sistema arrecadador severo - Charles R. Boxer chegaria a afirmar que o contrabando deu à Coroa portuguesa sua maior dor de cabeça fiscal no século XVIII (BOXER, 1981,p.320), podem ser vistas como pedras basilares da política pombalina para a Colônia.

Esse dinamismo pode ser observado também na conduta dos governadores, que na maioria dos casos procuraram lidar com as elites locais de forma prudente, ao mesmo tempo em que buscavam cumprir as ordens vindas de Portugal. Caso não fosse possível, buscavam negociar condições com esses grupos locais para forjar o consenso em torno de tais medidas. Um exemplo de governador que ao mesmo tempo em que seguiu as diretrizes do programa pombalino buscou forjar alianças com os grupos locais, foi Luís Diogo Lobo da Silva, que governou a capitania de Pernambuco entre 1756 e 1763, quando foi transferido para Minas Gerais, onde permaneceu até 1768.

Lobo da Silva nas palavras de Laura de Mello e Souza, foi um governador, "afinado com a política pombalina, que, com empenho, procurou implementar nas duas gestões que lhe couberam" (SOUZA, 2006, p.329) as diretrizes vindas da Corte. Em um cenário onde "reclamar dos governadores parece ter sido mais a regra do que a exceção entre os vassalos das conquistas ultramarinas" (ROMEIRO, 2017, p.176) o governador aparece como exceção.

Seja no período em que governou Pernambuco, onde lidou com uma aristocracia decadente e com comerciantes em franca ascensão, ou em Minas Gerais, onde uma "sociedade nova e de cunho arrivista começava a sedimentar-se" (SOUZA, 2006, p.329) não há registro de queixas a respeito de desvios cometidos pelo governador. Ao que parece, Luís Diogo procurou seguir de forma exata as instruções de Pombal, adotando "prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar" (MAXWELL, 1985. p. 233) a implementação das reformas postas.

O único conflito substancial enfrentado por Lobo da Silva durante sua estadia em Pernambuco foi uma longa demanda com o ouvidor da capitania da Paraíba, João Rodrigues Colaço, que será abordada adiante. Logo no início de sua administração, Lobo da Silva tomou medidas impopulares para viabilizar as reformas, causando assim conflitos com funcionários já estabelecidos na região, como o ouvidor geral de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama, que nas palavras do governador, "apesar de ser sindicante e ouvidor, era, na verdade especialíssimo amigo daqueles que deveria fiscalizar" (SOUZA, 2006, p.329).

Além da preocupação com as reformas administrativas, a revitalização da economia era preocupação central do governador, como pode ser observado em ofício enviado para Carvalho e Melo, onde além de aparecer a possibilidade da instalação de uma companhia de exploração, o governador ressalta a necessidade do fornecimento de trabalhadores africanos para incrementar o desenvolvimento do interior.

A preocupação do governador com a prosperidade da região é algo constante na documentação consultada. Segundo Lobo da Silva, para o pleno desenvolvimento da região seria necessário dinamizar a produtividade dos engenhos e estimular o comércio. Assim, o governador parecia buscar atender os interesses dos senhores de engenho olindenses e dos comerciantes de Recife. No momento em que os "engenhos e seus senhores se encontravam em estado de ruína", assim como "os comerciantes da praça", a criação da companhia de comércio mais uma vez foi apresentada como fundamental. Segundo o governador, os comerciantes imploravam pela criação da companhia.

O combate ao contrabando, visto como fator que prejudicava os comerciantes estabelecidos e a própria Coroa, era motivo de preocupação para o governador que encontrava dificuldade para reprimir a atividade que ocorria com desenvoltura na região da vila de Goiana e em Itamaracá, tal preocupação seria o ponto central de ofício enviado por Lobo da Silva para Carvalho e Melo. Posteriormente, com a criação da Companhia de Comércio, Goiana seguiria como importante rota para o contrabando de mercadorias e escravizados na região.

O governo de Lobo da Silva durou sete anos, ou seja, o dobro do período costumeiro dos governadores no período, que duravam de três a quatro anos" (SOUZA, 2006, p.331). Além do empenho nos fatos citados, o governador procurou "equipar e revitalizar as fortalezas de Pernambuco e das capitanias subalternas, aperfeiçoou o sistema de remessa de madeiras para o reino e interferiu na arqueação dos navios que faziam o tráfico entre Angola e Pernambuco" (SOUZA,2006, p.331).

A falta de cuidado e a desobediência dos contratadores que superlotam os navios em Angola, burlando a fiscalização, prejudicava o comércio, pois além do risco da perda de escravizados que corriam o risco de não resistir à travessia atlântica devido à lotação, havia a possibilidade do desvio do excedente para a vila de Goiana.

Apesar do empenho de Lobo da Silva e dos demais governadores que assumiram o posto em Pernambuco e da própria Coroa em coibir a prática do contrabando, ficaria atestado o fracasso da política colonial nessa questão. Para Boxer, “os numerosos e repetidos decretos ameaçando terríveis punições contra os traficantes e contrabandistas, promulgadas pelo império português atestam a ineficácia de tais medidas (BOXER, 1981,

p.321). A raiz do insucesso dessas medidas pode ser apontada na construção do sistema administrativo pombalino. Tal sistema envolveu, nas palavras de Maxwell, uma gama diversificada de sujeitos "raiando o desvario". Comerciantes, homens de negócios e magnatas locais foram atraídos para as diversas seções administrativas, tornando-os funcionários fiscalizadores que atuavam em muitos casos na defesa de interesses próprios (MAXWELL, 1985, p.87).

Esse descompasso entre atuar em defesa dos interesses da Coroa ou em interesse próprio seria o pano de fundo da demanda entre Lobo da Silva e o ouvidor Colaço. Em ofício dirigido a Carvalho e Melo em 1759, o governador denunciava a intervenção do ouvidor em sua jurisdição ao permitir, por meio de falsas permissões, a intromissão de vereadores da vila de Natal nos negócios das vilas recém-criadas.

Além disso, o ouvidor também cobrava de forma ilegal impostos e outros serviços da justiça. Após o envio deste ofício, Lobo da Silva reforçaria a Carvalho e Melo e ao secretário de estado Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado as queixas contra Colaço, relatando inclusive a continuação dos conflitos com o ouvidor. A demora na tomada de medidas contra Colaço, além de acirrar os conflitos com o governador, parece ter aumentado a sensação de impunidade, pois, cada vez mais, o ouvidor parecia empenhado em deslegitimar a autoridade de Lobo da Silva. Atitudes como interferir na punição de indivíduos condenados após devassa e a interferência em medidas tomadas pelo governo local no controle de distúrbio na vila de Goiana atestam o crescente poder do ouvidor.

A situação começaria a mudar quando Colaço passou a enfrentar o poder central, como no caso em que se colocou publicamente contra o Diretório dos Índios, inclusive praticando atos violentos e reforçando calúnias acerca das ordens e dos ministros do Reino. Nesse momento, o ouvidor parece ter ultrapassado as fronteiras do tolerável, e quatro anos após as primeiras queixas de Lobo da Silva, foi instalado o processo de devassa.

A devassa contra Colaço foi concluída em maio de 1764, com o sequestro de todos os bens e sua destituição do cargo de ouvidor. Nesse momento Lobo da Silva ocupava a cadeira de governador de Minas Gerais, assumindo o governo de Pernambuco em sua substituição Antônio de Sousa Manoel de Meneses. O embate entre o governador Lobo da Silva e o ouvidor da capitania subalterna da Paraíba existiu durante boa parte de seu governo, sendo resolvido apenas na administração de seu sucessor e quando o mesmo passa a enfrentar além do governador o poder central.

A proteção dada a Colaço no primeiro momento pode ser resultado da constituição da sua rede de sociabilidade, forjada em Pernambuco e no próprio reino. De acordo com a documentação consultada, em 1728 João Rodrigues Colaço já ocupava o cargo de juiz de

fora da capitania de Pernambuco, sendo promovido em 1754 a provedor da Fazenda Real. Por fim, em 1759, quando foi nomeado ouvidor da Paraíba, acumulou por alguns meses o cargo de corregedor da vila de Goiana, importante ponto para o contrabando de mercadorias e pessoas.

Além das redes constituídas na capitania de Pernambuco é provável que Rodrigues Colaço tivesse contatos também em Portugal, pois o mesmo havia exercido o cargo de juiz de fora em Sesimbra, como atesta ofício em que o então juiz pede contagem do tempo de serviço referente a esse período.

Segundo Boxer, "uma vez que a Coroa não conseguia pagar salários adequados, os seus funcionários no ultramar estavam, de forma expressa ou tácita, autorizados a negociar por conta própria" (BOXER, 1981, p.307). Isso levava os funcionários a buscarem aumentar seus rendimentos, o que resultava geralmente em atividades ilícitas, incluindo aí o contrabando. De acordo com a historiadora Adriana Romeiro, negociar produtos oriundos de navios que atracavam na costa era "tanto uma grave infração do monopólio quanto um dos meios mais lucrativos para se apropriar de bens ilícitos" (ROMEIRO, 2017, p.187-188).

Esses agentes, oriundos em grande parte da nobreza portuguesa, quando deslocados para a colônia, acabavam entrando em conflito com funcionários reinóis ou locais já estabelecidos na região, o que ocorreu no conflito entre Lobo da Silva e Rodrigues Colaço. Para Romeiro, "diante das ameaças à própria autoridade, os oficiais se articulavam para repelir medidas que limitassem os seus poderes e privilégios"; nesse embate dos funcionários estabelecidos com o poder central, as "sólidas redes relacionais" constituídas seriam fundamentais nessa nova realidade (ROMEIRO, 2017, p.51).

O conflito entre Lobo da Silva e Rodrigues Colaço representava mais que uma mera contenda entre dois agentes públicos. A disputa marcava o conflito entre as práticas e costumes já estabelecidos na colônia e as novas diretrizes traçadas por Carvalho e Melo, que não escapava de suas próprias contradições. No período anterior, em que era comum os próprios governadores se utilizarem do cargo para acumular fortuna, inclusive, "a prática do contrabando era, sem dúvida, umas das acusações mais comuns contra governadores" (ROMEIRO, 2017, p.187-188) os possíveis atritos eram menores, pois os interesses escusos eram convergentes.

Com a adoção de novas diretrizes, como a nomeação desses governadores não só afinados ao novo programa, mas também ao primeiro-ministro e o aumento dos vencimentos e benesses posteriores a saída do cargo, os desvios e por consequência a tolerância com infrações cometidas por outros agentes passa a não ser mais interessante, daí o acirramento dessas tensões.

Frente a esse cenário conturbado, o combate aos desvios e especialmente ao contrabando foi a tônica dos governadores de Pernambuco durante o período pombalino. Porém, em uma região onde parte da elite local estava intimamente ligada à atividade, inclusive advindo daí sua riqueza, a tarefa se tornaria inglória. Ações anteriores, como a desencadeada contra o contrabando de tabaco, já haviam se mostrado ineficazes, pois, apesar da atuação incisiva do governador, os negociantes passaram a utilizar como argumento as licenças régias que permitiam a partida de navios rumo ao continente africano sem passar pela fiscalização da Junta do Tabaco no porto de Recife (FERREIRA,2010, p.218).

Em outra situação, o então governador queixava-se a respeito do contrabando de escravizados na capitania de Itamaracá. Segundo o mesmo, navios que partiam da costa da África rumo a Recife atracavam antes em Itamaracá, onde desembarcavam cargas e africanos escravizados que seguiam por terra até Pernambuco sem pagar os impostos que deveriam ser recolhidos (DIAS, 2017, p.43).

Segundo o governador, ao "tolerar essas desordens, se seguem perniciosas consequências", entre as quais, a constituição de uma elite local baseada nos rendimentos resultante de tais ilegalidades, que somadas à estreita ligação com agentes da Coroa, se tornaram um obstáculo a ser enfrentado pelos administradores pombalinos. A ciência da realidade pernambucana por parte de Lobo da Silva pode ser a chave para a defesa, por parte do governador, da criação de uma companhia de comércio na região nos moldes daquela criada no Grão-Pará e Maranhão.

Para António Carreira, não havia como dissociar a criação das companhias de comércio da tentativa da Coroa de combater "as fraudes, roubalheiras e todo um conjunto de atos irregulares praticados por contratadores, traficantes de ocasião e lançados com a conivência ou não dos agentes régios" (CARREIRA, 1988, p.49) nas colônias. Ainda segundo o autor, com a abolição da escravidão indígena e a crescente demanda por escravizados africanos, era crucial para Portugal combater essas irregularidades em suas colônias; assim, a criação de tais companhias também serviria como forma de controlar a expansão do tráfico.

Por meio de um cálculo engenhoso, ao incentivar o comércio da companhia com Angola e reaquecer a antiga relação comercial da capitania com a Costa da Mina, Carvalho e Melo buscava, no cenário externo, arrefecer o avanço dos negócios holandeses e ingleses na região, e, no contexto interno, limitar a liberdade no comércio de escravizados exercidos por comerciantes de Salvador e Recife (CARREIRA,1983, p.120-122). A princípio, o plano traçado por Carvalho e Melo parecia lograr êxito.

Basta recordar as informações do governador Lobo da Silva acerca do interesse e ânimo dos comerciantes recifenses quanto à criação da companhia. Mas, a partir da sua criação e consolidação, os conflitos começaram a emergir. As primeiras reações vieram de comerciantes varejistas livres que não estavam ligados à companhia de comércio. Em reação, o governador "respondeu com ameaça de castigo a exemplo do Porto" (RIBEIRO JUNIOR,2004, p.109)[2]. Além desses varejistas livres, muitos comerciantes lisboetas também não viram com bons olhos a atuação da empresa monopolista, principalmente os comissários volantes que, segundo Boxer, seriam mais prejudicados em suas atividades que os mercadores ingleses (BOXER, 1981, p.183).

Em ofícios enviados para Carvalho e Melo e Mendonça Furtado no início de 1761, mais uma vez Lobo da Silva mostrava que alguns comerciantes continuavam resistindo à atuação da companhia. Todavia, naquele momento isso se somava às queixas dos senhores de engenho, que viam a empresa com desconfiança renovada, devido à falta de assistência da companhia para com os mesmos. Diante de tal situação, o governador apontou duas alternativas para lidar com a situação: tomar medidas enérgicas contra os opositores, ou fazer a Coroa adotar estratégias para que esses comerciantes adquirissem cotas da companhia. Com isso, além de evitar a adoção de medidas repressivas, a companhia seria capitalizada, e os comerciantes arrefeceriam sua oposição, pois seus interesses estariam em jogo.

Outra medida adotada pela Coroa para capitalizar as companhias de comércio e ao mesmo tempo diminuir o descontentamento com elas foi a possibilidade de ascensão social através da compra de ações. Ao comprar mais de dez ações da empresa, era dado ao acionista automaticamente o estatuto de nobilitação, possibilitando a ascensão do sócio. Como em outras situações, o poderoso primeiro-ministro, com a aplicação de tal medida, consegue atender interesses estabelecidos nos dois lados do Atlântico.

Boxer apresenta como exemplo o caso de Inácio Pedro Quintela, conselheiro e amigo do primeiro-ministro, além de "ligado pelo casamento e por laços de negócios com outros protegidos de Pombal" (BOXER, 1981, p.318). Foi diretor das companhias de comércio de Pernambuco e Paraíba e do Grão-Pará e Maranhão, adjudicatário, ou seja, aquele que detinha o direito dos monopólios do tabaco, pesca de baleia e de vários arrendamentos de impostos na colônia. Para o autor a introdução desses comerciantes na nobreza trouxe para a burguesia portuguesa uma "sociabilidade e delicadeza até então

[2] Sobre os acontecimentos ocorridos no Porto a que se refere Lobo da Silva, Boxer explica que foi um protesto "turbulento contra a Companhia do Vinho do Douro, os manifestantes foram punidos com uma severidade selvagem, tendo dezessete sido executados". (BOXER, 1981, p.184).

inexistente, o que colocava a nação no mesmo nível dos países mais educados da Europa" (BOXER, 1981, p.318).

Exageros à parte, com esses novos atores sociais Carvalho e Melo logrou algum êxito na transformação da sociedade portuguesa, que começava a deixar para trás as tradições forjadas até o reinado de D. João V. Além do crescente descontentamento da população local com a empresa monopolista, que aumentava de acordo com o desenvolvimento da mesma, os governadores de Pernambuco tiveram que lidar com o contrabando, que fora no período em discussão o grande concorrente da companhia monopolista. Apesar das inúmeras instruções provenientes de Lisboa exigindo a aplicação das leis, os governadores pouco conseguiam fazer para combater a prática.

A rentabilidade da mesma é observada em situações nas quais os próprios acionistas da companhia e seus familiares passaram a atuar na atividade ilegal. Em ofício enviado a Mendonça Furtado, o governador Lobo da Silva vislumbrou a possibilidade de maior sucesso na missão de conter o contrabando na região, pois somadas às medidas tomadas pela Provedoria e pela Conservatória em não impor embargos a decisões relativas à questão, a repressão seria mais dinâmica. O otimismo do governador não corresponderia à realidade: com o envolvimento dos próprios acionistas da companhia e o crescente descontentamento da população com os preços praticados, o contrabando seria mantido como uma atividade constante na capitania.

Lidar com a questão do contrabando, no primeiro momento pode parecer um trabalho inglório para o historiador, devido principalmente a carência de fontes, já que a própria atividade apresentava um caráter "esquivo" (DIAS, 2014, p. 200) e os infratores não preservaram documentação que pudesse incriminá-los no futuro. Porém, é preciso lembrar que não há crime perfeito, logo o tráfico ilegal foi objeto de ampla repressão deixando indícios importantes (RODRIGUES, 2022), como a documentação produzida pelos governadores e agentes responsáveis pela fiscalização, assim como as devassas abertas contra aqueles que praticavam o ilícito, possibilitando a identificação desses sujeitos.

Em ofício enviado para o provedor e deputados da companhia de comércio, além da defesa da importância do empreendimento comercial, surgem denúncias anônimas de contrabando promovido pelo alferes João de Santa Ana e pelo comerciante Manoel Rodrigues Lamenha. O primeiro, servindo em Pernambuco, além do contrabandista, foi apontado como um sujeito que tinha o hábito de roubar em jogos e ser violento, porém nada lhe acontecia por ser "criado do governador". O segundo, apesar de ser comerciante na vila de Alagoas, era um conhecido contrabandista de fazendas em toda a região, protegido por possuir ligações locais com o juiz daquela comarca.

Desse modo, a partir da documentação citada, percebe-se que pessoas das mais diversas origens e ocupações estavam envolvidas com o contrabando, apesar da existência da companhia de comércio e do discurso que buscava condenar tais práticas. Ao defender a criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba, Carvalho e Melo buscava estimular em primeiro lugar o desenvolvimento local. Em Pernambuco, era esperado "o progresso dos engenhos de açúcar dentro da região de seu monopólio" (MAXWELL, 1985, p.61), fato que revitalizou a economia da região.

Por outro lado, "a insistência governamental na introdução de um grande número de escravos africanos coincidia com objetivos imperiais mais amplos" (MAXWELL, 1985, p.61), pois intensificar o comércio com Angola, assegurando o monopólio de escravizados para a região (KLEIN; LUNA, 2010, p.68-69), além de assegurar o domínio da região e combatendo possíveis invasores, os lucros gerados para a coroa passam a ser consideráveis.

A relação comercial entre Angola e Pernambuco remonta à época duartina. Já no século XVII, a importância dos trabalhadores africanos para a região é ressaltada pelo padre Antônio Vieira, quando o mesmo diz que: "sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros" (RIBEIRO JUNIOR, 2004, p.125). No momento de criação da empresa monopolista, esse comércio passava por um período de baixa. No entanto, quando são observados os dados relativos ao fluxo de escravizados, observa-se que os números relativos ao tráfico apresentam estabilidade, acompanhando a dinâmica geral da colônia, pois a redução no período seguinte estaria ligada à redução da demanda por mão de obra nas áreas de mineração.

Segundo Ribeiro Júnior, entre 1742 e 1760 desembarcaram no porto de Recife 50.871 escravizados, sendo 34.383 vindos de Angola e 16.488 originários da Costa da Mina. Durante o período de atuação da Companhia 41.324 concluíram a travessia atlântica, desse total 35.723 eram provenientes de Angola e apenas 5.601 oriundos da Costa da Mina (RIBEIRO JÚNIOR, 2004, p.130-131)[3].

Ao confrontar os números apresentados por Ribeiro Júnior com informações levantadas por outros autores, observa-se uma disparidade nos dados para mais ou para menos. Em sua obra clássica, António Carreira aponta o desembarque no período de monopólio da Companhia de 54.575 escravizados, sendo 45.079 provenientes de Angola e 9.496 vindos da Costa da Mina (CARREIRA, 1983, p.231-232). Em trabalhos mais recentes,

[3] Na quantificação referente ao período da companhia Ribeiro Júnior contabiliza duas viagens diretamente para o Rio de Janeiro, que transportaram respectivamente 30 escravizados de Angola e 464 cativos de Benguela.

a partir do exame das certidões da Alfândega do Recife, Érika Dias demonstra que, no período entre 1742 e 1759, desembarcaram em Pernambuco 54.161 escravizados, 35.231 dos quais provenientes de Angola e 18.930 da Costa da Mina. Já no período de atividade da companhia de comércio, foram desembarcados 37.806 africanos no porto pernambucano. Para esse período, a autora não contabilizou separadamente os escravizados originários de Angola e da Costa da Mina (DIAS, 2014, p.349).

Por fim, ao consultar o *Transatlantic Slave Trade Database*, observamos que no período de comércio livre, desembarcaram em Pernambuco 55.738 escravizados; já durante o monopólio da companhia é perceptível uma pequena queda, totalizando 47.235 africanos que concluíram a dolorosa travessia atlântica. Ao confrontar os dados, vê-se uma clara discrepância nas informações referentes ao período de monopólio. A diferença chega a quase 17 mil escravizados desembarcados quando comparados os dados apresentados por Dias e Carreira.

Quando são analisadas as informações referentes ao período de livre comércio, a oscilação pode ser considerada tolerável, apesar da diferença nos dados de Ribeiro Júnior. Cabe ressaltar que os dados relativos ao número de escravizados desembarcados nos portos brasileiros ainda é tema de intenso debate[4]. No caso em questão, alguns fatores contribuem para a discrepância apontada. O primeiro é o espaço temporal que separa os trabalhos: enquanto o livro de Ribeiro Júnior teve sua primeira edição no final da década de 1970, o TSTD recebe constantes revisões e atualizações. O segundo fator diz respeito à fonte das informações para a obtenção de dados. Ribeiro Júnior utilizou documentação proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças em Lisboa; por sua vez, Carreira recorreu às fontes do Arquivo de Angola, enquanto Érika Dias valeu-se das certidões da Alfândega do Recife.

Apesar das divergências nos números, é perceptível como Angola, antes mesmo da constituição da companhia de comércio, aparecia como principal fornecedor de escravizados para Pernambuco. Com a constituição da empresa monopolista, a capitania passaria a exercer com primazia o comércio de escravizados em Angola em detrimento a Salvador e Rio de Janeiro (FERREIRA,2012). Essa primazia acabaria sendo uma das razões para o estímulo do contrabando de escravizados na capitania, pois apesar das medidas tomadas para garantir que os trabalhadores trazidos do continente africano abastecessem a área do monopólio, muitos deles eram vendidos para outras regiões.

---

[4] Para mais informações ver: SOARES, Mariza de Carvalho. **O comércio português/brasileiro de escravos no Transatlantic Slave Trade Database**. In: **Almanack**, n. 22, ago. 2019.

Praticamente desde as primeiras viagens, a companhia mandava escravizados para o Rio de Janeiro, de onde eram vendidos para a região das minas por preços superiores àqueles que poderiam ser alcançados no comércio de Pernambuco. Mesmo com a queda da demanda por mão de obra na mineração, o fluxo de comércio desses escravizados desviados para o Rio de Janeiro prosseguiu, passando a ser enviados para a América espanhola através de rotas para a bacia do Prata.

Ribeiro Júnior aponta a contradição contida na proteção aos compradores pernambucanos. Segundo o autor, a própria determinação real feita para a empresa monopolista esclarecia que “não se deve descuidar do Rio de Janeiro sempre que V. M. tenha averiguado sua utilidade”. Assim, apesar da primazia dada aos pernambucanos na compra dos escravizados, o comércio com o Rio de Janeiro passou a ser autorizado em 1763, criando uma situação em que esses homens e mulheres passam a ser enviados para aquela capitania.

Cabe esclarecer que o deslocamento desses escravizados para o Rio de Janeiro apesar do protesto dos compradores de Pernambuco, era uma prática consentida e estimulada pela própria Coroa, ou seja, não configurava de forma direta uma atividade ilegal, no entanto tal prática acabava abastecendo o contrabando de africanos para os domínios espanhóis através de rotas rumo ao sul da colônia.

Outra forma utilizada pelos acionistas da Companhia para burlar a primazia dos compradores pernambucanos foi alegar que, ao ficarem por tempo prolongado em Recife aguardando a compra, esses homens e mulheres davam prejuízos à empresa, por isso pediam autorização para enviar a outras praças aqueles que figuravam excedentes do estoque. Com essa decisão, a junta da companhia de comércio "toma a resolução de enviar para a capital da colônia alguns dos melhores escravos que eram comprados por preços superiores àquele que poderia ser alcançado em Pernambuco" (RIBEIRO JUNIOR, 2004, p.129).

Tal decisão viria a gerar protestos do governador José César Meneses, que administrou a capitania entre 1774 e 1787. Para ele, em Pernambuco era preciso adquirir por volta de dez escravos ruins para fazer o serviço de oito, tornando mais caro a mão de obra na capitania servida pela sociedade mercantil, então detentora do privilégio. Ao privilegiar o comércio desses escravizados com outras regiões, o descontentamento dos proprietários de terras com a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba começou a aumentar. O acirramento dos ânimos iria convergir com a posição de membros da elite local que não detinham ações da empresa monopolista, e que antes da constituição da

mesma, negociavam mão de obra escrava com capitanias próximas. Desse modo a convergência de descontentamentos viria impulsionar o contrabando na região.

Segundo Dias, comerciantes locais "enviavam seus barcos ao Rio de Janeiro com carne para vender, e com o lucro compravam fazendas que introduziram nos portos do sertão da capitania" (DIAS, 2014, p.206). Para escoar esse contrabando, foram criadas rotas alternativas àquelas que passavam por maior controle das autoridades. Assim, vilas próximas ao Recife, como Porto Calvo, passaram a receber pequenas embarcações com mercadorias contrabandeadas e escravizados que abasteceriam os engenhos da região. Em ofício enviado pelo então governador, conde de Povolide para Carvalho e Melo, é relatada a existência de uma rota que partia do sul do Recife e alcançava o Rio São Francisco, onde era possível passar para Alagoas, Sergipe e Bahia.

Todavia, o crescente envolvimento de setores da elite local e até mesmo de acionistas da companhia de comércio e seus familiares tornaria a missão cada vez mais complexa. Em ofício enviado pelo governador José César Meneses ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador presta contas a respeito do cumprimento de ordens para seguir na repressão ao contrabando.

Meneses afirmou que, apesar da dificuldade, procurou executar e cumprir tais ordens com desvelo, principalmente no que dizia respeito às embarcações vindas da Bahia, as quais não sofriam na origem a devida fiscalização, apesar de seus reiterados apelos ao governador daquela capitania. Ainda na correspondência, o governador informa a Melo e Castro ter prevenido deputados da companhia monopolista sobre o recebimento de informações de que alguns dos eleitos estariam se aproveitando do cargo para fazer contrabando dos mais variados gêneros para o porto da Bahia, e para “outros do continente da América”, o que denota o poder desses comerciantes e o volume contrabandeado.

A repressão ao comércio ilegal foi algo constante no período. Mas a desconfiança da participação de membros da Companhia na atividade ilícita apareceria já na administração de Lobo da Silva, para quem era nítida a participação da direção da empresa monopolista nos contrabandos. Para Ribeiro Júnior, “tudo comprova a participação dos deputados da direção da Companhia no contrabando" (RIBEIRO JUNIOR, 2004, p.186). Já na fase de liquidação da empresa era notória a insatisfação da Junta com os deputados, que nada faziam para ressarcir os prejuízos advindos do contrabando.

Para o governador, a falta de renovação do quadro dirigente da companhia facilitaria a corrupção, pois "a permanência continuada dos mesmos indivíduos na administração, propiciava aos mesmos o domínio dos mecanismos de funcionamento, promovendo seus interesses pessoais em detrimento aos da companhia" (RIBEIRO JUNIOR, 2004, p.187).

Apesar da frequente apreensão de gêneros oriundos do contrabando, a fiscalização continuava se mostrando ineficiente. O envolvimento desses agentes no comércio clandestino impedia que os mesmos tivessem real comprometimento com as medidas destinadas a impedir a prática. Diante de tal situação, os governadores, comprometidos com a aplicação das instruções pombalinas adotavam medidas alternativas, como a tomada pelo governador José César Meneses, que decidiu formar tropas pagas para fiscalizar as veredas e caminhos, apreendendo mercadorias e capturando escravizados que passavam por essas rotas onde ocorria o contrabando.

Por sua vez, em 1769, o governador Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo, conde de Povolide, após enfrentar obstáculos no combate ao comércio ilegal e antevendo dificuldade no cumprimento de ordens vindas de Portugal, enviou ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, Mendonça Furtado, informando sobre a falta de interesse das autoridades locais, especialmente do ouvidor local, em tirar devassas, prender embarcações e efetuar a prisão de pessoas envolvidas no comércio clandestino.

Para Dias, "a posição usufruída por aqueles que compunham a direção da Companhia e por seus parentes possibilita a formulação de estratégias para o aumento da riqueza pessoal" (DIAS, 2014, p.205-207). Nesse cenário, atuar no contrabando foi a principal estratégia criada por essas pessoas. Além da posição privilegiada desses deputados-contrabandistas, outros fatores, como o crescente descontentamento da população local com as práticas da companhia, contribuíram para a permanência do contrabando na capitania, mesmo com as sucessivas tentativas de reprimi-lo.

A conivência dos agentes públicos ocorrida por causa dos laços de parentesco ou por vantagens obtidas, aparecia como pedra angular da prática escusa. Um caso trazido por Érika Dias revela a organicidade dessas redes, o fato narrado tem como personagem central um comissário volante da Bahia, responsável por vultoso contrabando em Pernambuco e que tinha como principal sócio Francisco de Passos Viana, "irmão de três homens de negócio da praça do Recife: o capitão Luís Pereira Viana, o diretor da companhia, Luís de Faria Viana, e João Martins Viana, escrivão da Conservatória" (DIAS, 2014, p.207), instância responsável pelas demandas referentes à companhia.

A partir da análise da documentação referente à Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba[5], é perceptível a falta de empenho da Conservatória em questões referentes ao contrabando. Totalizando quase setecentos processos, é mínima a quantidade referente a essa prática criminosa. Por outro lado, as disputas em torno de questões como cobrança e penhora dos bens de inadimplentes com a empresa monopolista e demandas em torno de

[5] Consulta baseada em planilha gentilmente cedida pelo Prof. Dr. Jaime Rodrigues.

cotas das ações formam a parte substancial do conjunto documental, ao lado de crimes cometidos contra a Companhia. Constam no inventário da Conservatória da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba apenas seis processos referentes à prática do contrabando, dos quais dois terminaram com a absolvição dos implicados.

Em ambos os casos, os indivíduos livres de penalidades ocupavam os postos de capitães no território pernambucano. Em relação aos demais processos que resultaram na condenação dos réus, um condenado era despenseiro do navio em que ocorreu o delito; outro aparece sem qualificação no processo, constando apenas sua idade, 62 anos, e o local de nascimento, uma vila pernambucana. Por fim, o terceiro réu condenado em devassa tirada pela prática de contrabando era um comerciante português que fora preso, seguindo para Lisboa na embarcação Nossa Senhora do Rosário e São José contrabandeando rolos de tabaco em caixas de açúcar.

O último processo, também referente a contrabando ocorrido no navio Nossa Senhora do Rosário e São José, aparece como aquele em que o tribunal agiu com maior rigor, condenando o conjunto da tripulação. Foram condenados o capitão da embarcação, o contramestre, o piloto, um marinheiro e o despenseiro, além de José Rodrigues Caminha, guarda mor do porto de Recife. Segundo o juiz, seria impossível que, estando todos os implicados a bordo do navio, tamanho volume de contrabando fosse embarcado e desembarcado sem que todos estivessem cientes do fato em curso. Diz ainda o magistrado, que no momento do carregamento da embarcação, a tripulação acelerou a carga, apressando as medidas de fiscalização, fato atestado pelo escaler do Consulado.

Como hipótese para a penalidade exemplar sofrida pela tripulação, pode ser apontado a reincidência da prática delituosa na embarcação. Afinal, em processo anterior, já fora apreendida carga ilegal no mesmo navio. Outra possibilidade é a ausência de pessoas influentes na operação ilegal que levou à abertura da devassa, visto que o único implicado fora da tripulação foi o guarda mor do porto José Rodrigues Caminha.

Não foi possível verificar de forma substancial a ligação de funcionários da Conservatória com deputados da Companhia e com envolvidos na rede de contrabando; porém, o caso do escrivão João Martins Viana não foi o único. No caso citado por Dias, a rede de proteção constituída em torno do contrabandista através do seu sócio pernambucano mostra como a atividade era resguardada através do papel exercido por esses agentes públicos, que protegiam a operação ilegal de ponta a ponta.

A constituição dessas redes sociais não era algo exclusivo das classes dominantes na colônia, avançando para além dos interesses econômicos e mercantis. Caso interessante ocorrido em Pernambuco no período em questão foi a repercussão das leis

abolicionistas em Portugal, como a decretada por Pombal em 1773. Essa legislação, iniciada em 1761, com a proibição do envio de negros para a metrópole, representava mais um passo no programa de modernização portuguesa empreendida por Carvalho e Melo e ao mesmo tempo buscava "assegurar suprimento adequado de escravizados para a colônia" (SCHWARTZ, 2008 ,p.384). Segundo Ribeiro Júnior, tais medidas faziam "parte de um projeto que visava modernizar a economia e a sociedade portuguesa em termos de industrialização" (RIBEIRO JUNIOR, 2004, p.56), assim a escravidão acabaria se tornando incompatível com aquela sociedade pretendida, o que não ocorreria com a colônia.

Analisando o Alvará que restringiu o tráfico e a lei referente à libertação dos escravizados em Portugal, Jaime Rodrigues aponta que tais legislações foram objeto de análise de diversos historiadores do período pombalino. Segundo Rodrigues, "a interpretação mais comum, é a que diz que as leis pombalinas destinavam-se a garantir a fixação de mão de obra escrava no além-mar, onde era necessária" (RODRIGUES, 2013, p.150), ou seja, mais que buscar modernizar a sociedade portuguesa, tais medidas iam de encontro a necessidade de garantir mão de obra para suprir a demanda das colônias. Ainda de acordo com o autor, a "legislação apresentava ambiguidades conceituais que levavam anos para serem solucionadas, modificando-se conforme os jogos de pressões sobre a Coroa" (RODRIGUES, 2013, p.152), como pode ser percebido nas diversas interpretações feitas pelos proprietários reinóis buscando burlar tais medidas.

No entanto, a notícia do fato ocorrido em Portugal atravessou o oceano, chegando à capitania de Pernambuco, onde através de negros livres que imprimiram grande quantidade de cópias da lei, gerou um movimento que acabou rompendo o território pernambucano, alcançando o território da capitania subalterna da Paraíba. A difusão da lei nesses territórios levou os escravizados da região a acreditarem que estavam contemplados pela lei, passando assim a discutir de forma aberta a aplicabilidade do decreto no território colonial gerando "entre senhores e autoridades coloniais o temor em relação a 'conventículos' e 'conciliábulos' que pudessem resultar numa revolta" (SILVA, 2001, p.126), o que foi prontamente rechaçado pelas autoridades locais após ser formada uma junta local para deliberar sobre o caso.

De acordo com Luiz Geraldo da Silva "temia-se, a rigor, que entre os cativos e negros livres que discutiam abertamente o Alvará de 1773 houvesse 'alguns de gênios violentos', pois de escravos podia-se tudo esperar, sobretudo quando estes se achavam 'movidos da ambição de liberdade'"(SILVA, 2001, p.129). Para Schwartz, o fato ocorrido em Pernambuco e na Paraíba mostra que as "implicações das reformas pombalinas e dos eventos europeus não passaram despercebidas pelos escravos e forros" (SCHWARTZ,

1988, p.384). Tal fato ocorre porque os escravizados, "não ficaram indiferentes às ambiguidades nem estiveram ausentes dos jogos políticos", principalmente "quando se tratava de agir em benefício da própria liberdade" (RODRIGUES, 2013, p.152).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, se constata que a criação de redes de sociabilidade e comunicação forjada entre os mais diversos setores da sociedade metropolitana e colonial foram fundamentais na difusão do programa pombalino, seja para implementá-lo ou para combatê-lo. Carvalho e Melo conseguiu, durante seu ministério, realizar significativas transformações em Portugal e em suas colônias. Porém, um processo que buscou transformar uma sociedade com hábitos e tradições arraigadas sem rupturas concretas não daria corpo à totalidade do programa pretendido.

Ao mesmo tempo em que Pombal procurava esmagar de forma impiedosa seus opositores, colocava membros da elite metropolitana e colonial em cargos administrativos que conferiam poder e prestígio, ao lado de governadores de sua total confiança. Em Portugal, Pernambuco e demais territórios da colônia, a medida de Pombal representou o mesmo que colocar uma moenda velha em um engenho novo, ou seja, o ministro procurou construir novas estruturas mantendo as engrenagens gastas, o que resultou em uma construção nova que não funcionou à perfeição devido às estruturas antigas já fragilizadas.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 27/02/1757. AHU_CU_015, Cx. 82, D. 6879.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 09/05/1757. AHU_CU_015, Cx 83, D. 6913.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 18/05/1757. AHU_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 18/05/1757. AHU_CU_015, Cx. 84, D. 6948.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 14/01/1761. AHU_CU_015, Cx. 94, D. 7456.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 22/06/1759. AHU_CU_015, Cx. 91, D. 7288.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo, 12/08/1759. AHU_CU_015, Cx. 91, D. 7311.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier Mendonça de Furtado, 22/06/1760. AHU_CU_015, Cx. 93, D. 7417.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo (conde de Oeiras), 20/06/1760. AHU_CU_015, Cx. 93, D. 7416.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier Mendonça de Furtado, 05/12/1761. AHU_CU_015, Cx. 97, D. 7615.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier Mendonça de Furtado, 02/08/1762. AHU_CU_015, Cx. 98, D. 7670.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo (conde de Oeiras), 15/04/1763. AHU_CU_015, Cx. 99, D. 7756.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier Mendonça de Furtado, 16/04/1763. AHU_CU_015, Cx. 99, D. 7759.

Ofício (1ª via) de Antônio de Sousa Manoel de Meneses para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 05/05/1764. AHU_CU_015, Cx. 100, D. 7843.

Ofício de Antônio de Sousa Manoel de Meneses para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 22/07/1764. AHU_CU_015, Cx. 101, D. 7865.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Sebastião José de Carvalho e Melo (conde de Oeiras), 04/02/1761. AHU_CU_015, Cx. 94, D. 7481.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier Mendonça de Furtado, 11/02/1761. AHU_CU_015, Cx. 95, D. 7494.

Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier Mendonça de Furtado, 15/041763. AHU_CU_015, Cx. 99, D. 7757.

Ofício ao provedor e deputados da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba - acompanhado de carta anônima denunciando crimes de contrabando. 20/04/1770. AHU_CU_015, Cx. 109, D. 8404.

Ofício de José César Meneses para Martinho de Melo e Castro, 17/10/1778. AHU_CU_015, Cx.131, D. 9892.

Carta Régia de D. José I para Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo (conde de Povolide), 11/04/1769. AHU_CU_015, Cx. 107, D. 8276.

Ofício de Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo (conde de Povolide) para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 30/04/1769. AHU_CU_015, Cx. 107, D. 8284.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

Auto da devassa e averiguação dos contrabandos cometidos contra a Companhia, 04/08/1772. PT_TT_CCPP, Cx. 3, Mç. 3, D.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo: Hucitec, 2006.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412

BOXER, C.R. **O Império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

CARREIRA, António. **As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Presença, 1983.

_______. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Volume I. O comércio monopolista Portugal – África – Brasil na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **"As pessoas mais distintas em qualidade e negócio": a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel dos setecentos**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2014. (Tese de Dout.)

DIAS, Thiago Alves. **Monopólio indireto: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil. (c. 1710 - c. 1780)**. São Paulo: USP, 2017. (Tese de Dout.)

FERREIRA, Roquinaldo. **“A arte de furtar”: redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português (c. 1690-c. 1750)**. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **Na trama das redes. Política e negócios no Império português.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

________. **Cross-cultural exchange in Atlantic world: Angola and Brazil during the era of the slave trade.** New York: Cambridge University Press, 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Slavery in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2010.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal,1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_______. **Marquês de Pombal; paradoxo do iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

MILLER, Joseph C. **“A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII”**. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

RIBEIRO JUNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**. São Paulo:Editora Hucitec, 2004.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.
_______. **Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América portuguesa, c.1760 – c.1825**. In: **Almanack**, n.05, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alm/a/tRGnJ8QZMFmZKXxpKs8pFmF/?lang=pt

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII**. São Paulo, Autêntica: 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Daniel Costa. Corrupção, corruptores e contrabando: uma discussão historiográfica sobre práticas ilícitas na América Portuguesa (C. Século XVIII). In: **Revista de História da UEG**, v. 11, n. 2, p. e122204, 5 out. 2022. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/12780

SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). In: **Revista de História**, n. 144, 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18912

SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON, E. P. **"Modos de dominação e revolução na Inglaterra."** In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Revista Historiador • Dossiê História e Entretenimento
Número 16 | Dezembro 2023 | ISSN 2176-1116
Disponível em https://revistahistoriador.com.br

A VOZ QUE SE CALA, OS OLHARES QUE CONDENAM: PRODUÇÕES NARRATIVAS SOBRE UM CRIME SEXUAL EM IRATI-PR (1963)

THE VOICE THAT IS SILENT, THE LOOKS THAT CONDEMN: NARRATIVE PRODUCTIONS ABOUT SEXUAL CRIME IN IRATI-PR (1963)

Lucas William Barbosa Laroca[1]

RESUMO

No presente artigo buscamos analisar um processo-crime específico armazenado no Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Unicentro do Campus Irati. O processo em questão, trata-se de um crime de sedução, que teria ocorrido em uma noite de baile em uma comunidade rural de Irati, no ano de 1963. A proposta principal é desenvolver uma abordagem relacionada às narrativas estabelecidas pelos diversos componentes arrolados no processo-crime: como denunciante, vítima, réu, testemunhas e "sujeitos da lei", que buscaram impor determinadas percepções na ocasião judicial. Pretendemos perceber como tais versões indicaram intencionalidades e efeitos na abordagem judicial.

Palavras-chave: narrativas; vítima; Irati; crime sexual.

ABSTRACT

In this article we aim to analyze a specific criminal case stored at the Documentation and Memory Center (CEDOC) of Unicentro's Irati Campus. The case in question is a crime of seduction, which allegedly occurred on a dance night in a rural community in Irati, in 1963. The main proposal is to develop an approach related to the narratives established by the various components listed in the criminal process: as complainant, victim, defendant, witnesses and "subjects of the law", who sought to impose certain perceptions on the judicial occasion. We intend to understand how such versions indicated intentions and effects in the judicial approach.

Keywords: narratives; victim; Irati; sexual crime.

INTRODUÇÃO

> Que o declarante de fato namorou com a menor Carlota, mas depois de um certo tempo interrompeu este namoro; que no dia do baile o declarante chegou ja muito tarde; onde encontrou a Carlota que estava de namoro com Lucio; que o declarante somente dançou uma moda com éla e quando estava para ir embora para a casa; ésta tentou acompanha-lo, onde o declarante não quis que ésta o acompanha-se e juntamente nesta teima que foram surpreendidos pelo irmão de Carlota; que o declarante soube que tiveram relações com Carlota, Roberval e Manoel, que o declarante nunca prometeu casamento para Carlota, pois por enquanto não pretende casar; que o declarante indica como prova de sua inocência os seguintes: Luis, Timóteo e Samuel (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 10).

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual do Centro Oeste. lucaswilliambarbosalaroca@gmail.com. Artigo orientado pelo professor: Dr. Hélio Sochodolak.

Assim defende-se Roberto no dia 6 de setembro de 1963, das acusações a ele dirigidas pelo crime de sedução contra a menor Carlota. Defender-se, neste caso, parece mais do que uma desvinculação culposa de sua parte, mas uma imposição de "culpa" na vítima, que na ocasião do baile, e fora deste, mantinha namoro com outros rapazes, segundo Roberto. Como estratégia de narrativa, este foi um dos exemplos em que a vítima se tornou centro das acusações para instaurar "a verdade" dos autos.

Celeste Zenha (1985) usou dos processos criminais para compreender a "produção do crime e do criminoso" em Capivary, cidade do Rio de Janeiro localizada entre "a baixada e os contrafortes da Serra do Mar. Referida historiadora buscou compreender como se praticava o poder judiciário neste município, entre os anos de 1841 e 1890. Zenha utilizou da percepção em torno de uma conceituação denominada de "fábula", da qual teve influências da pesquisa de Marisa Corrêa em sua obra *Morte em Família* (1983). Nesta perspectiva, o termo fábula se configura como "a verdade final produzida no processo". Neste caso, as versões produzidas pelos depoentes, réu, vítima, e demais envolvidos, são produtoras da "verdade" que vai condenar ou absolver determinado sujeito. Ademais, não se compreende os dizeres como reprodução do fato criminoso, mas, mobilizações estratégicas, intencionalmente construídas para dar um sentido de resolução a referido contexto judicial. Ou seja, ao final, o que se produz como "verdade", é uma fábula (CÔRREA, 1983, p. 26 apud ZENHA, 1985, p. 123-126).

Para Michel Foucault (2014) a produção da verdade está vinculada à estruturação do discurso. A exemplo específico do sistema penal, o pensador francês destacou que a partir do século XIX, tal instituição buscou seu índice legitimador nos saberes dos âmbitos: sociológico, médico, psicológico e psiquiátrico. Sobre os discursos de tais saberes, passou a se edificar a produção de verdade dos autos (FOUCAULT, 2014, p. 18). Contudo, a problemática foucaultiana em torno da ligação entre discurso e produção de verdade, é densa. Um dos procedimentos indicados, é quanto ao funcionamento da ordem discursiva cercado por uma série de "exigências" e regras pré-estabelecidas, quanto ao seu uso ou alcance: "nem todas regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...] enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas [...] (Ibidem, p. 38).

Também com Foucault, em *A verdade e as formas jurídicas* (2002), podemos observar o inquérito como uma forma de exercício de poder, gestado pelo processo de autenticação da verdade. Neste contexto, a essência dessa autenticidade, é formulada por uma série de procedimentos, que legitimam e caracterizam o inquérito como instaurador e transmissor dessa "verdade" (FOUCAULT, 2002, p. 77-78).

Pelos conceitos e abordagens advindos de Côrrea (1983), Zenha (1985) e Foucault (2014; 2002), no que centra percepções como fábula, produção de verdade e discursos, podemos indicar entendimentos quanto à gerência de intencionalidades no interior dos processos criminais, na medida em que, determinadas posições e estratégias assumidas, postulam um veredito – ou uma "verdade".

A exemplo de tais concepções, encontramos a construção dos processos vinculados a crimes sexuais. Investigar o crime de um julgado por tal contexto, se tornava uma abordagem da "conduta moral" da vítima. Os papéis de quem está sendo julgado se inverte entre réu e vítima, enquanto a "avaliação de conduta" se volta para mulher, a ofendida de determinado crime. "Fazer justiça", era estender o suporte judiciário, quando acionado, para intervir perante à condição criminosa contra à mulher quando esta "moralmente" estivesse vinculada à categoria da honra. Como indicador imprescindível da condição feminina, assim eram sobrepostos, os moldes morais para as mulheres entre os séculos XIX e XX:

> A mulher era vista na sociedade brasileira em fim do século XIX e início do XX, como relacionada com os afazeres domésticos e com o trato com os filhos e com a família e também considerada inferior e frágil em relação ao homem. Se ainda não casada, deveria então ficar em casa, sob a proteção dos pais, tutores ou responsáveis. A moralidade era sina das mulheres e estas deveriam seguir os padrões da moralidade da época (AZEREDO; SERAFIM, 2012, p. 434).

Um dos meios norteadores para julgar uma figuração "adequada" na conduta das mulheres são os códigos penais. Estes não são apenas parâmetros para impor regras e determinar punições contra crimes estipulados. Seus ordenamentos são carregados de sentidos. Determinada compreensão pode ser observada em relação à mudança do Código de 1890, que trazia o termo defloramento e no Código de 1940 é substituído pelo crime de sedução. Em ambos os casos, a mulher era moralmente "avaliada" para atestar a virgindade - o crime era configurado pela "honestidade" da mesma. Se a mulher não fosse virgem, se invalidavam as condições para o crime. (PIAZZETA, 2001 apud AZEREDO; SERAFIM, 2012, p. 442).

A minimização da atitude do criminoso, quando a "honestidade" da mulher não se validava perante à ordem imposta, era alvo das concepções dos juristas na década de 1930. Era frequente a relação advinda da doutrina agostiniana, que impunha a prostituição como "mal necessário", para satisfazer os "incontroláveis impulsos sexuais masculinos", como indicou Sueann Caulfield, na sua obra: *Em defesa da honra* (CAUFIELD, 2000, p. 79).

Partindo de uma análise em referência aos crimes sexuais cometidos em Irati entre 1931 e 1950, e armazenados no CEDOC/I,[2] Ribas Filho (2022) indicou que dos 23 processos analisados em referência a delitos de tipologia sexual no município, na década de 1930, 19 são classificados como de defloramento (art. 267) e apenas 4 classificados como estupro pelo (art. 268) do Código Penal de 1890. Tal fator mudou em configuração ao contexto da década de 1940, marcada por um novo Código Penal. Foram 25 casos analisados, dos quais 8 eram julgados de acordo com crime de estupro (art. 213) e 17 configurados como crimes de sedução (art. 217) (RIBAS FILHO, 2022, p. 4-5).

Assim como Ribas Filho, buscamos compreender as narrativas produzidas em crime sexual no município de Irati.[3] Nossa abordagem, contudo, centra-se na especificidade de um processo-crime do ano de 1963, pois, pretendemos compreender a composição deste documento como um todo, a partir da construção das narrativas dos/as envolvidos/as. Tal processo-crime, na composição dos 43 que referenciam o baile em relação a crimes no município entre 1920 e 1965,[4] é o único que se trata de crime sexual. Fonte esta, que também encontra-se armazenada no CEDOC/I.[5]

O DENUNCIANTE E A HONRA PATERNA

A denúncia não parte da vítima, mas do pai dela. Eis o conteúdo que consta no requerimento para abertura de inquérito:

> [...] Que mais ou menos ha um ano sua filha menor de idade de nome Carlota, (Cert-junta), estabeleceu namoro com o indiciado e o requerente em consideração de tratar-se de pessôa de familia distinta, consentiu nêste namoro; acontece, no entanto que o indiciado, abusando de sua confiança, no baile realizado em Rio do Couro, no dia 31 de agosto proximo passado, sob promessa de casamento seduziu-a, tendo com a mesma relações sexuais [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls.4).

Um primeiro ponto importante é a idade da vítima, uma base para prova de culpa contra o réu. A sua menoridade foi constantemente citada e reafirmada, a certidão de nascimento, um documento oficial, foi anexada nos autos (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr

---

[2] Centro de Documentação e Memória da Unicentro-Campus de Irati.
[3] Como consta no Catálogo do CEDOC/I, o município paranaense esteve ligado juridicamente como “Juízo Distrital e Juízo Municipal do Termo da Villa de Iraty” à Comarca de Ponta Grossa e posteriormente à Comarca de Imbituva. Em 1927, Irati tornou-se sede de Comarca (CEDOC, IRATI, 2022).
[4] Tal perspectiva desenvolve-se dentro da minha abordagem de pesquisa de mestrado, em referência aos espaços de bailes como provedores de interação e conflitos dentre os sujeitos iratienses. Uma das hipóteses lançadas pela presença de um único processo de referência a crime sexual, pode ser indicado pela própria construção incisiva e perversa que a vítima era sujeitada para se “fazer justiça”.
[5] O município em questão, que segundo o último censo demográfico tem pouco menos de 60 mil habitantes, teve seu processo de “fermentação social” entre o século XIX e XX, com a instalação de uma Estação Ferroviária integrante da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (IBGE 2022).

1179.120, fls. 5). A vítima nascida em 1946, tinha de fato menos de 18 anos, o que judicialmente já configurava um dos quesitos para tornar a ação que se descreveu contra o réu como criminosa.[6]

Outro ponto importante destacado por Sérgio (pai de Carlota), é a condição de permissão do namoro. O pai diz ter permitido o namoro por ter conhecimento da procedência familiar do réu Roberto. Também foi mencionado a “promessa de casamento”. A preposição de um enlace mais intenso civil e religiosamente falando, seria indicativo de maior “estabilidade” na relação. Na descrição de Sergio, Carlota só teria consentido nas relações sob tal pretexto. Uma garantia em torno do compromisso de relação matrimonial, foi o meio pelo qual o réu teria utilizado para seduzir a vítima.

March (2015) que fez estudo sobre as subjetividades nos processos-crimes do Paraná na década de 1950, apresentou abordagens em torno do conceito de honra. Como suporte teórico, mencionou Costa Júnior (1989) que indicou honra como uma categoria subjetiva em que parte do próprio sujeito uma avaliação de sua “dignidade moral” e também pelo parâmetro objetivo, em que há interferência do olhar social. A sociedade assim imprimia um olhar para o sujeito e sua conduta, honra nesta perspectiva, também acaba por sugerir uma consideração alheia (COSTA JÚNIOR, 1989 apud MARCH, 2015, p. 210).

Para fundamentar a relação entre honra e seus valores aplicados nos homens e nas mulheres de forma distinta, citou-se Vaquinhas (1995). Na concepção da autora mencionada, a honra para homens era associada “à propriedade”, enquanto nas mulheres há uma vinculação à “honra sexual”. Nesta percepção, a “honra do homem” dependia deste e de sua família. A honra feminina vinculada ao sexo, quando violada dos padrões moralmente impostos, significava uma desestruturação no modelo de organização tido como “adequado” (VAQUINHAS, 1995, p. 475 apud MARCH, 2015, p. 211). Observamos essa “desestruturação” através da denúncia de Sérgio. Este usou da recorrência à intervenção judicial para intervir no crime ocorrido após um baile no ano de 1963. Tal postura, para além de uma ação de “justiça”, não se desvinculava de uma medida tomada em nome de “sua honra” - frente à sociedade local.

O RÉU: ENTRE DEFESA PRÓPRIA E DIZERES “CONDENATÓRIOS SOBRE A VÍTIMA

O resultado do exame de conjunção carnal realizado em 4 de setembro de 1963, articulado com a produção narrativa da vítima e de seu pai, colocam-se como afirmações contra o réu. Três pontuações específicas do auto de exame de conjunção carnal

---

[6] No Artigo 217 do Código Criminal de 1940 estava previsto que em caso de sedução de mulher virgem, seguido de conjunção carnal, quando esta tivesse menos de 18 e mais de 14 anos, resultaria em reclusão de dois a quatro anos para o ofensor (CÓDIGO CRIMINAL DE 1940, Artigo 217).

mostraram-se uma forte prova contra Roberto. São estes, o primeiro quesito: “Houve Conjunção Carnal?”, segundo: “Qual a data provável dessa Conjunção?” e o terceiro: “Era virgem a paciente?”, sendo estas as respostas para cada quesito: primeiro; “Sim”, segundo:” Há 4 (quatro dias)” e terceiro: “Sim” (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 8).

O primeiro quesito complementado com o terceiro, prova pelo “saber médico” que antes da relação sexual a ofendida era virgem. Mas o ponto mais forte contra Roberto foi o segundo quesito, o qual indicou que a conjunção carnal tinha acontecido há 4 dias, que com base na denúncia de Sergio, coincide com à noite do baile. A virgindade era ponto central na figuração do crime de conotação sexual. Caulfield (2000) demonstrou o quanto as determinações do Código Penal de 1890 buscavam para além de impor um “modelo de justiça”, instaurar uma diferenciação entre uma “mulher honesta e desonesta”. Primeiramente em relação ao próprio conteúdo de condenação, que previa uma punição mais leve para acusados de estupro relacionado às prostitutas. Em relação a juristas da época, havia ainda os que defendiam uma total exclusão das prostitutas da proteção da lei: “a defesa da liberdade sexual era menos importante que a defesa da honra e da família” (CAULFIELD, 2000, p. 81). Fator classificatório que apesar de reformulações, continuou como base no Código Penal de 1940 (AZEREDO; SERAFIM, 2012, p. 442-443). É com esta percepção jurídica, que ocorre o termo de interrogatório do réu em 6 de novembro de 1963:[7]

> [...]INTERROGADO se conhece a pessoa ou pessoas a que deve ser imputada a prática do crime, e quais sejam? RESPONDEU que atribue a prática do crime a testemunha arrolada pela acusação de nome Manoel, que no dia 25 de agosto ao voltarem de uma missa que se realizou em Rio do Couro mantiveram relações sexuais no mato tendo sido descobertos em flagrante por Fernando que por ali “campeava” seus animais. INTERROGADO se com essa pessoa ou essas pessoas esteve antes da prática da infração ou depois dela? RESPONDEU que cerca de um mes após foi que Fernando, sabendo o acusado do defloramento da vitima, lhe contou o ocorrido [...] INTERROGADO sobre os antecedentes e circunstâncias da infração? RESPONDEU que a vitima reside em Rio do Couro e o interrogado na localidade de Faxinal do Rio do Couro, distante cerca de uns tres quilometros; que conhece a vitima desde a infância e a um ano atraz realmente a namorou durante uns dois mezes; que esse namoro se resumiu em dansar com a vitima um matiné e de visitá-la em casa por duas vezes; que todavia interrompeu o namoro após aquele período inicial porque a vitima se deixava namorar também por outros rapazes e o interrogado, residindo em lugar distante, não podia controla-la devidamente; que por outro lado, ainda se julgava bastante moço para arcar com as responsabilidades de um casamento; que após aquele periodo encontrava-se ves por outra com a vitima, mas sempre ocasionalmente; que soube que a vitima namorava Manoel Roberval este ultimo primo do interrogado que no dia referido na denuncia o interrogado chegou ao baile que se realizava na escola do Rio do Couro pela 1,30 da manhã, tendo ali dansado tres marcas sendo a ultima com a propria vitima que insistiu em dansar consigo, que terminada essa contra-dansa o interrogado se retirou

[7] Roberto já havia prestado depoimento anteriormente, no dia 6 de setembro de 1963, como indicado na introdução.

> tomando o caminho de sua residencia, que a uns cento e cinquenta metros da escola foi alcançado pela vitima que inicialmente pedia-lhe para retornar ao baile e depois insistia em “fugir” consigo; que o interrogado lhe ponderou que essa atitude não lhe ficava bem e não desejava-se casar tão cedo e lhe indagou porque procedia assim tendo a vitima lhe aceverado que assim fazia porque os seus progenitores o consideravam um bom rapaz e trabalhador; que ali estavam a conversar nestes termos sem sequer se tocarem quando repentinamente surgiram Cassio, Cassia e Teófilo os dois primeiros irmãos da vitima e o ultimo primo e logo disseram ao interrogado que face aquela situação e circunstâncias” ele teria que casar com a vitima; que após breve discussão o interrogado foi para sua casa e nem amanhecia o dia ali já se apresentavam os pais da vitima e a propria vitima para discutir a realização imediata do casamento tendo o interrogado contra tudo que surgira “por nada dever”; que após a instauração do inquerito policial respectivo, e quando o mesmo já fora encaminhado a Delegacia Regional de polícia ou a êste Juízo foi procurado por Fernando, morador em Rio do Couro, casado e afamiliado, que lhe contou que no dia vinte e cinco de agosto, após a missa matinal saíra para campear seu gado quando surpreendeu no mato que margeia a estrada, a vitima e Manoel em atitude indecorosa, deitado, com as pernas entrelaçadas e mantendo conjunção carnal; que o interrogado; por ter recebido tardiamente aquela notícia, somente agóra pode trazer essa informação nos autos; que o interrogado esta namorando a uns seis mezes, namoro firme, Francisca; que nunca teve qualquer atitude ou gesto mais intimo com a vitima do que o de pegar-lhe na mão [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 17-18).

A primeira característica desenvolvida na fala de Roberto acima transcrita, foi uma referência mais direta à relação entre Carlota e Manoel. Constituir uma defesa era tornar a ofendida “desonrada”, perante o sub delegado presente em seu depoimento. Tal prática foi evidenciada por Boris Fausto em *Crime e Cotidiano* (2014), ao mencionar um caso de 1924, em que “o acusado se defende da acusação alegando que a moça não passa de meretriz, frequentadora de um bordel no Lago do Arouche [...]” (FAUSTO, 2014, p. 207). Concluímos assim que tal indicação não foi específica ao contexto de Roberto. Inverter a posição de quem estaria em julgamento, se tornava uma estratégia defensiva do acusado frente aos juízes.

Roberto ainda acrescentou o fato de Carlota receber permissão dos progenitores para se relacionar com ele. Fez uma ressalva em relação à conduta de Carlota: o namoro só foi interrompido em fase inicial, devido à ofendida estabelecer romance com outros rapazes, e por morar distante, “Roberto não conseguia a controlar”. O comportamento insistente de Carlota no baile novamente é citado, visto que é a mesma que se dirige até o rapaz após ele deixar o baile, gerando assim a situação, “mal interpretada” pelos irmãos e primo de Carlota.

Por fim, um ponto-chave na descrição do escrivão sobre o dito depoimento, foi a referência mais detalhada da relação entre Carlota e Manoel. Essa colocação é feita a partir de uma testemunha ocular, que presenciou o ato sexual de ambos anteriormente à noite do baile. Por mais que Roberto não tenha visto, a relação de Carlota com Manoel teria chegado aos seus ouvidos. A denúncia já havia sido feita. Apesar de haver menção de Manoel no depoimento dado pelo réu no dia 6 de setembro de 1963, foi nessa última produção

narrativa que se desenvolveu toda uma descrição do ato sexual e o contexto do dia. O réu narra tal situação a partir de um meio secundário: Fernando, que supostamente foi testemunha ocular do fato.

AS TESTEMUNHAS, PEÇAS CONSTRUTORAS DE CONDUTAS

Além do exame de conjunção carnal, outra grande força interventora utilizada no processo-crime em questão, foram os depoimentos das testemunhas. A exemplo de Zenha (1985), a construção da verdade dita nos autos é entendida pela contribuição das testemunhas. A emissão narrativa destas é incorporada ou rejeitada pelas autoridades, que selecionam os discursos tidos como "verdadeiros" e firmam um veredito sobre esta verdade, absolvendo ou condenando o réu (ZENHA, 1985, p. 139).

Manoel e Fernando são dois exemplos da importância das testemunhas no processo-crime. Ambos já foram citados em narrativas vinculadas ao réu. Um é relacionado ao ato sexual com Carlota, tirando assim a culpabilidade do réu na ocasião. Outro foi o meio que passou para Roberto toda uma explicação que permitiu uma produção culposa da vítima, e não do réu. Ambos são convocados em ocasiões específicas para produzirem suas versões, visto que, a partir das narrativas do réu, são postos como peças importantes para intervir na "construção da verdade". No dia 6 de setembro de 1963, Manoel foi a 5ª testemunha a prestar depoimento. Dada versão foi produzida após Roberto citá-lo como sujeito que teve prática sexual com Carlota. Eis a versão narrada pelo depoente:

> Que o depoente mora perto da familia de Carlota e que conhece bem todos da familia; que nunca viu falar mal de Carlota, que ésta sempre foi moça distinta; que a Carlota namorou Roberto mais de um ano; que Roberto interrompia êste namoro e voltava novamente a namora-la; que o depoente nunca viu Carlota namorar outro rapaz sem sêr Roberto; que o depoente esteve no baile e viu perfeitamente quando Roberto chegou nêste baile de madrugada, dançando uma moda com Carlota e já em seguida sairam ambos do salão, para a estrada; que os irmãos de Carlota que um é conhecido pelo apelido de "Ducho" e outro Darci, deram por falta da mesma e seguiram em seu encalso; que o depoente nunca namorou Carlota, somente tivera amizade com a mesma, pois são vizinhos; que o depoente conhece bem Roberto, que éra bom rapaz e que estranhou bastante de este praticar este ato (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 13).

Um dos principais pontos da descrição de Manoel nesse trecho é o contexto. Como já citado, foi uma versão produzida em seguida do primeiro depoimento do réu. A versão que chegou aos ouvidos de Roberto por intermédio de Fernando, sobre a suposta relação sexual entre Manoel e Carlota dias antes do baile, ainda não havia sido apresentada nos autos do processo-crime, nem a versão específica de Fernando sobre os acontecimentos. Essa é a primeira versão narrativa de Manoel sobre os fatos delituosos.

Antes de qualquer coisa, o depoente falou do comportamento de Carlota, sendo em sua percepção positivo. Posteriormente, complementou sobre a ocasião de baile, aprofundando em relação ao comportamento de Roberto, citando que ambos foram encontrados pelos irmãos da vítima. Não há menção direta do réu em relação ao crime sexual, mas existe uma inclinação de destaque ao comportamento de Roberto no relacionamento, em que desfazia e refazia o namoro com Carlota. Algo extremamente importante, é observar que apesar de trazer uma versão mais positiva da conduta de Carlota, não se usou de menções muito comprometedoras em relação a Roberto, indicando um "estranhamento" na prática vinda de um "bom rapaz".

Um novo depoimento foi prestado por Manoel no dia 17 de fevereiro de 1964. Este foi efetuado após o interrogatório em que Roberto apresentou maior descrição da prática sexual entre Manoel e Carlota, por intermédio de Fernando, uma testemunha ocular da ocasião. Dada versão descrita por Manoel, foi mais enfática sobre a vida amorosa de Carlota e Roberto. Após o rompimento do namoro entre ambos, o réu teria estabelecido namoro com outra moça, e a vítima antes de namorar Roberto, teria namorado um rapaz, mas que após a dita ocasião, não soube de nenhum novo relacionamento de Carlota. As condutas de ambos são colocadas como boas. Existe uma negação sobre os boatos da vítima e depoente terem sido encontrados tendo relações sexuais dias antes do baile, como o réu apontou nos seus depoimentos. Além disso, foi reafirmado que a única interação entre o depoente e Carlota é de amizade. Por fim, o comportamento de réu e vítima foi centralizado para dentro do baile, após contestações do defensor do réu:

> [...] Que a vitima costuma frequentar alguns bailes que se realizava na localidade, bailes esses que comparece juntamente com seus irmãos; que na data do fato a vitima antes da chegada de Roberto dansou com varios rapazes, inclusive com o depoente; que ouviu falar que o réu chegara atrazado ao baile em referencia porque tinha ido a um outro baile[8] [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 24).

Fernando só produziu sua primeira descrição testemunhal sobre os fatos no dia 18 de maio de 1964, sendo a quarta pessoa a prestar depoimento. Sua narrativa, inicialmente destacou sobre a relação entre Carlota e Roberto, em que o réu teria desfeito a afetividade, entretendo outro namoro. Em seguida, narrou detalhadamente sobre o que presenciou em relação a Manoel e Carlota:

[8] Não há menção do conteúdo da contestação feita pelo defensor de Roberto, mas foi realizada após ele desenvolver seu depoimento. Há nesse sentido uma possível intencionalidade de trazer a perspectiva do depoente para dentro do baile, condicionando assim uma "avaliação de conduta" da vítima.

> [...] Que todavia no dia 25 de agosto, pelas 5:00 horas da tarde fora ao potreiro para fechar seus cavalos quando viu ao atravessar um pedaço do mato surprendeu a vitima e Manoel que, sentados, se bulinavam; que "se pegavam e se apalpavam mas se estavam entregando a conjunção carnal"; que ao suprender o par a vitima estava com o vestido levantado e ambos numa situação que ao depoente parece ser propria a aqueles que estão para se dar a copula carnal ou que ja a tivessm realizado, tendo todavia a esclarecer que não os surprendeu neste ato; que o casal ao ser surpreendidos se retirou sem dizer palavras e o depoente proceguiu caminho indo atender seu serviço; que foi essa a unica vez que surpprendeu a vitima em companhia de pessoas no mato proximo a seu potreiro; que foi apenas o que o depoente viu embora o povo fale do procedimento da vitima; que Roberto parece ser um bom rapaz dedicado ao trabalho da lavoura e de bons princípios [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 31-32)

O depoente, contudo, não encerra suas indicações sobre as condutas com este trecho. Indica-se ao final do seu depoimento, com intensa intencionalidade, menções à Carlota e sua família. Nesse sentido, é importante salientar que tais contestações foram feitas pelo "Dr. assistente", presente na ocasião:

> [...] Que ao depoente parece ser bom o conceito em que gosam os pais e os irmãos da vitima aqueles um casal de velhos que nem saem de casa e estes trabalha na lavoura e não criam más situações no local; que o depoente costuma ver a vitima por vezes passear pela estrada na companhia de namorados [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 32).

A indicação de "condutas morais" das mulheres, fundamentou-se como força intencional para deliberar os desejos de um aparato judicial. Observamos determinada prática na célebre abordagem de Boris Fausto (2019): *Crime da Galeria de Cristal*. A prática criminosa gerenciada por Albertina e Bonilha contra Malheiros, em um quarto de hotel, foi uma forma de vingança contra àquele que negou a filha da professora, após ter com esta um caso. Fausto complementa uma abordagem no que se refere à indicação da conduta moral de Albertina, como observamos nas constatações do promotor público Dr. Sylvio Campos no segundo julgamento. Assim indicou o historiador:

> Chegara a hora de tentar destruir a figura de Albertina, "essa assassina não ocasional, nem passional como ela pretende, e sim uma criminosa por natureza e por instinto. Pelo lado da hereditariedade, ela tem sua mãe, que é uma perdida" — uma referência ao fato de que d. Rosa confessara ter um amante. Albertina, ainda no começo da vida, já realizara em miniatura a conduta da mãe: o passado da ré era uma esteira entretecida por atos de libidinagem (FAUSTO, 2019, p. 84).

Nesta perspectiva, usou-se de uma indicação exterior ao crime para reforçar uma conduta indesejada da ré Albertina. Tal fala não se volta a seu crime, mas assume uma prática de construção em torno de uma postura inadequada da professora que assassinou Malheiros, inclusive, usando da mãe da ré para fundamentar tal argumento. Assim também

em termos de indicações de condutas, Fernando construiu seu depoimento, estrategicamente apoiado em referências sobre supostas práticas de Carlota na comunidade.

Um exemplo de testemunha que não teve envolvimento específico com o crime de que trata o processo, mas foi fundamental para estabelecer um ponto de vista, foi Francisca. A depoente, única mulher convocada como testemunha, consta como 3ª depoente no dia 18 de maio de 1964. Algo que chama atenção no depoimento de Francisca, é esta ter negado de prestar promessa legal perante o juízo, por se considerar “namorada firme do réu” e ter interesse na resolução da ocasião. Sua versão narrativa foi breve e direta. Assim descreveu o escrivão:

> [...] Que a depoente é namorada do denunciado, namoro esse que se iniciou em junho de 1963 e não esteve presente ao baile referido na denuncia nada sabendo dizer sobre o caso propriamente dito, pois não sabia sequer das relações de namoro que existiu entre réu e vitima [...] que conhece a vitima apenas de vista e sabe “que falam dela” mas nunca viu nada [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 31).

A primeira questão importante é sobre o namoro, que segundo a depoente, iniciou-se antes do baile. Provavelmente uma testemunha que confirmasse um namoro com o réu, seria uma força a favor de Roberto, visto que, pelas versões que se dirigiam contra ele, o meio de sedução utilizado por Roberto para manter relações sexuais com Carlota, teria sido uma promessa de casamento.

A depoente indicou uma evidente intenção de defender o réu das acusações, e confessa que não poderia afirmar a culpabilidade ou inocência do mesmo, pois, não estava na noite do baile. Porém, existe intencionalidades em seu depoimento. Dizer que “conhece a vítima apenas de vista” e sabe “que falam dela”, demonstra que Francisca não poderia afirmar com certeza sobre a procedência de Carlota, no entanto, reforçou uma imposição de conduta, ao indicar uma má percepção que não só vem de uma pessoa, mas de um grupo social.

Um dos únicos exemplos que produziu uma referência de conduta inadequada em referência ao réu, foi Lucio. O mesmo foi nomeado pelo réu no termo de declaração do acusado, como sujeito que “estava de namoro” com Carlota no baile. Seu primeiro depoimento foi dado em 6 de setembro de 1963. Nesse contexto, foi a 4ª testemunha a depor:

> Que o depoente é quase vizinho do Snr. Sergio e que conhece bem todos de sua familia e que todos são de bom procedimento, tanto rapazes como as moças; que o depoente nada viu e nada sabe sobre a respeito da menór Carlota, que esta tivesse sido namoradeira [...] que a Carlota, sempre falava para irmãs do declarante que queria casar somente com Roberto e que

> outros rapazes não lhe interessavam; que o declarante esteve no baile que se realizava naquela localidade no dia 31 de agosto, proximo passado, e de fato conversou nêste baile com Carlota, mas não com interêsse de namoro, mas simplesmente por amizade; que nêste baile, de madrugada apareceu Roberto e logo foi dançar com Carlota, não demorou muito, ambos desapareceram do salão; que depois, mais tarde, apareceu o irmão de Carlota e disse ao depoente que tinha alcançado na estrada a sua irmã que estava fugindo com Roberto; que o declarante conhece também Roberto, que é um rapaz namorador, gosta de passar com duas ou mais gurias por domingo, e que para companheiros e bom amigo (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 12).

Essa versão foi produzida logo no início do processo, após o termo de declaração do acusado, mas é um diferencial para todo o processo-crime em questão. Lucio, aparentemente, tinha uma boa relação e observava de forma positiva o comportamento de Carlota, e também de sua família. A amizade foi indicada como única base de relação entre o depoente e a vítima. Houve uma narrativa sobre o baile até o momento da dança, seguindo por informações que o irmão de Carlota lhe passou posteriormente. Sobre a conduta de Roberto, foi uma das únicas testemunhas que desenvolveu um olhar mais crítico em relação ao réu. Sua fala foi uma contraposição ao depoimento de Francisca. Enquanto esta buscou enfatizar uma "estabilidade" na sua relação com o réu, Lucio não falou sobre Roberto ser bem ou mal visto dentro da comunidade, mas indicou sobre o comportamento "namorador" e instável de Roberto.

Aos poucos as diversas narrativas desenvolvidas[9] em âmbito testemunhal ganham forma. Os testemunhos começam a se articular em meio aos autos. Roberto teve seu comportamento constantemente amenizado pela figura do bom rapaz, bom amigo, ou causa estranhamento ao estar associado à ação delituosa, enquanto Carlota era envolta de dizeres e olhares sob uma conduta que se instituía na intervenção judicial.

A VÍTIMA E SUAS PRODUÇÕES VERBAIS

Carlota de fato foi o centro desse processo-crime. Sua desenvoltura tornou-se evidente em um duplo mecanismo: produzir sua versão como vítima e ter sua conduta como abordagem central das versões produzidas pelos/as envolvidos/as. Por mais que nesse segundo caso sua produção seja verbalizada por terceiros (denunciante, réu, testemunhas e demais envolvidos/as), é a ela que se direciona os olhares e falas.

[9] Ao todo, 10 testemunhas produziram seus depoimentos em diferentes momentos. A escolha das destacadas no artigo, foi pautada em trazer as que divergem em versões sobre o fato do baile, ou que se contrapõe sobre as condutas dos referidos.

O primeiro depoimento de Carlota ocorreu após abertura de inquérito, com anexos de comprovante de sua menoridade e o documento de atestado de pobreza.[10] Sua fala foi acompanhada pela presença e escuta de Sergio, seu pai. Eis a transcrição do escrivão:

> A declarante há mais de um âno, estabeleceu namoro com Roberto, com intenção de casar com o mesmo; que a declarante foi com seus irmãos para um baile que se realizava naquela localidade no dia 31 de agosto, proximo passado; e que nêste baile encontrou com o Roberto, onde este, sob as promessas de casamento seduziu a declarante têr relações sexuais; que a declarante sob as promessas do acusada cedeu aos desejos do acusado; que a declarante nunca teve namoro com nenhum rapaz a não ser com Roberto que tambem nunca teve relações sexuais com nenhum outro rapaz (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 7).

Nota-se pela transcrição do escrivão, que a fala de Carlota teve um caráter mais direto. Não se falou sobre sua percepção em referência aos comportamentos de Roberto, e indicou não saber de outros namoros dele. Seu depoimento além de negar namoros com outros rapazes, foi voltado para fatos de que havia um relacionamento anteriormente firmado entre a ofendida e denunciado. Sobre procedimentos do crime no contexto de baile, destacou que a promessa de casamento foi feita para direcioná-la ao ato sexual.

A ligação entre o crime sexual e promessa de casamento foi ponto de contestação de Esteves (1989) em *Meninas perdidas*. Para a historiadora, a proposta de casamento evidenciava uma barreira perante a denúncia do delito. Notou-se nos casos apontados, que a promessa além de evitar a denúncia do acusado, se constituía como forma de repetição do ato sexual, na medida em que se refazia a preposição do enlace para a ofendida. Algumas vítimas assim chegavam frente ao judiciário após longo tempo do crime, e/ou em condições de repetição do ato sexual com o acusado (ESTEVES, 1989, p. 167).[11]

Outro momento em que Carlota teve espaço no processo, foi no contexto da acareação. Tal parte foi requerida após seu pai Sergio por intermédio do procurador nomeado, fazer um requerimento solicitando determinada intervenção, após ocorrer nos autos dois testemunhos divergentes sobre o fato apresentado nos ditos depoimentos de Fernando e Manoel. Eis as palavras de Carlota em tal fase: "[...] que é mentira o que diz o segundo acareado[12] te-la vista juntamente com o 1º acareado em um mato, pois que nunca saiu desacompanhada de seus parentes" (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 42).

[10] Sobre o atestado de pobreza, sua presença justificava o custeamento do processo por parte do órgão responsável. Caufield que apontou apenas quatro exceções de menção da "miserabilidade nos 450 processos por ela analisados, indicou que nestes casos, o processo era custeado pelo Ministério Público (CAUFIELD, 2000, p. 206).

[11] Em relação à Carlota, a promessa de casamento não se compõe como barreira na denúncia, mas foi indicada como um meio de direcionamento para o ato sexual.

[12] No contexto de acareação, realizada em 21 de dezembro de 1964, foram novamente convocados a prestarem depoimentos o 1º Acareado: Manoel e o 2º Acareado: Fernando. O segundo novamente

A primeira narrativa de Carlota tem características mais precisas em relação aos demais envolvidos/as no processo. Há somente sua versão objetiva, sobre a situação do namoro que entreteve com Roberto, e também sobre o crime, em que foi indicado a promessa de casamento por parte do réu. A segunda e breve narrativa é posta como meio intermediário, o espaço de sua fala foi partilhado com dois acareados (Manoel[13] e Fernando). A fala da vítima foi mais voltada ao caráter defensivo, no caso, uma indignação sobre a versão disposta pelo segundo acareado.

Assumir a versão de Carlota no processo–crime é entender que houve diversas ocultações postuladas contra a mesma. A ação denunciante parte de Sérgio, as falas da vítima, são supervisionadas pelo pai. Sua autonomia e liberdade não deixaram de ser interrompidas. Isto também parte das autoridades. Como exemplo, o promotor público, que produziu contestações para os dois acareados, mas para Carlota, as poucas palavras ditas no contexto de acareação se encerram com: "Nada mais disseram e nem lhes fora perguntado [...]" (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 42). Mesma prática é evidente em sua primeira versão sobre os fatos, ou não disse, ou não lhe fora perguntado, ou não foi transcrito sobre o depoimento de Carlota, uma menção direta às condutas, especialmente a do réu Roberto.

Mesmo com ocultações na fala, a centralidade de todo contexto para instaurar "a verdade" nos autos, recai sobre Carlota. São os olhares e dizeres de sua conduta, na comunidade e no baile, que são essências construtoras deste processo-crime. Para construir a base testemunhal, era necessário falar sobre a vítima, lançar percepções sobre esta. Assim como o exame de conjunção carnal onde quem fala é seu corpo, sob o olhar dos peritos.

PERITOS E "SUJEITOS DA LEI" COMO CONSTRUTORES DA "VERDADE"

Se a produção testemunhal foi uma forte base para entendermos versões do fato e obtermos concepções por meio das narrativas sobre os comportamentos, o exame de conjunção carnal é outro meio interventor, neste caso, para oferecer um "olhar médico" sobre o corpo de Carlota.

Gabriel José Pochapski (2018) que estudou sobre práticas de violência em Mallet entre 1931 e 1950, tangenciou em torno da topografia corporal para analisar práticas de violência no município. Cita-se o caso de Marisa, que em 1933 foi submetida ao exame,

narrou sobre o que supostamente viu ente Manoel e Carlota no dia 25 de agosto (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 42).

[13] Na acareação, além de Manoel negar as acusações feitas sobre Fernando após as contestações feitas pelo promotor público, indicou conhecer a vítima a certo tempo "sabendo tratar-se de moça prendada" (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls.42).

para que médico e farmacêutico pudessem compreender “os enunciados do corpo”, o crime que a ofendida alegava contra Elder. Assim concluiu Pochapski sobre o caso: “Antes de qualquer outro detalhe ou descrição da própria vítima, era a sua vagina que deveria falar, dar os sinais do evento, indicar em suas marcas o que teria se sucedido em 1933”. (POCHAPSKI, 2018, p. 355).

A constatação médica em torno da afirmação ou negação da virgindade da mulher era indicada por meio da análise do hímen. Azeredo e Serafim (2012) citam Viveiros de Castro (1897) que apontou problemas na análise da membrana para definir ou negar a virgindade da mulher. O rompimento ou aspecto intacto do hímen, não se definia unicamente pela relação de virgindade, mas também por doenças, por exemplo. A fisiologia tornava-se falha, mas o saber médico era firmado sem constatações (VIVEIROS, 1897 apud AZEREDO; SERAFIM, 2012, p.438).

No caso de Carlota, o exame de conjunção carnal foi realizado no início do processo, em 4 de setembro de 1963. Antes do interrogatório do réu, das declarações da ofendida e dos depoimentos das testemunhas. Foram ao total oito quesitos estabelecidos para compor o fundamento do documento médico. Foi o segundo, que questionava a data da possível conjunção, que se tornou eixo central para a abordagem judicial.

O segundo quesito assim questionava: “Qual a data provável dessa conjunção?” Sendo indicado como reposta: “Há 4 (quatro dias)”. Exatamente quatro dias antes do exame, acontecia na localidade o baile referido a este processo-crime. Uma afirmação exata da data do crime sexual, tornou-se uma prova essencial contra Roberto (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls.8).

Claudio, um dos médicos que realizou o exame, foi colocado como uma testemunha no processo-crime. Seu dizer, supostamente, não visava falar sobre as “posturas” no baile, pois, não estava presente. Seu papel é fundamentado pela prática médica, seu dizer é concebido como detalhamento sobre as condições do exame - do corpo de Carlota. Assim indicou o médico como primeiro depoente do dia 18 de maio de 1964:

> Que conhece réu e vitima aproximadamente a oito anos e nada sabe dizer no tocante aos termos da denuncia devendo esclarecer, no entanto, que foi o proprio depoente quem efetuou, na qualidade de co-perito o exame de conjunção carnal de fls. 8 e v., exame esse que reconhece neste momento; que tem a esclarecer no tocante ao exame em questão que existe duvidas, ou poderá existir no tocante a resposta oferecida ao segundo quesito, pois ali consta simplesmente “a quatro dia” quando no livro respectivo o depoente respondeu ao mesmo quesito dizendo “ha mais ou menos quatro dias”; Que ao ser transcrito aquele exame na forma apropriada houve por sem duvida um equivoco por parte do Sr. Escrivão de Policia, lapso a que o depoente não notou ao assinar o auto de exame em referência [...] Dada a palavra ao Dr. Promotor Público por este foram requerido reperguntas que deferidas a testemunha respondeu: Que o depoente ao examinar a vitima constatou ser defloramento recente bem como constatou ainda espécie de

> pontos hemorrágicos e himienais conforme consta do auto do exame dos autos (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls.30).

A grande questão do depoimento de Claudio, foi o poder que a escrita teve para mudar todo o sentido "da verdade". Segundo o médico, o termo em referência ao segundo quesito foi mencionado de forma incorreta. O dizer "Há 4 dias", por meio do documento oficial do exame de conjunção carnal, atribuía uma assimilação direta entre o crime e a noite de baile. Por mais que algumas testemunhas colocassem outra versão, o exame era preciso na data.

O médico em seu depoimento atribuiu o equívoco a transcrição do escrivão. Segundo o perito, o termo correto seria "Há mais ou menos quatro dias". O sentido da frase muda totalmente. Um sentido de certeza, dá espaço a uma frase incerta, a data não é mais exata, a versão do réu e de Fernando sobre a suposta prática entre Manoel e Carlota, ganham mais intensidade, pois, por mais que a colocação do médico não provasse a inocência do réu, também não oferecia para as autoridades a certeza de sua culpa. Fato curioso apontado na constatação do perito, foi uma referência ao escrivão. Este teria errado o termo de referência na transcrição. Celeste Zenha (1985) destacou sobre como o escrivão podia impactar na produção de sentidos para constituir entendimentos e vereditos. O ofício destes sujeitos vinculados ao contexto judicial em escrever aquilo que se narra em depoimentos e interrogatórios, tornava-se o registro dos processos-crimes. As "verdades" ditas nos autos, são transcrições dos escrivães (ZENHA, 1985, p. 130).

Não há como negar que o depoimento do perito trouxe uma reviravolta no processo-crime. A exemplo disso, podemos observar um relatório transcrito pelo escrivão no dia 9 de setembro de 1963.[14] Houve no relatório os pareceres do sub - delegado do distrito, ordenando que tal documento fosse enviado com os autos do processo ao juiz "por intermédio do cartório competente":

> [...] Roberto de fáto teve namoros com a menor Carlota, cujo namoro o acusado interrompia e tornava a namora-la, e, no dia do baile realizado na escola do Rio do Couro no dia 31 de agosto, proximo passado, a Carlota com intensão de fugir e casar com Roberto, pela madrugada da mesma noite, saiu do salão de baile e acompanhou-o ate uma certa altura da estrada. O acusado Roberto em suas declarações nega de ter relações sexuais com a moça, mas confirma que fôra surpreendido pelos irmãos de Carlota, no momento quando ambos discutiam e Roberto não estava concordando que Carlota continuasse a acompanhando. Pelo que foi apurado nas declarações do acusado como também nos depoimentos das testemunhas, é palpavel que o Roberto depois de satisfazer os desejos sexuais, cujo ato sem duvida alguma foi praticado, conforme está constatado pelo Auto de Exame de Conjunção Carnal procedido na menor

[14] A versão mais detalhada de Roberto, onde o mesmo cita com detalhes o que ouviu por intermédio de Fernando, só ocorreu depois, no dia 6 de novembro de 1963 (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 17).

> Carlota, o acusado Roberto, procurou por todos os meios de livrar-se da mesma [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 14).

O trecho acima evidencia que a descrição contida no exame de conjunção carnal foi de grande influência na escrita do relatório. Em meio aos pontos em que destacou uma escrita provavelmente voltada aos dizeres dos envolvidos/as que até então prestaram suas versões, visto que, fala de intenções, do namoro e da situação em que vítima e réu foram encontrados na estrada após o baile, há também uma indicação que indica uma culpa contra Roberto. Há ainda pela descrição, um contexto que indica uma conduta inadequada em referência a Roberto, em que o mesmo rompia com o afeto e em seguida tornava a estabelecer com Carlota um vínculo de namoro. A vítima nesse trecho foi citada como atraída pelas promessas de casamento, não se volta um dizer igualmente incisivo como em outros trechos do processo-crime. Conclui-se no entanto, sobre sua “fuga” do baile e sobre a pretensão do “casar-se”.

Contudo, o termo do interrogatório do acusado no dia 6 de novembro de 1963, em conjunto com o depoimento cedido por Fernando em 18 de maio de 1964 e o testemunho de Claudio, perito, que retira a legitimidade da resposta do segundo quesito, estabeleceram um sentido incerto para o processo-crime. A palavra da vítima que já fora constantemente barrada, era interposta pela incerteza do exame a que fora submetida. Assumir o trecho do relatório, como de impacto na decisão de um veredito, tornava-se assim, uma sustentação prévia - passível de mudanças.

Após a denúncia, exame, longos depoimentos com divergências, acareação e também os processos vinculados aos autos como conclusões, envios, mandados de intimação, têm-se as alegações finais no dia 6 de fevereiro de 1965 direcionadas ao juiz. Eis alguns pontos retomados, no documento assinado pelo promotor público:

O primeiro tópico apresentado é denominado: “Os fatos”, sendo partes conclusas do processo, ou seja, aquilo que as autoridades em seu jugo entendem por verdade sem contradições. A primeira parte é uma indicação sobre a denúncia, que partiu de Sergio, alegando que Roberto teria seduzido sua filha na ocasião do baile. Em seguida foi mencionado o baile, no qual os irmãos de Carlota teriam ido ao seu encontro e visto a mesma “conversando com o réu”. Em complemento a esta parte foi citado sobre o momento em que os irmãos da vítima teriam proposto a solução para o caso, quando viram Roberto e Carlota na estrada: casamento. Na versão transcrita, foi afirmado que os irmãos não teriam visto a conjunção, no entanto, dada afirmação não é dada por estes, pois em nenhum momento do processo-crime, estes foram dispostos como informantes. A última colocação do tópico foi sobre exame de conjunção carnal. O sentido da transcrição tem um caráter

incisivo quanto ao resultado do segundo quesito: [...] "tendo os srs. peritos, com raríssima e espantosa precisão constatado que a vítima fôra deflorada há quatro dias".

Em seguida, houve a defesa do réu intermediada pelo seu defensor. Arquitetou-se esta fase sobre três pontos: a impossibilidade do exame ser exato quanto à data da conjunção carnal, a retomada da versão que atribui à prática sexual ao dia 25 de agosto antes do baile na qual Carlota teria sido vista com Manoel, e o terceiro ponto prova a influência testemunhal, em que se destacou uma conduta "namoradeira" da vítima, complementando com uma afirmativa sobre seu comportamento: "[...] muitas vezes teria sido vista em idílio com outros rapazes".

O tópico "provas" indicou bases que se lançaram para fundamentar o crime. Foram destacadas quatro: a virgindade de Carlota, comprovação da menoridade, a relação do exame que fora descrito especificamente com o termo "há quatro dias" e a base testemunhal, que foi nesse trecho desqualificada: "A prova testemunhal, toda ela, como quase sempre acontece nesta espécie de crime, nada, ou quasi nada nos esclareceu" (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 45).

Antes de partir para o último tópico, houve uma abordagem "dos fatos" que favoreciam quanto à inocência do réu. Um primeiro ponto foi a narrativa produzida por Roberto, em que não havia uma prova sobre o que os irmãos teriam visto na estrada entre Carlota e Roberto. Há menção também ao testemunho de Claudio, que indicou os erros na descrição do exame de conjunção carnal. Com complemento a este quesito, acrescentou-se a versão que Fernando e Roberto indicaram o ato sexual entre Carlota e Manoel antes do baile.

O último tópico: "O Direito" iniciou com a definição penal a que refere-se a tipologia do crime apresentadas nos autos. No caso se refere ao Artigo Penal 217 do Código Penal de 1940: "Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança" Pena:- reclusão de dois a quatro anos (Código Penal de 1940, Artigo 217). A definição da lei é o único momento das alegações finais em que a legislação fala de forma autônoma, ainda que para servir de base para fundamentar o que já fora descrito, e o que estava para ser definido. Foi apontado uma "suposição" da virgindade da vítima até o dia do baile, complementada com sua menoridade, quesitos estes, que acrescidos da "inexperiência", configuravam o crime de sedução, previsto no Artigo 217. Assim, pelo viés do Direito e sob lançamento de interpretações, se direcionaria um veredito para o fato. A "inexperiência" de Carlota foi um ponto - chave nesse trecho:

> A vítima tinha conhecimento que o réu possuía outra namorada, frequentado sua casa, com pleno consentimento dos seus pais. b)- O réu saiu do recinto onde se realizava o baile, tendo a vítima ido ao seu

> encontro. c)- Os irmãos da vítima, estes, logo em seguida foram a procura de sua irmã, encontrando-a em companhia do réu, em plena estrada, conversando. Isto demonstra a facilidade com que o réu conseguiu o seu objetivo (se é que o verdadeiramente conseguiu). d)- A vida pregressa da vítima, pouco ou quasi nada a recomenda. Namorava, e isto continuamente. Verdadeira afirmação em/ Juizo da testemunha Fernando, e não se pode mais siquer falar em inexperiência ou justificável confiança da vítima (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 46). (Grifo da fonte).

A referência ao Artigo 217 do Código Penal de 1940, neste contexto, foi o meio que serviu para o promotor público lançar suas interferências e interpretações nas alegações finais. O fato da "inexperiência" foi desdobrada por uma sequencial negativa em relação à Carlota. Figura-se nos quatro aspectos apontados uma ênfase de que o meio de sedução não era válido neste contexto. Os quatro apontamentos voltaram-se para uma narrativa que figurava uma atitude de insistência e impulsão por parte da vítima, já que pela percepção das autoridades, Carlota sabia do namoro entre Roberto e Francisca, e teria ido ao encontro do réu para fora do baile. De forma mais específica, o quarto destaque indicou a base testemunhal fazendo referência à menção de Fernando, mas nos três primeiros também se aponta uma interpretação advinda das versões narrativas de diversos meios produzidos no decorrer do processo-crime. São quatro tópicos que deixam de citar o exame de conjunção carnal, nem mesmo o testemunho de Claudio sobre o erro na transcrição é mencionado. Os comportamentos narrados, as conclusões tomadas na descrição, demonstram um forte apego para o que se falou da conduta da vítima. O fato foi negado, enquanto as provas eram tidas como "duvidosas", e os testemunhos de alguns sujeitos teciam um comportamento não adequado vinculado à Carlota. Por fim, o documento assinado pelo promotor público destacou que para este, o veredito em nome da "Justiça" deveria ser em torno da absolvição do réu (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 43-46).

No dia 12 de fevereiro de 1965 foi realizado um novo documento das alegações finais[15] que se torna um contraponto do que fora descrito em 6 de fevereiro de 1965. Um primeiro ponto, é em relação a "sedução". Nesta versão, o absolver não era simplesmente negar o fato por não se ver. A palavra da vítima, precisava ser "ouvida": "[...] Portanto, crime de sedução, que jamais poderá apresentar testemunhas visuais, ou pelo menos, délas nunca se tiverá noticias, por este motivo, as declarações da ofendida, assumem grave e suma importância [...]". Desta longa versão, observamos especialmente um olhar duvidoso quanto à escolha das testemunhas e narrativas destas. Um dos principais exemplos é Fernando. Uma série de pontos foram colocados como incongruentes em seus depoimentos. Um dos exemplos de grande ênfase, foi o contexto da acareação, em referência ao que indicou entre Carlota e Manoel:

[15] A única indicação é que foi direcionado ao "M. Juiz", e teve assistência do "M. P". Seguindo-se a lógica da terceira parte das alegações finais, supõe-se que fora descrita pela parte de Acusação.

> [...] Refere, ainda, com impressionante precisão o dia e a hora do encontro, porém não se lembra a que dia da semana correspondia o fato assistido por ele- testemunha ![16] (fls. 42 verso). A sua memória, não se revelava, assim, tão bôa. E êsse esquecimento, é, também impressionante e deplorável. O´ra era um domingo! O dia 25 de agosto de 1963, qualquer calendário o registra, foi um DOMINGO. E domingo, é dia que os habitantes da zona rural, não olvidam, não esquecem, eis que, é o dia de ir á missa; de receber ou fazer visitas; é o dia, por excelência, de repouso! [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 51-52). (Grifos da fonte).

O contexto de acareação já foi um grande indicativo da intencionalidade de obter resposta pelo depoimento. A contestação foi lançada por parte do assistente de acusação, a colocação de dada resposta nesse contexto de alegações finais, foi um fechamento da estratégia. O ponto de destaque processual dos costumes na localidade ao domingo, foi um meio de aproximação, para se indicar as incongruências do acareado. Sobre estes e outros apontamentos se encerra a segunda parte das alegações finais dirigidas ao juiz, destacando um parecer favorável de acordo com a condenação de Roberto pelo crime constatado no Artigo 217 do Código Penal de 1940 (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls, 50-52).

A terceira parte das alegações finais foi produzida em 12 de fevereiro de 1965, constatando a palavra do advogado de defesa do réu. Houve nesse contexto, uma prática insistente, que foi práxis de toda estratégia defensiva: reativar menções depreciativas da conduta de Carlota. Eis um exemplo:

> [...] Pelo contrário, suas declarações de um procedimento recatado como noiva são desmentidos pelas diversas testemunhas ouvidas. Frequentadora assidua de todos os bailes que se realizavam nas redondezas de sua residencia, a eles comparecia acompanhada apenas de seus irmaõs, e não daquele que lhe prometera casamento (o denunciado), seu noivo, dançando com todos, mesmo na ausencia daquele que lhe prometera casamento (o denunciado)! [...] Provado o desvirginamento da vítima, não está, porem provado o autor do mesmo. O denunciado a néga e nós a negamos como seu defensor, com apoio na prova colhida neste processo. Se é verdade que, provada a perda de virgindade, a imputação ao acusado, ainda que este a conteste, é sujeita, na prática dos Tribunais, a elementos de provas que são o fulcro insubstituível às declarações da ofendida, em favor da qual sendo recatada, milita forte presunção de credibilidade (PB005.Cr 1179.120, fls. 54).

Algo enfático imposto como índice desqualificador da conduta de Carlota, foi o fato desta frequentar bailes, sem a companhia de Roberto, o que moralmente a "desviava" do dilema da "conduta adequada". Boris Fausto (2014) indicou sobre como a presença de moças em "espaço de sociedades dançantes" era utilizado como índice de reforço para depreciação da moral destas. Como exemplo, o historiador citou a imprensa que buscava

[16] O dizer de não saber o dia da semana foi citado pelo depoente após contestações do assistente de acusação (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 42).

impor estes ambientes como marcadores da “corrupção das meninas” (FAUSTO, 2014, p. 209). Por mais que os bailes fossem atividades comuns em Irati,[17] neste processo, o termo “frequentadora assídua de todos os bailes”, parece indicar um dizer que marca de forma depreciativa a conduta de Carlota. Foi sob dizeres da vítima, acrescidos do dilema de “falta de provas”, que se sustentou a estratégia defensiva, apoiando a absolvição de Roberto (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 54- 56).

O veredito do juiz foi mais direto. Foi retomado vários pontos realocados em torno das alegações finais, sobre testemunhos e narrativas, mas se desfaz dos mesmos quanto à construção de uma decisão para o caso. A autoridade parece ter se fixado no conteúdo do exame de conjunção carnal. Assumir isto como concreto parece contraditório, pois se apontou o exame como incompleto de provas. Uma hipótese mais concisa é quanto ao uso dos “erros” do exame, para tecer um veredito apoiado na “falta de provas”:

> [...] Diz-se á que o Auto de Exame de Conjunção Carnal (fls. 8 e v.), constitui a prova robusta, concreta e definitiva que se quer. Êsse laudo, porêm,-incrivelmente complementado em Juizo (fls.30 e v.), - é desvalioso. Demonstra, tão-somente, não o despreparo profissional dos renomados senhores peritos, mas o desleixo com que o subscreveram [...] Por fim, assumiriam extraordinária relevância as declarações da vítima se fossem coerentes e apoiadas em outros elementos da prova Tais declarações, no entanto, se apresentam isoladas e não se mostram plausíveis ou alicerçadas em fatores outros que, embora circunstanciais, as comprovassem. Dessa forma, verificou-se que, no tocante à sedução, o processo, além de materialidade do fato, não elucidou a sua autoria e, sequer, a data aproximada do evento. Sobraram suspeitas, presunções, “dúvidas tremendas”, como sublinha o digna Assistente (fls. 51) [...] (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 48).

A versão da vítima, suas narrativas, a denúncia paterna, parecem não bastar, pois há vazios, que aos olhos do juiz não confirmavam o crime. Vazios esses que levam ao seu veredito: “JULGO improcedente a denúncia, por não haver prova suficiente para o decreto condenatório (Art. 386 n. VI, do Código do Processo Penal)[18] e absolvo Roberto da acusação que lhe foi intentada”. (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 59). A desenvoltura do juiz não se desvinculou de uma condição que se construiu historicamente no contexto jurídico. Michel Foucault (2002) indicou que o aparato judiciário desde o período feudal, centralizou no juiz a certificação de uma regularidade no sistema judicial. Nesse sentido, o encaminhamento de toda mobilização, de certa forma, ocorria entre os

[17] No Centro de Documentação e Memória de Irati (CEDOC), constam armazenados 43 processos-crimes e inquéritos policiais envolvendo bailes no município de Irati. Sobre os bailes, sugerimos leitura da pesquisa realizada por (STACHUK, 2015), em referência a tais atividades no município paranaense de Mallet.

[18] “O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: VI- não existir prova suficiente para condenação” (Código Penal de 1940, Artigo 386).

sujeitos envolvidos no delito.[19] O juiz neste caso, assumia uma peça importante, que definia e sustentava "verdade" dos autos", mas sobre tal formulação, seria equivocado desconsiderar toda mobilização testemunhal como construtora de significados para a firmação do veredito. (FOUCAULT, 2002, p. 61-62).

O veredito do juiz no dia 19 de abril de 1965, não foi o final desse extenso processo-crime. Sergio, o pai de Carlota, por intermédio do assistente do Ministério Público, promoveu uma apelação contra a decisão do juiz no dia 13 de maio de 1965, destacando novamente diversos pontos contra Roberto, muitos destes já descritos nas alegações finais que opinavam pela condenação do réu. A relação de sedução foi uma base novamente citada e desdobrada. Mas a absolvição do réu foi efetivada no dia 10 de junho de 1965 sob o pretexto já destacado: a falta de elementos que comprovassem o crime. Desta vez, os acréscimos com destaque às referências testemunhais sobre as condutas de Carlota, são assumidos e mencionados, neste contexto, em tom ofensivo e crítico: [...] Essa é Carlota, a vítima. Sua conduta, seu comportamento, está bem retratada nesses depoimentos [...] Abraçada por um, pelo mato com outros, de mãos dadas com seus namorados, assim vivia a recatada e inexperiente Carlota (BR.PRUNICENTRO. PB005.Cr 1179.120, fls. 60-.68). Ao final, toda construção justificativa utilizada para definir a absolvição de Roberto centrada na "falta de provas", se desmanchou. A absolvição efetiva demarcou algo que desde o início buscou se compreender por contestações e estratégias de narrativas: a percepção de Carlota sob múltiplos olhares, que eram filtrados em uma só narrativa, a da "moça desonrada", que não era "inexperiente". Esta que foi inibida de falar, foi centrada nos dizeres, compreendida pelo olhar do outro. As narrativas sobre a vítima eram assumidas como "as verdades" dos autos, o marco que justificava a absolvição do réu.[20]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos motivos pelos quais Boris Fausto indicou em sua pesquisa uma discrepância entre o índice real de criminalidade e as denúncias registradas de crimes sexuais, foi justificada em torno da "tendência da vítima se sujeitar a vexames" (FAUSTO, 2014, p. 198). A condição de haver em relação às fontes armazenadas estudadas, sobre práticas de crimes em bailes em Irati, apenas uma referente a crime sexual, não deve ser assumida pela ótica de um índice menor de tal tipologia delituosa, mas necessita da compreensão da forma pela qual a vítima de determinado delito era compreendida pelo aparato jurídico.

[19] Como aponta Foucault, esta prática passou por reformulações. A exemplo do surgimento da figura do procurador por volta do século XII. Sua presença passou a "dublar e substituir a vítima", permitindo uma posse política sobre o mecanismo judiciário (FOUCAULT, 2002, p. 65-66).
[20] Em 1969 o processo foi arquivado.

Carlota foi um exemplo desse “vexame”, que se edificou em prol da construção do que se ditou como “verdade” nos autos.

O processo-crime que cristalizou a ação realizada contra Carlota, foi um grande exemplo de como as produções narrativas tendem a se comportar dentro do âmbito judicial. O papel documental de determinada via institucional, não se resume pelo veredito, mas é construído gradualmente, visando traçar uma “verdade”, a qual é avaliada por aqueles que ordenam o que é concebido como verídico ou não (ZENHA, 1985, p. 126).

Neste caso, a denúncia se iniciou com a intervenção paterna. As palavras de Sergio se transcrevem como recorrência contra a prática criminosa ocorrida na noite do baile. Carlota também desenvolveu suas versões durantes os autos - em poucas ocasiões e de forma direta. Em contraposição ao seu reduzido espaço de fala, foi alvo da mobilização judicial, o que se dizia, se centrava em Carlota. Roberto, o réu, fecha a terceira parte principal deste processo-crime. Produziu suas narrativas de defesa, que passaram a ser mecanismos de acusação contra a vítima, o que parece prática não rara em crimes sexuais. Observamos o mesmo contexto com a pesquisa de March (2015): ao abordar um crime de estupro contra uma menina de 13 anos, notou-se que o réu buscou se colocar como vítima da “sedução” da ofendida, uma mulher descrita como “perigosa, ativa, imoral e sexual” (MARCH, 2015, p. 258).

É das testemunhas que há uma complementação narrativa sobre as condutas, de forma muito mais nítida em relação à Carlota. São sobre estas que a verdade dos autos se constituiu. O filtro do ver, do ouvir, tornaram-se fundamentos dos seus dizeres, que produziram concepções e referências. Conforme March (2015), antes mesmo do inquérito, as testemunhas já exercem uma postura de julgamento. A recorrência da notícia de um crime era alvo público pelas fofocas e olhares (Ibidem, p. 260). Contudo, em âmbito judicial é que podemos ver o “aflorar” destas concepções e intencionalidades.

Claudio assumiu dois papéis: como perito que expressa um olhar médico sobre o exame de conjunção carnal e sobre o corpo de Carlota, sendo também, depoente que desqualifica a legitimidade do exame a que Carlota foi submetida, antes de partir para investigações do crime. Como muito bem destacou Pochapski: antes da vítima falar, ou de se iniciar a investigação de crime, é a vagina da mulher que deve indicar para o perito, as condições existentes do crime. A voz da vítima foi tida como nula perante à intervenção médica (POCHAPSKI, 2018, p. 355). A narrativa de Claudio, foi ponto - chave para produzir um caráter incerto e duvidoso sobre um exame que era considerado prova de extrema importância na percepção das autoridades judiciais.

Têm-se ainda as autoridades. O escrivão foi como “um filtro”: as mobilidades, as ações, as narrativas, passaram por ele antes de se tornar uma escrita documentada.

Promotor público, defesa, acusação e juiz, lançaram nas alegações finais, vereditos e "conclusões", reativando depoimentos. Apesar de toda "maquinaria jurídica", no final, o que ditou o veredito foram os "valores sociais". A percepção de Boris Fausto (2014) sobre o corpo de "jurados", sujeitos que definem a "verdade" incontestável dos autos, se fez presente no contexto de Carlota. Todos que tiveram "o poder" de julgamento sobre o crime em que a vítima é uma mulher, são homens. São estes que julgam o crime de um indivíduo do sexo masculino, cometido na maioria das vezes contra uma mulher (FAUSTO, 2014, p. 206).

Para finalizar, concluímos com Carlota, peça principal das narrativas no processo-crime em questão. Carlota foi o inverso de todos os outros sujeitos dispostos na situação. Apesar de um reduzido espaço que evidencia sua versão dos fatos, esta assume uma ampla presença nos dizer alheio. Sérgio recorreu à Justiça e produziu sua versão sobre um crime cometido contra ela. O exame realizado pelos peritos falava de seu corpo. Roberto se defendeu usando de uma narração da conduta sobre a vítima. Testemunhas a citam, ou são incitadas a falar de Carlota, ou ainda dos saberes sobre a mesma. Com quem dançou, com quem namorava, onde estava, quem a acompanhava, é o ouvir sobre Carlota, é o olhar sobre ela, e o dizer destas percepções que centram esta abordagem. A absolvição do acusado se fundamentou em um denso papel de descrição sobre a vítima. Como apontou Foucault (2014) em relação ao discurso, partindo de uma lógica mais profunda do que a compreensão de uma "universalização" deste: "Tudo se passa como interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso" (FOUCAULT, 2014, p. 47). Compreender a produção das narrativas, não é simplesmente concebê-las na essência de sua evocação, mas assumi-las por trás das maquinarias controladoras, que assumem para si o que se formulará como o discurso da "verdade".

FONTES

CEDOC/UNICENTRO, Centro de Documentação e Memória de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati. Fundo da Comarca de Irati, 1931-1969, Processo crime PB005.Cr 1779.120, 1963-1969.

Código Penal de 1940. Disponível em: DEL2848 (planalto.gov.br). Acesso em: 14/07/2023.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Jéferson Luis de; SERAFIM, Jhonata Goulart. RELAÇÕES DE GÊNEROS: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS A PARTIR DOS CÓDIGOS PENAIS DE 1890 E 1940. **In: 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT-Sul**. Revista Técnico Científica (IFSC), v. 3, n. 1, 2012, p. 432-446.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha, 1897.

CAUFIELD, SUEANN. **Em defesa da honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940**)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família**: representações jurídicas dos papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Comentários ao Código Penal (parte especial)**. Vol. II, 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2014.

FAUSTO, Boris. **O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala, São Paulo, 1908-1928.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro. Nau Editora: 2002.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2022. Irati-PR. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/panorama. Acesso em: 08/10/2023.

MARCH, Kety Carla de. **"Jogos de luzes e sombras**": processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PIAZETTA, Naele. **O princípio da igualdade no Direito Penal brasileiro**: uma abordagem de gênero. Porto Alegre: Livro do Advogado, 2001.

POCHAPSKI, Gabriel José. **Entre corpos e espaços**: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950). 2018. 442 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RIBAS FILHO, Marcelo Douglas Nascimento. A palavra das vítimas em crimes sexuais: defloramento, sedução e estupro em Irati-PR (1931-1950). In: **Outros Tempos**, v. 19, n. 34, 2022, p. 1-28.. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/983/938. Acesso em: 07/10/2023.

STACHUK, Angelica. **"Bailes e festas do barulho":** sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1965), 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2017.

VAQUINHAS, Irene Maria. **Violência, Justiça e Sociedade Rural**: os campos de Coimbra, Motemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918. Porto: Edições Afrontamentos, 1995.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. In**: Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, mar/ago. 1985, p.123-146. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3605. Acesso em: 07/09/2023.